UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

“O PARAÍSO DOS LADRÕES”: CRIME E CRIMINOSOS NAS REPORTAGENS POLICIAIS DA IMPRENSA (RIO DE JANEIRO, 1900-1920).

Ana Vasconcelos Ottoni

2012

“O PARAÍSO DOS LADRÕES”: CRIME E CRIMINOSOS NAS REPORTAGENS POLICIAIS DA IMPRENSA (RIO DE JANEIRO, 1900-1920)

Ana Vasconcelos Ottoni

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Doutor.
Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Martha Campos Abreu

Niterói
2012

“O PARAÍSO DOS LADRÕES”: CRIME E CRIMINOSOS NAS REPORTAGENS POLICIAIS DA IMPRENSA (RIO DE JANEIRO, 1900-1920)

Ana Vasconcelos Ottoni

Orientadora: Profa. Dra. Martha Campos Abreu

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Doutor.

Banca examinadora:

_____

Profa. Dra. Martha Campos Abreu- UFF (Orientadora)

_____

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca- UFRJ (membro)

_____

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa- UFF (membro)

_____

Prof. Dr. Américo Oscar Guichard Freire- CPDOC/ FGV (membro)

_____

Profa. Dra. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro-UFF (membro)

_____

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães- UERJ (suplente)

_____

Profa. Dra. Giselle Venâncio-UFF (suplente)

Niterói

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O91 Ottoni, Ana Vasconcelos.

O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920) / Ana Vasconcelos Ottoni. – 2012.

297 f.

Orientador: Martha Campos Abreu.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 307-321

1. Imprensa. 2. Reportagem. 3. Crimes e criminosos. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Abreu, Martha Campos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 079.8153

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta tese de doutorado contei com a colaboração de algumas pessoas que, cada qual à sua maneira, me ajudaram a realizar este trabalho.

Agradeço a professora Martha Abreu que, com grande interesse, prontidão e carinho, orientou minha tese com sua habitual competência. Suas sugestões e a leitura atenta do meu texto foram fundamentais para a concretização deste estudo. Martha Abreu é uma pessoa fantástica, pois além de sua inteligência, tem uma qualidade admirável: a sua solidariedade. Está sempre pronta e de coração aberto a ajudar o próximo. Foi uma honra ter sido orientada por ela todos esses quatro anos de doutorado. Jamais a esquecerei.

O professor Marcos Bretas também sempre ficará em minha memória. Ele foi a primeira pessoa a me incentivar a seguir a vida acadêmica. Além disso, suas ótimas sugestões e críticas feitas na minha qualificação de doutorado foram muito importantes para a elaboração desta tese. Sempre lhe serei grata por tudo que fez por mim.

Agradeço também a professora Marialva Barbosa pelos seus comentários e sugestões perspicazes feitos na minha qualificação de doutorado.

Quero agradecer aos meus queridos pais, Theophilo e Fátima, à Marta e Isabel, minhas amadas irmãs, e ao Rodrigo Alves, meu querido cunhado. Todos foram e são para mim o meu porto seguro, a alegria de minha vida.

Agradeço à minha amada sobrinha Gabriela, pois sua alegria e sorriso são fontes inesgotáveis de inspiração.

Devo muito à CAPES pela concessão da bolsa ao longo desses dois anos finais de curso de doutorado.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial à Aline Pereira, pelo apoio. Seu carinho e amizade me comoveram em vários momentos. O seu coração é de ouro. Marilene Antunes também muito me ajudou ao longo da tese, com sua amizade e sugestões bibliográficas. Agradeço ao Nildon Ferreira por sua colaboração na revisão da tese.

Quero, por fim, fazer um agradecimento especial ao Luciano Rossato, o amor da minha vida. Seu apoio, suas palavras carinhosas e seu amor por mim foram e são de grande inspiração. Nos momentos mais alegres e tristes da minha vida sempre pude contar com sua paciência e suas doces palavras de incentivo. Ele sempre estará no meu coração.

RESUMO

"O paraíso dos ladrões": Crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)

Ana Vasconcelos Ottoni
Orientadora: Profa. Dra. Martha Campos Abreu

Resumo da tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

O estudo aborda as representações sobre o crime e os criminosos no Rio de Janeiro, entre 1900-1920, produzidas por reportagens policiais. No centro da atenção estão as notícias de crimes cometidos por ladrões e cabos eleitorais/capangas de políticos divulgadas pelos três maiores jornais cariocas da época – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. Procura-se avaliar as justificativas para os crimes e ações de criminosos produzidas pelas reportagens policiais da imprensa carioca no início do século XX. Para isso, optamos por privilegiar determinadas variáveis localizadas na própria documentação. São elas: problemas de ordem social/nacional e/ou racial, motivações políticas/eleitorais e deficiências no policiamento. Segundo as notícias e seus redatores, essas variáveis contribuíram para explicar a criminalidade e sua expansão na cidade durante o período em foco. Demonstramos que no interior das reportagens policiais dos jornais produziam-se diferentes e divergentes representações sobre o crime e os criminosos.

Palavras-chave: Reportagens policiais; crime; Rio de Janeiro.

Niterói
2012

ABSTRACT

"Paradise of thieves": crime and criminals in police reports in the press (Rio de Janeiro, 1900-1920)

Ana Vasconcelos Ottoni

Advisor: Profa. Dra. Martha Campos Abreu

The study deals with the representations about crime and criminals in Rio de Janeiro, between 1900-1920, produced by police reports. The research's focus are the news of crimes committed by thieves and canvassers/ henchmen of politicians released by the three major newspapers of that time in Rio- *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, and *Gazeta de Notícias*. The justifications for the crimes and criminals' actions produced by the Rio press in the early twentieth century were evaluated. For this, we chose to focus on certain variables located in their own documentation. These are: social/ national and/ or racial problems, political/electoral motivations, and deficiencies in policing. According to the news and their editors, these variables contributed to explain the crime and its expansion in the city during the period in focus. We demonstrate that within the newspapers' police reports were produced different and divergent representations about crime and criminals.

Keywords: Police reports, crime, Rio de Janeiro

Niterói

2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I: REPORTAGENS E REPÓRTERES POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO 21

1. Reportagens de crimes 22

1.1. As produções textuais das notícias de crimes 26

1.2. O sensacional nas notícias policiais 38

2. Os repórteres policiais 44

2.1. Orestes Barbosa, sua trajetória profissional na imprensa e suas publicações sobre o universo criminal 59

3. Cenários do crime: a geografia da criminalidade no Rio de Janeiro 64

4. "Enquanto a polícia dorme, os ladrões roubam": policiamento e criminalidade 73

CAPÍTULO II: POBREZA, MEIO SOCIAL, COR E CRIME 86

1. Pobreza e meio social 87

1.1. "Gatunos precoces" 89

1.2. Vadios em cena 99

1.3. "Criadas/os infiéis" 108

1.4. Morros e crime 114

2. Cor e crime 130

2.1. "Um corpo negro guardando alma ainda mais negra" 131

2.2. "Racismo silencioso" e "silêncio da cor" nas reportagens criminais 146

CAPÍTULO III: CIVILIZAÇÃO E CRIME: CRIMINOSOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS DOS TEMPOS MODERNOS 150

1. Modernidade e práticas criminais 150

2. Histórias de criminosos dos novos tempos 160

2.1. Afonso Coelho 160

2.2. Albino Mendes 167

2.3. Carleto 174

3. Imigração e ladrões estrangeiros 182

3.1. “Criminosos viajantes”: os ladrões internacionais 191
3.2. Os criminosos das repúblicas platinas noticiados no Rio de Janeiro 199
3.3. Os larápios europeus no Rio de Janeiro 205
4. As figuras dos ladrões negros ou mulatos e/ou nacionais 209
4.1. Análises comparativas 218

CAPÍTULO IV: POLÍTICA, ELEIÇÕES E CRIMINALIDADE 225
1. Políticos, criminosos e polícia em letras impressas 225
2.“Bandalheira eleitoral”: as eleições federais de 1903 248
2.1. José do Senado, Cabo Malaquias e Irineu Machado 256
3. Jornais e crime na campanha presidencial de 1909 e 1910 266
3.1. “Um pleito de sangue”: Honório Pimentel, Augusto de Vasconcelos e Nilo Peçanha nas eleições municipais de 1909 283
4. Expectativas em relação às eleições e à polícia na imprensa 293

CONCLUSÃO 303

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 308

LISTA DE QUADROS 325

INTRODUÇÃO

"O paraíso dos ladrões". Era assim que a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX era repetidamente chamada nas reportagens policiais.[1] Nelas, assinalava-se que a Capital da República estava sendo infestada por diversos criminosos que efetivavam seus delitos a qualquer hora do dia, nos mais variados espaços da urbe. O presente estudo trata das representações sobre o crime e os criminosos no Rio de Janeiro, entre 1900-1920, produzidas por reportagens policiais.[2] No centro da atenção estão as notícias de crimes cometidos por ladrões e cabos eleitorais/capangas de políticos divulgadas pelos três maiores jornais cariocas da época – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. [3]

Os crimes perpetrados pelos ladrões eram veiculados no noticiário policial em uma época de crescente expansão econômica, durante a qual os jornais registravam uma variedade de delitos na cidade, desde os furtos de galinhas aos roubos de joias e dinheiro. [4] Os crimes contra a propriedade cometidos pelos gatunos poucas vezes vieram acompanhadas de agressões às vítimas.

Mais comum eram cenas de violência nos crimes perpetrados pelos cabos eleitorais/capangas de políticos, num período marcado por práticas fraudulentas e violentas nas eleições. Segundo as reportagens policiais, os crimes cometidos pelos cabos eleitorais/ capangas de políticos podiam ser realizados tanto com fins eleitorais, já que os bandidos agiam a mando dos políticos que buscavam vencer as eleições a qualquer custo, quanto para finalidades pessoais dos criminosos. Os jornalistas alegavam que tais criminosos cometiam os delitos na cidade, de forma crescente e impune, em função das relações estreitas que mantinham com os políticos e a polícia.

Estas representações sobre os crimes e os criminosos eram veiculadas em um momento no qual, desde a década de 1880, a imprensa passava por muitas mudanças. A circulação da notícia, já acelerada pelo cabo submarino, pelo telégrafo e pelo telefone,

---

[1] "Paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 6/06/1915, 10.

[2] As reportagens policiais serão aqui chamadas também de notícias policiais, reportagens criminais, reportagens de crimes e matérias policiais. No período em foco, a expressão mais comum era noticiário policial.

[3] O estudo utiliza também algumas outras reportagens criminais, como explicaremos no decorrer da tese.

[4] Nas notícias de ladrões, as palavras "furto" e "roubo" eram usadas como sinônimos. Mas em relação às notícias de cabos eleitorais/capangas de políticos, esses termos eram utilizados de forma semelhante à maneira pela qual o Código Penal de 1890 os definia. Como lembra Boris Fausto, o Código definia como furto "subtrair, para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade de seu dono" (artigo 330). O roubo consistia na subtração "fazendo violência à pessoa ou empregando força contra a coisa" (artigo 356). Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo* (1880-1924). 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 143.

atualizou-se com a radiotelegrafia e com o aperfeiçoamento das agências noticiosas internacionais. [5] A eletrificação dos parques gráficos permitiu a adoção da rotativa e de muitas outras conquistas técnicas, como a melhoria da impressão em cores e a utilização profusa de imagens; a presença de veículos motorizados melhorava a distribuição dos jornais e a propaganda também ajudava a cobrir novas despesas. Ainda antes dos anos de 1930 começaram a surgir os primeiros conglomerados de mídia, entre eles os *Diários Associados* e *A Noite*, com linhas de publicações variadas. Da competição entre os jornais, apareceram as colunas especializadas. [6]

Dentre essas, surgiram no início do século XX as colunas dedicadas a veicular as notícias de crimes. Elas eram permeadas por uma variedade de títulos tais como "Noticiário policial", "Na polícia e nas ruas" e "Polícia".[7] Já havia, é certo, antes deste período, um noticiário no qual se publicavam assuntos relativos a crimes e criminosos, mas esse noticiário aparecia tão-somente esparso, espalhado ao longo do jornal. Ainda que os assuntos policiais no começo do século XX continuassem a ser muitas vezes publicados ao longo do jornal, foi a partir deste período que eles passaram a ganhar mais espaço nas folhas e um espaço organizado racionalmente com o intuito de criar e atender a uma demanda do mercado em formação. [8]

Segundo os próprios jornais da época, os acontecimentos policiais tinham cada vez mais a preferência do público, como bem observou Marialva Barbosa[9]. Tal interesse fazia aumentar a importância do trabalho dos repórteres[10] policiais, chamados na época também de "cronistas", "repórteres", "jornalistas" ou ainda "noticiaristas" ("policiais"/ "de polícia")[11]. A palavra "repórter" tem origem inglesa, "to report":

---

[5] Barros, Orlando de. "Prefácio". In: Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006, p. 14. Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 121-122.

[6] Barros, Orlando de. "Prefácio". *Op.cit.*, p. 14.

[7] "Noticiário policial: paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 25/07/1915, 12; "Na polícia e nas ruas: audacioso assalto", *Correio da Manhã*, 3/06/1905, 2; "Polícia: os ladrões estão senhores da cidade", *Correio da Manhã*, 8/07/1920, 4.

[8] Eduardo Coutinho, *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006, p. 43.

[9] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 39.

[10] Idem, ibidem, p. 38.

[11] Os repórteres policiais também serão chamados aqui de repórteres, repórteres de polícia, jornalistas, profissionais de imprensa, jornalistas policiais, repórteres de crimes e noticiaristas.

informação[12]. Cabia (e cabe) aos repórteres conseguir a matéria-prima para o jornal [13] ou "dar notícias", como dizia o escritor Olavo Bilac.[14]

A partir dos anos de 1900, esses profissionais da imprensa passaram, com a inauguração da prática da moderna reportagem, a se deslocar do prédio da redação para as ruas em busca dos acontecimentos e dos personagens criminais[15]. Muitas vezes, eram eles próprios que redigiam suas reportagens, haja vista que na época era cada vez mais crescente o número de repórteres-redatores. [16]

Vale notar que os repórteres de crimes não assinavam suas matérias, o que nos impossibilitou de fazer uma análise mais detida sobre a autoria. Mas ainda que não seja o foco da pesquisa, investigaremos no capítulo 1 algumas questões relativas a esses jornalistas, já que, afinal, eram eles que produziam as reportagens policiais – nossa principal fonte de estudo – e que construíam as representações sobre crime e criminosos na cidade do Rio de Janeiro.

Nas páginas escritas por esses repórteres, a cidade moderna era tida como um local privilegiado da exibição, da técnica[17], da cultura, das avenidas que deveriam encarnar o progresso e se sobrepor às antigas ruas simbolizadoras de uma imagem degenerativa da cidade.[18] Como observa Cláudia de Oliveira, as novas ruas e avenidas eram "lugares de comunicação" [19], emblemas da "nova era republicana". [20]

Nesta conjuntura, onde nas páginas dos periódicos da época o progresso parecia evoluir em ritmo acelerado, as reportagens e jornalistas policiais se indagavam sobre como o Rio de Janeiro, tido como uma "capital civilizada" e "o maior centro cultural do país", tinha tantas ocorrências de crimes. Embora levantassem tal questão, não conseguiram respondê-la, ao menos de forma explícita.

Apesar de os jornalistas se indagarem sobre essa contradição entre progresso e crime, parece-nos que eles estavam imbuídos da crença de que o progresso, embora evoluísse em ritmo acelerado, não estava ainda consolidado na sociedade, mas sim em

---

[12] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa: repórter, cronista e poeta*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
[13] Idem, ibidem, p. 71.
[14] "Crônica", Olavo Bilac, *Gazeta de Notícias*, 28/10/1906, 5.
[15] Velloso, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 22.
[16] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit.*
[17] Dutra, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1904-1914).* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 43.
[18] Oliveira, Cláudia de. "A iconografia do moderno: a representação da vida urbana". In: *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890-1930.* Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 115.
[19] Idem, ibidem, p. 116.
[20] Idem, ibidem, p. 115.

processo em andamento. O próprio progresso parecia ter seu "lado perverso", que fomentava e estimulava a criminalidade, a exemplo da influência da literatura policial na sociedade. [21]

Partindo das discussões que foram feitas até aqui, o estudo procura avaliar as justificativas para os crimes e as ações de criminosos produzidas pelas reportagens policiais da imprensa[22] carioca no início do século XX. Para isso, optamos por privilegiar determinadas variáveis localizadas na própria documentação. São elas: problemas de ordem social/nacional e/ou racial, motivações políticas/eleitorais e deficiências no policiamento. Segundo as notícias e seus redatores, essas variáveis contribuíram para explicar a criminalidade e sua expansão na cidade durante o período em foco.

A partir da análise das variáveis acima expostas, o trabalho tem como objeto central investigar como o crime e os criminosos eram representados nas reportagens policiais. Pretende, além disso, examinar as representações de mais dois personagens destacados em parte dessas notícias: a polícia e os políticos, uma vez que os jornalistas atribuíam o aumento da criminalidade na cidade não apenas aos criminosos, mas também muitas vezes àqueles atores sociais. Por fim, o estudo procura avaliar o que significava a criminalidade na imprensa da época.

Como já assinalado, escolhemos utilizar como principal corpus documental da pesquisa as notícias que tratavam da criminalidade dos ladrões e dos cabos eleitorais/capangas de políticos. Justifica-se a escolha, em primeiro lugar, devido às nossas próprias indagações e reflexões sobre o objeto e fontes do estudo. Quando iniciamos o curso de Doutorado, pretendíamos apenas utilizar as notícias de crimes cometidos pelos ladrões. Mas no decorrer da pesquisa encontramos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – nossa principal instituição de pesquisa – interessantes reportagens que tratam do universo político-eleitoral da época em articulação muitas vezes com questões relativas à criminalidade.

Selecionamos também as notícias de crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos e pelos ladrões, porque eram tidos como delitos que faziam parte constitutiva do cotidiano criminal carioca, já que os respectivos criminosos eram reincidentes e não delinquentes eventuais. De uma forma diferente eram tratados os criminosos passionais que cometiam seus delitos de forma esporádica, motivados por

[21] *Correio da Manhã*, 11/03/1913, 5.
[22] Aqui a palavra imprensa será também denominada de jornais e jornalismo.

ódio e raiva momentâneos. *Stricto senso*, esses últimos indivíduos não eram (e não são) de fato qualificados como criminosos, pois acreditava-se (e acredita-se) que não iriam cometer delitos de forma reincidente.

Mas afinal quem eram na época considerados ou chamados de ladrões e cabos eleitorais/capangas de políticos retratados nas notícias de jornais? Em relação aos primeiros criminosos mencionados, um indivíduo podia ser considerado ou chamado de ladrão [23] em duas situações distintas: uma delas era quando o indivíduo se apoderava do bem alheio de forma reincidente. Assim, os que perpetravam os crimes contra a propriedade de forma eventual, esporádica, não eram considerados ladrões pela imprensa.[24]

A segunda situação na qual um personagem criminal podia ser chamado de ladrão era quando este era conhecido da polícia, independentemente de ter cometido ou não crimes contra a propriedade. Sobre essa segunda situação, o historiador Marcos Bretas destaca que era comum a polícia fazer determinados procedimentos para identificar os fora-da-lei, já que fazia parte da atividade de um policial "conhecer" seus criminosos, "para além da fria informação dos documentos oficiais". [25] Segundo o autor, tais indivíduos eram fotografados, tinham suas impressões digitais tiradas e eram encaminhados ao corpo de segurança, onde os recém-descobertos fora-da-lei eram exibidos aos agentes para posterior reconhecimento. Ao passarem por tais procedimentos, eram passíveis de prisão como "gatunos conhecidos" ou de serem identificados na delegacia com a nota: "Conhecidos pelos agentes".[26]

Em relação aos cabos eleitorais/capangas de políticos, eles eram geralmente considerados valentes, egressos dos presídios e temidos pela população pelo modo violento como cometiam seus crimes. Mas, por serem personagens conhecidos da

---

[23] As palavras "ladrões", "gatunos", "rapinantes" e "larápios" tendiam a possuir um mesmo significado nas notícias de crimes da época. Mas por vezes os termos ladrões e gatunos podiam ter sentidos diferentes, tal como hoje é normalmente empregado. Os primeiros podiam neste sentido ser descritos como criminosos que empregavam a violência, e os segundos os que não usavam a violência em seus crimes. Mas como na época esses termos eram mais usualmente empregados como sinônimos do que em sentidos diferentes, optamos por utilizá-los como palavras equivalentes.

[24] Como exemplo, cito a seguinte notícia que mostra um rapaz que teria cometido um furto como uma forma de protesto a uma determinada situação. Em nenhum momento da reportagem, o jornalista chamou o referido indivíduo de ladrão: "José foi pedir um pouco de comida nos albergues noturnos para o seu sustento. Ninguém o atendia. Ontem achou isso de mais para passar sem um protesto, sem uma manifestação de desagrado e, então, lembrou-se de praticar um crime. Pediu comida e, como não fosse atendido, furtou um paletot", *Gazeta de Notícias*, 12/02/1916, 2.

[25] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro*: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 134.

[26] Idem, ibidem.

polícia, podiam por vezes ser chamados de ladrões, mesmo que não tivessem cometido crimes contra a propriedade.

Ao analisarmos as representações sobre esses diferentes personagens criminais e seus crimes, nos baseamos nas reflexões teóricas do historiador Roger Chartier acerca do conceito de representação[27]. Para o autor, a História cultural tem por objeto principal identificar como "uma determinada realidade social é construída, pensada" e apresentada enquanto tal.[28] Chartier assinala que as representações sociais são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as criam[29]. No caso do grupo dos repórteres policiais, estes construíram as representações da criminalidade de acordo possivelmente com suas convicções, posições políticas e diversos interesses em jogo. Um desses interesses poderia ser a busca dos jornalistas em se manter no emprego como um meio de sustento. Para tanto, tiveram certamente que se submeter a um mercado em formação que, desde os finais do século XX, demandava a produção de matérias sensacionalistas como uma forma de atrair a atenção do leitor.

Além do interesse em se manterem no emprego, possivelmente os repórteres policiais quisessem galgar cargos superiores na redação dos jornais, tanto para ganhar um salário maior[30] quanto para ter mais poder e prestígio junto aos jornais e ao público. Afinal, ocupavam cargos subalternos na hierarquia das empresas jornalísticas[31]. Não tinham, assim, o mesmo prestígio que os editorialistas, repórteres políticos, cronistas literários e redatores dos artigos de fundo. [32]

Mas ao almejarem possivelmente conseguir ocupar uma hierarquia superior na empresa, procuravam legitimar-se como profissionais que tinham um papel importante na sociedade, não só restrito a informar sobre os casos de crimes ocorridos e nem somente a produzir matérias imediatistas de teor sensacionalista. Afinal, buscavam –

---

[27] Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Difel, 1990.
[28] Idem, ibidem, p. 17, *apud* Velloso, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930). Op.cit,* p. 16.
[29]Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações. Op.cit*, p. 17.
[30] Não temos a informação exata de quanto os repórteres de polícia ganhavam, mas sabemos que eram mal pagos. Segundo nos informa Eduardo Coutinho, os jornalistas das áreas populares geralmente não conseguiam obter ascensão social, a exemplo de Francisco Guimarães, que teria terminado os seus dias, aos 69 anos, sem deixar legado à sua esposa e aos seus nove filhos. A família teve de contar com o auxílio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para pagar a conta de sua internação no hospital. Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op. cit.*, p. 135.
[31] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op.cit*. Sobre a estrutura hierárquica da redação do jornal, ver o referido trabalho.
[32] Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op.cit.*

como ressaltou Elias Palti[33] ao se referir ao periodismo na América Latina no século XIX – não apenas "representar" a opinião pública, como também constituí-la como tal. Por isso, tentavam impor as suas próprias concepções da criminalidade[34], mesmo que pudessem sofrer intervenções dos jornais nos quais trabalhavam e que seus textos fossem também resultado do diálogo que travavam com a sociedade, particularmente com os populares nas ruas, por meio das entrevistas que faziam com diferentes tipos de personagens envolvidos nos crimes e dos múltiplos relatos que ouviam ao transitarem pelos diversos espaços da cidade.

É importante aqui destacar que o assunto criminal no período que estamos trabalhando não é um tema novo na historiografia. Foi sobretudo a partir da década de 80 que ele se tornou objeto de interesse de trabalhos como os dos historiadores Sidney Chalhoub, Boris Fausto, Rachel Soihet e Martha Abreu.[35] Tais trabalhos foram produzidos num período político bem turbulento de nossa história. Como assinalou Sidney Chalhoub – em seu prefácio à segunda edição do seu conhecido "Trabalho, lar e botequim" –, neste momento havia aí o ressurgimento dos movimentos sociais de massa no país, a luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha para as Diretas-Já.[36]

De forma resumida, pode-se dizer que a historiografia da década de 80 pensou o crime como um campo de lutas de classes na sociedade, sob a perspectiva da dominação/controle versus resistência, utilizando-se como principal fonte de pesquisa os processos criminais. Tais estudos exerceram grande influência nos trabalhos sobre crime produzidos na década de 90 assim como nos estudos mais atuais, já que muitos deles continuam a pensar o tema pela simples oposição entre controle/dominação e

---

[33] Palti, Elias. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado.* Buenos Aires: Siglo XIX Editores, 2007.

[34] Chartier, Roger. *A história cultural. Op. cit.*, p. 17.

[35] Ver, entre outros estudos: Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986; Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Correa, Mariza. *Os crimes de paixão.* São Paulo: Brasiliense, 1981; Idem. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.* Rio de Janeiro: Graal, 1983; Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). Op.cit.*

[36] Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* 2ª. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p. V.

resistência.[37] Além disso, os pesquisadores no Brasil, em sua maioria, ainda utilizam as fontes criminais como sendo a principal documentação para se pensar o crime.

Contudo, mais recentemente vêm sendo produzidos alguns estudos no meio acadêmico que buscam se debruçar sobre as representações do crime durante a Primeira República, através de fontes da literatura[38] e da imprensa[39], influenciados pelo número crescente de trabalhos no Brasil que se alinham à perspectiva da nova História cultural[40]. Esses estudos possibilitaram os historiadores a pensar o crime a partir de outras fontes, até então negligenciadas pela historiografia, através principalmente de discussões acerca das narrativas de crimes e criminosos e das memórias sociais aí produzidas.

Mas há que se ressaltar que, em relação mais especificamente aos trabalhos sobre imprensa e crime, os estudos analisam a criminalidade a partir quase unicamente da associação que a imprensa estabelecia entre pobreza e periculosidade. Segundo essas pesquisas, a imprensa procurava estabelecer essa associação para adequar os populares das camadas empobrecidas da sociedade ao trabalho assalariado durante a instauração da ordem capitalista no Brasil. Estes estudos, ao trabalharem com essa perspectiva de análise, enfocam a ideia de que a "ociosidade do pobre", segundo a imprensa, constituiria a causa da criminalidade do período. De fato, esse argumento era muito veiculado na época, mas estava longe de ser a única justificativa produzida, como veremos ao longo da tese. Mesmo as reportagens que estabeleciam associações intrínsecas entre pobreza e criminalidade não veiculavam somente este tipo de argumento, como investigaremos no capítulo 2.

Os estudos sobre imprensa e crime, ao se debruçarem quase que somente na justificativa da "ociosidade do pobre", acabaram por ver o jornalismo como um

---

[37] Ver entre outros: Santos, Marco Antonio. "Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo (1890-1920). Juiz de Fora: *Lócus: revista de História*, v. 11, 1 e 2, p. 33-50, 2005; Pesavento, Sandra. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no Sul brasileiro no final do século XIX". Estudos Ibero-Americanos, PUCRR, v. XXX, n. 2, 2004, p. 27-37.

[38] Porto, Ana. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920).* Tese de Doutorado, UNICAMP, 2009.

[39] Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder.* São Paulo: Annablume, 2000; Porto, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano.* Dissertação de Mestrado, História, UNICAMP, 2003. Neto, Francisco Linhares. *Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime.* ANPUH-Fortaleza, 2009; Mattos, Rômulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Niterói: Tese de Doutorado, 2008, p. 94-122.

[40] Sobre a influência da Nova História Cultural na historiografia brasileira, ver: Vainfas, Ronaldo. "História das mentalidades e História cultural". In: *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia.* (orgs.) Vainfas, Ronaldo e Flamarion, Ciro. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 158-162.

instrumento meramente de controle e dominação social, na medida em que parecem ainda muito influenciados pela historiografia da década de 80 que pensa o crime, como vimos, a partir principalmente do controle social/dominação (e resistência).

Ao trabalharmos a imprensa não somente por esta perspectiva do controle social, procuramos levantar como ***hipótese central do estudo*** a ideia de que as reportagens policiais e os jornalistas produziam concepções mais alargadas da criminalidade, evidenciando outros debates e desafios, que não somente se restringiam à pobreza e à ociosidade. Outras questões também estavam em jogo, como o avanço da civilização, a formação da nação, as relações raciais, a viabilidade das eleições e as deficiências no policiamento. No interior dessas reportagens policiais, produziam-se diferentes imagens e "lutas de representações" [41] sobre os crimes e os criminosos da época; representações que se inseriam em campos de "concorrências e de competições cujos desafios se enunciavam em termos de poder e de dominação". [42] Afinal, os repórteres certamente não representavam um grupo monolítico, mas sim um grupo no qual havia diversos atores, cada qual produzindo visões distintas sobre o crime e criminosos, de acordo com seus diferentes interesses, convicções e posições políticas.

Para desenvolvermos a hipótese central do estudo, optamos por utilizar as reportagens policiais publicadas no *Jornal do Brasil*, na *Gazeta de Notícias* e no *Correio da Manhã*. O critério de seleção se justifica porque eram os principais jornais "populares" da cidade que buscavam produzir suas mensagens para um maior número de pessoas dos mais diferentes grupos [43]. Isso possivelmente foi um dos fatores que nos possibilitou perceber a existência da produção de variadas e divergentes concepções do crime do período.

Por isso, pode-se dizer que os jornais consultados não apenas representavam os interesses de grupos sociais ligados, de uma forma geral, à elite política e econômica da época, preocupados em estabelecer formas de controle social sobre os pobres, negros e imigrantes pobres. Tais periódicos, através das reportagens policiais, também pareciam buscar representar os mais variados interesses e perspectivas dos mais diferentes grupos, incluindo os dos setores médios e pobres da população.

---

[41] Chartier, Roger. *A história cultural. Op. cit.*, p. 17.
[42] Chartier, Roger. *A história cultural. Op. cit.*, p. 17.
[43] O termo popular não é utilizado aqui com o sentido de "povo simples" ou os "pobres" ou os "dominados". Sobre essa mesma denominação de popular, ver o trabalho de Ana Porto acerca das notícias de crimes na *Folha de São Paulo* de finais do século XIX e começo do XX. Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op. cit.*

Se fôssemos trabalhar com os jornais que enfatizavam seu trânsito em determinados grupos da sociedade como *Jornal do Commercio* – lido "por políticos, pelos homens de negócios, funcionários graduados"[44] –, possivelmente teríamos encontrado um olhar sobre o crime mais direcionado às demandas e anseios desse grupo. Nosso estudo não objetiva comparar os jornais "populares" dos ditos não-populares. Por isso, não utilizamos os impressos que buscavam ter um público mais restrito.

Em relação à documentação consultada, as notícias de crimes foram pesquisadas na seção de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e em jornais microfilmados, já que os originais não estão bem conservados. Foram consultadas 1.733 notícias de quase todos os anos das décadas de 1900 e 1910[45], nos meses de fevereiro, março, maio, junho, julho, outubro e novembro. [46]

Optamos por consultar esses meses do ano, pois são períodos marcados por festas, como a festa da Penha e o carnaval, momentos nos quais os ladrões e criminosos de uma forma geral parecem perpetrar os seus crimes de forma mais intensa, já que se aproveitam da grande aglomeração nas ruas existente nessas ocasiões para cometer variados delitos pela cidade. A própria polícia e os jornais da época estudada chamavam atenção para isso. Segundo um chefe do Corpo de Segurança (Major Bandeira de Mello): "E todos os anos, quando se aproxima a época dos grandes folguedos (de carnaval), o meu primeiro cuidado é prender os ladrões e tipos de má nota que infestam a cidade. Nessas ocasiões, quando a aglomeração nas ruas é grande, é quando justamente eles aparecem e se metem entre o povo para fazer a sua colheita".[47]

A análise quantitativa destas reportagens, que serão esboçadas nos capítulos da tese em formas de muitas tabelas, foi feita em notícias a partir de três parágrafos de texto. Optou-se por fazer tal seleção, pois nas matérias publicadas em poucas linhas não há, a nosso ver, informações importantes para serem investigadas, uma vez que elas eram escritas de forma tão somente descritiva, sem normalmente nenhum comentário. Nas tabelas as reportagens foram contabilizadas de acordo com os anos e meses consultados na pesquisa, já anteriormente mencionados.

---

[44] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op. cit.*
[45] Os anos consultados foram: 1900, 1903, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1913, 1915, 1916, 1918, 1919 e 1920. A escolha dos anos foi aleatória.
[46] Vale notar que no *Correio da Manhã* não pesquisei o ano de 1900, pois o jornal foi fundado em 1901. Por isso, consultei as reportagens policiais do referido impresso a partir do ano de 1901.
[47] "O carnaval e a polícia preventiva", *Gazeta de Notícias*, 14/02/1918, 2.

Como documentação auxiliar a tais notícias, a tese utilizará artigos/crônicas de jornais e crônicas/memórias publicadas em livros. Utilizaremos as memórias para analisar questões relativas aos repórteres e ao jornalismo da época. No que se refere às crônicas e artigos, estas fontes serão usadas para examinar as representações produzidas sobre algumas questões criminais relativas às variáveis sociais e políticas/ eleitorais, e sobre alguns criminosos famosos que circulavam pelo Rio do período.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo procura apresentar a nossa principal fonte de pesquisa, ao analisarmos a produção das notícias policiais e os profissionais dos jornais que se dedicaram a cobrir os crimes do Rio de Janeiro. Examina também as relações entre crime e cidade, e entre policiamento e criminalidade, estabelecidas nas reportagens policiais.

O segundo capítulo procura entender as associações entre pobreza, meio social, cor/raça e crime. O terceiro analisa as relações estabelecidas entre criminalidade, avanço da civilização e imigração estrangeira. Por fim, o último capítulo procura avaliar a relação entre política, eleições e criminalidade.

CAPÍTULO I: REPORTAGENS E REPÓRTERES POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO

As reportagens policiais aqui analisadas eram veiculadas numa época na qual os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cediam lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função.[1] A transição da pequena à grande imprensa no Brasil começara antes do fim do século XIX:

> (...) mas fica bem marcada quando se abre o nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto e, nele à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte.[2]

Do ponto de vista da impressão, as inovações técnicas do período permitiram a reprodução de fotos e ilustrações e a maior rapidez no processo de produção. Segundo Marialva Barbosa[3], nas oficinas, as modernas impressoras, que substituíam as antigas (manuais), eram capazes de imprimir até 10 mil exemplares por hora. Ao lado disso, nas redações, um novo personagem – o repórter – era responsável pela apuração nos ministérios, na câmara, no senado, nas delegacias de polícia e nos teatros.[4]

A criação da figura do repórter é, como nos informa Marialva Barbosa, produto das mudanças que ocorreram nos jornais, a partir de 1880 e com mais intensidade na década seguinte.[5] Novos processos de produção foram introduzidos nos periódicos, onde o trabalho da redação se separava definitivamente do das oficinas e onde houve uma divisão de trabalho também nas redações. Segundo Marialva Barbosa[6], a criação da figura do repórter, um produto direto dessa divisão realizada por essas "fábricas de notícias", mostra que não era mais possível a existência apenas dos redatores de banca, que escreviam sobre todos os assuntos. Criaram-se divisões na redação, com variados setores de reportagens chefiados por um secretário, auxiliado por paginadores, elementos de ligação das oficinas com as redações.[7]

---

[1] Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 4ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 275.
[2] Idem, ibidem, p. 275.
[3] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op. cit.*, p. 15.
[4] Idem, ibidem.
[5] Idem, ibidem.
[6] Idem, ibidem.
[7] Idem, ibidem.

Paralelamente a tais mudanças, assistia-se também ao sepultamento das folhas do jornalismo do século XIX.[8] Segundo o jornalista Luiz Edmundo[9], os periódicos do referido século possuíam paginação sem movimento ou graça, um alinhamento monótono de colunas, poucas matérias policiais, desconhecimento de manchetes e de outros procedimentos jornalísticos. Já a fórmula editorial do novo jornalismo incluía, como salientou Marialva Barbosa, edições de notícias policiais, que passavam a tomar mais e mais os espaços dos periódicos, até mesmo na primeira página.[10]

Este capítulo investiga a produção dessas notícias e os profissionais de imprensa que se dedicaram a cobrir os crimes da cidade do Rio de Janeiro[11]. Além disso, pretende fazer uma espécie de "mapeamento das representações" da geografia da criminalidade nas diferentes áreas do Rio de Janeiro do período.[12] Por fim, discute as justificativas que atribuíam o aumento da criminalidade à inoperância policial.

1. Reportagens de crimes

Como já salientado, os grandes jornais cariocas *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã* deram ampla publicidade às notícias de crimes no início do século XX. De um total de 1.733 reportagens criminais consultadas, verificou-se que, dentre os três periódicos selecionados, o *Jornal do Brasil* foi o que mais publicou tais textos (44, 2 % ou 766 notícias).

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891 pelo Ministro da Educação do Império Rodolfo Dantas. Em 1894 passou a ser chefiado pelo advogado Fernando Mendes. De 1900 até 1910, tais como os jornais mais populares da época – a *Gazeta* e o *Paiz* – o *Jornal do Brasil* foi vendido por 100 réis o exemplar avulso; a assinatura semestral custava 16$000 e a anual 30$000.[13] A ampla publicação das notícias policiais no *Jornal do Brasil* se deu num momento no qual o referido periódico passava por profundas

---

[8] Bulhões, Marcelo. "João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX". *Revista FAMECOS,* Porto Alegre, nº 32, 2007, p. 79.
[9] Edmundo, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* 3 vols., Rio de Janeiro, 1938, *apud* Bulhões, Marcelo. "João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX". *Op.cit*, p. 79.
[10] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920.* Tese de Doutorado, História, UFF, 1996, p. 18.
[11] Vale notar que não encontramos dados biográficos de alguns repórteres que serão aqui citados.
[12] Vale ressaltar que não foi possível fazer uma análise quantitativa das notícias de crimes por área, já que os repórteres muitas vezes informavam as ruas ou distritos policiais – que por nós são desconhecidos –, onde ocorriam os casos de crimes, sem identificar quais eram as áreas pertencentes a tais lugares (centro, região norte, sul, subúrbio, freguesias rurais).
[13] Silva, Eduardo. *As queixas do povo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 49.

mudanças em sua estrutura empresarial, administrativa, redacional e editorial que definitivamente o transformaram no "popularíssimo", como observou Marialva Barbosa. [14]

Depois do *Jornal do Brasil*, verificamos em nossa amostra que a *Gazeta de Notícias* foi o periódico que mais publicou as notícias policiais (34,3% ou 596 reportagens de um total de 1.733 notícias consultadas). O jornal foi fundado pelo médico Ferreira de Araújo, no ano de 1875. Em 1896 passou a ser dirigido, com a morte de Ferreira, pelo advogado Henrique Chaves. Segundo Eduardo Coutinho, vivendo principalmente de publicidade, "o órgão visava penetrar em todos os meios e alargar o círculo de seus leitores para aumentar o valor de seus anúncios" [15].

Em função disso, a *Gazeta* empreendia, a partir de 1907, uma série de mudanças gráfico-editoriais e de conteúdo, com o objetivo de aumentar sua audiência face à concorrência de outros periódicos. Jornal literário desde a sua fundação em 1875, passou em 1907 a introduzir a cor em suas páginas e a destacar os crimes monstruosos, fotos de vítimas mortas e mutiladas. [16] Era um jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar, quando o *Jornal do Commercio*, por exemplo, custava 100 réis.[17] Eduardo Coutinho[18], ao citar um trabalho de Leonardo Pereira, ressaltou que a *Gazeta de Notícias* para conquistar o grande público buscava não só apelar para um preço acessível e um texto leve. Procurava trazer em suas folhas "aqueles temas de interesse do maior número de seus possíveis compradores".[19] Em outras palavras, o jornal buscava tirar sua energia do "gosto das ruas"[20], como os próprios fatos criminais e as festas da cidade.

No que se refere ao *Correio*, ainda que comparativamente aos outros jornais consultados fosse a folha que menos publicou as matérias de crimes (21,4% ou 371 notícias de um total de 1.733 reportagens consultadas), elas assumiam lugar de destaque no jornal, acompanhadas no decorrer dos anos de 1900 de ilustrações e fotografias. O *Correio da Manhã* foi fundado em 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt. Era um dos jornais mais baratos da cidade, custando o exemplar avulso 100 réis, e as

---

[14] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[15] Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo. Op. cit.*, p. 39.
[16] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[17] Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo. Op.cit.;* Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op.cit.*
[18] Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo. Op. cit.*
[19] Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras.* Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1994, p. 13.
[20] Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo. Op. cit.*, p. 39.

assinaturas, que inicialmente eram de 30$000 a anual e 19$000 réis a semestral, diminuíram de preço em 1904, passando para 25$000 e 16$000.[21]

Tanto o *Correio da Manhã* quanto a *Gazeta* e o *Jornal do Brasil* apresentaram em nossa amostra um aumento, ainda que não expressivo, das reportagens criminais na década de 1910 (ver o quadro abaixo). É possível que esse pequeno crescimento tenha ocorrido devido à própria expansão da imprensa carioca nos anos de 1910, já que em média de quatro páginas suas folhas passaram a ter 10/15 páginas.

Quadro 1 – Número de reportagens criminais nas décadas de 1900 e 1910

Período	***Jornal do Brasil***		***Gazeta de Notícias***		***Correio da Manhã***		***Total de publicações nos jornais***	
	Nº	***%***	***Nº***	***%***	***Nº***	***%***	***Nº***	***%***
1900-1910	364	47,5%	249	41,8%	170	45,8%	783	45,2%
1911-1920	402	52,5%	347	58,2%	201	54,2%	950	54,8%
Total:	***766***	***100%***	***596***	***100%***	***371***	***100%***	***1.733***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

As notícias de crimes nos impressos cariocas consultados podiam estar espalhadas ao longo do jornal ou publicadas na seção de *fait divers*. As notícias na referida seção podiam vir nos jornais cariocas com a rubrica "Fatos diversos", "Fatos policiais", "Noticiário policial", entre outras expressões, ou ainda no termo original. Elas podiam ser publicadas desde as primeiras até as últimas páginas dos jornais.

Vale notar que uma das características dos *faits divers* são a concessão que fazem à narrativa, permitindo ao narrador o uso do tom melodramático, tributário do folhetim.[22] Neles, as histórias reais são contadas como ficção, não raro com dados inventados.[23]

Apesar do *fait divers* ser uma "notícia extraordinária, transmitida em forma romanceada"[24], é uma expressão que também recebeu vários sentidos, como previne,

[21] Idem, ibidem.
[22] No Brasil, a difusão desse gênero jornalístico (ou literário) foi quase concomitante à sua invenção na Europa no século XIX, como bem assinala a historiadora Valéria Guimarães. Guimarães, Valéria. "Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX", *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 227-240, 2009.
[23] Idem, ibidem.
[24] Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 98.

segundo Marlyse Meyer, o prefácio do catálogo da exposição sobre *fait divers* organizada em 1982 pelo Muséé National des Arts et Traditions Populaires de Paris.

> O termo *fait divers* tornou-se hoje de uso tão banal que nem nos ocorreria interrogar-nos sobre a realidade do que ele recobre. É utilizado todos os dias como se designasse um conceito bem definido que nos viria naturalmente ao espírito. Trata-se no entanto de expressão relativamente recente. Surgiu em *Le Petit Journal* em 1863 e não consta que tivesse sido utilizada anteriormente. Até então, falava-se, como diziam Balzac ou Nerval, de "*canards*" ou de "*fait Paris*", ou de "*nouvelles*" que são qualificadas de "curiosas", "singulares" ou "extraordinárias". Deve-se notar também que a maioria das línguas européias não dispõe de um equivalente exato. O conceito de *fait divers* não se impõe portanto per si. É uma noção aproximativa, que deve ser manejada com cautela. A própria expressão tem dois sentidos: um, jornalístico, de categoria de informação, ou outro, costumeiro e público, que visa os próprios fatos, na sua realidade. A expressão *fait divers* não designa portanto somente uma atividade de distribuição de notícias entre as rubricas de um jornal, ou um tipo de informação, mas também, com uma conotação explicitamente pejorativa, uma categoria particular de acontecimentos. [25]

Roland Barthes em seu texto clássico "Essais Critiques" assinalou a dificuldade da definição daquilo que ele considerava o "baú dos inclassificáveis da comunicação"[26]. Segundo Marlyse Meyer, o verbete do *Grand Larousse Universel* do século XIX dá uma ideia dessa mixórdia:

> Sob essa rubrica os jornais agrupam com arte e publicam regularmente as mais diferentes notícias que correm pelo mundo: pequenos escândalos, acidentes de carros, crimes hediondos, suicídios de amor, pedreiro caindo do quinto andar, assalto a mão armada, chuva de gafanhotos ou de sapos, naufrágios, incêndios, inundações, aventuras divertidas, raptos misteriosos, execuções capitais, casos de hidrofobia, de antropofagia, de sonambulismo e de letargia; salvamentos e fenômenos da natureza, tais que o bezerro com duas cabeças, gêmeos grudados pelo ventre, anões extraordinários etc. [27]

Vale notar que, no caso das notícias de crimes publicadas na seção do *fait divers* dos jornais do Rio de Janeiro, elas eram, grosso modo, muito semelhantes às outras notícias policiais publicadas fora dessa seção, tanto no que diz respeito à forma textual quanto ao conteúdo. Talvez pela própria dificuldade de se definir o *fait divers*

---

[25] *Apud* Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. *Op. cit.*, p. 98.
[26] Barthes, Roland. *Essais Critiques.* Paris: Éditions du Seuil, 1964, *apud* Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história. Op.cit.*, p. 98.
[27] *Apud* Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. *Op. cit.*, p. 99.

seja difícil identificar quais notícias eram *fait divers* e quais não eram. Por isso, este estudo irá analisar as notícias de crimes de forma geral, sem fazer um exame específico desse gênero jornalístico (ou literário).

1.1. As produções textuais das notícias de crimes

Na imprensa, as notícias de crimes eram produzidas de três formas diferentes: em registros de pequenas notas, em reportagens em forma de artigos, e por fim em grandes coberturas policiais.

Com relação às notícias em forma de notas, estas aparentemente eram produzidas de maneira sóbria, sem apelo sensacionalista e publicadas quase que diariamente pelos jornais. Os textos aí tinham a aparência de notícias meramente informativas, sem comentários dos repórteres/redatores e sem a publicação de fotografias. Os verbos eram usados na terceira pessoa do singular e as frases eram impessoais: "José Guedes de Macedo e Rodolpho Campos da Silva queixaram-se à polícia do 20º. distrito de que os ladrões penetraram nos quintais de suas residências, a rua Macedo Brega, n. 87 e 93 e de lá furtaram galinhas e roupas. A polícia prometeu providenciar"[28].

Embora tais textos tivessem pretensamente a intenção da neutralidade e imparcialidade, é importante salientar, como observa Jacqueline Lima[29], que não existe a possibilidade de uma escrita desinteressada ou meramente neutra. Fatores como o lugar de onde se fala, o contexto social e histórico, a própria formação do jornalista e a sua recepção pelo público influenciam na geração de um texto. [30]

Em todo caso, as notícias que apareciam em forma de notas geralmente eram publicadas no meio ou nas últimas páginas dos jornais, com frases e parágrafos curtos. Este tipo de escrita surge da interferência da língua falada na língua escrita, que resultam, juntas, em clareza e agilidade.[31]

---

[28] "Furto de galinhas e roupas", *Gazeta de Notícias*, 4/03/1917, 6.
[29] Lima, Jacqueline de Cássia Pinheiro. "Harmonia e dissonância na imprensa carioca na primeira década do século XX", *História e História*, 2005.
[30] Idem, ibidem.
[31] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit.*, p. 188.

Nessas notícias em registros de pequenas notas apareciam os pequenos delitos (como furtos de galinhas, roupas, caixas), sem a ocorrência de crimes violentos. [32] Assim como os textos das referidas notícias, os seus títulos também vinham registrados em poucas palavras e de forma aparentemente informativa, sem comentários do repórter/redator, tais como "furto de galinhas e roupas"[33], "furto de uma caixa"[34] e "furto"[35]. Nesse tipo de publicação dá-se a impressão ao leitor de que os repórteres assumiam apenas a função de noticiaristas, pois aparentemente noticiavam os crimes que coletavam.

Mas vale notar que, a partir de finais dos anos de 1900, simultaneamente a essas pequenas notas que continuaram a ser publicadas nas páginas dos jornais, apareciam cada vez mais no noticiário policial reportagens que ocupavam mais espaço nas folhas. Isso ocorreu num momento no qual os jornais aumentaram o seu número de páginas (em média de quatro a 10/15 páginas). Essas reportagens, que diziam respeito às matérias em forma de artigos e às grandes coberturas policiais, mesclavam informação e comentários dos repórteres /redatores[36].

O ideal de neutralidade do texto também esteve aí presente, já que tal ideal não impede a valorização permanente da opinião. Não é à toa que muitas vezes os repórteres policiais eram aí chamados de cronistas (policiais), e não apenas de noticiaristas.

> Os roubos nos subúrbios.... É já uma obrigação do noticiarista. (...) E, se fosse o cronista policial escrever todos os roubos ali praticados, isto é, se conseguisse das delegacias suburbanas as notas de todos os assaltos que chegam ao seu conhecimento, notas essas que as autoridades ocultam avaramente, com certeza por vergonha, não teria tempo para outra coisa, nem sobraria ao jornal o espaço de uma linha. [37]

Nestas publicações, os repórteres de crimes podiam ser chamados de cronistas, pois, semelhantemente a estes últimos, buscavam também trazer um olhar reflexivo

---

[32] Vale notar que neste capítulo não quantificaremos os tipos de crimes relatados nos jornais. Isso será feito nos capítulos seguintes da tese, a partir dos critérios de ordem social/racial/nacional, políticos/eleitorais e de policiamento.
[33] *Gazeta de Notícias*, 4/03/1917, 6.
[34] *Jornal do Brasil*, 28/05/1913, 6.
[35] *Correio da Manhã*, 7/11/1907, 5.
[36] Na nossa pesquisa, constatamos que, dos delitos coletados, nos anos iniciais dos anos de 1900 as notícias de jornais sobre os crimes ocorridos nas eleições federais de 1903, o crime de latrocínio cometido por Carleto e sua quadrilha em 1906 e algumas notícias que associaram de forma intrínseca cor/raça e crime constituíram exceções à forma como eram produzidos os textos do noticiário criminal até então, já que foram alvos de extensas reportagens policiais. Sobre o assunto, ver os capítulos 2, 3 e 4 da tese.
[37] *Correio da Manhã*, 30/03/1919, p. 3.

sobre a realidade criminal, através de comentários, ideias e impressões acerca da mesma.[38] Mas vale observar que, apesar dos repórteres poderem ser chamados de cronistas, eles não ocupavam o cargo especial de cronista num jornal, já que, afinal, seus salários não eram equivalentes a tal profissional e não possuíam o mesmo prestígio que os cronistas tinham.[39]

De qualquer forma, ao mesclarem opinião e informação naquelas notícias, podiam usar o verbo na terceira pessoa do singular ou na terceira pessoa do plural. Em ambas situações, as opiniões tinham em aparência o sentido de expressar um consenso, como se *todos* os significados com que os repórteres trabalhavam fossem comuns para *toda* a sociedade[40], mesmo que saibamos que na prática as notícias eram (e são) produto do que os jornalistas entendiam (e entendem) como significados coletivos.

> A falta de policiamento no Rio de Janeiro é um fato para o qual nem se deve mais chamar a atenção do Dr. Belisário Tavarora, porquanto v. ex. parece disposto a não ligar a mínima importância, muito embora esse fato venha a prejudicá-lo e desmoralizar a sua administração.
> Esse ramo do serviço público a polícia, há muito que vem mostrando aos mais bem intencionados para com o chefe a sua *debache*, pois não se pode dizer outra coisa de uma polícia, que nem sequer está em condições de desempenhar um serviço trivial de ronda.
> (...) No bairro populoso de Glória houve um assalto levado a efeito com sucesso, e não fora uma circunstância toda ocasional, e a polícia teria mais uma vítima, para por no limpo, onde já muitos estão os assassinos do velho Pinto, de Sara Itanowich e os autores de mil e outros delitos de toda a natureza. (...). [41]

Mas vale ressaltar que nas notícias que utilizavam o verbo na terceira pessoa do plural passa-se mais fortemente a impressão de que esses significados coletivos eram compartilhados com os leitores, como se houvesse um amálgama suspeito entre o jornalista/jornal, o leitor e a opinião.[42] Segundo uma reportagem: "Os gatunos tem plena certeza de que o policiamento de *nossa* cidade" – ou seja, a cidade do repórter/jornal e a

---

[38] Velloso, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro. Op. cit.*

[39] Para se ter uma ideia, na *Gazeta de Notícias*, durante a primeira década do século XX, enquanto um repórter recebia de 160$ a 200$, um cronista podia receber 50$000, tal como foi o caso de Olavo Bilac. Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*, p. 62.

[40] Mauch, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: Edunisc / ANPUH-RS, 2004. Schwarcz, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[41] "Uma escalada: O Rio de Janeiro está sem polícia. Quem disser ter suas casas guardadas... compre leite", *Correio da Manhã*, 11/02/1913, 3.

[42] Kalifa, Dominique. *Lês Tâcherons de l´information: petits reporters et fait divers à la "Belle Époque"*. Revue d´histoire moderne et contemporaine, 40-4, Octobre-décembre, 1993.

do público – "é o pior possível e o mais deprimente para uma capital civilizada, tanto que eles fazem as escaladas, cometem roubos e transportam-nos com toda a calma, com todo o vagar (*grifos nossos*)" [43].

O historiador francês Dominique Kalifa, ao observar o uso da primeira pessoa do plural nas notícias de crimes da imprensa francesa da *belle époque*, considera que tal "emprego não tinha outra função que reativar sem interrupção modos de pensamentos coletivos e lugares comuns da memória ou de pensamento". [44]

Mas independentemente do emprego do verbo, no que se refere especificamente às notícias em forma de artigos, elas podiam ocupar desde as primeiras páginas até as últimas páginas dos jornais, podendo ser redigidas em letras menores (corpo 18) ou maiores (corpo 42). Em relação aos crimes cometidos pelos ladrões e cabos-eleitorais/capangas de políticos, também os delitos aí relatados eram variáveis, podendo contemplar desde pequenos delitos – como furto/roubo de galinhas – até crimes de médio porte e grandes proporções, como assassinatos e assaltos a bancos.

Normalmente esses textos eram divididos em duas partes diferentes, mas ao mesmo tempo complementares. Na primeira parte, tecia-se comentários sobre a suposta "onda de crescimento da criminalidade" no Rio, de forma a apelar para as emoções do público. Na segunda parte, o repórter trazia informações sobre os fatos criminais ocorridos na cidade como forma de embasar os comentários feitos na primeira parte do texto. Embora essas duas partes do texto fossem distintas, tinham a mesma finalidade: passar a ideia de que o Rio estava em completo caos, pois a cidade estaria repleta de criminosos, assaltos, roubos, furtos, agressões e assassinatos. A notícia abaixo é um exemplo disso.

> Apavora o desassombro com que nestes últimos tempos, os ladrões têm infestado esta cidade.
> Raro, bem raro é o dia em que a polícia não registra um assalto audacioso, revestido de planos novos de que os larápios são tão férteis. E, entretanto, não se sabe de medidas especiais postas em prática para reprimir essa grande e perigosa horda de malfeitores que vão dominando inteiramente a nossa metrópole, cuja população sente-se já sem nenhuma garantia.
> O assalto ontem verificado na zona do 9º. distrito diz bem de que são capazes os ladrões que por aqui passeiam impunemente, zombando da própria polícia.

---

[43] "Um armarinho assaltado", *Correio da Manhã*, 21/10/1903, 4.
[44] Kalifa, Dominique. *Lês Tâcherons de l´information: petits reporters et fait divers à la "Belle Époque"*. *Op.cit.*

> O fato passou-se pela madrugada, cerca das 2:30 hs, no armazém de secos e molhados, situado à Avenida Salvador de Sá, n. 216, esquina da rua Faria e de propriedade do Sr. Francisco Valente Sobrinho.
> É um vasto armazém bem sortido e de movimento comercial considerável, por isso os ladrões viram ali uma empresa de ótimos resultados, auxiliados pela completa ausência de policiamento no local àquela hora.
> Pulando o gradil da casa n. 218, residência do sr Francisco Valente Sobrinho e de sua senhora D. Miquelina Sobrinho, os ladrões em número de oito, ganharam a área, cimentada que separa esse prédio do armazém. Vencida essa primeira etapa, os meliantes arrombaram o cadeado da porta dos fundos da casa de negócio e entraram.
> No interior do estabelecimento foram a uma prateleira, tiraram um pacote de velas e acenderam uma delas com auxílio da luz. Deram início a operação.
> Arrombaram a máquina registradora e retiraram cerca de 1:200 $(...)
> Prepararam-se os oito meliantes para prosseguirem no saque, quando D. Miquelina e seu esposo ouviram o rumor que se fazia no armazém. Imediatamente trataram de despertar os seus empregados que dormiam no porão da casa n. 218.
> O primeiro a dar alarme foi Antonio de Almeida que saiu a correr para a rua pedindo socorro.
> Enquanto isso, o Sr. Valente e os três outros caixeiros ficaram a porta para impedir que os ladrões fugissem. Estes, porém, confiantes na sua superioridade numérica e na coragem que os animava, permaneciam calmamente no estabelecimento.
> Mas os apitos e gritos despertaram a atenção dos moradores circunvizinhos e de dois policiais que rondavam as ruas próximas. Os ladrões vendo então que seriam presos trataram de fugir, subindo para o telhado da casa, n. 3, residência do Sr. Joaquim Reis (...).[45]

Era comum fazer nesse tipo de publicação a repetição sistemática do acontecimento criminal, através do uso dos advérbios de tempo ("sempre os ladrões!"[46] ; "ainda vem verificando nos subúrbios uma série interminável de assaltos e roubos"[47]) e dos advérbios de adição ("mais um crime foi perpetrado"[48]).

A repetição sistemática do acontecimento criminal também se dava através do uso da memória, que foi um instrumento recorrente na narrativa jornalística. Em suas reportagens, os jornalistas utilizavam-se dos vínculos mnemônicos para garantir uma sensação de continuidade dos acontecimentos criminais, no recurso de ir e vir na flecha do tempo ("Os ladrões continuam a agir com todo desassombro nos arrabaldes e

[45] "A audácia de uma quadrilha de ladrões: um armazém assaltado na Avenida Salvador de Sá", *Gazeta de Notícias*, 3/11/1919, 3.
[46] *Gazeta de Notícias*, 15/02/1920, 4.
[47] "O ladrão Traquilo e sua quadrilha", *Gazeta de Notícias*, 16/03/1919, 5.
[48] "Matar para roubar", *Jornal do Brasil*, 20/03/1919, 11.

subúrbios”[49], “continua a favela ..... a fornecer diariamente as notas mais rubras”[50]), rememorando outros casos nos quais ocorreram experiências urbanas semelhantes. [51]

Os repórteres construíam tais textos através de uma linguagem simples e com um vocabulário próximo ao da linguagem da rua[52] (“boca na botija”, “mane”, “gravata”, “otário”).

Ao lado do texto, havia geralmente a foto do gatuno e abaixo dela uma legenda que indicava o nome e/ou vulgo do criminoso (“O ladrão João Santarém”[53]; “O ratoneiro Alcides Machado”[54]; “Rodoaldo da Costa, vulgo “Piolho de Cobra”[55]). A legenda poderia ainda vir tecida por comentários acerca dos predicativos que os jornalistas teciam sobre a figura dos ladrões (“Euclides Silva, o perigoso ladrão e desordeiro”[56], “O terrível João do Nascimento”[57]).

Com relação às imagens de criminosos veiculadas nos jornais, as fotografias que acompanhavam as reportagens não pareciam ser meramente ilustrativas. Como muitos dos leitores ainda eram parcamente alfabetizados, a imagem poderia produzir, conforme assinalou Marialva Barbosa, além da materialização do acontecimento, um sentido de realidade que a descrição textual sozinha não continha.[58]

Quanto à construção dos títulos dessas reportagens, eles vinham geralmente seguidos de subtítulos que serviam como uma espécie de resumo da matéria que iria ser lida pelo leitor. “Ladrões audaciosos: na rua do Rezende: falta de policiamento”[59]. O estilo é entrecortado, o que sugere, como afirma Marialva Barbosa, ao analisar também as notícias policiais em sua recente pesquisa, uma leitura entrecortada, uma leitura titubeante, uma leitura de um leitor real que ainda não estava de todo familiarizado com as letras impressas[60].

---

[49] *Gazeta de Notícias*, 3/07/1919, 2.
[50] *Correio da Manhã*, 14/02/1916, 3.
[51] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil*, 1900-2000. *Op. cit.*
[52] Lopes, Antonio Herculano. “ Do monarquismo ao “populismo”: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Neves, Lúcia Maria Bastos, Morel, Marco, Ferreira, Tânia Maria Bessone da C. (orgs). Rio de Janeiro: DPA: FAPERJ, 2006, p. 337.
[53] “Os ladrões nos subúrbios”, *Correio da Manhã*, 10/10/1916, 3.
[54] “Apanhado em flagrante”, *Gazeta de Notícias*, 2/05/1916, 5.
[55] “Sátiro sanguinário”, *Gazeta de Notícias*, 27/02/1920, 3.
[56] “Ladrão e desordeiro”, *Gazeta de Notícias*, 7/05/1920, 3.
[57] “Ladrão e desordeiro”, *Gazeta de Notícias*, 8/03/1919, 3.
[58] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[59] *Jornal do Brasil*, 2/02/1910, 4.
[60] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil*, 1900-2000. *Op. cit.*, p. 54.

Neste local, os jornais mostravam os tipos de crimes noticiados ("roubos e furtos[61]"; "assassinato e furto" [62]), os objetos roubados ("furtos de jóias"[63], "Roubo de 20 contos"[64]), ou ainda como as vítimas foram roubadas ("Senhora assaltada") [65]. Era aí que se informava também o local onde os crimes teriam ocorrido ("Roubo na rua do Ouvidor"[66]; "Os ladrões em atividade no Catete"[67]).

No que se refere ao engendramento discursivo dos títulos, as notícias se utilizavam do emprego regular de determinantes indefinidos que anunciavam uma notícia de crime que o jornalista supunha que o leitor não conhecia[68] ("Um ladrão, abandonado pela polícia, depois de roubar um revolver, com a terrível arma fere gravemente o filho de um negociante")[69] (um gatuno roubou um revólver e feriu uma pessoa); "Ladra que fere a vítima"[70] (uma gatuna feriu uma pessoa). Mas os títulos também poderiam se caracterizar pelo uso de determinantes definidos que mostravam casos de crimes que envolviam nomes de ladrões que se supunham que eram conhecidos do público ("O Colibri": ladrão sanguinário"[71]; "As celebridades no crime: "Papa Galinha"[72]) .

Os títulos e subtítulos poderiam ter um caráter mais informativo ou uma feição mais crítica e opinativa. Os que tinham uma aparência mais informativa, destacava-se apenas quais eram os tipos de crimes ocorridos, para dar a impressão de objetividade da notícia. "Os ladrões: assaltos e roubo"[73]; "Assalto a uma joalheria: apreensões do furto". [74]

Já nos títulos de caráter mais opinativo, os jornais expressavam seus pareceres sobre os criminoso noticiados e seus crimes efetivados ("Ladrões audaciosos"[75]. "Astúcia de um larápio"[76]. "Larápio engenhoso"[77]. "Ladrão covarde"[78]. "Facínora

---

[61] *Gazeta de Notícias*, 28/06/1900, 2.
[62] *Jornal do Brasil*, 18/11/1903, 2.
[63] *Correio da Manhã*, 24/03/1915, 3.
[64] *Correio da Manhã*, 10/03/1905, 2.
[65] *Gazeta de Notícias*, 5/05/1905, 2.
[66] *Jornal do Brasil*, 14/03/1909, 5.
[67] *Jornal do Brasil*, 9/06/1916, 11.
[68] Pedroso, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.
[69] *Correio da Manhã*, 17/07/1911, 2.
[70] *Correio da Manhã*, 9/02/1915, 3.
[71] *Jornal do Brasil*, 10/03/1903, 2.
[72] *Gazeta de Notícias*, 4/05/1918, 3.
[73] *Gazeta de Notícias*, 3/06/1905, 4.
[74] *Correio da Manhã*, 19/05/1909, 2.
[75] *Jornal do Brasil*, 12/02/1906, 1.
[76] *Jornal do Brasil*, 17/07/1909, 5.
[77] *Jornal do Brasil*, 7/05/1908, 12.

terrível”[79]) ou sobre a ação (ou inação) policial no controle e combate ao crime (“Os ladrões em ação: subdelegado folião – assalto e roubo – e providência: nada”[80]; “Que faz a polícia: uma zona abandonada: os ladrões em ação”[81]).

Além disso, a linguagem próxima à das ruas também podia ser aí veiculada para aproximar os criminosos retratados com o universo popular. “Gatunos espertos: um “otário”. Policiais enganados”[82]. Inclusive os títulos poderiam conter frases com pontos de exclamação, como uma forma do jornal mostrar como o repórter era um sujeito sensível, que se emocionava e se indignava com as ocorrências de crimes na urbe (“Em pleno dia! Como eles andam – furto audacioso”;[83] “Paraíso dos ladrões: em plena cidade!”[84]; “O ladrão que mata!”[85]) ou com a falta (ou mau) de policiamento na cidade. (“A cidade saqueada: para o policiamento do morro de Santa Tereza há apenas três soldados!”[86]; “Não nos iludimos! A polícia e os ladrões”[87]).

Tais títulos poderiam vir expressos ainda em forma de cobrança à polícia (“O morro de São Carlos e rua S. Roberto precisavam de um policiamento permanente da força armada mesmo”[88]; “A polícia está no dever de agir: o Meyer abandonado”[89]), para que ela efetivasse um serviço de policiamento constante, eficaz e severo na cidade carioca.

Assim, os discursos jornalísticos podiam ser construídos não só no interior das matérias policiais, mas também nos próprios títulos. Era como se aí o jornalista começasse a oferecer o “mapa” discursivo da notícia para que o seu leitor caminhasse pela sociedade, como assinalou Marialva Barbosa.[90]

Mas vale notar que na imprensa o caráter opinativo dos textos e dos seus títulos vinha sobretudo expresso nas grandes coberturas policiais, ainda que a informação também estivesse aí bem presente, a partir dos fatos criminais minuciosamente relatados. Diferentemente dos dois outros tipos de textos produzidos no noticiário criminal, as grandes coberturas veiculavam um mesmo crime por dias ou meses. Os

---

[78] *Jornal do Brasil*, 14/10/1910, 6.
[79] *Jornal do Brasil*, 10/03/1910, 5.
[80] *Jornal do Brasil*, 6/02/1913, 7.
[81] *Jornal do Brasil*, 28/02/1910, 4.
[82] *Correio da Manhã*, 9/06/1903, 3.
[83] *Jornal do Brasil*, 15/03/1905, 4.
[84] *Jornal do Brasil*, 8/07/1915, 11.
[85] *Jornal do Brasil*, 8/11/1915, 7.
[86] *Correio da Manhã*, 5/03/1913, 5.
[87] *Jornal do Brasil*, 27/11/1915, 8.
[88] *Jornal do Brasil*, 25/07/1916, 9.
[89] *Jornal do Brasil*, 16/06/1916, 9.
[90] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*

delitos aí publicados eram aqueles que geravam grande sensação na cidade, sobretudo os crimes de sangue, nos casos aqui consultados, os homicídios e latrocínio.

Segundo Marcos Bretas, os crimes violentos, principalmente os homicídios, tornaram-se muito comuns no cotidiano da cidade, inundando as estatísticas criminais[91]. Boris Fausto assinala que os "grandes crimes" de teor sanguinolento se fixaram na memória coletiva e individual, chegando a atravessar gerações[92]. Alguns deles por tal motivo geraram não apenas as grandes coberturas policiais na imprensa, como também romances, notícias nos semanários e cinedocumentários.[93]

Dá-se a impressão de que os repórteres que faziam as coberturas desses grandes crimes estavam longe de ser aí representados como simples noticiaristas, devido ao forte caráter subjetivo desses textos.

> (...) Os casos sangrentos, belos justamente pelo seu tetricismo, vão enriquecendo o nosso cadastro até com intervalo de dias apenas. E, ao passo que a opinião pública por eles se prender, acumulando conjecturas, supondo hipóteses, vai a caudal de sangue cada vez mais se distendendo, macabramente, formando um lago (...)[94].

Certamente os repórteres na época almejavam fazer essas grandes coberturas policiais, já que eram essas reportagens que podiam, devido ao modo como eram produzidas, dar-lhes grande visibilidade e prestígio junto ao jornal e ao público. Afinal, as referidas matérias tinham grande destaque nas folhas dos jornais, pois eram publicadas em suas primeiras páginas, com títulos de feição escandalosa que visavam realçar a violência perpetrada: "Noite trágica. Duplo estrangulamento e roubo. Crime hediondo"[95]. "Um pleito de sangue: as eleições de ontem. Três assassinatos"[96]. "A eleição de intendentes: pleito em sangue". [97] Os seus títulos eram redigidos em letras grandes (corpo 48) ou mesmo garrafais (corpo 64 e por vezes 72). E por fim os textos eram acompanhados de fotos escandalosas dos corpos das vítimas, que davam ainda mais o tom de violência à notícia narrada. [98]

---

[91] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*, p. 83-84.
[92] Fausto, Boris. *O Crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 40, *apud* Dias, Allister Andrew Texeira. *"Dramas de sangue" na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921).* Rio de Janeiro: Fiocruz, Dissertação de Mestrado, 2010.
[93] Porto, Ana. *Novelas sangrentas. Op. cit.*, p. 97.
[94] "Num turbilhão de sangue", *Gazeta de Notícias*, 20/03/1919, 1.
[95] *Correio da Manhã*, 26/10/1906, 1.
[96] *Correio da Manhã*, 1/12/1909, 1.
[97] *Jornal do Brasil*, 2/11/1909, 5.
[98] Ver, por exemplo: "Estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 18/10/1906, 3.

Tais matérias tinham ainda mais destaque na imprensa quando os autores e os motivos dos crimes de sangue eram desconhecidos; delitos estes chamados pela imprensa de "crimes misteriosos". Para atiçar a imaginação do público, os jornais enchiam as páginas de títulos que visavam expressar o caráter misterioso e macabro que envolvera os crimes. "Estranguladores do Rio: assassinato e roubo. Cincoenta contos em jóias. Mistério profundo. Trevas por toda a parte".[99] "A onda de sangue avoluma-se: um novo crime misterioso na zona suburbana".[100]

No interior dessas matérias, também havia uma narrativa que dava um tom de suspense em relação à autoria e/ou à motivação do crime:

> Todas as cogitações sobre o crime da Vila Ruy Barbosa estavam diante desse personagem misterioso de mulato, companheiro e assassino de Leopold Krob. Os planos do feroz e bárbaro mulato, a sua execução e o seu êxito, tudo isso foi fácil de apreender logo no primeiro momento, quando apareceu afinal o cadáver putrefato de Krob.
> (...) Sobre o passado de Krob, pois, se voltam as vistas dos que na polícia, ou na reportagem, investigam apaixonadamente sobre o caso.
> Krob, depois de ser empregado nas oficinas da rua Nova do Ouvidor n. 17, como um bom oficial marceneiro que era, quis uma vez mudar de profissão: foi ser "chauffer". Empregou-se como tal em uma "garage" da rua do Catete.
> Por poucos meses ele esteve ali, saindo por fim para de novo voltar à antiga profissão encontrando emprego na mesma casa.
> Nem antes, nem depois de ter sido "chauffer", Krob havia feito referencias a pessoa do mulato.
> Só agora, quando o mulato começou a procurá-lo na rua Nova do Ouvidor, é que ele achou oportunidade de dizer que esse conhecimento vinha de tempo em que ele Krob havia voltado de uma viagem de Buenos Aires.
> A bordo ele conhecera o mulato e aqui chegados continuaram as relações. O mulato empregara-se na padaria da rua da Carioca. Isso há dois anos. Parece que o mulato saiu e isso mesmo agora ele próprio dizia, fazendo constar que havia estado na Europa, demorando-se em Paris.[101]

As grandes coberturas policiais podiam ser construídas alicerçadas nos fatos que começavam com o crime noticiado e nos anteriores que levavam a ele, e que não estavam necessariamente restritos àquele fato. [102] As reportagens podiam aí conter duas histórias: a do crime e a de seus antecedentes que englobam outras notícias

---

[99] *Jornal do Brasil*, 16/10/1906, 1.
[100] *Correio da Manhã*, 20/03/1919, 3.
[101] "O crime da Vila Ruy Barbosa. Golpeado a Machado", *Gazeta de Notícias*, 20/02/1908, 3.
[102] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1800-1900. Op. cit.*

semelhantes[103], muito possivelmente para atrair a atenção do público para o novo fato relatado.

> Depois do célebre esquartejamento de Maria de Macedo, crime empolgante e arrebatador, que sacudiu fortemente a imaginação popular associando-se o público na descoberta dos criminosos, é, sem dúvida, a tragédia da rua da Carioca o que mais vivamente interessou a todos os que dela tiveram notícia.
> A sofreguidão com que os leitores liam as descrições do crime, esperando com ansiedade a descoberta do inditoso Carlucci é a prova mais flagrante do que afirmamos.[104]

Todas essas produções dos textos que analisamos, apesar de serem construídas de formas diversas, possuíam um "protocolo de leitura" [105] que define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ou seja, uma leitura que estará de acordo com a intenção do autor, através de senhas implícitas ou explícitas aí contidas[106]. Esses textos pareciam ter como intenção central passar a ideia de que no Rio de Janeiro a criminalidade fazia parte constitutiva da vida cotidiana da cidade. Neste sentido, parecia haver aí a tentativa de naturalizar a criminalidade no Rio. Sobre tal naturalização, Antônio Serra argumenta:

> A própria qualificação de criminal (...) é na verdade fruto de apropriação de certos fatos, acontecimentos, personagens e sua tradução e recomposição em um produto que é o crime tal como apresentado na notícia. Daí decorre uma "naturalização" do crime, algo que está aí e que o jornal testemunha. (...) Se acrescentarmos que a prática da leitura do jornal é cotidiana, um espaço incorporado culturalmente à vida, ao qual recorremos "naturalmente" para saber o que se passa, concluiremos que aí se instala, como coisa dada, como referência espontânea, um universo do qual somos solidários e do qual nos tornamos igualmente personagens.[107]

No caso das notícias em forma de pequenas notas, a ideia de naturalização do crime não se dava através de um discurso explícito sobre a aumento das ocorrências criminais na cidade, mas sim pela frequência, quase que diária, com que tais textos eram veiculados pela imprensa. Essa forma de produzir as matérias dava a impressão de

---

[103] Idem, ibidem.
[104] "Estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 18/10/1906, 1.
[105] Chartier, Roger. "Do livro à leitura". In: *Práticas da leitura*. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
[106] Idem, ibidem, p. 96.
[107] Serra, Antônio. *O desvio nosso de cada dia – a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, p. 18.

que os fatos criminais narrados em um dia seriam repetidos no dia seguinte, ainda que envolvendo outros personagens, outros lugares.[108]

Já no que se refere aos dois outros tipos de notícias produzidas na imprensa, havia um discurso explícito sobre o aumento da criminalidade no Rio, a exemplo da seguinte reportagem: "A cidade continua infestada por essa ralé infame (desordeiros, ladrões e assassinos), que nos deprime, que nos dá acima de tudo prejuízos incalculáveis. (...) Os assaltos se reproduzem à luz meridiana".[109]

Mas as reportagens policiais não apenas diziam, de forma explícita ou implícita, que o Rio de Janeiro era uma cidade infestada pelo crime e criminosos. Em parte dessas publicações (442 ou 25,5% de um total de 1.733 reportagens policiais consultadas na pesquisa), os jornalistas buscavam compreender os diferentes motivos da criminalidade e de sua expansão na cidade, uma vez que queriam formar opinião.

O historiador Pierre Laborie, um estudioso sobre o fenômeno de opinião, ao analisar esse termo em um instigante artigo, o define como "um processo, um movimento em evolução permanente influenciado por múltiplos fatores, o qual exprime uma relação com o tempo e dele decorre. Depende, obviamente, do contexto e das categorias utilizadas, mas também dos regimes de temporalidades, das representações cruzadas entre passado, presente e futuro"[110].

Sobre os regimes de temporalidades, o autor chama nossa atenção: "fenômenos de opinião refletem representações do presente que, apesar das aparências, não exprimem unicamente a relação dos atores sociais com esse mesmo presente. Eles traduzem as reações cambiantes do sentimento coletivo diante das interrogações ou dos acontecimentos do presente, mas também diante de questões atemporais reformuladas ao presente. Nas hierarquias de importância ligadas ao contexto, eles remetem, pois, ao mesmo tempo, à visão do presente, às interpretações do passado e às expectativas do futuro".[111]

Se pensarmos nessas reflexões teóricas sobre os fenômenos de opinião para analisarmos como as representações do crime e criminosos eram produzidas nas reportagens policiais do início do século XX, vemos que elas eram resultado, em parte,

---

[108] Marialva Barbosa percebe também nos jornais contemporâneos a existência dessa temporalidade cíclica. Ver: Barbosa, Marialva. *Senhores da memória.* Niterói: Tese de concurso público para Professor Titular (Jornalismo), UFF, Comunicação Social, 1993.
[109] "Os salteadores de esquina", *Correio da Manhã*, 12/03/1913, 2.
[110] Laborie, Pierre. "Memória e opinião". In: *Cultura política, memória e historiografia.* Orgs. Cecília Azevedo (*et al.*). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 84.
[111] Idem, ibidem, p. 80-81.

das reações dos jornalistas e jornais diante das forças sociais e políticas do período em foco. Momento este marcado, entre outros aspectos, pelo desenvolvimento urbano, crescente expansão econômica, aumento da imigração estrangeira e pelas práticas violentas e fraudulentas nas eleições.

Mas como veremos ao longo da tese, os jornalistas ao produzirem suas representações do crime e criminosos não pareciam estar apenas antenados a essas forças sociais e políticas do período, como também ao passado escravista e às expectativas do futuro em relação à cidadania e à República na cidade.

Além disso, a construção dessas representações parecia ter relação também com outras tantas variáveis, que nos limites deste estudo não será possível analisar todas elas. De qualquer forma, a interferência dos financiadores das publicações dos periódicos, a formação do jornalista, as convicções, interesses e posições políticas dos jornalistas/jornais certamente influíram na criação das representações nos jornais de uma dada realidade social.

No caso das reportagens de crimes, pode ser também que a recepção do público a essas publicações, e o próprio modo como os leitores percebiam o problema da segurança pública na cidade, repercutisse de alguma forma na maneira como os repórteres retratavam o problema criminal, sobretudo a partir do início do século XX. Ao passarem a se deslocar nesse momento do prédio da redação para as ruas em busca de notícias[112], certamente passaram a ter um contato mais próximo com o público. Além disso, como nesse período de expansão da imprensa, os jornais procuravam conquistar um público mais vasto, pode ser que buscassem atender aos mais variados interesses, perspectivas e anseios do público em relação ao crime e às produções textuais referentes ao tema, vide pela própria produção do sensacional nas notícias policiais, como veremos no próximo tópico.[113]

1.2. O sensacional nas notícias policiais

[112] Velloso, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930). Op.cit.*

[113] Vale notar que, embora estejamos cientes de que a produção dos textos jornalísticos deva ser pensada também a partir da recepção do público, e não apenas através dos produtores das mensagens dessas publicações, foge aos propósitos da pesquisa analisar a maneira pela qual os leitores de cada um dos jornais consultados interpretavam os crimes na cidade.

Os jornais produziam um tipo de discurso que apelava ao extraordinário, que fugia ao comum, que se aproximava do inominável, do sensacional.[114] Mas o sensacional apelava também para as sensações, que provocavam emoção, que indicava uma relação de proximidade com o fato reconstruído a partir da memória das sensações, como salientou Marialva Barbosa.[115] Era assim um tipo de narrativa que visava provocar reações subjetivas e passionais no leitor-ouvinte.[116]

Mesmo que o leitor lesse as matérias policiais de forma indiferente, sem lhes conferir nenhuma reação emocional, o repórter procurava induzi-lo a ter diferentes sensações sobre os personagens narrados. Podia induzi-lo a sentir raiva do criminoso e pena da vítima, ao narrar histórias como a de um "pobre velho" que havia durante anos juntado "o único arrimo de sua velhice" e que fora morto e roubado por um indivíduo tido como "único companheiro seu".[117] O repórter podia ainda induzir o leitor a sentir pena do criminoso, ao contar, por exemplo, histórias tristes de meninos que, na perspectiva dos jornais/jornalistas, ao invés de serem bem cuidados pelos pais e terem instrução escolar, tornavam-se ladrões.[118]

As notícias sensacionais, como eram classificadas pelos jornalistas, invadiram as páginas de diversos jornais cariocas do início do século XX.[119] Nesta época, os periódicos passavam a destacar, em manchetes graficamente chamativas e em páginas inteiras editadas com grande quantidade de ilustrações e fotografias, o que eles chamavam de "crimes horríveis e monstruosos".

> As tragédias de sangue no Rio de Janeiro têm sucedido com uma freqüência de fazer calafrios. Estamos numa época desvairada de crimes horríveis e monstruosos, não havendo dia em que o noticiário dos jornais não traga a narrativa de um caso sinistro, desses que fazem lembrar as leituras rocambolescas dos velhos dramalhões à Terrail e Montepin. A série maldita não pára na sua fúria sensacional. Pelos diversos cantos da urbs, pode-se dizer que diariamente, ouve-se o rebate de um grande crime.[120]

---

[114] Barbosa, Marialva. "Jornalismo popular e o sensacionalismo". In: *Verso e Reverso*. Revista de Comunicação, n. 39, jan. 2005.
[115] Idem, ibidem.
[116] Meyer, Marlyse. *Folhetim. Op. cit.*, p. 100.
[117] "Assassinato e furto", *Jornal do Brasil*, 18/11/1903, 2.
[118] "Noticiário policial: o pequeno vagabundo. Entregue á polícia", *Jornal do Brasil*, 18/03/1915, 10. Ver o capítulo 2.
[119] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1900-2000. Op. cit.*
[120] *Correio da Manhã*, 27/02/1915, p. 3.

Nesse período, o termo "sensação" foi amplamente utilizado pelos jornais e jornalistas. A historiadora Ana Gomes Porto, em sua dissertação de mestrado sobre as notícias de crimes publicadas no jornal *Estado de São Paulo*[121], nos mostra que esta palavra, segundo o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, publicado em Lisboa pela primeira vez em 1868, seria além de uma impressão recebida por intermédio dos sentidos, uma impressão moral, uma emoção. Cita como exemplo para este sentido: "aquela notícia causou grande sensação".

Em *Páginas de sensação*, Alessandra El Far[122] também examina tal termo ao se debruçar sobre o que denominou de livros de sensação. A autora expõe que havia uma insistência dos editores portugueses no emprego da expressão "romance de sensação", acrescentando que o termo era largamente utilizado ao longo do século XIX.[123] Tal fato "evidenciava a familiaridade que o leitor de finais de oitocentos tinha com este tipo de narrativa".[124] Segundo a autora, nos jornais e nos textos literários, a palavra "sensação" era usada em Portugal como:

> Sinônimo de grandes fatos de imprevisível desfecho. Suicídio de homens da política, processos escandalosos, raptos de donzelas, envenenamentos, acidentes, homicídios meticulosos ganhavam, na pena dos redatores lusos, esse caráter excepcional. O tronco de uma mulher não identificada, encontrado numa maleta às margens do rio Sena, aparecia na imprensa sob o título de "crime sensacional"[125].

O uso do termo "sensação", segundo Ana Porto, tomou certamente "caminhos diversos, até porque é impossível impor limites ao uso das palavras, já que elas vão se adaptando às diversas situações e mesmo mudando de sentido"[126]. Mesmo assim, como observa El Far[127], a utilização do referido termo foi muito vinculada às notícias de crime.

No romance intitulado "Um crime no Rio de Janeiro", publicado em torno de 1922, o escritor e ex-repórter de crime Mauro de Almeida, ao parecer recordar seus

---

[121] Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op. cit.*
[122] Far, Alessandra El. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924).* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
[123] Idem, ibidem, *apud* Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op.cit.,* p. 148.
[124] Idem, ibidem, p. 115.
[125] Idem, ibidem, p. 118.
[126] Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op. cit.*, p. 148.
[127] Far, Alessandra El. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). Op. cit.*

tempos de repórter policial no início do século XX, salientava que as notícias "sensacionais ou escandalosas" em sua maioria eram "as policiais". [128]

Grosso modo, nos jornais cariocas, a palavra "sensação" era utilizada como sinônimo de crimes de sangue[129], como mostra a seguinte notícia: "A caudal de sangue avoluma-se. (...) Explode a nova nota sensacional de um outro crime impressionante (...) O móvel do crime foi o roubo".[130]

Tais crimes eram qualificados como "crimes de sensação" ou "crimes sensacionais", pois a eles eram imputadas uma impressão moral, uma emoção de medo e pavor.[131] Mas mesmo que os crimes narrados não fossem de sangue, as notícias de crimes privilegiavam, no caso aqui abordado, relatos das peripécias de ladrões e de cabos eleitorais/capangas de políticos que faziam sensação na cidade com suas reiteradas ações criminais.

> Em uma rápida reportagem que ontem fizemos a hora do conflito, soubemos de um assalto de que foi vítima há 4 ou 5 noites o Sr. José Joaquim Lopes de Almeida Fontes, funcionário do Jardim Botânico. Este cavalheiro voltava de uma festa quando, ao chegar a rua de Cattete, esquina da rua Dois de Dezembro, foi assaltado pelo Arthur Mulatinho (cabo eleitoral de políticos) que o intimou o Sr. Fontes, completamente indefeso, teve que entregar ao bandido o que possuía na importância de 20$000.
> Sábado último, soubemos também que o tal Ramiro, que pertence a mesma legião acima, espancou barbaramente mais uma mulher na rua do Catete (...).[132]

Alguns desses criminosos pareciam mesmo ser retratados quase que vilões de romances policiais, a exemplo dos considerados "célebres" Camisa Preta e Galleguinho, tidos como bandidos que causavam temor e pavor na sociedade com seus sucessivos crimes violentos e "sanguinários"[133]: "Camisa Preta (....) chegou a criar uma lenda em torno de seu nome, tal era a sua ferocidade".[134]

Para destacar a violência cometida, as reportagens policiais faziam uma descrição pormenorizada das cenas violentas:

---

[128] Almeida, Mauro. *Um crime no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, s.d., publicado em torno de 1922.
[129] Ana Porto também percebe que o termo era usado nesse sentido no jornal *Estado de São Paulo*. Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op. cit.*
[130] "A onda de sangue avoluma-se", *Correio da Manhã*, 20/03/1919, 3.
[131] Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op.cit.*
[132] "Tiros: o banditismo à solta", *Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, 3.
[133] Ver os capítulos 3 e 4 da tese.
[134] "O Camisa Preta", *Jornal do Brasil*, 13/07/1912, 8.

> (...) Ás 10 hs da noite de ontem, o conhecido gatuno De Lamarch Henri, que já por vezes tem tido entradas na Detenção, penetrou na casa da meretriz Sophia Crepps, residente à rua General Câmara n. 195, e, depois de algum tempo de estada ali, quis extorquir da mesma certa quantia.
> Sophia protestou; isso exasperou o terrível ladrão, que, brandindo um punhal, travou luta com a infeliz mulher, fazendo-lhe várias contusões pelo corpo e um ligeiro ferimento no cotovelo do braço direito.
> Aos gritos de socorro da vítima, acudiu o agente de polícia Caetano Joaquim de Figueiredo, que por ali passava, penetrando na casa, dando-lhe voz de prisão ao audaz ladrão.
> De Lamarchy, brandindo sempre a arma, por vezes tentou ferir o agente. Este, em defesa própria, sacou do revólver e desfechou um tiro, que atingiu o braço esquerdo do larápio.
> Afinal, acudindo praças de polícia, foi o gatuno preso em flagrante e conduzido à 3ª. delegacia urbana.
> (...) O gatuno foi recolhido preso a enfermaria da casa de Detenção.
> Sophia vai ser submetida ao corpo de delito.[135]

Os jornais também davam destaque minucioso a crueldade e perversidade dos criminosos e/ou dos crimes praticados, através de termos agressivos como "sangue", "fera", "monstro" e de fotos escandalosas que mostravam os corpos das vítimas, repletas de sangue e/ou com seus rostos deformados.[136]

Além disso, para dar um tom dramático à notícia, os jornais faziam questão de dizer que os próprios repórteres ficavam horrorizados com a "ferocidade humana" ao verem os corpos "ensanguentados" das vítimas.

> (...) Fixamos o olhar no cadáver e não pudemos conter um gesto de horror diante de tamanha ferocidade humana. O desventurado era Carlucci.
> É impossível a um cristão, a uma alma feita pelos exemplos religiosos, calar o seu espanto diante do horrendo espetáculo que presenciamos.
> O belo Carlucci, tipo viril, de feições corretas e elegantes, estatura regular, ali estava deformado por mãos de bandidos, que de humanos só têm a forma.[137]

Mas há que se ressaltar que não apenas os crimes de sangue eram retratados como notícias sensacionais, mas também determinadas ações audaciosas empreendidas pelos criminosos. Uma dessas ações eram as fugas espetaculares dos bandidos. Os

---

[135] "Ladrão audaz", *Correio da Manhã*, 9/07/1901, 2.
[136] Ver, por exemplo, as seguintes reportagens: "Estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 18/10/1906; "A onda de sangue avoluma-se", *Correio da Manhã*, 20/03/1919, 3.
[137] "Estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 18/10/1906.

repórteres, ao quase os transformarem em heróis típicos das histórias folhetinescas, se mostravam admirados pela forma extremamente habilidosa com que esses criminosos conseguiam executar seus planos de fugas.

> A nota sensacional de ontem, no círculo da polícia, foi a fuga, em condições especialíssimas, de um dos membros da quadrilha que tomou parte no assalto ao prédio n. 176 da rua Gouaz, na estação do Encantado, o estrangulamento da velha Ana Carolina, que aí residia solitariamente e tinha fama de muito rica.
> (...) Alcino da Silva executou com uma audácia fria e calculada o plano arriscadíssimo de sua fuga.
> (...) Mas o assassino não perdera a calma na sua fuga estranha e audaciosa. Com uma firmeza admirável, conseguiu também passar o espaço da parede.[138]

Uma outra ação empreendida pelos personagens criminais qualificada como sensacional se referia à grande ousadia e frequência de crimes de alguns criminosos famosos da cidade, a exemplo de Afonso Coelho, tido como um dos maiores gatunos dos novos tempos modernos, tal era considerada a sua argúcia e inteligência no modo como praticava seus delitos.[139]

A audácia das ações criminais e as fugas espetaculares de criminosos eram consideradas como sensacionais devido às ações rocambolescas (termo que significa aventura descabelada) empreendidas. Diferentemente dos crimes de sangue, essas ações não causariam medo e pavor, mas sim admiração:

> Alberto é brilhante, é um calígrafo, capaz de imitar qualquer firma por mais intrincada que seja, preparando com todos os sacramentos, os mais intrincados documentos que fazem a paixão dos nossos burocratas aferrados com unhas e dentes ao regime de papeleiro de secretaria.[140]

Por vezes, o termo *rocambolesco* era veiculado nos próprios títulos das matérias, tais como: "Salteadores na cidade: Assalto à Rocambole"[141], "Salteadores da cidade. Discípulos de Rocambole"[142], "Evasão rocambolesca"[143].

No caso das peripécias criminais dos criminosos audazes, o termo *rocambolesco* – que tem origem no personagem audacioso e inteligente Rocambole do

---

[138] "O crime do Encantado", *Gazeta de Notícias*, 23/01/1917, 3.
[139] Sobre esse personagem criminal, ver o capítulo 3 da tese.
[140] "Salteadores na cidade: Assalto à Rocambole", *Jornal do Brasil*, 2/05/1908, 4.
[141] *Jornal do Brasil*, 30/04/1908, 11.
[142] *Jornal do Brasil*, 5/05/1908, 4.
[143] *Gazeta de Notícias*, 3/12/1915, 5.

escritor francês Poison de Terrail – não significava apenas uma aventura descabelada. Designava também o:

> conjunto de ações, conspirações, planejamentos por uma cabeça muito fria, de inteligência ímpar, para a urdidura da trama que permite, utilizando todos os talentos, todos os vícios, subornando, ameaçando, lançando mãos do crime e da sedução, alcançar a qualquer preço, sem o menor escrúpulo, desconhecendo até a menção da moral, a única meta que interessa: o dinheiro. [144]

Além das ações rocambolescas serem qualificadas de sensacionais, determinadas formas criminais tidas como inovadoras para a época podiam ser classificadas como tal. Estas diziam respeito aos crimes cometidos em determinados locais e/ou horários que se acreditava serem até então seguros (como no centro da cidade e à luz do dia).

> A notícia de um novo grande assalto no centro da cidade foi a nota policial de sensação durante o dia de ontem.
> Foi em quase reprodução com circunstancias mais complicadas, mas resultado oposto ao assalto da joalheria da rua Rodrigo Silva, de que a polícia até o dia de hoje nada apurou.
> E é interessante que ambos os casos ocorreram na zona do 1º. distrito policial, uma das mais bem servidas em matéria de policiamento.[145]

Na opinião dos jornalistas, essas novas formas criminais causavam sensações diversas na população por justamente serem desconhecidas da população, uma vez que eram crimes que não estavam de acordo com o que era esperado socialmente.[146]

Mas, afinal, quem eram os repórteres que produziam as notícias de crimes na época? É isso que buscaremos analisar no próximo tópico.

2. Os repórteres policiais

Na recente obra intitulada "História cultural da imprensa", a historiadora Marialva Barbosa, ao traçar o perfil dos jornalistas de finais do século XIX e começo do XX, salienta que os repórteres de polícia eram os cargos nos quais, invariavelmente,

---

[144] Meyer, Marlyse. *Folhetim. Op. cit.*, p. 120.
[145] "A obra dos "escruchantes"", *Gazeta de Notícias*, 18/08/1915, 2.
[146] Porto, Ana. *Novelas sangrentas. Op.cit.*

começavam os que ingressavam nas redações[147]. Ao analisar a trajetória acadêmica de 58 jornalistas que ocupavam as funções de repórteres e redatores, o que inclui aí necessariamente os repórteres de polícia, a autora destaca que mais de 90% tinham curso superior. A maioria absoluta era egressa das Faculdades de Direito (50%), seguidas pelos cursos médicos (20,6%).

O jornalismo se apresentava para o estudante de Direito como espécie de lugar natural para o exercício da prática profissional, uma vez que era cada vez mais identificado com imparcialidade, neutralidade e verdade, como salientou Marialva Barbosa. Afinal, a retórica da imparcialidade e da neutralidade era uma característica do próprio discurso jurídico. Não é à toa que, no caso dos repórteres policiais, tais jornalistas buscavam recorrer à ideia de que eles narravam os fatos criminais de "forma imparcial, tão somente pelo sentimento" do seu "primeiro dever – o de informar com a máxima fidelidade"[148]. Uma matéria afirmava: "Segundo a nossa reportagem, que é *a expressão da verdade, por isso que somente encerra o que nos revelou D. Adília*, a senhora roubada, Gualberto é o verdadeiro ladrão, hábil malandro que, por meio da feitiçaria, tentou embrulhar a sua vítima *(grifos nossos)*".[149]

Os jornalistas, ao veicularem tal ideia, pareciam querer atuar como porta-vozes legitimados e confiáveis da verdade do mundo como expõe Marialva Barbosa – ao citar Barbie Zelizer[150] – "uma verdade que não poderia ser ofertada ao público" se não fosse a sua atuação e a da imprensa[151].

Há que se ressaltar que, ao mesmo tempo que o discurso jornalístico se assemelhava em alguns aspectos com o discurso jurídico da época, possuía também um certo grau de autonomia com relação a esse mesmo discurso. Isso porque as publicações nos jornais produzidas pelos repórteres-acadêmicos se destinavam não propriamente para os bacharéis, juristas e rábulas, mas sim para o grande público. Não por acaso que as narrativas dos fatos criminais nas notícias de jornais vinham mescladas com uma linguagem coloquial, e não com uma escrita formal característica da linguagem jurídica. Muitas vezes tais narrativas eram escritas de forma romanceada, semelhante aos romances-folhetins.

---

[147] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1800-1900. Op. cit.*
[148] *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1.
[149] "Um roubo misterioso", *Gazeta de Notícias*, 2/03/1917, 3.
[150] Barbie Zelizer. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory.* Chicago and London: University of Chicago Press, 1992.
[151] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Op. cit.*, p. 232.

Mas na pesquisa de Marialva Barbosa, a autora constata que o perfil dos repórteres e redatores da época não era só composto por jornalistas egressos dos cursos de Direito. Segundo a historiadora, mais de 50% dos jornalistas faziam o curso de humanidades no Colégio Pedro II. A Escola Militar e a de Engenharia ocupavam a terceira e quarta colocação na formação dos repórteres e redatores.

Com relação à trajetória de vida desses jornalistas, Barbosa consultou um universo de 84 profissionais de imprensa, destacando que aproximadamente 60% eram oriundos de outras cidades ou estados, que não a capital da República.[152] Um exemplo disso é o caso do famoso repórter de polícia Paula Nei, que nasceu no Estado do Ceará no dia 2 de fevereiro de 1858.[153]

Nesse universo de 84 jornalistas consultados por Marialva Barbosa, a historiadora identificou apenas 12 que trabalhavam exclusivamente na imprensa. Um dos raros exemplos disso foi o do repórter policial João Guedes de Mello, segundo relata um jornalista-memorialista[154]. Conforme tal jornalista, Guedes de Mello nunca teria tido um emprego público. Mas na pesquisa de Marialva Barbosa, a autora percebe que a maioria dos jornalistas (45) tinha emprego público. A seguir vinham os que exerciam alguma atividade política (nove) e, logo abaixo, aqueles que se dedicavam às profissões liberais (cinco) e professor (cinco).[155]

A historiadora ainda constata que a maioria dos jornalistas eram filhos de famílias com condição financeira suficiente para enviá-los à capital para estudar e assim se tornarem bacharéis. A maioria era oriunda de famílias de comerciantes ou industriais ou proprietários rurais (49), seguidos de filhos de altos funcionários públicos (21), e logo abaixo, filhos de jornalistas, profissionais liberais, funcionários de jornais, professor e político (quatro).[156] O repórter policial Carlos Bittencourt, conhecido pelas reportagens em prosa rimada, é um exemplo desses jovens jornalistas que vinham de uma família de alta classe média do Rio de Janeiro.[157]

---

[152] A autora constata que igual porcentagem dividia o seu tempo com a política ou a diplomacia. Vinte e um nasceram no Rio de Janeiro e quatro são estrangeiros. Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Op. cit.*

[153] Ernesto Sena. *Rascunhos e perfis.* Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 169.

[154] Netto, Manoel Cardoso de Carvalho. *Noite oito quatro.* Rio de Janeiro: *O Cruzeiro*, 1977, p. 126-127.

[155] Barbosa informa que não foi possível identificar os outros empregos dos oito jornalistas restantes consultados pela autora.

[156] A autora destaca que em relação aos 10 jornalistas restantes consultados pela autora não foi possível identificar a condição de família dos mesmos.

[157] Lopes, Herculano. "Um forrobodó da Raça e da Cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, n. 62, 2006.

Mas apesar de a maioria desses jornalistas serem filhos de famílias abastadas ou de classe média, nem todos tinham essas origens sociais, ainda que esse dado não fosse destacado pela pesquisadora Marialva Barbosa. Alguns eram filhos de pais pobres, a exemplo dos repórteres policiais Orestes Barbosa – que analisaremos mais adiante do capítulo – e Francisco Guimarães, apelidado de Vagalume. Este último jornalista trabalhava no *Jornal do Brasil* como repórter de crime na virada do século XIX para o XX. Segundo informa *A Folha Carioca* (o último jornal em que trabalhou), ele teria sido "um dos mais completos repórteres de polícia, tendo até desvendado casos misteriosos, antecipando-se às autoridades na investigação de crimes" [158].

Anos mais tarde, na década de 1910, passava a escrever crônicas carnavalescas, tornando-se o grande nome da crônica da folia, como assinalou Eduardo Coutinho[159]. Ainda que tivesse uma origem pobre, teve acesso à educação básica, destacando-se, no Instituto Profissional, pelo apego às letras. Foi funcionário público, exercendo intensa atividade jornalística. Em 1887 foi admitido como auxiliar de trem na Estação de Ferro D. Pedro II. Pouco tempo depois começava sua atividade jornalística, tendo colaborado em cerca de 50 jornais cariocas[160].

Tal como Vagalume, os outros jornalistas policiais, sejam eles oriundos de famílias abastadas/classe média ou de famílias humildes, tiveram que enfrentar o fato de serem mal remunerados, como comentamos na introdução da tese. Além disso, a maioria deles teve que dividir o seu tempo entre a academia e a redação dos jornais. Exemplo disso foi o caso do repórter de polícia Paula Nei, filho de um Capitão da Guarda Nacional[161]. Sem a condição de classe que lhe permitisse galgar posições políticas, recém-chegado de Fortaleza, ao mesmo tempo que frequentava a Faculdade Nacional de Medicina, para suplementar as mesadas enviadas pelos seu pai Nei trabalhava na redação dos jornais[162]. Era muito comum também os jornalistas alternarem-se, de ano para ano, de um jornal para outro, sobretudo os profissionais que ocupavam cargos inferiores na hierarquia das empresas jornalísticas. Podia ainda um jornalista trabalhar em mais de um jornal ao mesmo tempo, como foi o próprio caso de Paula Nei.

---

[158] "Vagalume", *Folha Carioca*, 10/01/1947, *apud* Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo*. *Op. cit.*, p. 91.
[159] Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo. Op. cit.*
[160] Velloso, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro. Op. cit.*, pp. 20-21.
[161] Ernesto Sena. *Rascunhos e perfis.* Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 169.
[162] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1800-1900. Op. cit.*

Em uma carta enviada ao escritor Coelho Netto, Nei dizia que trabalhava em mais de uma publicação para garantir um melhor salário, mesmo reconhecendo que as folhas pagavam mal e que às vezes possuíam interesses políticos conflitantes: "Continuo a fazer reportagem para os jornais, um de manhã, outro de tarde, inimigos irreconciliáveis em política, mas unha e carne em solecismo e outras barbaridades gramaticais. Ambos pagam mal".[163]

Como se pode perceber, os jornalistas faziam da redação o lugar necessário para garantir a subsistência[164]. Mas a inserção nos jornais era também, como diz Marialva Barbosa, "o primeiro patamar, verdadeiro trampolim, para a atividade política ou para ocupar cargos na burocracia oficial"[165]. Exemplo disso foi o caso do jornalista Luiz Cordeiro, conhecido pelo apelido carnavalesco de Jamanta, que depois de exercer a função de repórter policial se tornou funcionário burocrático da polícia.[166]

Esses acadêmicos eram em sua maioria jovens, com idade variando entre 16 e 35 anos, sendo que o maior número ingressa nos jornais entre 16 e 22 anos, segundo informa Marialva Barbosa (33 ou 39,2% de um total de 84 jornalistas consultados pela autora).[167] Os jornalistas iniciavam como revisores ou repórteres. Para Marialva Barbosa, a condição de ser hereditariamente ligado a um profissional do setor facilitava o ingresso nos jornais, uma vez que a admissão se fazia invariavelmente por apresentações pessoais. O jovem acadêmico se tornava repórter levado pelas mãos de um parente próximo, de um conhecido ou parente com prestígio político e/ou com alguma relação com um dirigente dessas publicações. Assim, por esse critério de seleção, os méritos não eram levados em conta.[168] Um exemplo disso foi o relato de um repórter de polícia ao salientar que seu ingresso no jornalismo ocorreu por intermédio de seu pai, que o indicou ao diretor do jornal *A Noite*.

> Quando revelei ao meu pai, no começo de 1914, minhas intenções jornalísticas, ele redigiu um cartão a Souza Marques e a Irineu Marinho, que eram então diretores de *A Noite.* Irineu Marinho me disse que eu ia começar como ele havia começado. Entrei para o

---

[163] *Apud* Menezes, Raimundo de. *A vida boêmia de Paula Nei.* São Paulo: Martins Editora, 1957, p. 97 e citado em Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público.Op.cit.*, p. 136.
[164] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op. cit.*
[165] Idem, ibidem, p. 155.
[166] Tigre, Bastos. *Reminiscências.* Brasília: Thesaurus,1992, p. 145.
[167] Os jornalistas que tinham entre 26 e 30 anos representavam 6 ou 7,1%. Os que tinham mais de 30 anos representavam 4 ou 4,7% dos 84 jornalistas investigados na pesquisa de Barbosa. Em relação aos 41 ou 48,8% dos jornalistas consultados, não foi possível a autora identificar qual era a idade de admissão nos jornais. Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1800-1900. Op. cit.*, p. 158.
[168] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1900-2000. Op. cit.*

> quadro de reportagem de polícia, à noite, e as notícias tinham que ser apanhadas no local, pois os telefones praticamente não funcionavam. Corríamos os subúrbios e bairros à procura de notícias.[169]

Sobre ainda os critérios de admissão nos jornais, vale chamar atenção, como observa Marialva Barbosa, que "se as relações pessoais, vinculadas à sua condição de classe, são fundamentais para ocupar lugar no jornalismo, o diploma de curso superior lhe dá o capital simbólico indispensável".[170] Afinal, a escolaridade era signo de distinção social numa sociedade com altas taxas de analfabetismo[171]. Embora os jovens que ocupavam o cargo de repórter de polícia não tivessem ainda o título de bacharel, o fato de serem, em sua maioria, estudantes de faculdades, talvez tenha lhes favorecido para admissão nos jornais.

Se o repórter fizesse carreira nos periódicos, ou seja, galgasse postos na hierarquia das empresas, passaria de repórter policial a repórter especializado junto aos diversos organismos, a repórter comercial, a repórter mundano e, finalmente, a cronista ou a editorialista, como assinala Marialva Barbosa. [172] Uma das grandes aspirações dos jornalistas do período era ingressar no mais influente periódico político do Rio de Janeiro: o *Jornal do Commercio*, como destaca o ex-repórter policial Félix Pacheco: "Naquele tempo, entrar para a redação do *Jornal do Commercio* equivalia à conquista de uma senatoria, tanto era considerada a importância política e social do jornal na imprensa carioca".[173]

A aspiração dos jornalistas em trabalhar no *Jornal do Commercio* era tão intensa que não importava o cargo que iriam ocupar, mesmo sendo um cargo inferior na hierarquia do jornal. João Guedes foi um exemplo disso, já que o jornalista, que até então tinha o cargo de redator no *O Paiz*, preferiu trocá-lo pelo posto de repórter policial no *Jornal do Commercio*, possivelmente por considerá-lo um jornal de prestígio da cidade. [174]

Outra grande aspiração dos jovens jornalistas era, como diz Marialva Barbosa, "tornar-se responsável por uma das colunas fixas". "Ser editorialista é um posto

---

[169] Depoimento de Peixoto, Armando Ferreira. In: *Memória da ABI. Apud* Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1900-2000. Op. cit.*, p. 89.
[170] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1800-1900. Op. cit.*, p. 162.
[171] Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op. cit.*
[172] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil-1800-1900. Op.cit.*
[173] Pacheco, Félix. *Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1952, p. 629, *apud* Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op. cit.*, p. 157.
[174] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op. Cit.*

cobiçado por muitos escritores, pois representa a ponte necessária para o início da carreira política"[175].

Félix Pacheco e Leão Velloso – pseudônimo Gil Vidal –, ambos ex-repórteres de polícia, são exemplos de jornalistas que aspiravam ocupar tal cargo. Félix Pacheco, que não tinha curso superior, iniciou sua carreira jornalística como redator da *Cidade do Rio*, ingressando como repórter de polícia, no início do XX, no *Jornal do Commercio*. Em 1906 passou a ser redator-chefe, e foi nessa posição, como destaca Barbosa, que ocupou altos cargos na burocracia estatal (Diretor do Gabinete de Identificação; membro da Comissão de Recenseamento do Distrito Federal, nomeado por Pereira Passos), antes de ter sido deputado federal (1921), senador e Ministro de Estado (1923-1926). Ao deixar o Ministério, tornou-se proprietário do *Jornal do Commercio*, embora fosse acionista desde 1916.[176]

Leão Velloso, repórter policial de finais do século XIX, passou a ser redator-chefe do *Jornal do Brasil*, e depois do *Correio da Manhã*, a partir de 1901, tornando-se um dos cronistas políticos mais conhecidos de sua época. Anos depois foi eleito deputado, a partir da 6ª legislatura (1906-1909), juiz e promotor público. [177] Na época da campanha presidencial de 1909 e 1910, retornou para o *Correio da Manhã* – jornal que apoiara a candidatura de Rui Barbosa – para assinar sua coluna na primeira página da folha.[178] Se tornou na época o principal colaborador do jornal na luta contra a candidatura de Hermes da Fonseca.[179] Escreveu vários artigos que trataram da questão da criminalidade no Rio de Janeiro nesse momento eleitoral. Em tais publicações, acusava com veemência Hermes da Fonseca e os seus partidários de manterem relações estreitas com os criminosos da cidade durante a campanha eleitoral.[180]

Pela trajetória profissional de Vidal e Félix Pacheco no jornalismo percebe-se que ambos se tornaram jornalistas de prestígio na época. Mas como os jornalistas que ocupavam o cargo de repórter de polícia podiam se tornar profissionais de prestígio, se eles ocupavam baixa hierarquia nas empresas jornalísticas? Segundo os próprios jornalistas, os repórteres conseguiam garantir prestígio junto aos periódicos, assim

---

[175] Idem, ibidem, p. 157.
[176] Idem, ibidem.
[177] Borges, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
[178] Idem, ibidem.
[179] Idem, ibidem.
[180] Ver o capítulo 4 da tese.

como perante os leitores, se veiculassem as notícias com exclusividade, ou seja, através do "furo jornalístico"[181].

> Os repórteres chegavam a inventar para apresentar serviço e manter público constante para o seu jornal. E o repórter para a grande massa era um ser privilegiado. Quando ele surgia no local do crime ou numa reunião, o povo abria alas, apontando-o com o dedo – o repórter é aquele ali, de papel na mão. Vamos ver o que ele descobre.[182]

Na época considerava-se que o "furo jornalístico" podia proporcionar ao repórter um lugar no emprego público ou mesmo na política. Segundo o jornalista policial Orestes Barbosa, esse foi o caso do repórter Henrique Guimarães da *Gazeta de Notícias*. Guimarães teria dado um "furo de reportagem" sobre o célebre caso do degolamento de duas mulheres na rua Senhor dos Passos em 1898, conhecido como "crime das degoladas".[183] Orestes sugere que, depois desse furo, tal repórter se tornara Intendente pelo Distrito de Santana. A própria *Gazeta*, anos mais tarde, ao relembrar o crime, chamou atenção que ele foi o "único jornalista que noticiou o crime no dia seguinte"[184]. Juntamente com um dos mais famosos repórteres de polícia da época, Castellar de Carvalho, Guimarães era visto pela *Gazeta* como um "dos conhecedores do 'bas-fonds' do Rio"[185]. Embora não tenhamos dados biográficos desse jornalista, muito possivelmente ele tinha grande prestígio junto ao jornal e ao público, na medida em que fora um dos raros repórteres de polícia da época que chegara a ser mencionado pela *Gazeta*.[186]

Além de Guimarães, Castellar de Carvalho também teria dado, segundo a *Gazeta*, um grande "furo de reportagem" na época. A notícia inédita dizia respeito à prisão de um dos criminosos mais famosos da época: o ladrão Carleto, como comentaremos mais adiante do texto.

O ineditismo da notícia gerava uma idealização da profissão do jornalista. Passava-se a ideia de que, para conseguir a notícia inédita, os repórteres deveriam ter inteligência, sagacidade e o espírito de iniciativa, como relatou um ex-jornalista policial da *Gazeta de Notícias* ao reviver seu tempo de trabalho nas redações:

---

[181] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,1800-1900. Op. cit.*
[182] Guastini, Mario. *Tempos idos e vividos.* São Paulo: Editora Universitária, 1944, p. 100.
[183] "Reminiscências policiais", *A Folha*, 7/10/1920, 2. Sobre esse crime, ver: Ottoni, Ana Vasconcelos. *Flores do Vício: imprensa e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro (1896-1925).* Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, História, 2007.
[184] "O crime das degoladas", *Gazeta de Notícias*, 8/08/1911,1.
[185] "Como se faz um jornal hoje", *Gazeta de Notícias*, 2/08/1907, 2.
[186] No jornalismo, a menção a um jornalista policial era raro de ocorrer, pois esses profissionais de imprensa eram personagens anônimos, uma vez que, como já salientado, não assinavam suas reportagens.

> (...) Em todos os tempos, a imprensa, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, sempre cultivou o "furo". É uma interessante competição que põe em destaque a inteligência, a sagacidade e, sobretudo, o espírito de iniciativa do repórter. Um bom "furo" dá ao repórter uma grande categoria.[187]

Idealizava-se também que, para conseguir o "furo", os repórteres deveriam ser corajosos ao adentrarem os lugares perigosos da cidade e "acamaradavam-se" com "facínoras, ladrões e contrabandistas". Segundo os jornalistas, esses profissionais chegavam mesmo a se arriscar em tal meio para "arrancar um nome, um número, uma circunstância que os outros jornais não dariam". [188]

Os repórteres deveriam ser também uma espécie de sacerdote da imprensa, ou seja, um profissional que "trabalha a toda hora"[189] na busca pela notícia inédita. "O repórter moderno (...) deve ser (...), tão sóbrio e forte que passe dias com um pão ou um fruto (...). [190]

O repórter deveria também ser um indivíduo curioso: "o repórter quer saber, saber para contar, saber justamente coisas que outros não querem que se saibam e ele próprio não quer que sejam sabidas dos colegas"[191] . Foi assim que um contemporâneo classificou o famoso repórter da *Gazeta de Notícias*, Paula Nei, como um profissional que "alardeou, sempre com satisfação, este mister, cavando novidades na polícia e bisbilhotando boatos no parlamento".[192]

Na construção da idealização da profissão, também era veiculada a ideia de que os repórteres policiais eram uma espécie de auxiliares da polícia, cujo fim seria o esclarecimento dos crimes tidos como misteriosos da cidade – delitos de autoria e motivação desconhecidas.

Exemplo disso era a imagem construída sobre Castellar de Carvalho da *Gazeta de Notícias* na ocasião de um dos crimes que mais marcaram a imprensa carioca: o crime de latrocínio da rua da Carioca, que ficou conhecido como "crime da Rua da Carioca", cometido pelo ladrão Carleto e sua quadrilha em 1906[193]. Segundo um jornalista, Castellar, ao ter participado das diligências policiais para capturar Carleto, se

---

[187] Netto, Manoel Cardoso de Carvalho. *Noite oito quatro. Op. cit.*, p. 75.
[188] Tigre, Bastos. *Reminiscências. Op.cit.*, p. 157.
[189] "Como se faz um jornal hoje", *Gazeta de Notícias*, 2/08/1907, 2.
[190] "Noite trágica: duplo estrangulamento e roubo: crime hediondo", *Correio da Manhã*, 26/10/1906, 1.
[191] Tigre, Bastos. *Reminiscências. Op.cit.*, p. 163.
[192] Menezes, Raimundo. *A vida boêmia de Paula Nei. Op. cit.*, p. 66.
[193] Sobre esse crime e a figura de Carleto, ver o capítulo 3 desta tese.

mostrou como um repórter destemido que não media esforços para conseguir a notícia inédita.

> Castellar era um grande repórter. (...) Tomou parte em diligências para desvendar crimes, os mais tenebrosos, como o latrocínio de que foram vítimas os irmãos Fuoco. (...) Castellar não perdia uma diligência para o esclarecimento completo do crime monstruoso que durante muito tempo encheu as colunas dos jornais. Muitas vezes emendava o dia com a noite acompanhando as pesquisas policiais. Afinal, o delegado Cid Braune, que era um homem moço, forte, tipo de atleta, recebeu a denúncia de que Carleto se ocultava num quarto de habitação coletiva da R. Barão de São Feliz. Organizou imediatamente uma diligência sigilosa para capturá-lo. (...)
> (...) Castellar fazia parte da caravana. Logo à chegada, um comissário e soldados se ocuparam dos empregados da casa e de outras pessoas que pudessem dar aviso ao criminoso. Os demais entraram silenciosamente. Na porta do quarto, o delegado subiu numa cadeira e olhou para dentro pela bandeira que a encimava. Carleto dormia profundamente. Foi decidido o arrombamento da porta de um só golpe, violentamente, devendo todos os policiais se atirarem sobre o bandido incontinenti. E assim foi feito com a máxima precisão. Quando os policiais e o repórter, à frente o delegado, se lançaram contra a porta, e, com a rapidez do raio sobre Carleto, este ainda deu um salto da cama, empunhando o punhal que guardava sob o travesseiro.
> Mas os punhos vigorosos dos policiais escolhidos a dedo para a perigosa diligência foram os mais ligeiros e o imobilizaram, arrebatando-lhe a arma.
> A coragem de Castellar foi louvada pela polícia. Carleto quando soube que ele era repórter disse-lhe:
> – Ajustaremos a conta um dia![194]

A própria *Gazeta de Notícias*, como uma forma de garantir prestígio junto ao público, fez questão de dizer que o seu repórter "Castellar de Carvalho foi o único representante da imprensa presente na diligência".[195]

Para conseguir a tão almejada notícia inédita, Castellar e os repórteres dependiam de suas fontes de informação. Iam buscá-las através do telefone. Mas muitas vezes, como observa Marialva Babosa[196], era necessária a presença física do jornalista para a apuração, quer pela importância do próprio acontecimento, quer pela recusa das autoridades em darem a informação por telefone, quer por outros motivos.

> Todas as redações de jornais possuíam o telefone oficial que somente permitia ligação com qualquer repartição pública. Além de facilitar as comunicações do centro urbano com Assistência, delegacias policiais

[194] Netto, Carvalho. *Noite oito quatro. Op. cit.*, p. 185-187.
[195] "A quadrilha da morte: Prisão de Carleto", *Gazeta de Notícias*, 29/10/1906, 1-2.
[196] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*

> e outras repartições, prestava grande serviço aos repórteres para os contatos com os distritos dos subúrbios longínquos e das ilhas. A mesa de ligações estava ligada na Delegacia do 23º. Distrito, Madureira. Das redações pedia-se à Central do Telégrafo ligação para Madureira e daí para o distrito. Mas às vezes, as linhas de Madureira, ou porque roubassem os fios ou porque estes rebentassem, ficavam sem contato dias seguidos. Tornava-se então deveras penoso o trabalho da reportagem, que além do trem, tinha que caminhar a pé, quase sempre.[197]

Os repórteres percorriam os mais variados espaços da cidade como os subúrbios, morros, cafés, botequins, restaurantes e delegacias, em busca da notícia. Corriam atrás de rumores. Possuíam meios próprios e engenhosos de investigar[198], como o de se passar por agentes de repartição pública. Em 1909, um repórter do *Jornal do Brasil* teria se passado por funcionário da repartição das matas da prefeitura para conseguir a confirmação dos assaltos que estariam ocorrendo na Tijuca.

> Uma estratégia foi adotada para a confirmação de assaltos na Tijuca. E foi isto o que sucedeu, vencendo, pois a astúcia do repórter à argúcia do comissário, o repórter se passou por funcionário da repartição de matas da prefeitura. O comissário acabou confirmando que fora dada queixa na delegacia do assalto ao guarda Ramos.[199]

Segundo Marialva Barbosa[200], algumas vezes os repórteres se utilizavam de expedientes não muito éticos para conseguir uma reportagem inédita e sensacional, como por exemplo bisbilhotar as conversas alheias. Realizavam também entrevistas com os personagens envolvidos nos crimes (as vítimas, testemunhas e criminosos). Além disso, faziam entrevistas com os criminosos na prisão, como foi o caso do repórter Orestes Barbosa.[201] As informações obtidas eram guardadas na memória ou registradas em apontamentos ligeiros[202].

A principal fonte de informação do repórter policial era a polícia, vide pela própria denominação do termo "repórter policial".[203] O seu acesso às informações confidenciais e aos suspeitos dependia de suas boas relações com a polícia e de favores

---

[197] Netto, Manoel Cardoso de Carvalho. *Noite oito quatro. Op. cit.*, p. 51, *apud* Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*, p.103.
[198] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit., p.* 71.
[199] "Salteadores da Tijuca", *Jornal do Brasil*, 23/11/1909,11.
[200] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Op. cit.*
[201] Barbosa, Orestes. *Na prisão.* Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1922.
[202] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*
[203] Rifiotis, Theóphilos et al. " O repórter policial e a sua imagem da violência e da ação policial". *Violência e políticas democráticas de segurança pública do XXI Congresso Latinoamericano de Sociologia.* São Paulo, 1997.

recíprocos[204], ainda que muitas vezes o relacionamento entre o repórter e a polícia parecesse ser marcado por conflitos de interesse[205], como veremos no último tópico do capítulo.

Em todo caso, os repórteres de crimes eram retratados como jornalistas que, ao terem acesso a tais fontes de informação, conquistavam poder na sociedade, na medida em que conheciam a informação antes do público, e eram eles que tornavam públicos os fatos[206]: "Um repórter de polícia (...) é uma força na sociedade (...), tem a sociedade e os seus segredos na mão"[207]. A imprensa e seus jornalistas tentavam mostrar a importância do papel do repórter policial na sociedade, sob a alegação de que este cumpria várias funções sociais.

Uma das funções destacadas era o papel de detetive na tentativa de desvendar os crimes. Segundo os próprios jornalistas policiais, eles construíam o que denominavam de "inquérito jornalístico", uma vez que consideravam que muitas vezes o serviço de investigação policial no Brasil era "pessimamente feito" ou porque a polícia lhes negava as informações de crimes. O repórter era tido, conforme salientou o escritor Olavo Bilac, como um "substituto da própria polícia", alguém que "inquiria e reinquiria os réus", "obtendo deles e das autoridades todas as informações"[208]. Uma reportagem da *Gazeta de Notícias* assinalava num mesmo sentido:

> Aqui os jornais fazem reportagens, os repórteres trabalham como Sherlocks, apanham circunstâncias excepcionais, desvendam o fio da meada, denunciam probabilidades tais e tais e a polícia permanece insensível e encobre – regra geral – a sua incompetência, a sua preguiça, o seu desleixo com uns inquéritos em segredo de justiça, força ignóbil que lhe evita trabalho e a dispensa de prestar esclarecimentos à opinião pública. [209]

Ao se atribuírem a tarefa de desvendar os crimes, os jornalistas buscavam assinalar que a investigação por eles feita objetivava informar a população sobre os delitos ocorridos na cidade, assim como alertá-la sobre tais ocorrências. As suas notícias teriam, nesse sentido, a função de servir à sociedade: "Esta notícia tem, ao menos, a

---

[204] Hara, Tony. *Caçadores de notícias: histórias e crônicas policiais de Londrina (1948-1970).* Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
[205] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op.cit;* Kalifa, Dominique. *Lês Tâcherons de l´information: petits reporters et fait divers à la "Belle Époque". Op.cit.*
[206] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Op.cit.*
[207] "Como se faz um jornal hoje", *Gazeta de Notícias*, 2/08/1907, 2.
[208] "Crônica", *Gazeta de Notícias*, 28/10/1906, 5.
[209] "Polícia dos vadios", *Gazeta de Notícias*, 12/07/1917,1.

utilidade de avisar aos incautos daquelas redondezas do perigo a que se poderão expor".[210]

Havia também a ideia de que o repórter de crime era um "detetive da própria polícia"[211], ou seja, um profissional que vigiava as ações policiais: "Os escândalos sucedem-se quase diariamente e quando por acaso por ali (nos botequins) aparece um agente da autoridade é mais para tratar dos seus próprios interesses que dos da justiça".[212]

Além disso, o jornalista policial era tido como um profissional que tinha o papel de "guiar" e "orientar" o público de modo a elevar o nível moral do mesmo para evitar que homens e mulheres da cidade ingressassem na criminalidade. Isso se daria através de discursos pretensamente pedagógicos que indicariam as consequências "naturalmente" negativas ou trágicas daqueles que se envolviam no crime, como a tristeza, prisão e morte dos criminosos: "O seu fim trágico, pois, não pode deixar de ser a resultante de uma das suas audaciosas empresas. Ladrão destemido, afeito ao crime, ele premeditara o assalto que tentou levar a afeito".[213]

Os repórteres também teriam o papel de fiscalizar os comportamentos "inadequados" do público – como os dos homens que não trabalhavam e/ou que viviam nos chamados espaços viciosos da cidade (botequins, prostíbulos, casas de jogos). Para tanto, pediam ou cobravam à polícia para que vigiasse tais comportamentos, uma vez que os consideravam como atos preparatórios para o crime:

> (...) Volte pois a polícia aos seus antigos tempos de perseguição a esses nocivos elementos. (...) E depois, é mais do que sabido que os autores dos furtos diários (...) não são outros senão esses viciosos, que afastados sistematicamente do trabalho, comem, bebem, vestem e jogam, como se para isso dispusessem de meios lícitos[214].

Essa idealização do papel dos repórteres como fiscalizadores das ações no domínio público pode ser explicada pelo capital simbólico fornecido pelos cursos de Direito nos quais a maioria deles estudavam, e se reconheciam como eleitos para dirigir os destinos da nação.[215] Afinal, acreditava-se que a função social da prática do Direito

---

[210] "Salteadores da Tijuca: quadrilha perigosa", 23/11/1909, 11.
[211] "Como se faz um jornal hoje", *Gazeta de Notícias*, 2/08/1907, 2.
[212] "Noticiário policial", *Jornal do Brasil*, 25/03/1915, 8.
[213] "O último assalto", *Gazeta de Notícias*, 26/07/1919, 3.
[214] "A Vadiagem e a falta de providencia da polícia", *Jornal do Brasil*, 2/11/1913,13.
[215] Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 187; Mattos, Rômulo. *Pelos pobres ! Op.cit.*, p. 95.

seria a responsável pelo caminho que retiraria o país da *barbárie* e o encaminharia para a civilização[216]. Além disso, a própria imprensa se posicionava como possuidora dessa missão social.[217]

Não é à toa que os repórteres insistiam em dizer que o Rio de Janeiro, capital da República, era "o paraíso dos ladrões", pois ao alegarem que os criminosos transitavam livremente e impunemente pela cidade, a imprensa e seus jornalistas teriam a função de combater a criminalidade em favor da coletividade.

Os jornais e os repórteres se colocavam como o único poder instituído[218], capazes de intermediar os apelos e cobranças da população às autoridades policiais e governamentais no sentido de conter e reprimir a criminalidade na cidade: "O delegado (...), atendendo às reclamações constantemente feitas pelo *Jornal do Brasil*, tem dado ultimamente caça aos gatunos e malfeitores que infestam aquela vasta e populosa zona suburbana"[219].

Os jornalistas pareciam ver, assim, o jornal como uma "tribuna do direito e da justiça" [220]. Também pareciam ver o periódico como um espaço de desenvolvimento de seus dotes literários, em meio a uma época na qual esses jovens estudantes estavam ansiosos por participar do mundo intelectual (e político).[221]

Não por acaso que se idealizava também o papel do repórter policial como o de um escritor que teria a função de romancear as notícias de crimes, aproximando-as aos folhetins. Por vezes, os jornalistas de crimes chegavam mesmo a ser comparados aos escritores de romances policiais: "Castellar de Carvalho (...) é o homem da capa-preta dos romances de Ponson du Terrail e Xavier de Montepin".[222]

O próprio repórter Paula Nei admitia que inventava as notícias que produzia, sob a alegação de não encontrar temas para as reportagens sensacionais: "Cavo notícias como os porcos de Perigord descobrem tríbanas: fossando nos lameiros. Quando não as encontro, invento-as" [223]. O repórter policial Nelson Rodrigues, nos anos 20[224], num

---

[216] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Op. cit.*
[217] Nofuentes, Vanessa Carvalho. "A Primeira República como lugar de mobilização: estratégias para a formação da pátria". *Revista eletrônica Cadernos de História*, Ano IV, n. 2, Universidade Federal de Ouro Preto, dez., 2009, p. 58.
[218] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Op. cit.*, p.163.
[219] "Os gatunos", *Jornal do Brasil*, 26/07/1905, 4.
[220] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Op. cit.*
[221] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[222] Edmundo, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo. Op. cit.*, p. 376.
[223] Carta de Paula Nei a Coelho Neto, *apud* Menezes, Raimundo. *A vida boêmia de Paula Nei. Op. cit.*
[224] Sobre este repórter e suas memórias, ver: Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa:Brasil, 1900-2000. Op. cit.*, pp. 51-56.

mesmo sentido salientou que, em relação à Castellar de Carvalho, anos antes, o jornalista também teria inventado a história de um canário que havia morrido num incêndio:

> (...) a idéia do canário não era lá muito original. Direi mesmo: – não era nada original! Eu a tirara de uma velha e esquecida reportagem de Castellar de Carvalho. Anos antes, ele fora cobrir um incêndio. Mas o fogo não matara ninguém e a mediocridade do sinistro irritara o repórter. Tratou de inventar um passarinho. Enquanto o pardieiro era lambido, o pássaro cantava, cantava. Só parou de cantar para morrer.[225]

Segundo um jornalista-memorialista, era comum os repórteres se transformarem no início do século XX em grandes romancistas, contistas e teatrólogos, sob a alegação de que a reportagem na época despertava o escritor. Salientava que a reportagem obrigava o repórter a fornecer ao jornal uma notícia diária de crime, o que teria contribuído para desenvolver as suas "naturais aptidões":

> A reportagem despertou o escritor. É fora de dúvida que todos eles possuíam qualidades e tendências, mas indiscutivelmente a obrigação diária de fornecer um palmo ou uma coluna de prosa em torno de um homicídio, um suicídio, um acidente ou de um estelionato, muito contribuiu para desenvolver as naturais aptidões.[226]

De fato, alguns repórteres de crimes se tornaram mais tarde romancistas e/ou teatrólogos, como foram os casos dos jornalistas Carlos Bittencourt e Mauro de Almeida. O primeiro se tornou famoso autor de revista de teatro de grande sucesso nos palcos populares[227]. Por sua vez, o intelectual boêmio e negro Mauro de Almeida, apelidado de Peru dos Pés Frios, escreveu peças de teatro (comédias, revistas) e a conhecida letra de samba "Pelo telefone".[228] Parte da letra foi inspirada em uma grande reportagem do jornal *A Noite*, na qual o músico denunciava a conivência da polícia com a disseminação da jogatina no Rio.[229] Mauro de Almeida escreveu ainda um romance sobre a história de um crime fictício no Rio de Janeiro.[230] Tal como os próprios jornais advogavam, na obra o autor lembrou como as folhas no início do século XX

---

[225] Rodrigues, Nelson. *O reacionário. Memórias e confissões.* Rio de Janeiro: Record, 1977, p. 202.
[226] Guastini, Mário. *Tempos idos e vividos. Op. cit.*, p. 106.
[227] Sobre o assunto, ver: Lopes, Antônio Herculano. "Um forrobodó da raça e da cultura". *Op. cit.*
[228] Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op.cit.*
[229] Sobre o assunto, ver: Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op. cit.*
[230] Almeida, Mauro. *Um crime no Rio de Janeiro. Op.cit.*

procuravam avidamente as notícias sensacionais devido à forte demanda do público por tais notícias.

Tendo em vista tal demanda, a imagem do repórter policial como um romancista parecia ser uma tentativa de os jornais e seus jornalistas buscarem aproximar-se de seus leitores.

> O jornal que vai anexando ao noticiário todas as pequeninas literaturas, (...) arregimenta repórteres e lança-os no rastro da notícia. (...) O público é insaciável, exige a emoção e, se lhe negam, irrita-se. O jornal é o seu choque de todas as manhãs e, se nele não encontra uma nota que o abale, atira-o amarfanhado a um canto, resmungando, amuado, contra a "ladroeira".[231]

O repórter policial Orestes Barbosa foi um dos jornalistas da época que certamente esteve atento ao gosto do público pelo sensacional devido à forma como narrava seus textos. A seguir, analisaremos esse personagem da história da imprensa, pois foi o único jornalista da área policial que tivemos acesso a textos (publicados em livros) de crimes e criminosos que possuíam autoria declarada.

2.1. Orestes Barbosa, sua trajetória profissional na imprensa e suas publicações sobre o universo criminal

Orestes Barbosa foi sem dúvida um dos grandes repórteres de polícia e cronistas da cidade no início do século XX, tendo exercido intensa atividade jornalística ao longo de sua vida.[232] Anos mais tarde, na década de 30, se tornaria muito conhecido na história do samba brasileiro.[233]

Nascido em 7 de maio de 1893, nas imediações do bairro de Vila Isabel, Orestes era filho de um ex-major da polícia do Império, e uma dona-de-casa de tradicional família militar. [234]

Iniciou seus estudos de forma autodidata, e foi criado em contato direto com as ruas da cidade[235]. Aprendeu a ler nas calçadas, em cabeçalhos e manchetes de jornais. Só aos 12 anos ingressou no Liceu de Artes e Ofícios, onde aprendeu o ofício de

---

[231] "Noite trágica", Correio da Manhã, 26/10/1906, 1.
[232] Velloso, Mônica. *A cultura das ruas. Op.cit.*
[233] Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a casa de Correção do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, História, PPGHIS/UFRJ, 2010.
[234] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*
[235] Velloso, Mônica. *A cultura das ruas. Op. cit.*, p. 20.

revisor.[236] Conseguiu seu primeiro emprego como revisor, em 1911, no jornal *O Mundo*, por intermediação de um jornalista de grande prestígio, Ernesto Sena.[237] Assim, como a maioria dos jornalistas da época, ingressa no jornalismo ocupando um cargo subalterno na hierarquia dos jornais.

Segundo o seu biógrafo Carlos Didier, quando Orestes entra para *O Mundo*, a revisão é um "bico" que rende cinco mil-réis por dia de trabalho. "Quem precisa e agüenta o tranco, faz dois "bicos": um num matutino, outro num vespertino".[238] Era uma opção de estudantes pobres, de quem busca um complemento para o ordenado, de quem ainda não encontrou seu destino profissional, como diz Didier. Mas pode ser que, na perspectiva de Orestes, o jornalismo também significasse o primeiro patamar para atividade política ou para ocupar cargos na burocracia oficial. Afinal, como vimos anteriormente, este era o grande ideal dos jovens estudantes que ingressavam nos jornais da época.

O grande sonho de Orestes era se tornar repórter.[239] Enquanto não surgia a oportunidade de realizar seu sonho, ele foi se aprofundar nos segredos da língua portuguesa da mesma forma como aprendeu a ler: observando e perguntando. [240] Meses depois de ingressar no jornalismo, realizou o seu sonho de se tornar repórter. Diferentemente dos outros jovens jornalistas da época, iniciou esse ofício não como repórter de polícia, mas sim como repórter envolvido em questões do mundo político no jornal *Diário de Notícias*, em 1912. Mas logo depois foi transferido para a reportagem policial, tema que alicerçou sua carreira e sua fama, como lembrou Marilene Antunes.[241]

Segundo Didier, as reportagens policiais do *Diário de Notícias* englobavam uma variedade de temas, desde temas ingênuos aos assuntos mais trágicos, das notas curtas aos artigos em série.[242] O seu biógrafo elenca esses variados temas abordados pelo repórter:

---

[236] Idem, ibidem, p. 20.
[237] Sobre este jornalista, ver: Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a casa de Correção do Rio de Janeiro. Op.cit.*
[238] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*, p. 44.
[239] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit;* Sant' Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op.cit.*
[240] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit*, p. 44.
[241] Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op. cit.*
[242] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*

> *Cocottes* roubadas por moço de recados na Lapa, ladrão de guarda-chuvas preso com quatro exemplares no braço, comilão que não paga despesa, hóspede que vende as colchas das camas, agressão a pedradas, atropelamento por carrinho de mão e coice de cavalo, tudo é notícia, inclusive casos brutais: pai que pratica lenocínio com a própria filha, menor violentada por açougueiro, suicídio (....).[243]

Anos depois Orestes trabalhou em outros jornais cariocas – *O Século*, *A Imprensa* e *A Folha* – como repórter de polícia. Neles, segundo nos informa Didier, conseguiu alguns "furos de reportagem" de crimes famosos, como foi o assassinato do conhecido político Pinheiro Machado.[244] Possivelmente tais "furos" tenham proporcionado a Orestes prestígio junto aos jornais e ao público, já que, como vimos anteriormente, as notícias inéditas davam notoriedade aos jornalistas.

Mais tarde Orestes acabou sendo preso duas vezes, por injúria e calúnia[245]. Dessas experiências na prisão resultou a publicação de um livro de crônicas, *Na prisão*, cuja primeira edição de mil exemplares, do ano de 1922, esgotou em seis dias[246]. Tal livro fala sobre a vida nas prisões do Rio, onde Orestes relata a figura de famosos ladrões e criminosos da cidade nas décadas de 1900 e 1910.[247]

Um ano mais tarde, publicou outro livro de crônicas intitulado *Bambambã*, que trata do universo da criminalidade no Rio de Janeiro do início do século XX. Algumas dessas crônicas foram publicadas originalmente na *Gazeta de Notícias*. O título do livro é uma gíria, que faz referência ao indivíduo valente, bom de briga. *Bambambã* é uma palavra derivada de bamba, com mais de uma grafia, porém sempre com o mesmo sentido.[248]

No período em que Orestes esteve na prisão, ao se encontrar com criminosos que ficaram conhecidos na cidade por suas peripécias famosas, buscou transformá-los em personagens de suas crônicas. Exemplo disso foi o caso do crime que ficou conhecido como "crime da Velha da mala de ouro", cometido por um conjunto de ladrões em 1917:

> Ela usava um berloque – uma mala de ouro – e ficou conhecida como a *Velha da mala de ouro.*

---

[243] Idem, ibidem, p. 71.
[244] Idem, ibidem.
[245] Sobre os processos de injúria e calúnia que Orestes Barbosa se envolveu, ver: Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit.*,p. 147.
[246] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op.cit*, p. 188.
[247] Barbosa, Orestes. *Na prisão.*Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos,1922.
[248] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*, p. 198.

> Os ladrões foram lá pensando que ela possuía uma mala cheia de dinheiro....
> O estrangulamento da *Velha da mala de ouro* abalou a cidade.
> Uma octogenária, na Piedade, certa noite, teve a casa assaltada por uma quadrilha.
> A velha, ouvindo rumor, saiu corajosamente para o quintal com uma lança na mão e aí foi estrangulada.
> O chefe da quadrilha, o *Boneco*, foi preso e, como os outros, negou o crime.
> Um dia, porém, todos confessaram o delito ao major Bandeira de Mello.
> Dizem, no entanto, que a confissão foi conseguida a pau.
> O "Cara de Velho" mostrou-me a mão calosa, esforçando-se por convencer-me de que a espessura que eu via derivava das palmatoadas do major.
> Nem ele, nem o "Boneco", nem o "Formiga", nem o Cassiano, fizeram nada.
> - Talvez, que o Alcino, que nos acusou, seja cúmplice dos assassinos.
> - E quais são eles?
> - Os assassinos são um tal "Vivi" que está estabelecido em Madureira e o Jerônimo, que está na Colônia.
> Disse-me o "Cara de Velho" que a velha estrangulada não possuía só o berloque.
> Era uma velha rica, dona de uma casa e de muitas jóias.
> - Como sabe disso?
> - Porque uma sobrinha dela disse a polícia.
> A quadrilha que estrangulou a Velha da Mala de Ouro foi condenada a 150 anos de prisão (...).[249]

Alguns anos antes do período em que Orestes esteve preso, assinou uma série de artigos com pseudônimos, e muitas vezes os escreveu sem se identificar como autor, intitulada "Reminiscências policiais".[250] Os textos aí relembram inúmeros casos que tiveram grande repercussão na imprensa carioca no início do século XX, como os múltiplos delitos do famoso Afonso Coelho e o degolamento de "Madame Holofote"[251].

Essas publicações eram marcadas por características muito semelhantes de diversas notícias de crimes do período. Nelas havia a mescla da informação e opinião, o estilo sensacionalista de narrar, críticas veementes às investigações policiais da época, e os títulos entrecortados que resumiam o artigo que seria lido pelo leitor no interior do texto: "Reminiscências policiais: A cidade de outr'ora. O crime das degoladas. A rua Senhor dos Passos em 1898. Flora Gonçalves e Ferreira de Carvalho – A morte de Ferreira das degoladas – Justino Carlo, o Carleto – polícia e justiça".

---

[249] Barbosa, Orestes. *Na prisão. Op. cit.*, pp. 149-150.
[250] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*
[251] Idem, ibidem.

> Depois do crime de Maria Macedo, nenhum outro emocionou tanto o Rio antigo como o crime da rua Senhor dos Passos.
> (...) Ali se deram conflitos sangrentos e furtos contínuos sem que a polícia pudesse ter mão a tudo aquilo.
> (....) Como é comum nos grandes crimes a polícia ficou atordoada e iniciou as investigações atropeladamente.
> Apesar de muito esforço desenvolvido nada foi apurado pela polícia que precisava ao menos de alguma suspeita para dar andamento ao seu serviço.
> Na noite do crime, a polícia prendeu só na rua Senhor dos Passos 14 ladrões.
> Mas não foi possível atirar sobre nenhum deles a brutal responsabilidade (...) .[252]

Como se pode notar acima, o texto de Orestes é escrito em frases e parágrafos breves. Na apresentação da segunda edição de *Bambambã*, os escritores Armando Gens e Rosa Gens salientam que a escrita de Orestes "chega-se a um estilo teatralizado, dramático, que exibe cenas do cotidiano da cidade com a precisão de instantâneos"[253]. O próprio Orestes define as crônicas que escreve como narrativas breves, bem ao ritmo dos acontecimentos que se sucediam de forma rápida, e com observações leves sobre temas cotidianos[254]:

> Na febre da vida que nos empolga, muitos aspectos da cidade desaparecem sem um registro.
> Ao cronista, veloz como o seu tempo, cabe o dever de evitar esse desaparecimento, trazendo assim para uma viagem de bonde os comentários dos cafés. [255]

Feita até aqui essa breve análise sobre a biografia de Orestes e de suas publicações sobre crimes, vale dizer que ao longo da tese utilizaremos tais textos, que como vimos foram publicados no início dos anos 20.

Apesar de terem sido produzidos num período um pouco posterior ao nosso recorte temporal, as referidas publicações devem ser vistas não apenas como resultado da experiência de aprisionamento de Orestes no início dos anos 20. Certamente, a produção desses textos é resultado também da própria memória de Orestes sobre os delitos antigos ocorridos na cidade, como ele mesmo registra, ao se referir a um crime que gerou ampla repercussão na imprensa:

---

[252] *A Folha*, 7/10/1920, 2.
[253] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, p. 13.
[254] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*
[255] Barbosa, Orestes. "Na vertigem da cidade", *A Notícia*, 26/09/1923, p. 1, *apud* Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*, p. 232.

> Quando houve o crime da rua da Carioca eu era muito criança. Cantarolei bastante aquela modinha do jaquetão e guardei as fisionomias dos célebres estranguladores – Rocca com o "cavaignac" bem tratado e "Carleto" barbudo, deixando ver só os olhos miúdos.[256]

Além disso, essas publicações de crimes devem ser tratadas como produto da própria experiência de Orestes Barbosa como repórter policial na década anterior, quando transitou nos mais diversos lugares do Rio e nos considerados "espaços perigosos da cidade". Afinal, certamente para os repórteres da época a própria cidade do Rio de Janeiro era uma fonte permanente de informações – cidade esta entendida aqui como o símbolo capaz de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas, como expõe Ítalo Calvino[257] – uma vez que nos mais variados espaços urbanos esses profissionais de imprensa conversavam com diversos tipos de pessoas e experimentavam pessoalmente diversas dimensões da vida urbana[258]. Era através desse contato entre os repórteres e a cidade que as reportagens pareciam construir uma espécie de "mapeamento geográfico" da criminalidade no Rio de Janeiro, como analisaremos a seguir.

3. Cenários do crime: a geografia da criminalidade no Rio de Janeiro

"Na cidade e nos subúrbios: os ladrões continuam a operar desassombradamente". "Os ladrões no cais do porto". "Roubos e furtos por atacado: a cidade transformada em campo de assaltos". "Os ladrões: roubo na Avenida Rio Branco". [259] Títulos e subtítulos como esses de notícias acerca dos crimes e criminosos nas mais variadas áreas do Rio de Janeiro eram estampados com frequência nas páginas da *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* no início do século XX. Nestas notícias, o Rio de Janeiro era retratado como lugar onde se cometiam crimes não só na "calada da noite" e em lugares ermos e nos subúrbios, mas também nas ruas mais movimentadas da área central da cidade, em plena luz do dia[260]. Segundo uma reportagem: "Os ladrões infestam a cidade e os subúrbios – é este o estribilho que vem

---

[256] Barbosa, Orestes. *Na prisão. Op. cit.*, p. 242.
[257] Calvino, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas.* Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 85.
[258] Velloso, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaços. Op. cit.*, p. 13.
[259] *Gazeta de Notícias*, 23/02/1915, p. 2; *Gazeta de Notícias*, 10/02/1918, p. 5; *Jornal do Brasil*, 9/03/1920, p. 10; *Correio da Manhã*, 20/06/1913, p. 3.
[260] *Correio da Manhã*, 3/11/1919, p. 3.

sendo martelado todos os dias pela imprensa, acompanhando o farto noticiário de arrombamentos e assaltos que ocorrem aqui e ali (...)”[261].

Matérias como essas eram publicadas na imprensa num momento no qual o Rio de Janeiro era considerado como uma cidade moderna, o principal centro produtor e consumidor de cultura e a principal sede industrial, comercial e bancária do país[262] . Neste momento, a cidade moderna ganhava um duplo sentido da palavra: nos hábitos e costumes que caracterizavam a “modernidade”, assim como nos esforços e investimentos públicos para se “modernizar” o traçado urbano, como chegamos a comentar na introdução da tese[263]. Segundo Lená Menezes[264], durante 1890-1930, a paisagem do Rio de Janeiro se transformava completamente com as aberturas de avenidas, o alargamento de ruas, entre outras mudanças; mudanças estas que foram implementadas sobretudo pelas reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos (1903-1906).

O Centro – ancestralmente, como diz Roberto Moura[265], formado em torno da Praça Quinze com limites na Praça Mauá e na atual Praça da República – era, a partir da reforma de Passos, entregue às grandes companhias, aos bancos, jornais, hotéis, cafés de luxo e repartições públicas; e a Zona Sul, que avançava do tradicional bairro de Botafogo para Copacabana e Ipanema. Era nesses espaços que se construíam as novas casas da elite, com sua infraestrutura de serviços e abastecimento, e que definitivamente se modernizavam de acordo com os padrões de grande cidade ocidental moderna[266].

O historiador André Nunes de Azevedo, ao criticar a historiografia da década de 80 sobre os projetos de reforma urbana de Pereira Passos, que segundo ele teriam sido tratados aí como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, observa que:

> A reforma Passos buscou articular diversas regiões da cidade com o centro urbano do Rio de Janeiro, algo fundamental em seu projeto de integração conservadora, no qual o centro urbano da cidade aparecia

[261] *Correio da Manhã*, 26/07/1919, 3.
[262] Moura, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Funarte, 1983, p. 30.
[263] Gruner, Clóvis. “Em torno à “boa ciência”: debates jurídicos e a questão penitenciária na imprensa (1901-1909)”. *Revista de História Regional* 8(1), 2003, p. 79.
[264] Menezes, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930).* Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.
[265] Moura, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro. Op. cit.*
[266] Idem, ibidem, p. 69.

> como centro modelar da civilização, lugar da sua exemplaridade para os habitantes das demais regiões da urbe.[267]

Segundo Azevedo, Passos teria estabelecido avenidas ligando a zona sul ao centro, bem como esta aos subúrbios, regiões que receberam diversas obras de melhoramento e implementação viária, o que proporcionou uma interligação orgânica entre os diversos bairros e regiões do subúrbio carioca.[268]

Mas como afinal o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* viram de uma maneira geral esse processo de remodelação urbana implementada pelo prefeito Passos? Tais folhas pareciam adotar posturas oscilantes com relação à reforma urbana, como talvez uma estratégia para atender aos anseios e às demandas de diferentes grupos sociais. Vemos que ora publicaram textos que apoiavam a reforma urbana de Passos – considerando-a como uma reforma que visava "sanear e aformosear" o Rio[269] – ora veicularam textos que apontavam as consequências deletérias desse processo de remodelação urbanística para a população pobre[270].

Em relação a esta segunda postura da imprensa, veiculava-se a imagem de um Rio de Janeiro com fortes contrastes sociais. De um lado, aparecia aí uma cidade embelezada e ajardinada pela reforma Passos; de outro, um Rio de Janeiro pobre e miserável, abandonado pelo poder público. "Perpetuamente relegados ao abandono mais injusto, os subúrbios formam impressionante contraste com os outros pontos do Distrito Federal".[271]

Embora nas reportagens policiais também aparecessem tais contrastes sociais na cidade, para os jornalistas dessas publicações isso não significava que as ocorrências de crimes ficassem restritas às zonas pobres e negras da urbe. Alegavam que a criminalidade abrangia desde tais zonas aos bairros mais nobres e zonas comerciais do Rio de Janeiro. Segundo uma matéria: "O centro da cidade, desde a zona comercial a

---

[267] Azevedo, André. "A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana". *Revista Rio de Janeiro*, n.10, maio – ago., 2003, p. 69.
[268] Idem, ibidem, p. 69.
[269] Sobre essa postura da imprensa, ver os trabalhos de Rômulo Mattos sobre as favelas no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Nesses estudos, o autor defende a hipótese de que durante a reforma Passos os trabalhadores cariocas – em especial os favelados – foram alvo de uma campanha sistemática de estigmatização de seus padrões comportamentais na grande imprensa, o que teria contribuído para a legitimação das demolições das habitações populares implementadas no período. Mattos, Rômulo. *Pelos pobres. Op. cit.* "Discurso sobre as favelas na imprensa do período das reformas urbanas", Vassouras, *Revista de Mestrado em História, Dossiê Imprensa*, v.12, n. 2, p. 51-72, jul./dez., 2010.
[270] Em relação a esta postura da imprensa, os jornais faziam veementes críticas aos altos preços dos aluguéis dos casebres do centro, à destruição de "barracos", à expulsão dos populares pobres do centro e à falta de infraestrutura nos morros e subúrbios cariocas. Sobre tais publicações, ver: "Vida e miséria", *Jornal do Brasil*, 8/06/1905,1. "Vida suburbana", *Correio da Manhã*, 29/07/1907, p. 4.
[271] "Vida suburbana", *Correio da Manhã*, 29/07/1907, p. 4.

elegante, desde o Cais do Porto a Tijuca e a Gávea é um foco! O legítimo pandemônio da ladroagem"[272].

Assim, nessas matérias tentava-se demonstrar uma geografia mais estendida da criminalidade. [273] Por tal perspectiva, a dita "cidade segmentada" se transformaria em um único território: o território dos criminosos.

Embora os jornalistas salientassem que todo o território do Rio estava sendo invadido por crime e criminosos, construíam representações distintas das diferentes áreas da cidade no que tangia à questão criminal. Enquanto as áreas desérticas da cidade, os subúrbios e determinados bairros da periferia do centro eram vistos como áreas tradicionais do crime, as regiões centrais da urbe e os bairros nobres, localizados na região sul (Copacabana, Botafogo, Laranjeiras) e na Tijuca (região norte), eram retratados como áreas que naqueles inícios do século XX passavam crescentemente a ser invadidas pela criminalidade.

Em relação às áreas mais centrais (Avenida Central, Largo de São Francisco, Largo da Carioca) do Rio de Janeiro, os jornalistas se mostravam surpresos diante do aumento das ocorrências de delitos em tais locais, pois aí haveria uma "presunção" de "um policiamento mais denso e mais ativo"[274]. Tais regiões se caracterizavam por serem áreas onde circulavam muitas pessoas, já que aí se concentravam as atividades comerciais e bancárias da cidade: "Os ladrões palmilham os pontos mais movimentados da cidade, afrontando a gente honesta".[275]

No que se refere aos bairros nobres localizados na região sul (Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, Catete) e na Tijuca (região norte), os jornalistas também se mostravam surpresos diante dos crimes aí ocorridos, pois eram áreas onde seus moradores tinham supostamente condições materiais para ter mais segurança, por meio da vigilância da guarda noturna. Não é à toa que chamavam esses bairros de "elegantes" e "aristocráticos": " Tijuca, o pitoresco e aristocrático arrabalde do Rio de Janeiro, ainda não esquecido da emocionante tragédia que vitimou (*sic*) teatro de um hediondo e aviltante crime, praticado à plena luz meridiana"[276].

---

[272] *Gazeta de Notícias*, 5/07/1919, p. 3.
[273] A historiadora Sandra Pesavento, ao analisar fontes jornalísticas (e policiais) sobre os crimes em Porto Alegre no final do século XIX, também chama atenção que os jornais (e a polícia) tentavam demonstrar uma geografia mais alargada das práticas criminais na cidade. Pesavento, Sandra Jatahy. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX". *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXX, n. 2, 2004, pp. 27-37.
[274] "Assaltos de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2.
[275] "Ladrão sanguinário", *Correio da Manhã*, 8/07/1920.
[276] "Matar para roubar", *Correio da Manhã*, 11/07/1906, 2.

No caso mais específico da região sul, as reportagens policiais pareciam assinalar também que, mesmo a região tendo passado por um processo de embelezamento e ajardinamento em função das reformas urbanas implementadas, a área vinha sofrendo um número crescente de crimes:

> O Largo do Machado (Catete), que a Prefeitura embelezou para o recreio das famílias, está graças à desídia da polícia transformado em foco de desordens e assassinatos. A fina flor da gente da navalha e do punhal ali se reúne provocando distúrbios, intimidando os moradores e amedrontando os transeuntes.[277]

Dessa forma, tanto no que tange ao centro da cidade quanto aos bairros nobres, via-se as ocorrências de crimes nestes locais como um fenômeno anormal, pois fugia à pretensa ideia de que eram lugares seguros. "O mais escandaloso de tudo que se tem registrado de anormal é que os ladrões assaltam em pleno centro da cidade, onde se presumia que havia, pelo menos, um policiamento mais denso e mais ativo".[278]

Mas se com relação aos bairros nobres e às zonas centrais da cidade, os repórteres consideravam que naqueles inícios do século XX a criminalidade era um fenômeno anormal, em relação aos bairros da zona portuária (Saúde, Santo Cristo e Gamboa) veiculavam imagens bem diferentes sobre os crimes aí ocorridos. Alegavam que os criminosos "sempre" encontravam nestes locais "um centro de operações magnífico, por ser quase sempre certa a sua impunidade".[279] Veiculava-se a ideia de que a polícia aí nunca teria feito um eficaz serviço de policiamento. Por isso, os bairros da zona portuária eram retratados como lugares tradicionais do crime:

> Os ladrões, que diariamente vão aumentando em número e audácia, sempre tiveram nos bairros da Saúde, Santo Cristo etc. um centro de operações magnífico, por ser quase sempre certa a impunidade. Ou porque a polícia seja impotente para dar-lhes caça, ou porque lhes dispense mesmo uma certa proteção, a verdade é que naquelas regiões eles agem livre e desassombradamente.[280]

Mas esses bairros eram vistos como lugares tradicionais do crime não apenas devido à falta de policiamento, como também por serem espaços retratados como naturalmente perigosos: "A Saúde, o mais famoso bairro onde existem os mais

---

[277] "A última façanha", *Correio da Manhã*, 7/11/1909, 4.
[278] "Assaltos de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2.
[279] "A ação dos ladrões: impunidade e proteção", *Jornal do Brasil*, 13/07/1916, 9.
[280] "A ação dos ladrões: impunidade e proteção", *Jornal do Brasil*, 13/07/1916, 9.

afamados e temíveis desordeiros, ontem forneceu a nota para o noticiário dos jornais".[281]

Não é à toa que vinculavam diretamente o termo "larápio" ou os apelidos de gatunos conhecidos aos bairros da zona portuária. Expressões como "os ladrões da Saúde" e "Manduca da Gamboa"[282] são exemplos disso. A criminalização imputada a tais bairros pode ser explicada pelo fato desses locais acolherem um grande número de trabalhadores – dentre os quais estivadores e os marítimos[283] – numa época em que os referenciais desqualificadores do trabalho, herdados da cultura escravista, ainda estavam fortemente presentes na sociedade.[284]

As imagens estigmatizantes que associavam os bairros da zona portuária a uma zona perigosa pareciam mesmo ter permanecido nos discursos dos jornalistas para além de inícios do século XX. Um jornalista-memorialista na década de 30, ao se referir ao bairro da Saúde do período da Primeira República, alegava que o lugar era naturalmente habitado por valentes que eram cabos eleitorais/capangas de políticos da cidade:

> Na Saúde vicejaram as mais preciosas flores desse jardim. Gente da estirpe de Buldog, Galeguinho, Sapateirinho, Zé Moleque, Gabiroba, Corneta Girar, como em outras bandas, Zé do Senado, Pernambuco, vários Baianos, vários Cabeleiras, vários Mulatinhos, muitos outros iguais estiveram sempre a serviço dos políticos de profissão. Não havia destes nenhum chefe de paróquia, que, nos dias de eleição, não levasse de reboque uma malta de tal gente. Quiséssemos nós, e encheríamos páginas com episódios sangrentos desses dias, em que o cidadão deveria exercer o seu dever cívico. Cabo Malaquias foi capanga-mestre de um político que se celebrizou não só pelos grandes e nunca negados talentos como por conhecer, ele próprio, a arte de dar cabeçadas e passar rasteiras.... Desse grupo eram "Cardosinho" e "Gaguinho", ambos tipos perfeitos de criminosos. Ainda há muitos anos, residia na Saúde e era aí estabelecido um indivíduo, sobre o qual a polícia mantinha permanente vigilância, do qual dependeu a vitória eleitoral de determinado político. Quem ficasse com os livros vencia as eleições.
> Era assim que a 'soberania popular' se manifestava. A legenda era 'ou voto ou tiro'. Mas tudo isso acabou. Era no tempo do 'Camisa Preta'...[285]

---

[281] "Vontade sinistra: tentativa de morte: um desordeiro da Saúde", *Gazeta de Notícias*, 17/12/1909, 4.
[282] *Correio da Manhã*, 8/11/1915, p. 5; *Correio da Manhã*, 13/02/1910, p. 5.
[283] Mattos, Rômulo. *Pelos pobres. Op. cit.*
[284] Engel, Magali. "Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio", Rio de Janeiro: *Tempo*, n. 17, pp. 53-78.
[285] Cruz, Henrique Dias. *Os morros cariocas no Novo Regime – notas de reportagem*, 1941, p. 50.

O jornalista acima associava o bairro da Saúde aos crimes sangrentos promovidos pelos valentes da localidade e aos tempos de eleições na Primeira República. As reportagens policiais do início do século XX também associavam o bairro aos crimes de sangue, já que o chamavam de "bairro vermelho": "(...) Os valentes vinham dando à Saúde, o bairro comercial dos trapiches, a denominação de bairro vermelho, tanto o sangue que corria ali". [286]

No entanto, as reportagens não associavam de forma explícita os crimes sangrentos do bairro às eleições . Tal associação parecia ser dada de forma implícita, já que tais delitos eram especialmente veiculados em tempos eleitorais, como ocorreu nas eleições municipais de 1909: "Volta a Saúde, o perigoso bairro, a ensangüentar-se quase que diariamente".[287]

O famoso cronista da cidade João do Rio[288], por seu turno, embora não fizesse nenhuma correlação entre os crimes de sangue na Saúde e as eleições, ao comentar um assassinato ocorrido na área, também não deixava de criminalizar o bairro, ao considerar que o referido crime era: "um exemplo comum da influência do bairro"; "bairro rubro, cuja história sombria passa através dos anos encharcada de sangue".[289]

Um repórter de polícia, ao comentar sobre a suposta periculosidade do bairro, parecia querer explicar por que a Saúde era, em sua visão, um lugar perigoso:

> Ainda o bairro da Saúde a nos dar o noticiário do crime. Bairro célebre pelas ruas escuras, pelos becos escuros e pela população mesclada, é a Saúde ainda o perigo iminente para o incauto que ousa atravessá-lo à noite. [290]

O jornalista acima parecia querer apontar dois motivos pelos quais o bairro da Saúde era um lugar perigoso. Primeiro, pelo fato de ser uma região escura, que sugere o risco de assaltos à noite .[291] Em segundo lugar, o repórter parecia querer sugerir a ideia de que o germe da criminalidade do bairro da Saúde seria a mestiçagem de sua

---

[286] "Morte de um pirata. Galeguinho da Saúde", *Gazeta de Notícias*, 13/02/1910, 2.
[287] "Cenas de Sangue: um tipo perverso", *Correio da Manhã*,17/12/1909, 2.
[288] Segundo nos informa Magali Engel, João do Rio (1881-1921) era "filho do professor de matemática Alfredo Coelho Barreto e de Florência Cristóvão dos Santos Barreto – mulata, filha do médico Dr. Joaquim C. dos Santos. João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto foi aluno do colégio do Mosteiro de São Bento e, a partir de 1896, do ginásio Nacional. Tornou-se um jornalista bastante conhecido – atuando na grande imprensa carioca – e um escritor de sucesso, tendo quase todos os seus livros publicados pela Garnier, a mais poderosa editora da época". Engel, Magali. "Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio". *Op.cit*, p. 2.
[289] "As crianças que matam", João do Rio, *Cinematógrafo*, 1909.
[290] *Gazeta de Notícias*, 20/02/1905, p. 1.
[291] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op.cit.*

população. Ele parecia expressar perspectivas negativas sobre a mestiçagem, alimentadas também por uma parte da opinião pública, sobretudo até 1900. Esta considerava que a mestiçagem era um resultado degenerativo da "mistura das raças" para a constituição da população brasileira, onde o elemento negro dominaria, relegando o país definitivamente aos mais baixos degraus na escala da evolução.[292]

Em meio a tais perspectivas negativas sobre mestiçagem e negritude, os jornalistas buscavam associar de forma intrínseca a cor da pele dos criminosos ao bairro da Saúde, região esta habitada predominantemente por negros. "Caboclinho da Saúde" e "Prata Preta da Saúde"[293] são alguns exemplos dessa associação. Assim, a representação do crime obedecia aos padrões de referência valorativos de uma sociedade recém-egressa do escravismo[294] e que naturalizava a criminalidade negra e mestiça. As notícias de crimes veiculavam aí uma linguagem da "alteridade condenada" [295] que delimitava a exclusão social e discriminação social/racial para designar a região e seus habitantes.

Uma outra área vista como um lugar tradicional do crime eram os subúrbios (Cascadura, Madureira, Realengo, Piedade, entre outras freguesias), pois considerava-se que era uma área que "sempre" fora e continuava sendo "despoliciada" devido à grande extensão do seu território[296], como bem mostra a seguinte notícia: "A polícia é impotente para reprimi-los (os roubos e furtos) em vista da falta de praças para o policiamento de uma zona (Cascadura) tão vasta".[297]

Vale notar que os subúrbios eram definidos nas reportagens policiais de início do século XX como áreas populosas, extensas e situadas distantes do Centro. Tal região era também definida pelos jornalistas por elementos que justificavam sua

---

[292] Guimarães, Valéria. "Notícias diversas: apontamentos para a história do *Fait divers* no Brasil", *Revista PJ: Br-Jornalismo brasileiro*, Ed. 07, 2006, p. 4.
[293] *Correio da Manhã*, 14/06/1915, p. 3; *Correio da Manhã*, 12/06/1907, p. 4.
[294] Pesavento, Sandra Jatahy. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX". *Op.cit.*
[295] Esta expressão foi empregada por Sandra Pesavento ao analisar a especificidade do vocabulário de estigmatização urbana em Porto Alegre para designar certos lugares, personagens e práticas sociais a partir de fins do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Pesavento, Sandra. "Lugares malditos: cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, São Paulo, 1999, pp. 195-216.
[296] Não vamos aqui fazer uma análise pormenorizada das representações construídas sobre as diferentes áreas dos subúrbios, mas sim um exame conjunto dessas representações, pois as suas diferentes freguesias eram retratadas de forma muito semelhante entre si.
[297] "Ladrões audaciosos", *Jornal do Brasil*, 6/07/1905, 2.

subalternidade[298], como: ausência da polícia, o abandono do poder público, pobreza, falta de cultura, falta de infraestrutura (transportes, iluminação, água, etc.) e criminalidade. Em relação ao crime, o subúrbio podia ser representado como o "refúgio dos malfeitores do centro da capital"[299]. Possivelmente essa definição pejorativa de subúrbio fizesse referência à migração dos populares pobres – vistos aí como malfeitores – para a região em meio à expulsão dos mesmos do centro da cidade na época de Pereira Passos. Mas as reportagens policiais produziam entre elas tensões de representações no que tangia à região, já que ora a retratavam como uma área habitada por "pretos malandros" e "viciosos sem profissão"[300], ora como um espaço habitado por "trabalhadores honestos" e "famílias distintas" que eram vítimas da ação dos criminosos[301].

Contudo, todas essas diferentes percepções sobre o subúrbio o definiam pela *ausência*: ausência da polícia, da ordem e do direito à cidadania no que diz respeito à segurança pública: "(...) A polícia (...) parece que (...) não chega para vigilância noturna à propriedade alheia e em benefício da integridade física dos moradores".[302]

Passava-se aí ideia de que nos subúrbios havia um "punhado de assaltos, desde a galinha surrupiada por um gatuno vagabundo, ao assalto mais audacioso levado a efeito pelo ladrão hábil, profissional"[303]. Os jornais pareciam mesmo veicular uma visão hiperbólica da criminalidade na área:

> Infelizmente, voltam a ter a conhecida os assaltos à propriedade na Zona suburbana.
> Parece que em cada canto de localidade há um valhacouto de gatunos, opera uma quadrilha, existe uma aldeia com todos os matadores de amigos do alheio.
> Cascadura, zona do 20º. Distrito Federal, vem sendo ultimamente o campo escolhido para a prática das façanhas de ladroagem ousada.
> A seguir está a zona do 19º. Distrito, Engenho Novo para cima, onde os assaltos tem sido contínuos, desde a escalada a quintais, limpa de galinheiros até ataque na via pública, a horas mortas (...). [304]

---

[298] Maciel, Laura Antunes. " Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado". In: 150 anos de subúrbio carioca. Oliveira, Márcio Pinon de, Fernandes, Nelson Nóbrega (orgs). Almir Chaiban El-Kareh (et al). Rio de Janeiro, Faperj, Eduff, 2010,p. 187-218.
[299] "Salteadores do Rio", *Jornal do Brasil*, 3/11/1908, 5.
[300] *Jornal do Brasil*, 3/11/1908, p. 5; *Jornal do Brasil*, 27/11/1911, p. 8.
[301] "A gatunagem nos subúrbios", *Jornal do Brasil* , 11/07/1917, 3.
[302] "Os subúrbios: policiamento", *Jornal do Brasil*, 8/02/1910, 6.
[303] *Correio da Manhã*, 30/03/1919, p. 3.
[304] "Os subúrbios: policiamento", *Jornal do Brasil*, 8/02/1910, 6.

Mas, como já assinalado, embora as reportagens produzissem representações distintas das diferentes áreas da cidade no que se referia ao crime, faziam questão de intitular as mais variadas áreas do Rio de Janeiro de "o paraíso dos ladrões".

4. "Enquanto a polícia dorme, os ladrões roubam": policiamento e criminalidade

> Paraíso dos ladrões: assaltos sobre assaltos. Nas barbas da polícia!
>
> A cidade, com o atual policiamento, está transformada em um vasto conto de amigos do alheio, e bem inspirados andamos denominando-a de paraíso dos ladrões.
> A desídia impera com todo o seu cortejo e o pouco caso das autoridades quanto à garantia da propriedade é patente e indiscutível.[305]

Tal como a matéria acima, era comum muitas reportagens do início do século XX alegarem que o Rio de Janeiro era o "Paraíso dos ladrões" devido ao mau (ou falta de) policiamento. Não por acaso que, dentre as diferentes motivações do crime e de sua expansão na cidade destacadas pelos jornalistas, as mais veiculadas em nossa amostra diziam respeito às deficiências no serviço de policiamento. Veja o quadro abaixo:

Quadro 2 – Número de reportagens sobre as causas da criminalidade e de sua expansão no Rio de Janeiro (1900-1920)*

Causas	***Nº***	***%***
Deficiências no policiamento	159	36,0%
Pobreza e meio social (sem ou com menção a cor)	123	27,8%
Influência da civilização	70	15,8%
O relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia	57	12,9%
Raça e/ou pobreza (reportagens referentes à criminalidade dos negros)	33	7,5%
Total	***442***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

[305] *Jornal do Brasil*, 6/07/1911, 6.

* Com exceção do item "deficiências no policiamento", as demais motivações do crime elencadas acima não apareciam juntas numa mesma reportagem. Assim, numa mesma matéria os jornalistas abordavam apenas um desses itens. O tema sobre os problemas no policiamento na cidade podia vir numa mesma reportagem de um dos outros itens destacados na tabela. Nesses casos, o critério de contagem foi a notícia que discutia de forma mais intensa um desses temas em detrimento de outro.

Estas notícias sobre os problemas no serviço de policiamento ocupavam, inclusive, um espaço bem mais extenso do que as outras reportagens que tematizavam sobre as outras motivações do crime. Nos próprios títulos das colunas dedicadas a noticiar os crimes, os jornalistas veiculavam o termo "policial" ou "polícia" ("Noticiário policial", "O dia policial", "Na polícia e nas ruas", entre outros) ao invés da palavra "crime" ou "criminal". Como os repórteres insistiam em responsabilizar abertamente a polícia pelo aumento das mais variadas práticas criminais na cidade[306], parecia haver nestes títulos uma espécie de "protocolo de leitura", uma vez que a simples menção à palavra "polícia" ou "policial" poderia fazer com que o leitor associasse a criminalidade às deficiências no policiamento na cidade.

É importante nos perguntar por que muitas vezes os jornalistas policiais tinham esta perspectiva negativa em relação às forças de segurança/policiamento se a sua principal fonte de informação era a polícia?

Esta questão pode ser pensada sob dois pontos de vista diferentes. Em primeiro lugar, pelos interesses muitas vezes conflitantes que pareciam existir entre os repórteres e a polícia. Talvez as críticas dos jornalistas à polícia da cidade não tivessem como pano de fundo necessariamente a ineficiência policial para combater e prevenir os crimes, mas sim a determinadas ações da polícia que afetassem os interesses da imprensa. Um exemplo disso era quando a polícia não fornecia aos jornais as notícias de crimes ocorridos nas ruas do Rio de Janeiro, a exemplo da seguinte matéria da *Gazeta de Notícias*: "a polícia (...) deixa que os ladrões ajam à vontade, e quando se dão os roubos procura encobri-los da reportagem, para que os jornais não os noticiem!"[307]. Notícias como essa indicam que a imprensa ficava indignada com o fato da polícia não dar informações de crimes para os repórteres.

[306] Vale notar que os repórteres policiais não tratavam – ao menos pelo que pudemos constatar nas fontes consultadas – das diferentes funções ocupadas pelas forças policiais no serviço de policiamento da cidade. Além disso, todas elas podiam ser vistas como forças que não conseguiam ou não queriam controlar o combate à criminalidade. Por tais motivos, iremos analisar como os jornalistas representavam as relações entre policiamento e aumento da criminalidade, sem investigar as diferentes atuações das diferentes forças policiais no serviço de policiamento. Para análise das forças policiais e de suas distintas funções no serviço de policiamento no Rio, ver Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*

[307] *Gazeta de Notícias*, 22/03/1917, p. 5.

Os jornalistas afirmavam, em tom de indignação, que a polícia escondia da imprensa as notícias de roubos e assaltos ocorridos na cidade quando as providências que ela tomava sobre um determinado fato criminal falhavam. [308] Mas, segundo os repórteres, quando convinha à polícia divulgar este ou aquele delito, ela sempre recorria à reportagem para enaltecer seu trabalho. Em função disso, a polícia ofereceria aos repórteres informações, "certa de rasgados e pomposos elogios pelas colunas dos jornais"[309]. Segundo uma reportagem: " a polícia, quando prende um ladrão, quer que as diligências apareçam em grandes títulos nas colunas dos jornais"[310].

Por seu turno, a polícia alegava que tinha que manter muitas vezes o sigilo de informações para dar andamento às suas investigações e não alarmar a população. Neste sentido, os interesses da imprensa e da polícia pareciam ser muitas vezes conflitantes, o que pode explicar o motivo pelo qual os jornais muitas vezes responsabilizavam as forças policiais pelo crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro.

Outra razão que explicaria tal assertiva da imprensa diz respeito ao fato de que os repórteres policiais, ao transitarem nos mais variados espaços da cidade em busca de notícias, possivelmente puderam captar a seu modo as impressões e reclamações do público sobre o policiamento e crescimento da criminalidade na cidade.

Em função disso, pode ser que as preocupações da imprensa com o policiamento e crime não fossem uma mera "fantasia" dos repórteres e dos impressos, mas também de certa maneira compartilhada e reconhecida pelo público. É difícil avaliar como o público percebia tal questão, até porque isto não constitui nosso interesse de análise. Contudo, uma possível pista que pode nos levar à hipótese de que o público se preocupava com o problema da segurança pública da cidade – ainda que possivelmente não de forma alarmista, como apregoava a imprensa[311] – são os dados apresentados pelo trabalho de Eduardo Silva sobre as queixas do povo publicadas no *Jornal do Brasil*[312].

O autor percebe que dentre outros problemas urbanos reclamados pelo público o item que ele classificou como "polícia e forças armadas" eram os problemas mais destacados pelos missivistas. O autor constata que das queixas sobre os diversos

---

[308] "Salteadores da Tijuca: quadrilha perigosa", *Jornal do Brasil*, 23/11/1909, 11.
[309] Idem, ibidem.
[310] *Gazeta de Notícias*, 30/11/1910, 3.
[311] Possivelmente o público não ficava aterrorizado com a situação da criminalidade, tal como apregoava a imprensa, pois não tivemos informações de que as pessoas deixassem de sair de suas casas por medo de ser assaltadas ou ser vítimas de qualquer crime.
[312] Silva, Eduardo. *Queixas do povo. Op. cit.*

problemas existentes na cidade do Rio – tais como saneamento e saúde – 32,4% se destinavam ao problema da segurança pública no período de 1900-1910, o que é um número bem expressivo.

Assim, como vimos, as relações intrínsecas que os jornais procuravam estabelecer entre o policiamento da cidade e o aumento da criminalidade podem ser vistas como resultado dos conflitos de interesses que pareciam existir entre os jornalistas e a polícia ou decorrentes dos contatos diários que os repórteres passaram a ter mais intensamente com o público a partir do início do século XX.

No caso mais específico dos crimes de gatunagem, as relações intrínsecas que os jornalistas estabeleciam muitas vezes entre policiamento e crime podem ser explicadas também por mais outro motivo. Talvez isso tenha a ver com o próprio fato de os roubos e furtos serem crimes que denunciam o descuido das autoridades em relação à segurança pública das cidades, uma vez que são delitos que podem ser monitorados, dependendo da ação do poder público e de uma boa legislação penal, como assinalou Marilene Antunes Sant'Anna[313].

De todo modo, as matérias que responsabilizavam a polícia pelo aumento da criminalidade podiam também em seus próprios títulos, e não apenas nos textos, veicular associações entre polícia/policiamento e crime (48 ou 30,1% de um total de 159 notícias de ladrões que consideravam o mau (ou falta de) policiamento). "Os ladrões nos subúrbios: a impotência da polícia"[314] . "Ladrões audaciosos: na rua do Rezende. Falta de policiamento".[315] "Estabelecimento assaltado: na rua da Alfândega. A polícia dorme".[316]

Em relação às folhas consultadas, embora o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* apresentassem diferenças entre si quanto à percentagem de suas notícias que tratavam da temática do policiamento na cidade (ver o quadro 3), os três jornais divulgavam um percentual bem semelhante entre si quanto às matérias que consideravam como fator do aumento da criminalidade dos ladrões na cidade as deficiências no policiamento (ver o quadro 4).[317] No que diz respeito às décadas

---

[313] Os crimes de furto e roubos diferem nesse sentido dos homicídios que são motivados por paixões e ódios em muitos casos momentâneos, impedindo o planejamento e o controle da polícia. Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a casa de correção do Rio de Janeiro. Op. cit.*, p. 144.
[314] *Gazeta de Notícias*, 13/03/1908, p. 2.
[315] *Jornal do Brasil*, 2/02/1910, p. 4.
[316] *Correio da Manhã*, 19/01/1910, p. 4.
[317] Vale notar que o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* produziam representações do crime de forma muito semelhante entre si em relação ao tema do policiamento, assim

consultadas, verificamos que os jornais publicaram quase 50 % a mais dessas matérias durante a década de 1910 (95 ou 59,7% de um total de 159 publicações) do que nos anos de 1900 (64 ou 40,2% de um total de 159 matérias).Talvez esse aumento relativamente considerável seja explicado pelo próprio crescimento do número de páginas dos jornais naquela década ou pelo aumento populacional.[318]

Quadro 3 – Número de reportagens (por jornal) que tratavam da temática do policiamento na cidade (1900-1920)*

Jornais	***N º***	***%***
Correio da Manhã	62	16,7% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Jornal do Brasil	83	10,8% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	51	8,5% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade
Total	***196***	***11,3% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*
*Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais cariocas trabalhados.

como, no que tange às variáveis sociais/nacionais e/ou raciais. Contudo, não poderemos explicar por que essas representações eram semelhantes, pois não há indícios na documentação que nos possam auxiliar a pensar nessas questões. Neste sentido, não há como explicar também por que os próprios embates de representações sobre determinados temas da criminalidade em relação a essas variáveis eram compartilhados pela *Gazeta*, *Correio* e *Jornal do Brasil*. Veremos que essas disputas se estabeleciam entre as reportagens policiais, e não entre os jornais.
Uma outra questão, que nos limites deste trabalho não será respondida, se refere às razões (ou à razão) pelas quais esses três jornais, ao se debruçarem sobre as motivações políticas/eleitorais do crime, produziam representações do crime semelhantes entre si sobre alguns temas, e versões diferentes sobre outros assuntos. Todas essas questões talvez possam ser explicadas pelas próprias relações existentes entre esses diferentes jornais, os grupos que financiavam essas publicações e o seu público. Afinal, como assinala Marialva Barbosa, os jornais viviam entre não ser contra os interesses dos grupos financiadores das publicações e agradar, cada vez mais, um público expressivo. Mas vale observar que as relações entre os jornais, os grupos financiadores dessas publicações e o público não serão examinadas no trabalho, pois fogem aos propósitos do estudo. Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op.cit.*

[318] Como veremos ao longo da tese, as notícias de crimes em alguns outros casos apresentavam também um crescimento percentual (considerável ou menos expressivo) na década de 1910. Mas foge aos propósitos da pesquisa analisar com profundidade as motivações desse aumento, uma vez que não há indícios na documentação que possam nos auxiliar nessa investigação.

Quadro 4 – Número de notícias (por jornal) que consideravam como fator do aumento da criminalidade na cidade o mau (ou falta de) policiamento (1900-1920)

Jornais	***N º***	***%***
Jornal do Brasil	68	81,9% de um total de 83 reportagens que tratavam da temática do policiamento
Correio da Manhã	49	79% de um total de 62 reportagens que tratavam da temática do policiamento
Gazeta de Notícias	42	82,4% de um total de 51 reportagens que tratavam da temática do policiamento
Total	***159***	***81,1% de um total de 159 reportagens que tratavam da temática do policiamento***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Independentemente de, na década de 1910, os jornais publicarem mais notícias sobre o assunto do que nos anos de 1900, os jornalistas consideravam que, em relação aos gatunos da cidade, a polícia não controlava e nem combatia os mais diferentes tipos de ladrões da cidade, desde os "gatunos vagabundos" até os "ladrões audaciosos".[319] Uma reportagem em 1907, por exemplo, ao noticiar vários casos de furtos que teriam sido perpetrados por rapinantes de galinhas e perus nos subúrbios, assinalava que isso se devia ao mau policiamento na área: "nas estações de Bangu e Realengo tem sido notável o número de furtos de galinhas e perus".[320] Quanto aos ladrões tidos como audaciosos, uma outra reportagem, publicada em 1919, num mesmo sentido apontava: "Os ladrões viram ali (no dito armazém) uma empresa de ótimos resultados, auxiliados pela completa ausência de policiamento no local".[321]

Não é à toa que nessas reportagens que atribuíam o aumento da criminalidade à inoperância policial se registrasse uma variedade de bens subtraídos pelos ladrões (ver o quadro abaixo), desde furtos/roubos de pequeno porte – como peças de roupas, pequenas joias – até dinheiro e joias em grande vulto. No entanto, os crimes de caráter violento perpetrados pelos ladrões eram muito pouco registrados nestas notícias.[322]

[319] "O policiamento nos subúrbios", *Correio da Manhã*, 11/06/1907, 4.
[320] "O policiamento nos subúrbios", *Correio da Manhã*, 11/06/1907, 4.
[321] "Audácia de uma quadrilha de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 3/11/1919, 3.
[322] Encontramos apenas seis registros desses crimes: quatro espancamentos e dois latrocínios.

Quadro 5 – Bens subtraídos pelos ladrões nas reportagens sobre as deficiências no policiamento*

Bens	***Nº***	***%***
Dinheiro/joias	83	37,5%
Roupas/objetos de uso pessoal	44	19,9%
Instrumentos para roubar/ objetos de casa	45	20,3%
Alimentos/bebidas	6	2,7%
Animais	8	3,6%
Objetos não identificados	35	15,8%
Total	***221***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*
*Numa mesma notícia podia ocorrer por vezes a subtração de dois ou mais itens. Nos demais quadros do trabalho sobre os bens subtraídos pelos ladrões também pode acontecer isso.

Mas será que os jornalistas viam alguma diferença no tratamento dado pela polícia aos diferentes tipos de larápios do Rio?

Ao que nos parece, os repórteres assinalavam uma sutil diferença na maneira como o policiamento era feito em relação aos gatunos "vagabundos" e aos "audaciosos". Chamavam atenção que enquanto a polícia tratava de "perseguir e prender" os rapinantes "vagabundos" para logo depois soltá-los, deixava à vontade "os ladrões audaciosos, os que premeditam os roubos"[323].

Em relação a esses últimos criminosos, alegava-se que os mesmos andavam pela cidade impunemente, perpetrando vários roubos e levando a efeito outros "sem que lhes acontecesse mal de espécie alguma", já que "a polícia não os conhece ou finge não conhecer" .[324] Por vezes, as reportagens chegavam mesmo a admitir que os ladrões que roubavam bens de pequeno valor eram sempre presos, ao passo que os que roubavam bens de valor e dinheiro de alta quantia nunca eram presos, como mostra a seguinte notícia publicada em 1910: "Bem diz o ditado que ladrão é aquele que rouba um queijo.... Sim, se Antonio José da Costa roubasse quinhentos contos, não seria preso. Mas foi roubar pratos e caiu nas garras da polícia".[325]

[323] "Ladrões audaciosos: jóias roubadas", *Jornal do Brasil*, 12/02/1906, 1.
[324] Idem, ibidem.
[325] "Os ladrões: mais um assalto", *Gazeta de Notícias*, 12/02/1910, 6.

Independente dessas diferenças no modo de ver o policiamento em relação aos ladrões "vagabundos" e "audaciosos", a imprensa parecia ter uma forte preocupação com a propriedade, pois a retratava como um "direito indiscutível e patente", já que era um direito garantido pela Constituição Republicana.[326]

Por ser vista como um direito indiscutível, os jornais pouco abordavam a maneira como entendiam a noção de propriedade . Em nossa pesquisa, só encontramos dois textos publicados na *Gazeta* que discutiram o assunto, de autoria de Oliveira e Silva – autor desconhecido. Neles o autor endossava uma opinião contrária à dos repórteres policiais, pois entendia que a propriedade era um "bem divino" e não um direito constitucional.

> A propriedade funda-se na crença em Deus, na crença em que ele falou ao homem, na crença em foi Ele mesmo quem disse... " não desejareis a mulher do teu próximo, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu asno, nem alguma de todas as coisas que lhe pertencem.[327]

Quanto às reportagens policiais, os jornalistas se preocupavam com proteção do direito à propriedade pelas instituições (justiça, polícia e governo), pois alegavam que esse direito não estava sendo garantido pelas forças policiais diante do crescimento dos crimes de gatunagem.

> Não resta dúvida que a nossa capital está agora quase que um céu aberto para ladrões. Os assaltos são registrados diariamente (...) mesmo no coração da urbs, demonstrando de maneira insofismável que os amigos do alheio contam não só com a sonolência da polícia, mas com o alheamento desta para as garantias dos cidadãos. Assalta-se e rouba-se à luz meridiana, e os ladrões julgam-se tão esquecidos da polícia, que entram no interior dos prédios, roubam o que encontram e não saem sem fazer antes bem ao estômago, comendo e bebendo à tripa forra.[328]

Os repórteres apontavam algumas motivações das deficiências no policiamento na cidade. São elas: a negligência por parte da instituição, o suposto relacionamento de medo ou conveniência da polícia com os ladrões e a impotência da polícia diante dos crimes. No total de 159 notícias de ladrões registradas sobre o assunto, havia um número expressivo de reportagens que tratavam desses motivos (65 ou 40,8%).

---

[326] "Paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 6/07/1911, p. 6.
[327] "Rabiscos: direito de propriedade", de Oliveira e Silva, *Gazeta de Notícias*, 25/11/1903, p. 2.
[328] "Um feito audacioso dos ladrões", *Correio da Manhã*, 3/11/1919, p. 3.

Quadro 6 – Número de notícias que consideravam os diferentes motivos do mau (ou falta de) policiamento no Rio de Janeiro (1900-1920)*

Razões	***Nº***	***%***
Negligência das forças de segurança	32	49,2%
Relacionamento de medo ou conveniência da polícia com os ladrões	20	30,8%
Impotência da polícia	13	20, 0%
Total	***65***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*
*Os itens elencados acima não apareciam juntos numa mesma reportagem. Assim, numa mesma matéria os jornalistas abordavam apenas um desses itens.

Em relação ao primeiro motivo destacado na tabela, os repórteres alegavam que a negligência por parte da instituição se explicava pelo fato de que as autoridades policiais estariam, em vez de perseguirem os larápios, se ocupando com outros afazeres, como participar das festas da cidade como foliões [329] . Além disso, segundo os jornalistas, a polícia tinha "preguiça" de vigiar os gatunos, e por isso os criminosos ficavam livres pela cidade. Através de títulos sugestivos, como "a polícia dorme (...) onde ladrões fugiram ontem do xadrez do palácio da polícia"[330], veiculava-se a ideia de que era comum os gatunos fugirem da prisão da cidade, uma vez que as forças policiais estariam literalmente dormindo.

Segundo os repórteres, o mau (ou a ausência de) policiamento na cidade também era motivado pelo medo que a polícia tinha dos larápios. Os jornalistas alegavam que tal medo se devia ao alto grau de periculosidade dos ladrões, como mostra a seguinte notícia sobre as ocorrências de ladroagem num morro do Rio de Janeiro publicada em 1901:

> Quem tem a infelicidade de morar ali pelas proximidades do morro do Senado, dorme em sobressalto, quando dorme, porque tem constantemente ameaçadas a vida e a propriedade.
> Há dias chamamos a atenção da polícia para esses lugares perigosos (...).
> Entretanto, os gatunos continuam impávidos e desassombrados a atacar as casas vizinhas, à noite, (...) onde se escondem nesse morro,

[329] " Os ladrões em ação: subdelegado folião", *Jornal do Brasil*, 6/02/1913.
[330] *Correio da Manhã*, 15/02/1913, p.2.

> e do qual a polícia tem medo de acercar-se. O público já vai trocando o nome de morro do Senado pelo de morro dos ladrões. [331]

Muitas vezes, no entanto, as reportagens policiais repeliam a ideia de que a polícia temia os gatunos, já que por tal perspectiva os jornalistas consideravam que um dos fatores da falta de policiamento na cidade eram as "confabulações" que a polícia fazia com os ladrões.

> Decididamente o Rio de Janeiro é o verdadeiro paraíso dos ladrões. É o único lugar onde eles agem mais audaciosamente livre e impunemente.
> (...) A polícia sabe de tudo, conhece perfeitamente os malfeitores, mas ninguém sabe se cruza os braços por conveniência ou medo.
> A última hipótese deve ser repelida.
> Não é crível que a polícia tenha medo dos ladrões, se com eles tem entrado em confabulações vergonhosas e que não podem continuar para a moralidade de uma administração e a bem dos interesses da justiça. [332]

Na perspectiva dos noticiaristas, a polícia deixava os gatunos livres e impunes, pois em troca da liberdade deles recebia dinheiro e com eles dividia os roubos. [333] Essas supostas relações existentes entre gatunos e agentes policiais seriam marcadas pelo que os repórteres chamavam de "negociação da liberdade alheia". Tal negociação ocorreria muitas vezes nos espaços dos botequins da cidade, vistos como lugares naturalmente viciados e criminosos, onde a polícia era informada de que seus agentes frequentavam tais locais, e onde recebia dinheiro dos ladrões com os roubos por eles feitos. [334]

> Quando em qualquer ponto da cidade há um "conto do vigário" por menor que ele seja, certo que no dia imediato certos funcionários aparecem pela rua de Santo Cristo dando a "cara" nos botequins suspeitos e entrando em confabulações com ladrões conhecidos.[335]

Os jornalistas também salientavam que a polícia era impotente para combater o aumento da criminalidade, sob a alegação de haver um número reduzido de guardas para fazer o serviço de ronda, [336] como mostra a seguinte notícia publicada em 1913: "(....) Para as diligências policiais são enviados um número reduzido de guardas para o

---

[331] "O morro dos ladrões", *Correio da Manhã*, 9/11/1901, p.2.
[332] *Jornal do Brasil*, 8/11/1915, 7.
[333] "*Sherlock* e os ladrões: ladrões e agentes reúnem-se em botequins", *Correio da Manhã*, 26/11/1915, 3.
[334] "Polícia e os ladrões", *Correio da Manhã*, 26//11/1915, 3.
[335] "Noticiário policial", *Jornal do Brasil*, 25/03/1915, 8.
[336] "Uma escalada: o Rio de Janeiro está sem polícia", *Correio da Manhã*, 11/02/1913, 3.

encargo de rondar durante oito longas horas distâncias consideráveis que as suas forças não permitem que rondem (...). Podemos dizer que em regra não temos polícia".[337]

Contudo, é importante nos perguntar se havia momentos em que a imprensa elogiava a polícia? Por vezes, os jornais e suas reportagens enalteciam a instituição, ao afirmarem que a mesma realizava um trabalho intenso e/ou de grande competência. O enaltecimento à instituição ocorria especialmente em duas situações. Em primeiro lugar, quando a polícia desvendava os crimes considerados misteriosos da cidade, devido à forte mobilização da opinião pública para desvendar esses delitos.

Exemplo disso foi quando a polícia descobriu que Carleto e sua quadrilha, em 1906, eram os autores do célebre crime da rua da Carioca, como mostra a seguinte matéria: "Pode-se dar por completo e acabado o enorme trabalho do Sr. Caetano Junior, delegado do 4º. distrito, na descoberta dos autores dos crimes que há duas semanas constituem a nota sensacional da alma carioca(...)".[338]

A outra situação pela qual a imprensa elogiava a polícia era quando a mesma prendia os criminosos da cidade, sobretudo os que eram famosos. O título de uma matéria sobre a prisão de Afonso Coelho – "Afonso Coelho preso: o estelionatário e falsário é seguro pela nossa polícia, numa diligência feliz"[339] – e uma reportagem publicada em 1903 sobre a prisão de um outro grande criminoso da cidade chamado Cabo Malaquias são exemplos disso:

> Está preso afinal o celebre e famigerado Cabo Malaquias. Tão acertadas foram as diligências ordenadas pelo Sr. Dr. Cardoso de Castro, chefe de polícia e cabalmente desempenhadas pelos seus auxiliares no Corpo de Segurança Pública que desta vez não pôde o criminoso se evadir.
> É justo que se diga, que os agentes Albino, Rosas e Cunha, designados pelo inspetor do Corpo, o Sr. Villar, souberam cumprir as ordens recebidas e não recuaram ante tantos perigos e tantas dificuldades para ser levada o efeito a captura de Cabo Malaquias. [340]

Em 1907, uma extensa reportagem da *Gazeta de Notícias*, ao elogiar a agilidade e competência das forças de segurança no combate ao crime, chegava mesmo

[337] "Uma escalada: o Rio de Janeiro está sem polícia", *Correio da Manhã*, 11/02/1913, 3.
[338] "A quadrilha da morte", *Gazeta de Notícias*, 20/10/1906, 2.
[339] *Correio da Manhã*, 20/10/1913, 3.
[340] "Cabo Malaquias: a sua prisão", *Correio da Manhã*, 10/04/1903, 1.

a afirmar que o Rio de Janeiro não era mais o "paraíso dos criminosos", sob a alegação de que os então criminosos famosos da cidade estavam presos.[341]

Para veicular tal ideia, a matéria buscava relembrar os quatro grandes criminosos do passado: Carleto, Rocca, Zé do Senado e Cabo Malaquias[342]. Em suas palavras, o Rio daquela época "era ou parecia ser uma cidade dos bandidos, cujas biografias eram largamente feitas pelas notícias".[343] A reportagem afirmava inclusive que os crimes de Carleto, Rocca, Malaquias e Zé do Senado tinham sido noticiados com títulos vibrantes e em caracteres negros – títulos esses que até então eram pouco comuns no jornalismo de inícios dos anos de 1900, como a própria matéria assinalava. "Os títulos vibrantes (...), em caracteres negros, saltitavam nas páginas dos jornais, gritando e proclamando a ferocidade de "Carleto" e "Zé do Senado".[344]

A reportagem afirmava que, depois que os grandes bandidos tinham sido presos, o crime no Rio de Janeiro passava a não ser mais uma "empresa" "tão fácil" de ser executada naqueles novos tempos:

> Hoje lá estão todos eles guardados a chave. Alguns conservam na prisão o aspecto sombrio e feroz que os impunha aos seus pares nos botequins da Saúde. Outros resignaram-se ao destino, fizeram-se "bons homens", sujeitaram-se ao trabalho e ao comportamento exemplares durante 30 anos.[345]

Os elogios das reportagens à polícia se davam nesses momentos de aprisionamento dos criminosos, pois, como nos informa Marcos Bretas[346], as ocorrências de prisões tinham um profundo impacto no futuro do trabalho da polícia. O historiador alega que elas frequentemente requeriam que um caso fosse preparado para ser apresentado aos tribunais, e eram um sinal visível de trabalho sendo feito, porque prisões são consideradas como um indicador confiável do trabalho da polícia.

Independentemente das forças de segurança terem sido elogiadas ou não pelos jornalistas, era comum estes articularem o problema criminal na cidade com o tema policial. Os jornalistas podiam inclusive tratar as motivações sociais/nacionais e/ou raciais e políticas/eleitorais do crime em consonância com questões relativas à polícia e

---

[341] "A cidade de hoje: uma campanha de higiene moral – os grandes criminosos", *Gazeta de Notícias*, 4/10/1907, 2.
[342] Sobre esses personagens criminais, ver os capítulos 3 e 4 da tese.
[343] "A cidade de hoje: uma campanha de higiene moral – os grandes criminosos", *Gazeta de Notícias*, 4/10/1907, 2.
[344] Idem, ibidem.
[345] Idem, ibidem.
[346] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*

ao policiamento na cidade, como traçaremos alguns comentários a respeito nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II: POBREZA, MEIO SOCIAL, COR E CRIME

A temática da pobreza na Primeira República tem sido objeto de estudo de vários trabalhos acadêmicos. Estes estudos defendem a hipótese de que os diferentes campos de saber existentes na época (imprensa, literatura, judiciário, medicina, entre outros) retratavam as classes pobres tão-somente como "classes perigosas" [1]. Essas análises sobre as representações da pobreza foram muito inspiradas, sem dúvida, no importante trabalho do historiador Sidney Chalhoub[2] acerca das práticas de controle social da classe trabalhadora no momento de implantação da ordem capitalista no Rio de Janeiro, mais estritamente na primeira década do século XX.

De fato, muitas reportagens policiais aqui consultadas criminalizavam os pobres urbanos. Veiculavam a ideia de que o crime estava intimamente ligado à população pobre do Rio e ao meio social. Afinal, como demonstra Chalhoub, não se pode esquecer que a associação entre "classes pobres" e "classes perigosas" fora veiculada num contexto de debates (e ações) acerca da repressão à ociosidade, que se seguiram à lei de 13 de maio de 1888, que giravam em torno das estratégias a partir das quais se poderia organizar e disciplinar o mundo do trabalho. Segundo Magali Engel, após o aniquilamento do sistema escravista, estava em jogo uma estreita e ameaçadora associação entre classes perigosas e as raças inferiores[3]. Na época, as classes perigosas eram na prática confundidas com as classes pobres – brancas ou não – e "viciosas". [4]

Mas, como já comentamos na introdução da tese, o argumento veiculado de que a "ociosidade do pobre" explicaria o crime na cidade não era o único produzido pelas reportagens que estabeleciam associações entre pobreza e criminalidade. Além disso, os jornais produziam, em algumas de suas notícias (23 ou 18,6% de um total de 123 reportagens que tratavam da pobreza, meio social e crime), visões positivas sobre a pobreza ou versões mais tolerantes das associações entre pobreza e crime.

---

[1] Ver, entre outros: Mattos, Rômulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e os discursos sobre as favelas na Primeira República.Op.cit.* Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder. Op.cit.* Mauch, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890.* Santa Cruz do Sul: Edunisc/ANPUH-RS, 2004. Porto, Ana Gomes. *Crime em letra de forma. Op.cit.*

[2] Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. Op.cit.*

[3] Engel, Magali, "As fronteiras da 'anormalidade': psiquiatria e controle social". In: *Histórias, Ciência e Saúde* – Manguinhos, v(3), nov. 1998-fev. 1999, p. 554.

[4] Porto, Ana Gomes. *Crime em letra de forma. Op. cit.* Mattos, Rômulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e os discursos sobre as favelas na Primeira República. Op. cit.*

Vale lembrar também, como observou Martha Abreu ao se referir a um trabalho de Sidney Chalhoub, no contexto em que se deu a utilização do termo "classes perigosas" no Brasil, anteriormente comentado, parecia evidente que os libertos e seus descendentes dificilmente deixariam de ser apontados como os suspeitos preferenciais[5]. Diversos segmentos da sociedade da época alegavam que isso se devia à "própria natureza" do negro[6] e pelo recém-estado de escravidão a que estavam submetidos[7], embora no caso dos repórteres policiais, estes jornalistas não mencionassem a influência da herança do escravismo na criminalidade dos negros [8], como explicaremos mais adiante deste texto.

O presente capítulo examina como as reportagens policiais representavam a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro do período em consonância com as temáticas relativas a pobreza, meio social e cor/raça.

Para análise das questões acima, o capítulo utilizará as notícias de crimes cometidos pelos ladrões. Mas com relação aos casos de delitos nos morros, selecionamos, além dessas matérias, algumas notícias de crimes de natureza violenta cometidos contra as vítimas, pois elas traziam em suas notas introdutórias comentários dos jornalistas a respeito das relações entre morro e crime. Ao lado das notícias policiais, iremos utilizar também crônicas e artigos de jornais.

1. Pobreza e meio social

---

[5] Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.*São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 25. *Apud* Abreu, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. In: Rizzini, I. (org).*Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República.* Rio de Janeiro: EDUSU, 2000.

[6]A denominação "negro/os", como lembra Martha Abreu, é geralmente utilizada para designar todos os segmentos não-brancos. No presente estudo iremos usar o termo "negro/os" neste mesmo sentido. Abreu, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. *Op.cit.*

[7] Idem, ibidem.

[8] Deve-se ressaltar, como expõe Martha Abreu, que as categorias de cor e raça são sempre criações historicamente datadas. Segundo Stuart Hall, "raça" é "a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo". Contudo, segundo ainda Hall, "como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza". Abreu, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. *Op.cit.*, p. 119. Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Org. Liv Sovilk. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003, p. 69.

Ao consultarmos as reportagens sobre pobreza e meio social, verificamos que o percentual dessas matérias por jornal consultado tinha uma representatividade semelhante entre si (Ver o quadro abaixo).

Quadro 7 – Número de notícias (por jornal) que consideravam pobreza e meio social como fatores da criminalidade, 1900-1920*

Jornais	***Nº***	***%***
Jornal do Brasil	68	8,8% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	39	6,5% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade
Correio da Manhã	16	5,1% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Total	***123***	***7% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*
* Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais cariocas trabalhados. Neste quadro não estamos computando as 33 notícias que tratavam das relações entre raça e/ou pobreza nos casos referentes à criminalidade dos negros.

Além disso, o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* tratavam a temática da pobreza e meio social de forma muito semelhante, assim como, publicavam bem mais reportagens sobre o assunto do que as notícias que apontavam os motivos raciais do crime. Veja o quadro abaixo:

Quadro 8 – Número de reportagens sobre as causas da criminalidade (1900-1920)

Causas da criminalidade	***Nº***	***%***
Pobreza e meio social (sem ou com menção a cor)	123	78,8%
Raça e/ou pobreza (reportagens referentes à criminalidade dos negros)	33	21,1%
Total	***156***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

Mas vale nos perguntar por que os problemas decorrentes da pobreza e meio social eram bem mais discutidos nas reportagens policiais do que a questão racial. Martha Abreu, ao trabalhar com a questão da infância pobre e negra em fins do século XIX e começo do XX[9], aponta tal questão, ao citar o estudo de Irene Rizzini intitulado "O Século Perdido"[10]. Esta última autora constata a escassez de informações e preocupações, na literatura jurídica e médica, em especial a pediátrica, da passagem do século XIX para o século XX, com a família de origem escrava. A forte impressão registrada por Rizzini, segundo Abreu, é a de que não importava distinguir a origem do pobre, ele fazia parte de uma massa única, "igualmente ignorante e perigosa".

Assim, os problemas decorrentes da pobreza e do meio social pareciam ser uma preocupação não só dos repórteres policiais, mas também de outros setores sociais da época. Afinal, as discussões sobre o assunto se davam em uma época na qual nos grandes centros urbanos, desde fins do século XIX, desenvolvia-se o processo desordenado do crescimento das cidades, e consequentemente o aumento dos desocupados, decorrente do fim do sistema escravista e do incremento da imigração em massa.[11]

A seguir, discutiremos as associações estabelecidas nas reportagens policiais entre pobreza, meio social e crime, a partir de quatro casos: delinquência infantil, vadiagem, furtos domésticos e crimes nos morros.[12] Analisaremos tais casos, pois são eles que aparecem na documentação.

1.1. "Gatunos precoces"

Nas reportagens do período, a criminalidade infantil chamava a atenção da imprensa. Não por acaso que as matérias sobre o assunto eram mais veiculadas nos jornais do que as notícias sobre vadiagem, furtos domésticos e crimes nos morros, como mostra o quadro abaixo.

---

[9] Abreu, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. *Op.cit.*

[10] Rizzini, Irene. *O Século Perdido, raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais ed., 1997.

[11] Bernardi, Célia. *O lendário Meneghetti. Op.cit.*

[12] Nos casos referentes aos crimes nos morros, furtos domésticos e vadiagem, os jornalistas faziam em algumas de suas publicações sobre estes casos associações entre cor/raça e crime. Apesar de na primeira parte do capítulo chegarmos a comentar essas associações, a questão racial será analisada com mais detalhe na segunda parte do capítulo.

Quadro 9 – Número de reportagens sobre criminalidade infantil, furtos domésticos, vadiagem e crimes nos morros (1900-1920)*

Reportagens	***Nº***	***%***
Criminalidade infantil	50	40,6%
Crimes nos morros	30	24,3%
Furtos domésticos	29	23,5%
Vadiagem[13]	14	11,3%
Total	***123***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*
* Nesta tabela e nos demais quadros desta primeira parte do capítulo (tabelas 10, 11, 12 e 13) não foram computadas algumas matérias referentes aos casos sobre crimes nos morros, furtos domésticos e vadiagem que estabeleciam associações entre cor/raça e crime. Tais reportagens foram computadas na tabela 16.

Em relação ao número de menores registrados no quadro abaixo, verificou-se também que estes sobressaíam em maior número. (Ver o quadro 10).

Quadro 10 – Número de menores, empregados domésticos, vadios e criminosos do morro registrados pelos jornalistas (1900-1920)*

Criminosos	***Nº***	***%***
Menores	70	40,2%
Empregados domésticos/as	42	24,1%
Vadios	32	18,3%
Criminosos do morro	30	17,2%
Total	***174***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

* Vale notar que, em uma mesma notícia, podia vir mais de um caso de gatuno identificado como menor, empregado doméstico e vadio. No caso dos morros essa variação não ocorreu.

Os jornais divulgavam mais reportagens sobre a criminalidade infantil do que os outros crimes consultados, pois acreditavam que o combate ao contingente ocioso da população deveria ser feito desde a infância, para que a criança quando se tornasse adulto se adaptasse ao mundo do trabalho. Havia aí uma forte preocupação dos

[13] Na quantificação dessas reportagens, só estão inclusos os vadios de faixa etária adulta, pois os "menores vadios" foram computados nas reportagens de criminalidade infantil.

profissionais de imprensa em enquadrar a infância ao mundo do trabalho. Acreditavam que os jovens infratores deveriam ser resgatados do mundo da marginalidade social, recuperados, transformados em elementos socialmente sadios, produtivos. [14] Por isso, insistiam em dizer que as crianças e adolescentes ao caírem na criminalidade se tornavam "criaturas inválidas para o mundo"[15].

Nestas notícias, os repórteres procuravam explicar quais seriam as causas da criminalidade infantil, a partir dos casos dos gatunos menores. Ao que podemos constatar, estes ladrões não eram apenas as crianças e adolescentes negros/mulatos e/ou nacionais. Os jovens brancos e /ou estrangeiros também apareciam no noticiário como sendo criminosos: "(...) Acabam de abraçar a "arte" de furtar, entrando, há pouco tempo, na ingrata e miserável vida, os menores Victor de Aguiar e Antonio de Almeida, ambos (...) de cor branca."[16]

Embora houvesse nestes casos quantitativamente um número mais expressivo de brasileiros e/ou não-brancos (18 ou 66,6% de um total de 27 notícias que mencionavam a cor e/ou nacionalidade dos menores infratores) do que estrangeiros e/ou brancos (nove ou 33,3% de um total de 27 notícias que mencionavam a cor e/ou nacionalidade dos menores), não havia aí comentários/julgamentos sobre raça e/ou cor. As reportagens policiais apenas destacavam os motivos sociais da criminalidade infantil.

Segundo tais matérias, havia muitas crianças pobres nas ruas que vagavam maltrapilhas e famintas, vivendo na vadiagem e perpetrando pequenos roubos/furtos na cidade (peças de roupas, objetos de uso pessoal, dinheiro, joias). (Ver o quadro abaixo). Os crimes aí registrados não eram de caráter violento, já que apenas encontramos um caso de latrocínio.

Quadro 11 – Bens subtraídos pelos ladrões "menores" (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Joias	13	18,5%
Roupas/objetos de uso	13	18,5%

[14] Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro. " Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha". *Revista Brasileira de História,* vol. 19, n. 37, São Paulo, 1999, p. 7; Rizzini, Irene. " Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX"., *Congresso Internacional Pedagogia Social*, 2006.
[15] "Os pivetes", *Gazeta de Notícias*, 3/03/1917, 5.
[16] "Menores ingratos", *Gazeta de Notícias*, 21/03/1917, 1.

pessoal		
Instrumentos para roubar/ objetos de casa	8	11,4%
Dinheiro	7	10%
Outros	9	12,8%
Objetos não identificados	20	28,5%
Total	***70***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

Em todo caso, a situação de extrema pobreza em que estes jovens se encontravam levava a uma associação imediata com a prática de delitos e, consequentemente, com a alta periculosidade, o que acabava por suscitar a "criminalização da pobreza"[17], como tenta mostrar a seguinte reportagem publicada pela *Gazeta de Notícias* em 1917:

> Na vida do crime, por entre a grande quantidade de ladrões que "operam" no Rio, muitos são os menores encontrados, sendo de causar dó ao refletir-se no futuro que está reservado a esses infelizes. Não são poucas as quadrilhas compostas de menores, que são os denominados "pivetes" – ladrões menores. (...) Eram os dois (ladrões), que descendem de famílias paupérrimas, empregados do Sr. Albino de Oliveira, residente à rua de Catumbi, n. 2. [18]

A criminalização da pobreza se dava, inclusive, através do uso de determinados termos pejorativos como "menor" e "pivete". Embora até o limiar da década de 1920 a palavra "menor" fosse associada à idade, e não à criança e adolescência abandonada e marginalizada[19], era este último sentido do termo que vinha contido nas reportagens policiais de início do século XX. O termo "menor" vinha atrelado à palavra vadiagem e gatunagem ("menores vadios"; "menores gatunos"[20]). A palavra "pivete" também era uma outra forma de atrelar o termo "menor" à ladroagem, já que "pivete" significava para os repórteres "ladrões menores".[21] Em um número relativamente expressivo das matérias sobre o assunto (13 ou 26% de um total de 50 notícias sobre criminalidade

[17] Ferruzzi, Fernanda; Arantes, Graziele; Rocga, Simone, e Mendes, Taís. *Redução da idade penal: uma questão de debate.*Faculdade de Ciências Sociais de Presidente Prudente. Monografia, 2004.
[18] "Menores ingratos", *Gazeta de Notícias*, 21/03/1917, 1.
[19] Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro. "Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha". *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37, São Paulo, 1999.
[20] "Menores vadios e mendigos", *Gazeta de Notícias*, 18/02/1917, 4; "Menores gatunos: jóias apreendidas", *Jornal do Brasil*, 18/10/1905, 4.
[21] *Gazeta de Notícias*, 29/02/1920, 3.

infantil), os jornais pareciam, inclusive nos próprios títulos de suas notícias, estabelecer uma relação intrínseca entre os termos "menor" e ladroagem/furto/ ladrões. "Paraíso dos ladrões: menor que promete".[22] "Para o mau caminho: as más tendências da menor Odete: os primeiros passos para a arte de furtar".[23]

Além da criminalidade infantil ter sido vista como resultado dos problemas decorrentes da pobreza, também podia ser retratada como decorrente da influência do meio social no qual as crianças viviam:

> Devemos procurar a origem (da criminalidade infantil) na influência do meio-incapacidade dos pais, má conduta do pai ou da mãe (às vezes de ambos), exemplos perniciosos do abandono, falta de vigilância, más companhias de camaradas mais idosos e com propensão ao mal etc.[24]

A desorganização da família e os desajustes emocionais/psicológicos acoplados à miséria eram vistos como as grandes causas da vadiagem, e consequentemente da criminalidade infantil[25].

Para as reportagens policiais, a desorganização da família dizia respeito aos pais que abandonavam seus filhos ou que não se preocupavam com os mesmos, deixando de dar-lhes carinho, amor e educação moral/escolar:

> Quantas crianças que, abandonadas, atiradas ao leu, sem ter, por isso, quem lhes de certa dose de educação, sem ter quem lhes observe quando cometem erros, vão crescendo e, quando homens quando úteis podiam ser a sociedade e a eles próprios, são (...) indivíduos perdidos, afeitos a toda sorte de vícios.[26]

Mas geralmente no noticiário policial o fator relativo à desorganização da família vinha acompanhado, segundo os jornalistas, de um outro motivo da criminalidade infantil: a rua, como busca demonstrar a seguinte reportagem publicada em 1915:

> Nove anos... idade em que se sonha com as carícias, com o afeto materno, com os estudos, com o recreio.

---

[22] *Jornal do Brasil*, 22/05/1915, 10.
[23] *Gazeta de Notícias*, 21/03/1918, 2.
[24] "Um tribunal para crianças: medidas preventivas para evitar a criminalidade infantil", *Correio da Manhã*, 5/03/1920, 3.
[25] "Menores vadios e mendigos", *Gazeta de Notícias*, 18/02/1917, 4.
[26] "Os "pivetes"", *Gazeta de Notícias*, 3/05/1917, 5.

> É nessa idade de despreocupações, de sonhos vagos, que o interessante Lear Teixeira Alves, abandonado pela família, perambulava desde o mês passado pela cidade, como um cão sem dono, emancipado dos carinhos maternos e do afago dos irmãos.
> Dava a toda gente a impressão de um pequeno vagabundo, uma miniatura de larápio, um modelo de facínora.
> Tal era o seu aspecto – pobre, mal vestido, mal calçado, sem a graça, sem os sorrisos das outras crianças.
> Pobre Lear!
> Depois de muito vagar pelas nossas ruas, dormindo, talvez ao relento, entre viciados, indivíduos nocivos à sociedade, foi ter a casa de uma família a rua Babilônia, onde permaneceu pouco, sendo por ela mandado a polícia do 17º. distrito, que, naturalmente o internará num asilo visto como trata-se de uma criança órfã de pai.[27]

Vale notar que nas reportagens sobre criminalidade infantil, termos como ociosidade, vício e crime estavam intrinsecamente associados à palavra rua. Nas palavras de um jornalista, "a rua é a escola do crime, no qual "malandrins" aí espalhados seriam "naturalmente" no "futuro", "larápios (...), os elementos perniciosos da sociedade"[28]. Considerava-se que era nas ruas que os jovens iniciavam os seus primeiros passos para o crime. As matérias justificavam tal argumento baseando-se em dois fatores. Um deles seria a mendicidade vivenciada pelas crianças das ruas. Alegava-se que, como os menores de rua estariam acostumados a receber esmolas, não se adaptariam ao trabalho e, por isso, se transformariam em "ladrões inconscientes". [29]

Outro motivo que explicaria por que a rua era um espaço propício para a criminalidade infantil dizia respeito às más companhias dos ladrões mais velhos que transitavam com frequência na via pública. [30] O principal argumento para tal assertiva era de que as crianças e os adolescentes seriam influenciados pelos gatunos mais velhos, que "ensinavam-lhes" a "arte de furtar": "(os ladrões mais velhos) (...) industriam menores, corrompem espíritos, lançando-os ao roubo, instruindo-os para o crime".[31] Os jornalistas alegavam que os ladrões mais idosos ensinariam as crianças a fingir que passavam fome[32] ou a empregarem-se como trabalhadores em um lugar comercial para furtar os patrões. Um exemplo disso seria o caso de um ladrão chamado Antonio de Almeida, vulgo "Fluminense", que:

---

[27] "Noticiário policial: o pequeno vagabundo. Entregue á polícia", *Jornal do Brasil*, 18/03/1915, 10.
[28] "Vadios", *Correio da Manhã*, 13/02/1908, 1.
[29] "O Rio, jardim da infância delinqüente", *Gazeta de Notícias*, 12/071920, 3.
[30] "Roubo: menor que promete", *Correio da Manhã*, 1/06/1907, 2.
[31] "Coisas da Tijuca: como se industria para o crime", *Jornal do Brasil*, 31/05/1916, 9.
[32] "Uma quadrilha de pivetes cai nas malhas da polícia: Vila Isabel era o campo de ação dos pequenos larápios: fingiam-se de famintos para praticarem o roubo", *Gazeta de Notícias*, 5/03/1917, 3.

> (...) resolveu criar uma escola da ladroagem. Não lhe foi difícil encontrar os alunos precisos, nem necessitou botar anúncio: a molecada viciosa, sem trabalho, correu a receber lições do mestre e adestrando os pequenos foi o "Fluminense" formando a sua quadrilha.
> Os pequenos larápios agiam da seguinte maneira: procuravam emprego, e sujeitando-se a tudo, arranjavam lugares de caixeiros, copeiros, ou outra qualquer coisa. Depois de ganharem a confiança dos seus patrões, começavam eles a mudança do estabelecimento, aos poucos. Eram sempre furtos de pouca monta: dois chapéus, três botinas, uma cafeteira. [33]

Os profissionais de imprensa, ao se debruçarem sobre esses diferentes casos envolvendo jovens infratores, responsabilizavam também o próprio governo e a polícia pelo crescente aumento da criminalidade infantil, como indica o seguinte título de uma reportagem: " O Rio, jardim da infância delinqüente: centenas de meninos entregues à mendicidade e ao crime. O governo continua descuidadoso".[34]

Nessas publicações, os jornalistas trataram a problemática da criminalidade infantil e do menor abandonado de duas maneiras distintas: ora como uma questão de polícia ora como uma questão social.

No que diz respeito à primeira perspectiva, as matérias policiais responsabilizavam as forças de segurança por não controlar e combater a infância infratora. Criticava-se a polícia por não vigiar os momentos de lazer dos meninos de rua, já que havia o temor de que o tempo de ociosidade desses jovens os levasse à criminalidade:

> Só a polícia ainda não viu uma centena de crianças jogando bola ao meio dia em plena Avenida. Só a polícia não viu uma centenas de adolescentes jogando dado, a dinheiro, ao lado dos fundos do edifício do Jockey Club. Só a polícia não viu, porque não quer ver, a promiscuidade em que se pervertem os pobres inocentes.[35]

Os jornalistas também alegavam que os chamados "menores maltrapilhos" normalmente não eram presos ou, quando eram detidos, ficavam na prisão por um curto espaço de tempo, pois logo depois a polícia os mandava para as ruas[36]. A partir das críticas dirigidas à polícia, os profissionais de imprensa cobravam a tais autoridades

---

[33] "Uma boa diligencia: uma quadrilha de ladrões nas garras policiais", *Gazeta de Notícias*, 28/06/1915, 2.
[34] *Gazeta de Notícias*, 12/07/1920, 3.
[35] "O Rio, jardim da infância delinqüente", *Gazeta de Notícias*, 12/07/1920, 3.
[36] "Na escola do crime", *Gazeta de Notícias*, 7/03/1920, 3.

ações repressivas ou assistenciais no controle da criminalidade infantil: "Cabe à polícia dar assistência aos parvulos, muitos dos quais nunca receberam de seus progenitores o menor carinho".[37]

Mas, como já salientado, a problemática da criminalidade infantil e do menor abandonado podia ser tratada também como uma questão social, e não apenas como uma questão de polícia. Por tal ponto de vista, os jornalistas alegavam que o Estado deveria dar assistência à infância pobre, através da adoção de mais asilos para as crianças e adolescentes. Um articulista do *Correio da Manhã* em 1908 assinalava que os menores lá abrigados não eram os que mais necessitavam do amparo da sociedade:

> Não há uma organização de um serviço de assistência a infância desamparada. (...) Oficialmente, legalmente organizado, o que temos é, quando muito, uma casa que dá um leito e um prato de alimento à criança abandonada que lhe vai bater a porta ou que para lá for levada por alguém.
> Nos próprios institutos profissionais da municipalidade, estabelecimento que tem a sua lotação esgotada, os menores que encontram asilo não são precisamente os mais necessitados do amparo da sociedade.[38]

Os jornalistas atacavam o estado "lastimável" que se encontravam os diversos recolhimentos para as crianças desamparadas no Rio de Janeiro.

> O Rio de Janeiro possui diversos recolhimentos para crianças desamparadas, mas nenhum deles está apto para a função delicadíssima de moralizar e instruir convenientemente aqueles que neles são depositados, à falta de melhor destino.
> O aspecto dos infelizes é lastimável (...). A ação do governo pela incapacidade dos processos, não produz os frutos desejáveis.
> (...) Além dos asilos não oferecerem vantagens decisivas, a sua lotação é tão reduzida que o número dos candidatos espontâneos e recrutados excede sempre ao total previsto por lei. [39]

Embora, ao longo do período consultado, os jornais chamassem atenção para a negligência do poder público com relação à infância pobre, foi sobretudo a partir dos anos de 1910 que a imprensa expressava, com um tom mais veemente, que a assistência às crianças pobres não preocupava as autoridades da época: "(...) Precisamos prever claramente as conseqüências funestas que a falta de assistência oficial vai produzir

---

[37] "Vadios", *Correio da Manhã*, 13/02/1908, 1.
[38] "Assistência a infância", *Correio da Manhã*, 14/02/1908,1.
[39] "Menores vadios e mendigos", *Gazeta de Notícias*, 18/02/1917, 4.

dentro em breve e empregar todos os esforços para que seja minorado um mal de tão grande monta".[40]

Para os jornais e suas reportagens, a negligência do poder público com relação a tal questão repercutia no aumento da criminalidade infantil. Dizia um jornalista: "É degradante, mas, infelizmente, é verdade: o problema da assistência à infância, no Brasil, não constitui motivo de preocupação do governo. (...) A infância não preocupa as nossas autoridades. A delinqüência infantil é cada vez maior no Brasil". [41]

A preocupação mais expressiva das reportagens policiais (e artigos de jornais) para com a referida problemática na década de 1910 se deveu muito possivelmente ao impacto produzido pela Primeira Guerra Mundial, que deu vazão às múltiplas expressões de nacionalismo[42]. Nesse contexto, o problema da criminalidade infantil era cada vez mais considerado como um obstáculo à construção da Nação, já que os jovens infratores, como anteriormente assinalado, não se tornariam socialmente produtivos ao país.

Não é à toa que, por nossa amostra, foi possível perceber que o número das reportagens sobre a criminalidade infantil cresceu consideravelmente a partir da década de 1910, ou seja, de 17 (nos anos de 1900) para 33 notícias. Em termos percentuais, tais dados representam que nos anos de 1910 foram publicados 94% a mais de matérias sobre o assunto do que na década de 1900. Em média, a imprensa publicou de três a cinco notícias sobre o tema nos anos de 1900 (1905, 1906, 1907, 1908, 1910, 1913) e três a oito ou até dez reportagens nos anos de 1910 (1911, 1915, 1916, 1917, 1918, 1920).

Ainda dentro da perspectiva de se considerar a criminalidade infantil como uma questão social, via-se também que o problema era decorrente da falta de educação escolar para os jovens pobres. Esta perspectiva foi compartilhada, por exemplo, por Orestes Barbosa ao salientar que "ninguém cuida da educação das crianças", uma vez que, em suas palavras, "é difícil colocar um menor numa escola dessas feitas para os pobres", já que "a polícia arrebanha-os para a Colônia ou para a Casa de Detenção, que são escolas de aperfeiçoamento".[43] Tal como Orestes, havia perspectivas veiculadas nas

---

[40] Idem, ibidem.
[41] "O Rio, jardim da infância delinqüente", *Gazeta de Notícias*, 12/07/1920, 3.
[42] Schueler, Alessandra e Magaldi, Ana Maria. "Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa", *Tempo*, n. 26, 2009, pp. 32-55.
[43] Barbosa, Orestes. *Bambambã, op. cit.*, p. 105.

reportagens policiais que compartilhavam da visão de que a prisão não era um espaço de regeneração para o menor infrator, mas sim um espaço de aperfeiçoamento do crime.

> Infelizmente o sistema de correção em nosso país está ainda muito atrasado e, quando um menor inicia uma vida infame, praticando o primeiro roubo ou primeiro furto, os castigos por que passam tão errados são que, ao invés do infeliz se corrigir, mais gosto toma pela "arte", e ao deixar a prisão em que fora encarcerado, é já um hábil ladrão, tais são as lições recebidas na cadeia pelos profissionais do crime, em companhia dos quais passa longa temporada, quando a cumprir a sentença.[44]

Na época, os jornalistas não apenas responsabilizavam a polícia pela falta de educação escolar para as crianças pobres, mas sim os parcos recursos materiais dos familiares pobres que não podiam prover os gastos de manutenção de sua prole nos colégios:

> Há no Rio de Janeiro uma classe de pequeninos trabalhadores, modestos e simples, que quase sempre enveredam pelo lodaçal do crime, e que no entanto são vítimas da própria educação mal dada, deficientemente cuidada pelos pais, gente da plebe, cujos recursos não dão para os gastos de um colégio.[45]

Por tal perspectiva, a solução da criminalidade infantil parecia estar na educação. Entretanto, vale notar que no noticiário policial e em artigos da época se por um lado se cobrava ao Estado para dar assistência à infância pobre, por outro a questão da educação foi mencionada de forma ligeira, sem uma discussão mais aprofundada. Mas é importante dizer que essa forma de abordar o tema não coadunava com a crescente preocupação existente na sociedade das primeiras décadas do século XX com a escolarização e com a extensão a camadas mais ampliadas da população, como salientaram as historiadoras Alessandra Schueler e Ana Maria Magaldi. [46] Segundo as autoras, "O analfabetismo, problema situado pelas elites políticas e intelectuais no universo da doença, foi erigido como inimigo maior a ser vencido pela sociedade brasileira, tendo motivado um verdadeiro combate cívico, conduzido, por exemplo, no horizonte mais amplo das ligas nacionalistas, criadas durante a década de 1910".[47]

---

[44] "Menores ingratos", *Gazeta de Notícias*, 21/03/1917, 1.
[45] "Tragédia num mangue", *Correio da Manhã*, 12/03/1908, 3.
[46] Schueler, Alessandra e Magaldi, Ana Maria. "Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa". *Op. cit.*
[47] Idem, ibidem, p. 46.

As historiadoras chamam atenção ainda que a educação era alçada a situação de problema central da sociedade, nessa época em que, como já comentamos, tiveram lugar múltiplas expressões do nacionalismo, estimuladas, em grande medida, pelo impacto produzido pela Primeira Guerra Mundial. [48] A educação era "compreendida como caminho mais importante para a superação dos males do país e como passaporte essencial para o progresso almejado pelos ideais republicanos".[49]

Por que então, diante dessa crescente demanda da sociedade pelo investimento na educação no Brasil, os jornalistas policiais trataram a questão educacional de forma superficial, sem uma reflexão aprofundada? Essa forma de abordar a questão talvez seja explicada devido ao fato de os jornalistas não terem muito conhecimento (e/ou interesse) sobre assuntos referentes ao tema educação, já que eram profissionais, em sua maioria, oriundos das faculdades de Direito.

Apesar de os jornalistas e a imprensa não discutirem com mais intensidade a problemática da educação, estabeleciam em algumas de suas notícias policiais concepções mais tolerantes da associação entre pobreza e criminalidade infantil (10 ou 20% de um total de 50 reportagens sobre criminalidade infantil). Como vimos, tal crime não era visto aí apenas como uma questão decorrente do "meio social e vicioso" dos jovens pobres (desorganização familiar e a influência perniciosa das ruas) e/ou de sua ociosidade. Podia ser retratado também por vezes como resultado da falta de seus meios de subsistência e/ou da negligência do Estado à assistência à infância pobre e/ou ainda decorrente da falta de educação escolar.

1.2.Vadios em cena

No Código Penal de 1890, a vadiagem figurava como uma contravenção, sendo os vadios elementos intermediários entre o "criminoso" e o "cidadão honesto" [50]. Mas nas reportagens policiais foi possível notar que a palavra vadiagem ou vagabundagem podia ter diferentes significados. Podia significar indivíduos "desocupados" ou "ociosos" que "ameaçavam a moralidade pública", "proferindo palavras obscenas nas

[48] Idem, ibidem, p. 46.
[49] Idem, ibidem, p. 46.
[50] Porto, Ana Gomes. *Crime em letra de fôrma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano. Op. cit.*

vias públicas da cidade"[51], ou indivíduos que perpetravam práticas criminais, como cáftens, ladrões etc.

Nesse segundo sentido do termo, vagabundagem ou vadiagem significava, portanto, uma precondição natural do delito ou sinônimo de crime. Segundo uma reportagem:

> (...) é mais do que sabido que os autores dos furtos diários que se registram na zona não são outros senão esses viciosos, que afastados sistematicamente do trabalho, comem, bebem, vestem e jogam, como se para isso dispusessem de meios lícitos.[52]

No Brasil, os vagabundos ou vadios[53] consistiam a parcela da população dos excluídos, vistos como não habilitados e incapazes de se adaptarem ao mundo do trabalho.[54] No noticiário, os vagabundos tendiam a ser retratados, mas nem sempre, como sujeitos que não trabalhavam por opção. "Do interior dos estados tem afluído à nossa capital contingentes de verdadeiros malandrins, de vagabundos perfeitos, criaturas que detestam o trabalho e que vem aqui viver de esmolas, dormindo nas ruas e praças públicas (....)".[55]

Por vezes, eram retratados como indivíduos que trabalhavam. Mas as reportagens nesses casos tendiam a advertir que isso somente acontecia quando os vagabundos precisavam comer: "Valentim era vadio e ladrão. Tinha a completa escola do crime. Trabalhava apenas quando era necessário comer. No mais passava o seu tempo nas tavernas lesando o próximo."[56]

Contudo, como as matérias policiais muitas vezes apregoavam a ideia de que os vagabundos viviam no ócio, alegavam que os mesmos estariam condenados a praticar atividades furtivas, como meio de se prover sem ter que trabalhar.[57] Mas raramente os jornais registravam quais eram os bens que supostamente surrupiavam.[58] E

---

[51] "Notícias dos subúrbios: a vadiagem e a falta de providencias da polícia", *Jornal do Brasil*, 2/11/1913, 13.
[52] Idem, ibidem.
[53] Vale notar que os termos vadiagem e vagabundagem serão utilizados no nosso trabalho como sinônimos , tal como apareciam nos jornais da época.
[54] Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder. Op.cit.* p. 24.
[55] *Correio da manhã*, 13/04/1916, 2. *apud* Araújo, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano.* Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
[56] "Crimes estúpidos", *Gazeta de Notícias*, 1914.
[57] Na imprensa paulistana, os jornalistas também veiculavam essa ideia. Ver: Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder. Op.cit.*
[58] De um total de 32 bens subtraídos pelos vadios, 26 ou 81,25% desses objetos não são identificados nas reportagens. Os objetos mencionados são: dinheiro, joias e roupas/objetos de uso pessoal/tecidos. Em casos como esse em que os objetos mencionados são poucos, optamos por não fazer as tabelas.

quando registravam eram crimes de pequenos furtos. Os crimes de natureza violenta cometidos contra as vítimas também eram aí pouco noticiados (encontramos apenas três ou 9,3 % registros de crimes de latrocínio no universo de 32 vadios consultados).

Apesar da imprensa carioca pouco registrar casos de crimes violentos envolvendo os vadios, considerava muitas vezes, tal como a imprensa paulistana, que o aumento dos desocupados era um perigo social, uma vez que o vadio ou vagabundo, vivendo na ociosidade, estimulava outros indivíduos a seguirem o seu exemplo[59]: "Dessa inércia nascem as aptidões criminosas...(arrastando) essa gente ao roubo"[60]. Por isso, os repórteres empreendiam uma campanha intensa contra os vadios, expressa inclusive de forma chamativa em parte de suas matérias, através de frases como "Guerra aos vadios!"[61].

Em alguns títulos dessas reportagens (seis ou 42,8% de um total de 14 notícias sobre vadiagem), inclusive, os jornalistas falavam das ações ou inações da polícia no combate à vadiagem como uma forma de mostrar a necessidade de se efetivar a repressão à vagabundagem. "A polícia do 17º. distrito dá combate aos vadios"[62], "Novas providências policiais – um coito de vagabundos"[63], "Vadiagem e a falta de providências da polícia"[64].

Mas vale dizer que a imprensa publicava mais reportagens sobre a vadiagem na década de 1910 do que nos anos de 1900. Enquanto nos anos de 1900 foram publicadas quatro reportagens (1905, 1909), na década seguinte foram veiculadas dez notícias (1910, 1911, 1915, 1916, 1918, 1919, 1920) . Esse aumento acompanhava a tendência geral dos jornais de publicarem mais notícias policiais nos anos de 1910 do que na década de 1900, semelhantemente como ocorreu com as notícias sobre criminalidade infantil e os outros casos de crimes que serão trabalhados no capítulo.

As notícias sobre vadiagem tendiam a ter uma preocupação com "tempo" perdido do trabalho nas portas dos bordéis, casas de jogos, tavernas e botequins da cidade. Acreditava-se que o tempo deveria ser empregado em alguma coisa rendosa.

---

[59] Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti. Op. cit.*
[60] *A Gazeta*, 15/02/1927. *Apud* Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti*. *Op. cit.*, p. 24.
[61] *Gazeta de Notícias*, 18/05/1918, 3.
[62] *Correio da Manhã*, 4/03/1920, 4.
[63] *Correio da Manhã*, 29/07/1907, 4.
[64] *Jornal do Brasil*, 2/11/1913, 13.

Havia a ideia de que o indivíduo que "trabalhava" não tinha tempo para "perder" em tais espaços – logo, quem os frequentava em pleno dia não trabalhava, era ocioso.[65]

Assim, a preocupação de muitos jornalistas com as ocorrências de vadiagem na cidade era com a sujeição dos indivíduos ao trabalho. Partiam do pressuposto de que a ociosidade era como uma doença e que o trabalho tinha virtudes terapêuticas na cura da vadiagem, imoralidade, e consequentemente da criminalidade.[66] Por isso, buscavam construir discursos que visavam positivar o trabalho, pois o consideravam como uma forma de controlar o crime. Não é à toa que faziam questão de associar o fato de um indivíduo "não ter ofício" ou "trabalho" ao crime: "É um tipo perfeito de vagabundo, Paulo Mendes Ferreira, indivíduo sem nenhum ofício, vivia pelas ruas do Catete a aplicar todos os planos que sua perversa inteligência engendrava para arranjar dinheiro".[67]

Nesses relatos, a vadiagem estava intrinsecamente associada à pobreza. Por isso, os vadios eram classificados como "gatunos/criminosos maltrapilhos"[68], diferentemente dos criminosos que, segundo os jornalistas, tinham origem abastada. Estes últimos, ao que pudemos notar na documentação, não eram classificados como vadios, mas sim como "scrocs", ou seja, como uma espécie de aristocratas do crime[69].

> Há tempos trataram os jornais (...) dos diferentes casos de "scroquerie" de que era autor um moço ainda imberbe, descendente, ao que se dizia de importante família mineira.
> Surgiu o escândalo, seguido de diligências várias da nossa polícia, que se pôs logo em campo a procurar por toda a parte o "herói" daquelas façanhas, Jayme Carvalho Vieira.
> E o rapaz era, de fato, um "scroc". Dizendo-se "cometa", o chamado caixeiro viajante, de diferentes casas de nosso comércio, Jayme hospedava-se nos hotéis mais importantes do interior, onde, travando relações com os negociantes principais do lugar, senhor que ficava das transações dos mesmos, levava-os de um modo bastante engenhoso.
> Fardando-se, como ambulante do Correio, o perigoso moço viajava nos trens que conduziam encomendas e dinheiro para as casas de comércio do Rio e durante a viagem e o sono dos passageiros, à

[65] Mauch, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Op. cit.*
[66] Mauch, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Op. Cit;* Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. Op.cit.*
[67] "Gatuno audacioso", *Correio da Manhã*, 11/06/1905, 3.
[68] "Preso quando levava a trouxa", *Gazeta de Notícias*, 1/03/1916, 2.
[69] Kalifa, Dominique. *L' encre et lê sang: récits de crimes et societé à la Belle Époque.* Paris: Fayard, 1995.

> noite, punha o esperto em execução o seu plano, violando as correspondências e surrupiando as respectivas importâncias. [70]

Semelhantemente ao noticiário policial, alguns cronistas da cidade, como Olavo Bilac, também associavam a pobreza à vadiagem. A historiadora Magali Engel[443], em um artigo, menciona uma crônica deste escritor intitulada "Metrópole dos desocupados", publicada na *Gazeta* de 21 de junho de 1903[71]. Bilac considerava que o trabalho, retratado como "contraponto à ociosidade do pobre", era o remédio mais eficaz contra os "pequenos crimes – alcoolismo, roubo e assassinato"; delitos estes vistos como "comuns nos bairros pobres, nas zonas da cidade que servem de residência à rude gente de trabalho"[72].

Contudo, há que se notar que muito possivelmente, como observou Cláudia Mauch, aquilo que a imprensa identificava como não-trabalho ou ociosidade eram formas de trabalho não enquadradas no mercado de trabalho formal capitalista, que se estava gradualmente implantando nas grandes cidades da época.

> Assim, muitos desses homens, mulheres e crianças estigmatizados como ociosos e vagabundos possivelmente seriam trabalhadores eventuais, jornaleiros ou simplesmente pessoas que ganhavam o seu pão em atividades exercidas nas ruas, como os cangueiros, carroceiros, quitandeiros e vendedores ambulantes.[73]

Mas, afinal, quem eram os vadios registrados na documentação da época? Em nossa amostra, verificou-se que das 14 notícias sobre esses casos, oito ou 57,1% delas eram compostas por negros/pardos, e apenas dois estrangeiros, a exemplo da seguinte notícia[74]: "João Alves, português, sem profissão, nem residência, furtou ontem um botequim da rua Rodrigo Silva n.18, três cadeiras".[75]

---

[70] "Afinal! Um caso antigo que revive Jayme Carvalho, o perigoso "scroc", nas malhas da polícia", *Gazeta de Notícias*, 2/02/1919, 2.

[71] Segundo informa Magali Engel, Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) "era filho do médico Brás Martins dos Guimarães Bilac e de Delfina Bilac. Cursou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Direito de São Paulo, mas não se formou em nenhuma delas. Como a maior parte dos literatos da época, ganhava a subsistência através da atuação na imprensa e do ingresso no funcionalismo público. Participou ativamente dos movimentos republicano e abolicionista, na década de 1880. Envolveu-se na campanha contra a ditadura de Floriano Peixoto (segundo presidente republicano, 1891-1894), tendo sido obrigado a fugir do Rio. Autor de várias obras – poesias, contos, crônicas, romances, etc. – foi um dos principais representantes da poesia parnasiana no Brasil". Engel, Magali. "Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio". *Op. cit.*

[72] Bilac, Olavo, *Gazeta de Notícias*, 21/06/1903.

[73] Mauch, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Op. cit.*, p. 107.

[74] Nas quatro notícias restantes não havia menção a cor e a nacionalidade.

[75] "Paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 3/07/1915,11.

A escassez na documentação do número de vadios de origem estrangeira não condiz com a ampla gama de imigrantes pobres que chegavam à cidade do Rio de Janeiro, e que enfrentavam cotidianamente diversos problemas, tais como o desemprego e subemprego. Isso nos indica que as matérias policiais pareciam reforçar a consciência coletiva da época a respeito das associações que se fazia entre o negro e o ócio.[76] Diferentemente das notícias sobre criminalidade infantil, tal indício é reforçado pelas próprias associações que os jornalistas por vezes faziam entre vagabundagem e raça, como veremos mais adiante no capítulo.

Além de a vadiagem ter sido associada à pobreza e por vezes à raça, também podia ser vinculada à imoralidade dos sujeitos que viviam nos chamados espaços viciosos da cidade (prostíbulos, casas de jogos e botequins). Tais espaços eram qualificados pejorativamente como sendo frequentados pela "ralé social, composta de rufiões, gatunos, ladrões, desordeiros"[77] e "mulheres de vida duvidosas"[78] (prostitutas). Eram retratados assim como "indivíduos afeitos ao crime, (...) sem honra, sem família, sem alma"[79]. As linhas que separavam os referidos personagens do crime eram aí muito tênues, já que os jornalistas pareciam veicular a ideia de que a "vida desregrada" dos mesmos os levava ao delito/ladroagem:

> Agripina de Oliveira é uma decaída residente a rua José Maurício, cuja a baixeza de costumes chegou ao último grau. Além da vida desregrada que leva em constantes farras que quase sempre vão terminar no xadrez da polícia, Agripina também é ladra.[80]

Por tudo isso, os chamados espaços viciosos da cidade eram vistos como uma espécie de "lugares malditos", considerados como núcleos geradores de todos os crimes possíveis.[81]

> (...) Com a prisão do temível bandoleiro Santiago Peres, tantas vezes condenado pelas suas façanhas sanguinolentas, tão terríveis, o terrível salteador se ia tornando um tipo lendário pela crueza com que matava e audácia com que roubava.

---

[76] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op. cit.*
[77] "O Fantasma dos ladrões: facínora terrível: em um antro", *Jornal do Brasil*, 10/03/1910, 5.
[78] "Na polícia e nas ruas: ladrões, desordeiros e vadios nos subúrbios", *Jornal do Brasil*, 22/02/1920, 11.
[79] "Madrugada rubra: um ladrão ao ser preso esfaqueia o seu detentor, um agente de polícia". *Correio da Manhã*, 26/10/1919, 3.
[80] "Ladra que fere a vítima", *Correio da Manhã*, 9/02/1915, 3.
[81] Pesavento, Sandra. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX". *Op.cit.*

> (...) o agente Eduardo Rosa há dias andava ele no encalço do terrível ladrão que acode a alcunha de guerra "Chico Carvoeiro", facínora dos mais audaciosos, que não trepida em matar para roubar e jamais se entregou a polícia sem que oferecesse tenaz resistência trazendo sempre consigo um bom revólver para as ocasiões de apuro.
> Ontem ao anoitecer, partiu o agente Eduardo para suas costumadas excursões, indo dar ao largo de São Domingos.
> Aí existe, entre a Avenida Passos e a travessa de São Domingos o botequim de João Teixeira Ferreira Junior, que é um verdadeiro antro, onde se reunia a ralé social, composta de rufiões, gatunos, ladrões e desordeiros. [82]

Os jornalistas, ao associarem os espaços de lazer popular à vadiagem/ladroagem, pareciam construir um discurso pretensamente pedagógico para seus leitores, já que faziam questão de alertá-los sobre como esses ambientes, por serem "viciados", estimulavam e fomentavam o crime. Aventava-se a hipótese de que se os "trabalhadores fiéis e cumpridores dos seus deveres" frequentassem os botequins, casas de jogos e bordéis da cidade passariam por um processo de degeneração moral/material em suas vidas até se tornarem ladrões, como indica a reportagem abaixo, na qual o próprio título da notícia mostra o caso de um indivíduo que "empolgado pelos vícios, fez-se ladrão":

> Por muito tempo foi empregado fiel e cumpridor dos seus deveres, tendo por isso mesmo obtido um aumento de 20$000 no seu ordenado, que passara então a ser de 120$000 mensais.
> Há cerca de seis meses, porém, deixou-se empolgar pelo vício do jogo, a par de um incontido desejo de possuir mulheres fáceis.
> Começou então a se desonestar, praticando pequenos furtos de dinheiro no estabelecimento em que era empregado.[83]

Mas os repórteres não apenas pareciam veicular discursos pretensamente pedagógicos para controlar a vagabundagem, como também buscavam cobrar às autoridades policiais ações que visassem combater o problema. Para tanto, pediam a ação repressora da polícia. Com o título "a vadiagem e a polícia", uma reportagem do *Jornal do Brasil* ressaltava: "(...) a polícia deve ter vigorosa vigilância contra o verdadeiro elemento perturbador da ordem, do sossego da família e contra a propriedade alheia!" [84]

Mas semelhantemente aos casos referentes à criminalidade infantil, os jornalistas em algumas reportagens podiam produzir versões mais tolerantes da

---

[82] "O Fantasma dos ladrões: facínora terrível: em um antro", *Jornal do Brasil*, 10/03/1910, 5.
[83] *Gazeta de Notícias*, 19/07/1920.
[84] "Notícias dos subúrbios: a vadiagem e a polícia", *Jornal do Brasil*, 5/10/1913, 15.

associação entre pobreza e vagabundagem/crime (seis ou 42% de um total de 14 notícias de vadiagem).

As visões mais tolerantes sobre o assunto começaram a aparecer na imprensa a partir dos finais dos anos 1900 (1908, 1909, 1911, 1915, 1916), em meio ao crescimento do movimento operário na cidade. Nesse momento, a imprensa se mostrava por vezes solidária às manifestações populares, dando coro às reclamações do povo relativas, por exemplo, aos problemas da carestia de vida, da exploração do trabalho e do aumento dos aluguéis.[85] Talvez o aumento do movimento operário no período tenha de alguma forma sensibilizado a imprensa para as difíceis condições de vida e trabalho dos populares pobres.

Não é à toa que em 50% (ou seis de um total de 14) das matérias policiais sobre vadiagem, os jornalistas policiais pareciam indicar, em seus próprios títulos, as difíceis condições de vida desses populares. Mencionavam aí os problemas sociais que enfrentavam no seu dia-a-dia, como fome, miséria e os assaltos a que ficavam submetidos[86]. "Miséria no Rio de Janeiro assume dolorosas proporções"[87], "Pediu comida e como não fosse atendido, furtou um paletot"[88], "ladrões da miséria"[89].

Por esta perspectiva, uma das reportagens assinalava que a criminalidade/vagabundagem era um meio de subsistência frente às necessidades materiais (fome, frio) pelas quais os pobres urbanos passavam na cidade:

> O sub-inspetor da polícia marítima (...) efetuou ontem a prisão de vários indivíduos miseráveis e sem ocupação, que se haviam metido a bordo de várias embarcações fundadas em nosso porto.
> Acossados pela fome e dominados pelo sono, esses vagabundos (...) fugindo à ação policial nas praças e nas ruas da cidade, intrometeram-se nas embarcações, onde a vigilância não era acesa à procura de um naco de pão, de um manto para um sono tranqüilo e compensador (...)[90].

---

[85] Ver: "Queixas do povo", *Jornal do Brasil*, 30/10/1915, 6; "Continuam as manifestações populares", *Correio da Manhã*, 6/03/1913, 3.
[86] Três dessas matérias não veiculavam tais tipos de títulos. Ver: "Preso quando levava a trouxa", *Gazeta de Notícias*, 1/03/1916. "Navalhista em fúria", *Jornal do Brasil*, 6/03/1911, 5. "Jacarepaguá: a inércia da polícia", *Correio da Manhã*, 23/03/1916, 4.
[87] *Correio da Manhã*, 13/03/1915, 2.
[88] *Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, 3.
[89] *Gazeta de Notícias*, 23/06/1908, 1.
[90] "Miséria no Rio de Janeiro assume dolorosas proporções", *Correio da Manhã*, 13/03/1915, 2. Sobre essa mesma perspectiva em relação a pobreza e crime, ver: "Pediu comida e como não fosse atendido, furtou um paletot", *Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, 3.

Orestes Barbosa também compartilhava dessa visão sobre o crime - em uma de suas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* em 1922-, além de considerar que o delito, apesar de ser ilegal, é antes de tudo um ato essencialmente humano.

> Os crimes de morte (...) têm grande causa nas dificuldades materiais.
> Os crimes nascem da falta de dinheiro no homem que se vê abandonado pela mulher que foge da fome.
> O roubo também.
> É quase sempre na melhor intenção que os gatunos bailam no Código Penal.
> Roubam para comer.
> Roubam para dar de comer aos filhos.
> Roubam para alegria do seu amor...
> É ilegal?
> Mas é humano.[91]

No que diz respeito ao noticiário policial, duas reportagens retratavam os pobres urbanos não como criminosos em potencial, mas sim como dignos trabalhadores que labutavam diariamente e que construíam entre si fortes laços de solidariedade.

> No fim da avenida D. Catharina, (...) existem vários casebres localizados em um ponto denominado Montanha, que são ocupados por várias famílias pobres, cujos meios de vida não dão para ter outra habitação mais confortável.
> Todos ali, na maioria trabalhadores braçais e cocheiros, são muito unidos, compartilhando eles das dores e alegrias uns dos outros, tanto assim que havendo falecido um pobre homem, em um dos casebres, os demais moradores logo se prontificaram a velar o corpo do infeliz.[92]

Em mais duas outras matérias nas quais os jornalistas veiculavam versões mais tolerantes em relação à pobreza, os repórteres apontavam que as classes pobres eram vítimas frequentes de ladrões e salteadores que lhes roubavam impiedosamente, sob a alegação de que os referidos criminosos saqueavam os poucos objetos que possuíam:

> O serviço de segurança tem neste momento uma preocupação: os ratos de hospedarias baratas, os "punguistas" da pobreza, os gatunos sutis dos sem vintém e dos sem lar. É (...) o saque sutil dos vinténs ganhos com custo, a ladroeira de pobres diabos sem pão e sem lar.[93]

---

[91] "O ano criminal", *Gazeta de Notícias*, 31/12/1922, 2. A crônica foi republicada em *Bambambã*. *Op. cit.*, pp. 25 e 26.
[92] "Navalhista em fúria", *Jornal do Brasil*, 6/03/1911, 5.
[93] "Os ladrões da miséria", *Gazeta de Notícias*, 23/06/1908, 1. Sobre essa mesma perspectiva em relação à pobreza, ver: "Jacarepaguá: a inércia da polícia", *Correio da Manhã*, 23/03/1916, 4.

Em alguns meios intelectuais da época também podiam ser veiculadas visões positivas ou mais tolerantes sobre a pobreza, a exemplo do próprio Orestes Barbosa, como vimos anteriormente, e de Lima Barreto[94]. Segundo Magali Engel, no caso de Lima Barreto, o escritor buscava questionar a associação entre "classes pobres" e "classes perigosas", produzida e veiculada pela ideologia dominante, ao criar personagens que reivindicavam, através de atos e/ou palavras, a existência de fronteiras bem definidas entre o "pobre" e o "ladrão". Engel cita como exemplo a história da lavadeira D. Felismina e de seu filho Zeca, narrada por Barreto no conto "O moleque".[95] Felismina, ao ver o seu filho com uma fantasia e sem saber como ele tinha conseguido comprá-la, lhe dizia: "Zeca, meu filho! Pobre sim, mas ladrão, não!".[96]

Pode-se dizer, dessa forma, que as visões positivas sobre a pobreza ou as versões mais tolerantes de sua associação com o crime/vadiagem veiculadas e construídas por algumas reportagens policiais não eram visões isoladas da sociedade, mas sim, de alguma forma, difundidas no meio jornalístico e intelectual da época. Isso nos indica que as versões mais oficiais da associação entre pobreza e crime nem sempre eram aceitas e incorporadas nesse meio, mas sim por vezes questionadas ou mesmo negadas! Por isso, embora as visões positivas sobre a pobreza ou as versões mais tolerantes de sua associação com o crime/vadiagem fossem percentualmente pouco veiculadas no noticiário criminal da época, eram significativas.

1.3 "Criadas/os infiéis"

Nas reportagens policiais, os furtos domésticos eram os delitos em que os repórteres mais expressavam as suas desconfianças sobre as classes pobres, dado sobretudo pelas condições de serviçais dos personagens criminais aí envolvidos.

---

[94] Conforme informa Magali Engel, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) era "filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora primária Amália Augusta Barreto, ambos mestiços. Completados os primeiros estudos no Liceu de Niterói, Lima Barreto foi para o Colégio Pedro II. Em 1897, ingressou na Escola Politécnica de Engenharia, na qual, em 1902, iniciou a sua colaboração no periódico dos estudantes, *A Lanterna.* Após o enlouquecimento do pai e a quinta reprovação no curso de Mecânica, Lima Barreto abandonou a Escola de Engenharia, ingressando no funcionalismo público". Engel salienta que tal escritor pretendeu "fazer de sua literatura um instrumento de transformação social, denunciando as desigualdades raciais e de classe que caracterizavam a sociedade em que viveu, bem como as arbitrariedades dos primeiros governos republicanos". Engel, Magali Gouveia. "Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio". *Op. cit.*, p. 3.
[95] Barreto, Lima. *Histórias e sonhos.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
[96] Idem, ibidem, p. 40.

Diferentemente dos outros crimes consultados no capítulo, não havia nesses casos nenhuma visão mais positiva da associação entre serviço doméstico e crime.

De um total de 29 matérias sobre o assunto, elas apareceram de forma mais expressiva nos anos de 1910 do que na década de 1900, já que enquanto a imprensa publicava 11 notícias nos anos de 1900 (1905, 1907, 1908), na década seguinte veiculou 18 reportagens (1915, 1920, 1918). Ou seja, foram veiculadas 63, 6% a mais de reportagens sobre o assunto. A média de publicações dos anos de 1900 foi de duas e quatro notícias, ao passo que na década de 1910 foi de nove e 11 notícias. Apesar das reportagens variarem em termos quantitativos, o modo como os jornalistas policiais retratavam os furtos domésticos não pareceu ter sido alterado ao longo dessas duas décadas, diferentemente das notícias sobre a criminalidade infantil e vadiagem. Afinal, como já assinalado, a partir de finais dos anos de 1900 os jornais passaram a publicar algumas matérias sobre esses dois últimos casos que veiculavam uma associação mais tolerante entre pobreza e crime.

Mas com relação aos furtos domésticos, ao longo dessas duas décadas, era comum os repórteres fazerem questão de associar os empregados domésticos à deslealdade e à traição[97], através de expressões como "Criadas infiéis" e "empregados infiéis"[98].

> Tinha o Sr. João Bacha como empregada (...) Maria Augusta Fernandes, em quem o patrão depositava uma certa confiança.
> Domingo último aproveitando não fazer negócio (de armarinho), o Sr. Bacha saiu com sua família a passeio, deixando a casa entregue a Maria Augusta.
> Esta não sabendo corresponder a confiança que lhe era depositada, foi ao quarto do patrão e arrombou um baú com jóias.[99]

O Código Penal de 1890 inclusive revelava a expressa preocupação repressiva com a infidelidade dos criados. [100] Segundo Boris Fausto[101], em São Paulo o Tribunal do Júri agravava em certos casos, mas não invariavelmente, a pena aplicada a empregados domésticos, reconhecendo que haviam procedido com abuso de confiança – uma circunstância agravante do crime.

---

[97] Maria Clara Pecorelli também percebe essas associações que os jornalistas faziam entre os empregados domésticos e deslealdade/traição. Ver: Pecorelli, Maria Clara. *Crianças "desvalidas", criminalidade e trabalho no Rio de Janeiro dos anos 20 e 30.* Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, UFRJ, 1997.
[98] "Os criados infiéis", *Gazeta de Notícias*, 9/02/1920, 3; "Empregados infiéis", *Jornal do Brasil*, 6/06/1920, 10.
[99] "Mais um roubo de jóias: criadas gatunas", *Correio da Manhã*, 26/03/1908, 2.
[100] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op. cit.*
[101] Idem, ibidem.

A forte desconfiança da imprensa com relação ao trabalho doméstico pode ser explicada pelos referenciais desqualificadores do trabalho, herdados da cultura escravista. [102] Como afirma Magali Engel, no pós-abolição esses referenciais desempenharam um papel essencial na depreciação do perfil dos trabalhadores braçais, o que se constitui em um dos elementos legitimadores da exploração do trabalho pelo capital na nova sociedade que se formava.[103]

Não é à toa que o termo "classes perigosas" era constantemente veiculado nos casos que envolviam os furtos domésticos, ainda que os crimes violentos cometidos pelos empregados domésticos fossem muito raramente registrados (só encontramos um caso de furto acompanhado de rapto de uma criança).

Os jornalistas buscavam insistentemente alertar aos seus leitores sobre o pretenso perigo que os empregados domésticos representavam para os lares familiares. "Cuidado com as criadas é pouco. Furtou o patrão em diversas jóias".[104] "O perigo dos criados: mais uma ladra"[105].

Para reforçar a estigmatização em relação aos empregados domésticos era comum associá-los a termos ou diminutivos pejorativos através de expressões como "criadinha" e "cozinheira espertalhona".[106]

Além disso, em um percentual bem expressivo das reportagens sobre o tema (18 ou 62% de um total de 29 reportagens sobre furtos domésticos), os repórteres pareciam querer veicular, nos próprios títulos, uma relação intrínseca entre serviço doméstico e crime. " Mais um roubo de jóias: criadas gatunas"[107]. "Cozinheira ladra".[108]

Além da estigmatização e criminalização imputada à classe dos empregados domésticos, podia haver ainda o estigma racial . Antes de analisarmos esta questão, vale dizer que em relação às notícias que mencionavam a cor e a nacionalidade dos envolvidos nos furtos domésticos (18 matérias)[109], a maioria deles eram pretos/pardos (12 ou 66,6%) e os outros restantes eram estrangeiros (seis ou 33,3%). Além disso, dos 42 registros de empregados domésticos envolvidos nos furtos, a maioria eram mulheres

---

[102] Engel, Magali Gouveia. "Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio". Op.cit.
[103] Idem, ibidem.
[104] *Gazeta de Notícias*, 17/03/1918, 6.
[105] *Jornal do Brasil*, 10/07/1910, 10.
[106] "O perigo dos criados", *Jornal do Brasil*, 10/07/1910, 9; *Jornal do Brasil*, 6/02/1920,11.
[107] *Correio da Manhã*, 27/03/1908, 2.
[108] *Correio da Manhã*, 23/06/1907,6.
[109] Em termos percentuais, as notícias que mencionavam a cor e a nacionalidade dos envolvidos nos furtos domésticos representavam 62% de um total de 29 reportagens sobre o assunto.

(26 ou 61,9 %), ainda que também existisse um número não desprezível de homens (16 ou 38%). Apesar do número de mulheres ser maior do que o de homens, não havia aí a ideia, divulgada em alguns meios científicos da época, de que as mulheres tinham uma criminalidade inata.[110]

Mas voltando para a questão racial acima colocada, nas notícias de furtos domésticos que se mencionavam a cor, era comum os jornalistas repetirem a menção a cor duas ou mais vezes numa mesma notícia, o que parecia ser uma forma de criar uma suspeição sobre as pessoas negras/mulatas. Como observaram Hebe Mattos e Ana Rios, [111] a simples menção a cor durante as primeiras décadas após o fim do cativeiro continuava a causar suspeição, ou a desqualificar um indivíduo.

As reportagens também pareciam criar um clima de suspeição sobre os empregados negros/mulatos dado à sua condição de pobreza, já que as classes pobres, como vimos anteriormente, muitas vezes eram vistas como naturalmente criminosas: "(...) A ladra que se emprega para roubar com mais facilidade, disse chamar-se Guiomar, é preta, estava mal vestida e tem uma cicatriz no rosto".[112]

As suspeições criadas em relação aos criados pretos/pardos pareciam ser reforçadas quando as comparamos com os casos dos empregados de origem estrangeira. Em primeiro lugar, em nossa amostra, os jornalistas em nenhum momento faziam correlações entre o elemento estrangeiro e pobreza:

> Há tempos era empregada em casa de D. Elsa French a rua Santana n. 76 a cozinheira Marta de Souza Lopes de 20 anos de idade espanhola e residente a rua Santo Amaro. Alguém visitou ontem a residência de D. Elsa e roubou um valioso tapete. A senhora deu por falta do objeto e acusou logo a criada que se defendeu da acusação.[113]

Em segundo lugar, não havia menções repetitivas quanto à origem estrangeira dos empregados, ao contrário dos negros/mulatos. Apenas mencionava-se uma única vez a origem estrangeira dos mesmos, como mostra a seguinte notícia:

---

[110] Sobre as teorias científicas que divulgavam tal ideia sobre a criminalidade feminina, ver: Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Vale notar que nos demais casos de crimes envolvendo gatunos, os jornalistas, grosso modo, pouco faziam comentários sobre a criminalidade feminina. Em relação aos cabos eleitorais/ capangas de políticos, os repórteres apenas veiculavam criminosos do sexo masculino, pelo menos ao que pudemos verificar na documentação consultada. Por tudo isso, não computamos e nem analisamos as notícias que envolviam mulheres criminosas.

[111] Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 298.

[112] "Cena de cinema: criada ladra e perversa", *Jornal do Brasil*, 8/07/1920, 10.

[113] "Vontade de morrer", *Jornal do Brasil*, 30/05/1915, 11.

> O porteiro do Palace Hotel queixou-se a polícia do 5º. distrito de haver sido furtado em 3 ternos de roupas, calças, pijama etc. Como autor desse furto acusou o seu ajudante Manoel Tavares, português, 26 anos. A polícia abriu inquérito e apurou que Manoel Tavares tinha por hábito empregar-se em hotéis para mais facilmente poder furtar.[114]

Na perspectiva dos jornalistas, o que unia os casos de furtos domésticos cometidos por pretos/pardos com os furtos perpetrados pelos estrangeiros era o fato de serem todos eles estigmatizados por sua condição de serviçais. Além disso, em ambos os casos, assim como nas notícias que não mencionavam a cor e a nacionalidade dos envolvidos nesses delitos, o noticiário veiculava duas ideias distintas sobre as ações criminais dos empregados domésticos. Uma delas era de que os empregados domésticos não resistiam ao ato de furtar. A outra ideia esboçada era a de que os criados não eram de fato serviçais, mas sim ladrões ou auxiliares de gatunos que, segundo as fontes, se disfarçavam de empregados para roubar mais facilmente as casas alheias.

Em relação à ideia de que os empregados não resistiam às práticas furtivas, os jornalistas alegavam que isso se devia a dois motivos: um deles era de que os empregados teriam um comportamento criminoso inato, como sugere a seguinte notícia:

> Há pouco tempo Belmira da Conceição estava empregada como criada na casa do Dr. Luiz dos Santos, residente na Rua Alcântara, n.8 Serviçal obediente conquistou logo a confiança de seus patrões. Não tardou, porém, mostrar o seu instinto para a rapinagem, subtraindo várias jóias desta casa.[115]

O outro motivo destacado dizia respeito à suposta cobiça dos empregados por bens materiais e dinheiro: "Empregaram-se, há tempos, em casa da Sra. Maria Portella, à rua Copacabana, n. 913, as irmãs Armanda e Iracema Amélia que, diariamente, viam com olhares cobiçosos os ricos vestidos da patroa. Ontem, afinal, não puderam resistir a tentação e, aproveitando-se de um momento de distração da patroa, apanharam os vestidos e uns cortes de fazenda que encontraram, fizeram duas trouxas e saíram".[116]

Essa ideia do crime como um meio de conquistar bens materiais e dinheiro era veiculada num período de crescente expansão econômica, no qual os valores materiais

---

[114] "Empregava-se para furtar", *Jornal do Brasil*, 2/07/1920, 10.
[115] "Criadas infiéis", *Jornal do Brasil*, 7/01/1900, p. 9, *apud* Santana, Débora Maria Máximo. "*Sexo frágil" e o crime no Jornal do Brasil (1891-1905).* Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, Monografia, História, 2011, p. 74.
[116] "Tentação de luxo", *Jornal do Brasil*, 3/02/1920, 10.

eram ambicionados e valorizados na sociedade. Inclusive na nossa amostra de registros de furtos domésticos, os bens subtraídos apareciam sendo principalmente objetos valorizados na sociedade moderna dos novos tempos: joias e dinheiro (ver o quadro abaixo).

Mas embora esses objetos fossem valorizados, geralmente os empregados domésticos perpetravam roubos de pequenas joias – o mais comum era relógio e corrente –, como observou Marcos Bretas[117], ao analisar as ocorrências policiais do período. Além disso, os furtos de dinheiro geralmente eram de pequeno valor monetário. Segundo Bretas, "o pequeno meliante pertencia ao mundo doméstico; geralmente eram empregadas, companheiros de quarto e outras pessoas que compunham o ambiente de uma casa".[118]

Quadro 12– Bens subtraídos pelos empregados domésticos (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Joias	16	48%
Dinheiro	10	23,8%
Roupas/objetos de uso pessoal/objetos de casa	8	19%
Tecidos	4	9,5%
Objetos não identificados	4	9,5%
Total	***42***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

De qualquer forma, os dois motivos destacados pelas reportagens que explicariam por que os empregados roubavam diziam respeito à discussão muito presente no pensamento social brasileiro da época acerca da influência da "natureza", do meio social e/ou raça na condução do crime[119]. Em relação à cor/raça, esta podia vir expressa através de expressões como "negros degenerados", ou de frases que pareciam naturalizar as relações entre raça/cor e crime: "Como era natural, recaíram as suspeitas do delito sobre a pardinha Carmem, que foi conduzida para a delegacia local".[120]

[117] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*
[118] Idem, ibidem, p. 141.
[119] Sobre o assunto, ver: Abreu, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. *Op. cit.*; Pesavento, Sandra. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX". *Op. cit.*
[120] "Cuidado com as criadas!", *Gazeta de Notícias*, 17/03/1918, 6.

No que se refere aos casos dos ladrões ou de auxiliares de gatunos, anteriormente comentados, as reportagens chamavam atenção que o emprego no serviço doméstico era mais um dos novos planos engenhosamente arquitetados pelos ladrões para efetivar seus furtos, em meio a uma sociedade que se modernizava, até mesmo no crime[121].

> Decididamente os ilustres amigos do alheio, os refinados gatunos, se não tem disposição para rachar pedra ou ganhar a vida honestamente, possuem em compensação, muito talento e bastante habilidade para engendrar toda a espécie de meios e planos a fim de se apossarem do alheio.
> O conto do vigário, o arrombamento, o assalto e toda essa longa inflada de agentes para o roubo já não lhe bastava. O outro meio é se fazer de empregado e roubar patrões.[122]

Embora as matérias policiais criassem fortes suspeições sobre o serviço doméstico, não pediam ou cobravam às autoridades policiais para que controlassem e combatessem os furtos domésticos, diferentemente dos outros crimes aqui analisados. Era às famílias cariocas que os jornalistas dirigiam tais cobranças. Alegavam que as famílias tinham que investigar quem eram os indivíduos que estavam contratando para trabalhar em suas casas. Muitas vezes, inclusive, responsabilizavam as famílias pelos furtos cometidos por seus criados, sob alegação de que elas teriam admitido facilmente tais empregados, sem uma avaliação mais detida: "A facilidade com que muita gente admite em casa certos empregados, é causa dos avultados furtos e roubos que, não raro, ocorrem nessa capital".[123]

Talvez as cobranças que os repórteres faziam às famílias no controle dos furtos domésticos se explique pelo fato de que havia na época uma forte propensão das vítimas desses crimes resolverem o problema "no recesso do lar", sem recorrer à polícia, como observa Boris Fausto, ao analisar esses casos em São Paulo.[124]

1.4. Morros e crime

[121] Sobre a modernização do crime, ver o próximo capítulo.
[122] "Eles... Perigosa quadrilha", *Jornal do Brasil*, 29/03/1900, 2.
[123] "Cuidado com as criadas", *Gazeta de Notícias*, 17/03/1918, 6.
[124] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op. cit.*

O surgimento e a consolidação das favelas no tecido urbano remontam à Primeira República, como lembra Rômulo Mattos[125]. Nesse período, a questão da habitação popular se tornou central na discussão sobre o futuro da capital da República, sustentada fortemente por um discurso médico-higienista endossado também pelos engenheiros[126]. Ao lado desse discurso, a imprensa também se empenhava na construção do Rio de Janeiro como capital de uma nova institucionalidade – a República.[127]

Contudo, as favelas tendiam a ser vistas no jornalismo como um entrave à civilização e ao progresso da sociedade, pois eram retratadas pela grande maioria das reportagens policiais (23 ou 76 % de um total de 30 reportagens sobre morros e crime), mas não em sua totalidade, como o "reduto de perigosos indivíduos" compostos de "ladrões, malandros e valentes"[128]. Por vezes, os jornais publicavam casos de criminosos dos morros que ficaram famosos na cidade pelos seus crimes sanguinolentos. Um exemplo disso foi o caso do valente José Severiano, capanga de um experiente líder político da época (Irineu Machado), que teria ganho a alcunha de José do Senado[129] por ser morador do morro do Senado (Gamboa).

Nas reportagens, os jornalistas davam destaque aos delitos de natureza violenta ocorridos nos morros como uma forma de realçar a ideia de que estes lugares e seus criminosos eram extremamente perigosos. Inclusive de um total de 30 notícias sobre crime e morros consultadas, 23 ou 76, 6 % delas veiculavam crimes violentos (assassinatos e agressões). Os demais delitos (23,3%) diziam respeito a pequenos crimes de gatunagem. No caso, identificamos furtos de animais (três casos), roupas (dois casos) e objetos de uso pessoal (dois casos).

Na nossa amostra, constatamos que das 30 reportagens consultadas sobre crimes nas favelas, 11 delas foram publicadas nos anos de 1900, com a variação, em média, de uma, duas ou seis notícias por ano (1905, 1907, 1909, 1910). Já na década de 1910 foram publicadas oito notícias a mais sobre o assunto, com a variação, em média, de uma, duas, três ou até oito reportagens por ano (1911, 1913, 1915, 1916, 1917, 1919, 1920).

---

[125] Mattos, Rômulo. "O discurso sobre as favelas na imprensa do período das reformas urbanas". *Op.cit.*, p. 52.
[126] Valladares, Licia. "A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, outubro, 2000, p. 12.
[127] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[128] "Um pequeno herói", *Correio da Manhã*, 5/10/1917, 3.; "O crime da Fontinha", *Jornal do Brasil*, 11/03/1913, 9.
[129] Sobre a figura do José do Senado e do referido político, ver o capítulo 4 da tese.

Ao longo dessas duas décadas, o morro que mais parecia chamar a atenção da imprensa era o morro da Favela, situado na região portuária da cidade. Ele teve uma maior representatividade nas reportagens criminais consultadas. (Ver o quadro abaixo).

Quadro 13 – Número de reportagens policiais nos morros cariocas, 1900-1920

Morros Cariocas	***Nº***	***%***
Favela (região portuária)	16	53,4%
Salgueiro (Tijuca)	4	13,3%
Santo Antônio (Centro)	4	13,3%
Pinto (Zona portuária)	3	10,0%
São Carlos (Estácio)	3	10,0%
Total	***30***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Talvez as reportagens policiais sobre a Favela fossem quantitativamente mais expressivas do que as notícias sobre outros morros devido ao seu passado histórico. Segundo Licia Valladadares[130], a Favela entrou para a história por sua associação com a guerra de Canudos, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos. A autora ressalta que o morro da Favela, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começaram a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro[131]. Para Maurício de Abreu[132], apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de forma substantiva e não mais em referência exclusiva ao morro da Favela, surgindo assim uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas.

---

[130] Valladares, Licia. "A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais". *Op.cit.*

[131] Rômulo Mattos observa em um artigo seu que, embora o nome Morro da Providência tenha sido eclipsado pelo apelido Morro da Favela, na Primeira República, certos textos nos jornais da época (raros, é verdade) davam a entender que existiriam duas localidades com as respectivas denominações em um mesmo maciço. Mattos, Rômulo. "O discurso sobre as favelas na imprensa do período das reformas urbanas". *Op. cit.*

[132] Abreu, Maurício de Almeida. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, jan./abril, 1986. *Apud* Valladares, Lícia. " A gênese da favela carioca". *Op.cit.*, p. 7.

O morro da Favela era visto pelas reportagens policiais – com exceção de uma matéria – como "um dos lugares mais afamados do Rio", pois alegava-se que aí residia "a maior parte dos valentões, ladrões e malandros" da cidade[133]. O próprio cronista Francisco Guimarães, que fora, como assinalado no capítulo 1, famoso repórter de polícia e do carnaval no início do século XX, comenta anos depois que, durante a Primeira República, a Favela tinha sido alvo do "cadastro sangrento do noticiário policial" dos jornais cariocas da época.

> Desde que a Favela passou a ser reduto de valentes e cabras 'escolados' nas várias modalidades da malandragem, crimes e contravenções, o seu nome jamais foi olvidado no cadastro sangrento do noticiário policial dos matutinos e vespertinos cariocas.[134]

A Favela era considerada como um lugar fecundo para as chamadas notícias sensacionais; notícias estas que se caracterizavam, entre outros aspectos, pelo apelo às cenas violentas e sangrentas, como vimos no capítulo 1: "A fatídica Favela volta a ocupar o primeiro lugar no noticiário sensacional, que em cada uma das suas notas golpeia um jacto de sangue".[135]

Essas imagens depreciativas sobre a Favela – e outros morros – pareciam ser usadas pelas reportagens policiais como instrumentos políticos para apoiar o projeto de modernização implementado pelas reformas urbanas. O apoio às reformas, que podia ocorrer de forma implícita ou explícita, se dava numa época na qual os jornais não apenas dependiam, como diz Marialva Barbosa[136], do pequeno anúncio, da publicidade particular, mas também da verba oficial para se manterem.[137]

Não é à toa que quando foram iniciadas as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, em meados de 1903, uma extensa reportagem da *Gazeta* [138] sobre crimes no morro da Favela veiculava algumas justificativas que pareciam ter o intuito de dar respaldo às iniciativas do prefeito de expulsar a população da localidade. Uma delas era

---

[133] "Os dramas da Favela", *Correio da Manhã*, 5/07/1909, 2.
[134] Guimarães, Francisco. *Na roda do samba.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978, p. 211.
[135] "A Favela vermelha", *Gazeta de Notícias*, 5/07/1909, 3.
[136] Barbosa, Marialva. *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[137] Para uma análise aprofundada das relações entre imprensa e poder público, ver o capítulo 4 da tese de Marialva Barbosa, *Imprensa, poder e público. Op. cit.*
[138] Vale notar que o jornal apoiava claramente o prefeito Passos, segundo informa Rômulo Mattos. Este autor cita um texto da *Gazeta* no qual o jornal se mostrava simpático ao prefeito: "Embora viva no governo, anda com o espírito no povo, adivinhando-lhe os desejos, sondando-lhe as necessidades, perscrutando-lhe os males. Homens como este existem poucos, muito poucos. Este é um carioca de nervos vibrantes e um honrado". *Gazeta de Notícias*, 27/06/1905. Mattos, Rômulo. *Pelos pobres. Op. cit.*

questionar o fato de o morro da Providência, retratado aí como "reduto de gatunos e desordeiros", estar situado em pleno centro da cidade, próximo à rua considerada mais luxuosa do Rio (Rua do Ouvidor): "Será crível, a dois passos da rua do Ouvidor haja uma favela, reduto inexpugnável de desordeiros conhecidos e de gatunos temíveis!". [139] No próprio título da matéria, o jornalista parecia querer estabelecer uma relação naturalizada entre morro e crime: "Na Favela: trecho inédito do Rio. Ancorada dos gatunos e desordeiros". [140]

Para veicular tal relação, a matéria procurava apelar para as memórias das sensações dos seus leitores ao relatar os crimes/criminosos que teriam passado na Favela. Alegava que o morro "*sempre* foi um lugar célebre de capoeiragem e assassinatos", e que, depois da Guerra dos Canudos, "os mais ousados facínoras voltaram a habitar o píncaro do morro, denominando-o Favela (...) (*Grifos nossos*)". [141]

A outra justificativa lançada para apoiar as expulsões realizadas pelo governo dizia respeito à ideia de que o morro era um território à parte e estranho à cidade: "É impossível imaginar que ali no centro da cidade habite gente tão estranha e com uma vida tão própria".[142]

Ao lado disso, a matéria procura criar um clima de suspeição sobre a Favela, ao dizer que no morro residiam "tipos suspeitos" constituídos de "negras maltrapilhas" e "moleques desnudos".[143]

Para convencer os leitores de que a Favela era um lugar perigoso, a reportagem dizia ainda que as cenas de crimes lá existentes eram a "expressão da verdade". Além disso, bem ao estilo das notícias sensacionais da época, a matéria buscava apelar para as sensações de medo de seus leitores, ao dizer que os repórteres do jornal ficaram "completamente assombrados" ao se depararem com o morro.[144] Para reforçar essas sensações, a reportagem comparava as "cenas de crimes" na Favela às histórias dos folhetins, consideradas aí como "furibundas" de tão horripilantes que eram. [145]

Outras reportagens, ao longo das duas décadas iniciais do século XX, também comungavam dessa perspectiva sobre a Favela, ao salientarem que o morro era um lugar onde "se acoitavam" em casebres "ladrões" e "pivetes" que "exerciam suas atividades

---

[139] "Na Favela: trecho inédito do Rio. Ancorada dos gatunos e desordeiros", *Gazeta de Notícias*, 21/05/1902, 1.
[140] Idem, ibidem.
[141] Idem, ibidem.
[142] Idem, ibidem.
[143] Idem, ibidem.
[144] Idem, ibidem.
[145] Idem, ibidem.

em vários pontos da cidade”[146]. Vista assim como um problema de segurança pública para a cidade do Rio de Janeiro, a Favela era retratada como um lugar de onde saíam os “ladrões e valentões, desordeiros e facínoras” que perambulavam no asfalto, para amedrontar a população.

> O buraco quente, no morro da Favela (...) é o ponto predileto dos desordeiros e valentões, dos ladrões e facínoras que trazem sempre em sobressalto a população pacífica e ordeira desta encantadora cidade (...). [147]

As reportagens que apresentavam essa faceta negativa da Favela sugeriam que a própria comunidade apoiava os criminosos do local, sob a alegação de que os moradores não os denunciavam: “Aquela gente (no morro da Favela), na sua maioria a crápula da sociedade, não denuncia os seus pares, não entrega os criminosos em ação da justiça. É o território neutro em que a ralé encontra a bandeira da impunidade, e daí a promiscuidade que lá vivem desordeiros e facínoras da pior espécie”[148].

Os outros morros da cidade (Salgueiro, Santo Antônio, Pinto e São Carlos) também tendiam a ser retratados como territórios de “gente má” e como problema para a segurança pública e para a cidade (57,1% ou oito de um total de 14 matérias de crimes nesses morros)[149]: “É doloroso que “O novo Brasil” (bando do morro de São Carlos) seja constituído por semelhante escória, que enche de pavor a população ordeira, às voltas sempre com perigosos conflitos”.[150]

Para tentar convencer os leitores de que os morros eram lugares naturais do crime, os jornalistas pareciam querer naturalizar as relações entre favelas e crime/violência não só no interior das reportagens policiais, mas também em alguns títulos dessas publicações (12 ou 40% de um total de 30 matérias sobre crime nas favelas). “Favela sangrenta”, “Morro dos ladrões”, “Onde morava a fera: no morro dos trapicheiros”, “Na zona do crime: a Favela em sangue”[151]. Além disso, pareciam estabelecer vínculos mnemônicos nas matérias policiais (“Volta o morro da Favela a

---

[146] “A quadrilha de pivetes: ladrões precoces”, *Jornal do Brasil*, 6/06/1907, 5.
[147] “Noticiário policial: Na zona do crime: a Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 6/06/1916, 9.
[148] “A morte na fuga!”, *Jornal do Brasil*, 15/07/1909, 12.
[149] Vale notar que apesar das notíciais policiais tenderem a veicular imagens pejorativas e criminalizadoras dos outros morros cariocas, comparativamente à Favela, houve um percentual expressamente de notícias que veiculavam versões mais tolerantes da associação entre morro e crime (seis ou 42,8% de um total de 14 matérias de crimes nos referidos morros). Iremos tratar dessas imagens mais adiante do texto.
[150] “O terror do morro de São Carlos”, *Correio da Manhã*, 12/11/1915, 5.
[151] *Gazeta de Notícias*,12/07/1919, 5; *Correio da Manhã*,9/11/1901, 2; *Correio da Manhã*, 4/02/1916, 3; *Jornal do Brasil*, 6/06/1916, 9.

preocupar a atenção da reportagem de polícia”[152]) para rememorar outros casos nos quais ocorreram experiências urbanas semelhantes[153]. Ao rememorar tais casos, essas matérias pareciam construir um “lugar de memória”[154] dos morros do Rio de Janeiro como um espaço habitado pela violência, crime e criminosos de alta periculosidade:

> Há tempos eram constantes as queixas e reclamações na polícia do 17º. distrito contra um perigoso indivíduo que ali vivia como uma aberração da espécie humana.
> As autoridades locais iam lá em cima e não encontravam o facínora. Os roubos se sucediam; os atentados ao pudor se multiplicavam e as ameaças de morte tomavam um caráter de verdadeira epidemia naquela zona maldita. Era um inferno habitar-se no morro dos trapicheiros![155]

Mas essas reportagens policiais não percebiam ou não queriam perceber que a pobreza e a marginalidade constituíam (e constituem) uma violação de direitos fundamentais do homem, como compreende o sociólogo Edmundo Campos ao analisar a questão da pobreza e crime na contemporaneidade[156]. Direitos estes referentes à habitação decente, à educação e ao trabalho.[157]

Em todo caso, as matérias policiais, anteriormente comentadas, procuravam elencar e justificar os motivos que explicariam por que os morros eram espaços naturais da criminalidade.

Um dos motivos destacados dizia respeito à ideia de que os moradores da área eram supostamente levados por impulsos biológicos, como se eles tivessem uma “natureza desviante” que os levaria à prática criminal. E essa justificativa era dada tanto para os casos de criminosos que cometiam crimes de sangue/agressões quanto para os gatunos que cometiam furtos/roubos, sem o uso da violência física.

Em relação aos crimes de sangue e agressões cometidos, os jornalistas salientavam que tais crimes eram perpetrados por qualquer motivo ou por nenhum motivo: “Por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou até mesmo sem motivo algum, não tem o menor respeito ao Código Penal nem a

---

[152] *Jornal do Brasil*, 15/07/1909, 12.
[153] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa:Brasil,1900-2000. Op.cit.*
[154] Nora, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. de 1993, pp.7-28, *apud* Mattos, Rômulo. *Pelos pobres ! Op.cit.*
[155] “Onde era a toca da fera”, *Correio da Manhã*, 4/02/1916, 3.
[156] Campos, Edmundo. “Sobre sociólogos, pobreza e crime”. *Dados – Revista de Ciências Sociais.*Rio de Janeiro, vol. 23, n. 3, 1980, p. 383.
[157] Idem, ibidem.

polícia".[158] Os autores desses delitos eram retratados como se fossem seres irracionais, que perpetrariam seus assassinatos/agressões por instinto.[159] Em relação aos furtos/roubos, as reportagens alegavam, num sentido semelhante, que os habitantes dos morros, por serem irracionais, não podiam ver qualquer objeto ou níqueis "dando sopa" que logo os surrupiavam. "Certa gente ali não pode ver um vaso na ausência do dono, que o não traga para vender; não pode ver uns níqueis sobre uma mesa (...); uma fruta na árvore, uma galinha no quintal. Um horror! [160]

Num discurso de estilo lombrosiano, as notícias pareciam afirmar que a própria aparência física dos gatunos e assassinos/agressores dos morros demonstrava a sua periculosidade: "são três criaturas singulares: de um mau físico, de uns olhos perigosos. Irão eles, por esses dias, para a Colônia Correcional, criar galinhas... Porque até ontem viviam sem trabalho, comendo gordas galinhas". [161]

Para justificar a ideia de que haveria uma suposta natureza desviante dos moradores dos morros, os jornalistas podiam ainda utilizar o imaginário social do fim do século XIX, que considerava os negros como sujeitos naturalmente vadios e criminosos. Inclusive das 11 notícias que mencionavam a cor dos criminosos dos morros, a grande maioria deles eram pretos/pardos (nove ou 81,8%) e apenas dois eram brancos, sem nenhuma referência à nacionalidade desses indivíduos.

Por vezes, os jornalistas associavam a cor/raça dos criminosos negros, moradores dos morros, ao não-trabalho e à malandragem[162], através de expressões como os "pretos sem ocupação"[163] e "pretos malandros":

> (...) Ficou a polícia sabendo quais os membros de que se compunha o grupo assaltante (do morro de São José, no subúrbio), graças à captura de um deles, o ladrão João Santarém. Esse indivíduo, que é um preto malandro, muito conhecido da polícia, há dois ou três dias comprometeu-se a ir indicar o lugar onde deviam achar-se os seus outros companheiros[164].

---

[158] "Os dramas da favela", *Correio da Manhã*, 5/07/1909, 2.
[159] Rômulo Mattos também percebe esse tipo de discurso nas matérias de jornais cariocas que ele consulta em sua tese de doutorado. Mattos, Rômulo. *Pelos pobres! Op.cit.*
[160] "Noticiário policial: A Tijuca vai ficar livre dos ladrões. Assim quer o delegado do 17º. distrito. Uma busca no morro do Salgueiro", *Jornal do Brasil*, 6/02/1916, 11.
[161] *Jornal do Brasil*, 6/02/1916, 11.
[162] Sobre as representações sobre as favelas e os negros nos morros ao longo do século XX, ver: *Um século de favela.* Rio de Janeiro: Editora FGV, Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (orgs).2006.
[163] "O terror do morro de São Carlos", *Correio da Manhã*, 12/11/1915, 5.
[164] "Os ladrões nos subúrbios", *Correio da Manhã*, 10/10/1916, 3.

Sobre ainda a ideia de uma suposta natureza criminosa dos negros/mulatos dos morros, os jornalistas pareciam querer sugerir que a aparência física desses criminosos (expressão facial, formato do nariz e lábios) seria um indicativo de sua "alma criminosa".

> O acusado é um indivíduo de estatura mediana, mal encarado, de cor preta, natural do Rio. Reside no morro do Pinto em um barracão. É conhecido como pernicioso à sociedade, não só pelos maus instintos, como por ser inimigo, acérrimo do trabalho (...) . Já tem sido preso várias vezes, acusado de roubo em trapiches, como sucedeu aí há pouco tempo.[165]

Outro motivo apontado que explicaria o ingresso dos populares dos morros no crime – que poderia ser articulado (ou não) à primeira razão assinalada anteriormente referente à "natureza" ou à raça – referia-se à ideia de que tais indivíduos sofriam a influência perniciosa do "meio social" das favelas. Justificava-se tal fator sob a alegação de que os pais e mães, moradores das favelas, deixavam seus filhos crescendo na ociosidade ou devido à influência de más companhias. Segundo uma reportagem da *Gazeta de Notícias* de 1917:

> No morro de São Carlos, como por várias vezes temos referido, habita uma série enorme de perigosos indivíduos, como sejam ladrões e desordeiros, não se compreendendo como até então ainda não fosse criado ali um posto policial, cuja necessidade se torna absoluta, tais as desordens e outras vergonhosas cenas que diariamente ocorrem naquele morro. Há, entretanto, no meio dessa gente ruim, entre aqueles maus elementos, um punhado de pessoas que, malgrado a terrível influência do meio, não têm ainda corrompido o caráter. [166]

Podia-se associar ainda o morro ao crime a partir da alegação de que as manifestações culturais aí presentes eram criminosas ou violentas[167], tal como sugerem os títulos das seguintes reportagens: "Sangue num samba – cenas do morro da Favela"[168]; "A Favela em sangue: conflito em um "samba": desordeiros e facínoras".[169]

---

[165] "Expansão de um facínora", *Jornal do Brasil*, 10/03/1910, 6.
[166] "Um pequeno herói", *Gazeta de Notícias*, 5/10/1917, 3.
[167]Vale notar que a imprensa também publicava textos que procuravam legitimar o Carnaval, como expôs Eduardo Coutinho. Mas tais publicações não diziam respeito às reportagens policiais, mas sim às crônicas carnavalescas. Nestas publicações, os jornais enalteciam muitas vezes as formas de divertimento do povo, com a finalidade de defender o direito dos populares de brincar o Carnaval livremente, sem as perseguições policiais. Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo.Op.cit.*
[168] *Gazeta de Notícias*, 10/06/1907.
[169] *Jornal do Brasil*, 5/07/1909, 4.

Mas bem diferente das reportagens policiais do período era a visão de Orestes Barbosa sobre as manifestações culturais do morro da Favela. O cronista buscava enaltecer o seu samba, vendo-o como um divertimento do povo, e não como uma prática que suscitava atos criminosos e violentos. "Da Favela e zonas congêneres saem a modinha e o samba que as melindrosas mandam comprar, cantam e dançam, com vontade logo de meter a perna de uma vez e quebrar no maxixe-autêntico, que é muito mais gostoso que o *fox-trott*".[170]

Por sua vez, para uma reportagem policial consultada, parecia que o fato dos criminosos e ladrões noticiados pela matéria serem moradores de morro e foliões já explicaria de antemão os seus comportamentos criminosos:

> Sebastião Machado, conhecido desordeiro e larápio, que opera na Tijuca, foi preso ontem pela polícia do 17º. distrito.
> Fantasiado como um bom folião, estaria talvez disposto para agir (...)
> O outro é o facínora Euclides Candido, conhecido por "Euclides Fera". Viveu, até pouco antes de ser preso, em uma toca, em um dos morros da Tijuca. [171]

Quanto ao Carnaval, o próprio título da matéria sugere uma relação naturalizada entre Carnaval e ociosidade/vagabundagem/crime ("Noticiário policial: o carnaval dos desocupados e vagabundos").

A reportagem, além de criminalizar as manifestações culturais dos grupos populares da cidade, buscava tipificar um dos morros da Tijuca como um lugar que abrigava animais, ao classificar os criminosos da área como seres animalizados. Outra matéria num mesmo sentido assinalava:

> O morro da Tijuca está contaminado desse elemento pernicioso, terror dos criadores. Até poucos dias havia ali indivíduos morando em verdadeiras tocas, como onça. O dia levavam a dormir, a noite a furtar. As galinhas sobretudo eram e são o alvo dos furtadores (...)[172].

Nestes relatos, mesmo os simples ladrões de galinhas dos morros, e não apenas os criminosos que cometiam crimes violentos, podiam ser vistos como seres animalizados e/ou indivíduos de alta periculosidade. Isso nos indica que a imprensa podia classificar um criminoso como sendo violento ou de grande perigo para a

---

[170] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, p. 115.
[171] *Jornal do Brasil*, 7/03/1916, 8.
[172] *Jornal do Brasil*, 6/02/1916, 11.

sociedade pelo fato do mesmo ser pobre ou morador de favela, e não necessariamente pelo ato criminal em si.

Além de veicular tais visões negativas sobre os morros cariocas, os jornalistas pediam por vezes ou cobravam ações enérgicas da polícia para que a mesma implementasse uma intensa vigilância sobre as referidas localidades: "O morro de São Carlos e a rua S. Roberto precisam de um policiamento permanente, de força armada, mesmo".[173] Nas reportagens policiais, os repórteres por vezes também chegavam a sugerir medidas que violassem a liberdade individual do morador dos morros. Uma dessas medidas era a execução de prisões e detenções ilegais, como sugere a seguinte matéria: "Enquanto não se tocar aquele pessoal para prisões, a Favela será tristemente célebre[174]". Esse tipo de discurso acabava por apoiar as prisões e detenções ilegais que de fato existiam no período. Como expõe Gladys Ribeiro, "muitos homens, mulheres e menores vistos como figuras transgressoras da ordem social eram presos sem flagrante, mandado de autoridade competente ou nota de culpa".[175]

Mas embora no noticiário criminal do período houvesse uma tendência de veicular imagens negativas da associação entre morro e crime, em 23,3% das matérias consultadas (ou sete de um total de 30 matérias sobre crime e morro), os jornalistas expressavam visões mais tolerantes ou positivas sobre as favelas. Nelas denunciavam as condições de vida dos morros cariocas e/ou estigmatizavam com menor intensidade os moradores dessas localidades. As matérias desse estilo foram publicadas nos anos de 1910 (1910, 1914, 1915, 1917, 1920), com exceção de uma reportagem publicada em 1907. Isso nos indica, mais uma vez, que talvez o movimento operário que crescia nesse período tenha de uma certa forma influenciado os repórteres a ter uma visão mais sensível em relação às difíceis condições de vida dos populares pobres.

Apesar de três dessas reportagens destacarem que a maior parte da população dos morros era composta por ladrões, vadios e valentes, consideravam que aí havia também "gente pobre que vive de seu trabalho"[176]. Os jornalistas salientavam que as famílias pobres procuravam residir nos morros por necessidade, devido à falta de recursos materiais. Além disso, os repórteres denunciavam as condições de habitação nos morros: "São famílias pobres que, sem outro recurso, vão residir no morro de São

---

[173] "Na polícia e nas ruas: Ladrões e vagabundos", *Jornal do Brasil*, 25/07/1916, 9.
[174] "Um bairro novo: Serra e Favela", *Gazeta de Notícias*, 7/11/1905, 2.
[175] Ribeiro, Gladys. "Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal". *Revista Tempo*, vol. 13, n. 26, Rio de Janeiro, 2009, p. 115.
[176] "Um dia de sangue", *Correio da Manhã*, 18/04/1915, 3.

Carlos, em verdadeiras choupanas, em pequenos barracões, que em noites de ventania, como que tremendo, ameaçam ruir...”[177].

Não havia nessas matérias policiais a tentativa de culpabilizar os populares dos morros pela sua condição de miséria, pobreza e habitação. Duas das notícias que produziam visões mais tolerantes ou positivas dos morros pareciam, inclusive, fazer questão de mencionar que os moradores das favelas eram as vítimas dos ladrões e não os algozes do crime. Os jornalistas dessas matérias alegavam que os operários e os outros trabalhadores dessas localidades eram frequentemente alvos de assaltos e roubos de “moleques” e “vagabundos” que “alarmavam os moradores” das áreas[178].

> Nestas últimas noites, as famílias residentes nas ruas de São Carlos e São Roberto, no morro, vêm sendo sobressaltadas com os gritos de socorro de transeuntes que ali são atacados a mão armada, sem que a polícia seja sabedora.
> Ainda numa dessas noites, um operário, morador daquele morro, ao regressar à casa foi assaltado e ofendido fisicamente por dois indivíduos mascarados. [179]

Muito diferentes daquelas reportagens que naturalizavam as relações entre morro e crime, os próprios títulos dessas matérias colocavam os morros como objetos da ação criminal, e não como sujeitos da mesma. “Revolucionavam o morro do Pinto”, “Assaltos a mão armada: no morro de São Carlos”.[180]

Por sua vez, o cronista Orestes Barbosa, em 1923, ao se debruçar sobre o morro da Favela em seu livro *Bambambã*, também denunciava as condições de vida de seus moradores:

> O morro da Favela ficou como uma lenda na cidade; entretanto, nada mais real do que seus mistérios. (...) Aqueles casebres que dão ideia de pobreza resignada, alguns arbustos descontentes com o terreno em que vivem, e os lampiões, em pontos diferentes, tortos, como bêbados, piscando o olhar cá para baixo. Mesmo de dia, observada por um visitante, que lhe desconheça a vida íntima, a Favela é tristonha e ordeira – tem uns ares de sono, de acabrunhamento, como se pensasse na sua própria vida. [181]

---

[177] “Um pequeno herói”, *Gazeta de Notícias*, 5/10/1917, 3.
[178] “Revolucionavam o morro do Pinto”, *Gazeta de Notícias*, 18/06/1917, 3.
[179] *Jornal do Brasil*, 4/07/1920, 5.
[180] *Gazeta de Notícias*, 18/06/1917, 3; *Jornal do Brasil*, 4/07/1920, 5.
[181] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, p. 111.

Em sua crônica "A Favela" não negava, entretanto, que no morro se reunia "o que há de eminente no nosso mundo criminal".[182] Mas a malandragem aí existente não era vista pelo cronista como resultado da ociosidade dos pobres da região, mas sim como uma estratégia criativa de luta cotidiana dos populares pela sobrevivência. O malandro do morro inclusive era retratado por Orestes como figura de "inteligência espontânea", pois o cronista alegava que "talvez a miséria" aí existente apurasse "os sentidos" dos populares da região, dando-lhes uma criatividade que não existia nos espaços considerados nobres da cidade.

> Tão viciado e tão perverso quanto a Favela, mas muito mais obtuso, Botafogo não entusiasma porque é postiço.
> Na Favela o observador vê uma sociedade de espíritos excepcionais.
> Talvez a miséria apure os sentidos.
> Seja como for, o pessoal do *banga la fumenga* (baile nas zonas dos malandros) mostra aos olhares curiosos a beleza de uma batalha em que o talento, a graça e a coragem aparecem na mais franca exibição.
> Sem imunidades parlamentares, sem dinheiro para comprar juízes, promotores ou desembargadores da Corte de Apelação, a Favela mata sempre que é preciso matar.
> Sem ter sido colega de turma do Dr. Pontes de Miranda, a Favela tem talento e humor de fazer inveja.
> Cada vagabundo da rua é uma inteligência espontânea, criadora de frases que logo a cidade toda aceita e não sabe criar.[183]

Em certo sentido, de forma semelhante a esse cronista, uma extensa reportagem de polícia do *Jornal do Brasil* fazia um discurso veemente a favor dos moradores da Favela, em plena campanha sanitarista de Osvaldo Cruz, em 1907, para derrubar as casas consideradas insalubres nos morros.[184] Salientava que 1.500 pessoas do morro estavam sem moradia, em função das demolições de casas promovidas pelo governo , o que indicava um "quadro de horror e de miséria" no morro. A reportagem chamava atenção que várias pessoas da Favela vieram procurar os repórteres do jornal para reclamar das suas difíceis condições de vida diante das demolições de suas casas promovidas pelo governo. Eram "viúvas com 6 e 8 filhos, mulheres brancas e de cor, velhos servidores da pátria, chefes de famílias" que vendo seus "tetos derrubados", e mostrando-se "indignados e chorosos" chamavam, segundo a matéria, os jornalistas do jornal para pedir e reclamar ao Presidente da República a "sua triste situação"[185].

---

[182] Idem, ibidem, p. 114.
[183] Idem, ibidem, p. 115.
[184] "Uma visita ao morro da Favela", *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, 4.
[185] Idem, ibidem.

A matéria ainda dizia que algumas casas foram derrubadas com "as famílias dentro, desumanamente".[186] No próprio título da reportagem, a matéria fazia, em tom dramático, a denúncia da situação de miséria em que se encontravam os populares da região, ao destacar que as crianças e velhos estavam ao relento, sem abrigo. "Uma visita ao morro da Favela: 1.500 pessoas sem teto. Quadro de horror e de miséria. O *Jornal do Brasil* no morro da Favela – o que presenciamos – situação triste – crianças e velhos ao relento – sem abrigo! – reclamações e mais reclamações – apelo ao Sr. Presidente da República."[187]

A reportagem tentava mostrar ainda qual era a visão dos próprios populares da Favela – retratados aí como "gente pobre, operários e praças" – a respeito das demolições das casas da localidade que estavam sendo promovidas pelo governo. Tal visão parecia ser bem diferente das justificativas modernizadoras e higienizadoras das autoridades. Segundo a matéria, para os moradores, o móvel da demolição, do arrasamento, seria a vingança dos que eram inimigos de um "ladrão e valente odiado na Favela" chamado Serra Grande. Segundo a reportagem, o bandido era odiado no morro devido aos seus "crimes infames". Era aí retratado como um criminoso que cometia impunemente vários crimes na localidade e fora dela, pois tinha protetores. No entanto, a matéria não comentou quem eram esses supostos protetores. Pode ser que a reportagem estivesse se referindo aos políticos e à polícia, uma vez que as matérias policiais consideravam que na época havia relações estreitas entre esses grupos e os criminosos (valentes/ladrões) da cidade, baseadas em interesses políticos e/ou materiais.[188]

De qualquer forma, o criminoso Serra Grande era aí retratado como "um homem perverso, mau, o rei da Favela, sobre quem ali se contam muitas histórias de crimes inauditos e funestos, é o autor da desgraça, porque ele se vinga da guerra que sempre lhe moveram os que o temiam e as vítimas que ia fazendo".[189] Por isso, alegava a reportagem, que "iam se arregimentando contra a sua astúcia e poderio" os seus "inimigos".[190]

Ao falar das demolições de casas na Favela que estavam sendo promovidas pela Saúde Pública, o repórter da matéria, ao apelar para um discurso dramático,

---

[186] Idem, ibidem.
[187] Idem, ibidem.
[188] Ver os capítulos 1 e 4 da tese.
[189] "Uma visita ao morro da Favela", *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, 4.
[190] Idem, ibidem.

salientava que enquanto a Favela agonizava sob "o ferreo guante da Saúde Pública e das autoridades", o bandido Serra Grande dava "risadas sobre os destroços derrocados das habitações, roubando, saqueando aqui e ali todo aquele em cujo bolso suspeita ter um cetil, qualquer coisa de valor".[191]

O interessante é que a própria reportagem admitia que, antes de os jornalistas terem visitado o morro, tinham uma má impressão do lugar, já que pensavam que era um lugar "sem garantias, sem lei e sem gente afeita ao trabalho". Contudo, segundo a própria matéria, tal impressão foi se desfazendo à medida que os repórteres do jornal iam conversando com os populares da localidade.[192] A reportagem alegava que os jornalistas, ao visitarem as casas do morro, perceberam que seus habitantes trabalhavam nas estivas, trapiches e carroças. Por isso, dizia a matéria, os jornalistas não viram "nenhum vagabundo" no morro. O que teriam presenciado era muita pobreza, mas que isso não era "nenhuma vergonha". Sobre as casas da Favela, afirmava que "apesar de pequenas", elas eram "limpas, novas" e que a "maioria dos moradores" pagavam aluguéis e "raros" tinham "prédios próprios". [193]

A matéria buscava desmitificar a ideia de que a Favela seria um espaço insalubre e foco de doenças, assinalando que: "O estado sanitário é excelente, pois em tantas casas que percorremos só vimos uma pessoa doente – um tuberculoso"[194]. Também procurava desmitificar a assertiva de que a Favela era um corpo estranho à cidade, já que ressaltava que os seus moradores pertenciam ao território urbano. "O povo da Favela é (...) comum do nosso povo, que mora nos subúrbios, em São Cristóvão, na Cidade Nova, Catumby etc."[195]

Em relação ao bandido Serra Grande, a reportagem destacava que o criminoso constituía uma exceção do tipo de indivíduos que habitavam o morro. Segundo a matéria, o povo da Favela era "valente", mas não no sentido de serem pessoas fora da lei, mas sim indivíduos honestos que labutavam diariamente: "Todos têm profissão e trabalham. (...) O pessoal da Favela é valente, mas não é vagabundo. O mais são lendas... histórias que o medo semeia".[196]

Todas essas representações produzidas pela matéria acima sobre a Favela pareciam ter um claro intuito de defender os moradores da região diante das demolições

[191] Idem, ibidem.
[192] Idem, ibidem.
[193] Idem, ibidem.
[194] Idem, ibidem.
[195] Idem, ibidem.
[196] Idem, ibidem.

que estavam sendo promovidas pela Saúde Pública e pelas autoridades, a partir da tentativa de se negar as versões mais oficiais da associação entre morro e crime/insalubridade/doença.

Semelhantemente a essa reportagem, outra matéria considerava que os habitantes de um morro do Rio (Santo Antônio) eram afeitos ao trabalho, e que aí o crime constituía uma exceção na vida cotidiana do morro: "À hora em que o morro de Santo Antônio caía em profunda calma, quando os seus habitantes, cansados do labutar diário, iam gozá-la tranqüilamente no aconchego do lar (...) tiveram o seu sossego bruscamente perturbado com a notícia de um homicídio".[197]

Ainda que, como vimos no decorrer deste capítulo, o discurso discriminador sobre a pobreza fosse mais veiculado na imprensa do que o discurso tolerante ou positivo, os jornalistas produziam diferentes e divergentes representações sobre as associações estabelecidas entre pobreza, meio social e crime. Desenvolviam um emaranhado de justificativas para o crime, tais como: a negligência do poder público sobre a infância pobre, a ociosidade, a influência "perniciosa" do "meio social, pobre e vicioso" e dificuldades materiais enfrentadas pelas classes empobrecidas da população.

Da mesma maneira que os repórteres policiais não apenas produziam uma só justificativa para o crime, não pensavam os populares e seus crimes de uma única forma. Podiam ora considerá-los como "classes perigosas", cujas ações criminosas derivavam de suas vidas nas ruas, morros, nos espaços de lazer popular e no seio familiar e/ou devido à sua "natureza"/ raça /condição de classe. Mas, por vezes, ora os retratavam como trabalhadores ou vagabundos que ingressavam no crime não por opção ou por "preguiça", mas sim devido aos seus problemas materiais e educacionais. Os jornalistas ainda podiam retratar os pobres como classes antagônicas às classes criminosas, sob a alegação de que eram honestos e trabalhadores assíduos.

Os repórteres construíam essas variadas e divergentes imagens sobre os pobres urbanos, em meio aos desafios de seu tempo. Por um lado, tinham que lidar, no contexto de fim da escravidão, com os referenciais desqualificadores do trabalho, herdados da cultura escravista e com a preocupação dos políticos e policiais com os ociosos.[198] Por outro, precisavam lidar com os problemas sócio-econômicos que muitos populares pobres enfrentavam no seu cotidiano (como fome, carestia de vida, desemprego etc) e

---

[197] "Cena de sangue: no morro de Santo Antônio", *Jornal do Brasil*, 17/03/1910, 6.
[198] Engel, Magali. " Modernidade, dominação e resistência." *Op.cit;* Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op.cit.*

com as reivindicações dos mesmos por melhores condições de vida e de trabalho. Algumas visões positivas ou mais tolerantes que os jornalistas veiculavam sobre essas camadas sociais pareciam ser semelhantes, inclusive, com as imagens construídas pela imprensa operária da época que tentava enaltecer os trabalhadores ou associar seus crimes às privações materiais palas quais passavam.[199]

Pode-se dizer, assim, que os jornalistas policiais direcionavam seus discursos não apenas para os setores da sociedade que se interessavam pela disciplina social, mas também para a classe trabalhadora, numa época em que os trabalhadores lutavam avidamente por seus direitos ou por aquilo que consideravam seus direitos![200]

2. Cor e crime

Como explicitamos anteriormente, chegamos a examinar algumas questões relativas às associações estabelecidas entre cor/raça e crime, mas será neste item que aprofundaremos a discussão sobre o assunto.

As reportagens criminais que tratavam do tema eram publicadas numa época na qual a cidade do Rio de Janeiro continuava sendo, após a abolição da escravidão, a área de maior concentração de negros do Sudeste[201] – ainda que também tivesse recebido muitos imigrantes estrangeiros –, e na qual a população "de cor" estava

---

[199] No que se refere a esta perspectiva do crime, por exemplo, o jornal dos tipógrafos *O Graphico*, analisado pela historiadora Tereza Vitória Alves, mostrava em uma notícia publicada em 1915: "Foi no início da guerra européia, calamitosa quadra de fome e desespero que fomos testemunhas de um fato que bastante nos impressionou, e que passamos a narrar.
Passando um dia pela rua Frei Caneca fomos despertados das nossas cogitações aos gritos de: - Pega ladrão! Pega ladrão!
(...) O guarda dirigiu-se ao delinqüente, o qual ao ser interpelado sobre o motivo que o levara a subtrair a cadeira do estabelecimento de móveis, declarou que fora a fome que o induzira a praticar aquela ação de desespero, pois há muitos dias procurava trabalho por toda a cidade sem encontrar, e naquela manhã saíra de casa deixando sua mulher e filhos sem uma côdea de pão com que mitigar a fome. (...)". *O Graphico*, 01/06/1916, *apud* Alves, Teresa Vitória Fernandes. *O Rio de Janeiro do " Graphico": visão de uma cidade e de uma época.* XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2007.

[200] Sobre as reivindicações dos trabalhadores por seus direitos via imprensa e judiciário, ver os seguintes trabalhos, entre outros: Silva, Eduardo. *As queixas do povo.*Op.cit, Ribeiro, Gladys. "Cidadania e luta por direitos na Primeira República". Op.cit. Queiroz, Eneida Quadros. *Justiça sanitária. Cidadãos e judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro (1904-1914).* Niterói: Dissertação de Mestrado, História, UFF, 2008.

[201] Segundo Raquel Rolnik, após a abolição da escravidão, o Rio de Janeiro continuou sendo a área de maior concentração de negros do Sudeste, pois essa região teve a menor entrada de imigrantes, além de ter sido intensa a migração de libertos da zona rural para a urbana, em função da decadência da cafeicultura na província fluminense de fins do século XIX. Rolnik, Raquel. "Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.17, 1989, pp. 29-41.

confinada a uma situação de marginalidade ou subemprego após a Abolição.[202] Naquele momento, os negros e mestiços passavam por uma série de dificuldades de vida e de trabalho devido às desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira, fortemente ancoradas no mercado capitalista, na existência da propriedade privada[203], e possivelmente nas práticas discriminatórias e racistas existentes no mundo do trabalho e fora dele.

As reportagens e jornalistas policiais, ao relatarem os casos de roubos e furtos perpetrados por negros na cidade carioca, não discutiam como possivelmente tais desigualdades e práticas discriminatórias e racistas existentes na sociedade brasileira poderiam ter provocado a inserção desses populares no crime. Afinal, veicular notícias que apontassem a existência de tais problemas na sociedade brasileira, sobretudo no Rio de Janeiro, capital da República, seria de uma certa forma reconhecer que a cidade – que se queria "moderna" e "civilizada" – era uma capital com fortes tensões raciais e desigualdades de classe e de raça.

Ao silenciar essas questões, a imprensa produzia em suas reportagens policiais três formas distintas de representar as relações entre cor e criminalidade, que serão analisadas no decorrer deste capítulo. Uma delas era destacar explicitamente as razões sociais e raciais da criminalidade dos negros. A outra forma era não associar explicitamente a cor ao crime. Por fim, a ausência do registro da cor dos criminosos, na grande maioria das notícias consultadas, parecia ser outra forma de retratar a criminalidade na época, através do que Hebe de Mattos[204] chamou de "ética do silêncio" da cor, como signo de igualdade formal na multiétnica e hierárquica sociedade brasileira do período.

2.1. "Um corpo negro guardando alma ainda mais negra"

No início do século XX, os ladrões "de cor" apareciam nas reportagens policiais através dos seguintes termos: "preto", "pardo", "crioulo", "mulato" e "negro" (quadro 15).

---

[202] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). Op.cit.*, p. 66.

[203] Sobre os estudos que discutem as desigualdades econômicas e sociais nas sociedades modernas, ver: Turner, Brian. " Outline a theory of citizanship". In: *Sociology*, vol. 24,n.2, maio de 1990; Marshal, T. H. "Cidadania e classe social". In: *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1967; Roche, Maurice. "Citizenship, social theory, and social change". In: *Theory and society.* Vol. 16, n.3, 1987.

[204] Mattos, Hebe & Rios, Ana. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Op.cit.*

Quanto ao número de reportagens publicadas sobre criminalidade dos negros por jornal consultado, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta* tiveram entre eles uma representatividade semelhante de publicação de notícias sobre o assunto (ver o quadro abaixo).

Quadro 14 – Número de reportagens (por jornal) que tratavam da criminalidade dos negros (1900-1920)*

Jornais	***Nº***	***%***
Gazeta de Notícias	43	7,2% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade
Jornal do Brasil	43	5,6% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Correio da Manhã	21	5,6% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Total	***107***	***6,3% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã.*
*Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais cariocas trabalhados.

Quadro 15 – Número de casos dos gatunos negros publicados nas notícias de jornais, através do registro da cor, 1900-1920*

Cor	***Número***	***Porcentagem (%)***
Pretos	63	45
Pardos	39	27,8
Crioulos	25	17,8
Mulatos	9	6,4
Negros	4	2,8
Total	***140***	***100***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*.
*Numa mesma notícia a cor podia ser mencionada mais de uma vez. Por isso, o número dos registros de cor mostrado neste quadro é maior do que o total de 107 reportagens sobre criminalidade dos negros consultadas na pesquisa.

No que diz respeito aos termos que se referiam à cor dos ladrões não-brancos veiculados pelos três jornais consultados – "pretos", "negros", "crioulos", "pardos" e "mulatos"[205] –, estes podiam ser utilizados pelos repórteres para designar não só a cor de pele dos gatunos narrados, mas também a sua condição social. Além disso, todos os termos podiam abarcar a nacionalidade brasileira ("nacionais" ou "brasileiros") dos ladrões, com o diferencial de que a palavra "preto" podia ainda designar os africanos e descendentes de africanos. Como mostra o quadro 15, o termo "preto" foi mencionado de forma bem mais expressiva pelas reportagens policiais do início do século XX do que os outros termos, talvez pela tentativa dos jornalistas de escurecer a cor dos ladrões, como uma forma sutil de associar negritude ao crime.

Vale notar que nessas notícias não se faziam menções se os negros eram ex-escravos ou libertos. Independente disso, todos os termos em relação aos grupos dos ladrões não-brancos – "preto", "negro" ,"crioulo", "pardo" e "mulato" – podiam ter aí um sentido neutro ou uma conotação pejorativa quanto a cor/ condição social/ raça / ou ainda com relação aos aspectos higiênicos e estéticos dos negros/mulatos. Expressões como "crioulos feios", "ralé de cor preta", "pardo mal encarado", "mal encarado de cor preta" e "tipo de pardavasco feio e mal encarado" são exemplos das notícias que atribuíam à cor uma conotação pejorativa.[206]

Já no caso dos criminosos brancos[207], os jornalistas não veiculavam expressões pejorativas em relação aos termos como "cor branca", "louro", "olhos azuis". Assim, a aparência física dos brancos não era depreciada.

Mas há uma semelhança nas imagens produzidas sobre os criminosos brancos e negros. Em ambos os casos – assim como no que tange aos demais criminosos da cidade, independentemente de sua cor/raça e/ou nacionalidade – os jornalistas podiam veicular impressões morais em relação aos referidos personagens criminais, como uma forma de mostrar que as condutas criminosas não deveriam ser seguidas pelos leitores. Por isso, muitas vezes podiam chamar os criminosos de "maus", "impiedosos", "feras"

---

[205] Sobre os trabalhos acadêmicos que analisam esses termos, ver entre outros: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. " Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro". *Afro-Ásia*, n.29, vol 30, 2003,p. 247-269. Almeida, Fernanda Moutinho de. *As "cores" do pós-abolição na zona da mata mineira- resultados de uma pesquisa recente.* X Encontro Regional de História- ANPUH- RJ, História e biografias, 2002, p. 1-7.; Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil: o levante dos malês na Bahia em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[206] "O "Colibri": Ladrão sanguinário", *Jornal do Brasil*, 10/03/1903, 2; *Correio da Manhã*, 6/03/1911, 3.

[207] Estamos considerando brancos os indivíduos que eram apresentados nas notícias como sendo pessoas de "cor branca". Vale notar que encontramos apenas 28 matérias sobre a criminalidade dos brancos.

e “sanguinários”, como foi o caso do ladrão Damião de “cor branca”, acusado de ter cometido um crime de latrocínio em 1916: “Damião (...) narrou cinicamente o revoltante crime, pormenorizando-o. A confissão cínica de Damião revoltou a todos os que assistiram ao seu depoimento. Tem o facínora 19 anos de idade, é branco e há muito que é conhecido da polícia”.[208]

Talvez os repórteres quisessem imputar um sentido moral às notícias de crimes como uma forma de disseminar a sua “mensagem civilizadora”, dando corpo à “missão pedagógica” que a imprensa se autoatribuía, como vimos no primeiro capítulo. [209]

Contudo, é importante que se diga que esse caráter pedagógico das notícias parecia ter os seus próprios limites na imprensa, pois os jornalistas policiais quase que transformavam alguns personagens criminais da cidade em uma espécie de heróis do crime, uma vez que enalteciam os seus delitos astuciosos, sua inteligência e habilidade criminal.[210] Os leitores poderiam, nesse sentido, ler tais histórias de crimes e criminosos não como exemplos negativos de comportamentos, mas sim positivos.

A historiadora Ana Porto chama atenção com muita propriedade para esse aspecto contraditório das notícias de crimes no final do século XIX e começo do XX, ao analisar essas publicações no jornal *Estado de São Paulo*.[211] A autora assinala que, se por um lado, as mensagens veiculadas na imprensa sugeriam que uma das maiores virtudes da nova sociedade idealizada naquelas páginas era o trabalho, por outro lado a opção pelo crime acabava aparecendo aí como uma boa solução de forma de aquisição de dinheiro fácil, já que a riqueza era valorizada mas o trabalho não.

Portanto, segundo Ana Porto, as notícias de crimes não se tornavam necessariamente pedagógicas do modo como provavelmente queriam os seus redatores/repórteres e jornalistas de uma forma geral. Na perspectiva da autora, havia elementos nas matérias que diziam praticamente o contrário daquilo que se tentava transmitir como mensagem principal de uma notícia. Assim, “não se tem um controle sobre a forma pela qual foram lidas determinadas mensagens; na verdade, não se pode nem ao menos controlar os sentidos do texto”[212]. A historiadora explica que isso ocorre não somente porque a cultura é permeada de conflitos, fazendo com que as

---

[208] “Noticiário policial: o assassinato no Canal do Mangue”, *Jornal do Brasil*, 3/02/1916, 9.
[209] Pereira, Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2004, p. 34, *apud* Dantas, Carolina. *“ Café com leite”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos.*(Rio de Janeiro, 1903-1914). Niterói: PPGH-UFF, Tese de Doutorado, 2007, p. 76.
[210] Sobre esses personagens criminais, ver o próximo capítulo.
[211] Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op. cit.*
[212] Idem, ibidem, p. 154.

interpretações sejam ambíguas, mas porque a sociedade é repleta de aparentes contradições.

Acrescentamos à alegação de Porto a ideia de que a própria fabricação da opinião, como bem chama atenção Laborie, "é um lugar de tensões e contradições que se traduzem por atitudes aparentemente contrárias à lógica", "por ambivalências, pelo *pensamento duplo* e suas zonas cinzentas" (*grifos do autor*).[213] O autor salienta que "é uma linguagem difícil de traduzir, em que as incoerências não são percebidas como tais, em que nem tudo se reduz à razão"[214]. Pode-se dizer nesse sentido que os jornalistas no início do século XX certamente não percebiam as incoerências de querer imputar um sentido pedagógico nos textos de crimes que produziam e ao mesmo tempo apresentar elementos que contrariavam sua "mensagem civilizadora".

De qualquer forma, havia, no caso da criminalidade dos não-brancos, algumas reportagens (33 ou 30,8% de um total de 107 matérias sobre criminalidade dos negros) que não só imputavam um sentido moral em relação aos criminosos negros, mas também estabeleciam explicitamente relações intrínsecas entre cor e crime. Tais matérias se baseavam na ideia de que a raça e/ou pobreza constituíam as causas ou a causa do crime. Como mostra o quadro abaixo, o percentual dessas notícias veiculadas pelo *Correio da Manhã* era mais expressivo do que o do *Jornal do Brasil* e o da *Gazeta de Notícias*. [215]

Quadro 16 – Número de reportagens por jornal que consideravam a raça e/ou pobreza como os fatores (ou o fator) da criminalidade dos negros (1900-1920)

Jornais	***Nº***	***%***
Correio da Manhã	11	52,4% de um total de 21 reportagens sobre criminalidade dos negros
Gazeta de Notícias	11	30,2% de um total de 43 reportagens sobre criminalidade dos negros
Jornal do Brasil	9	20,9% de um total de 43 reportagens sobre criminalidade dos negros
Total	***33***	***30,8% de um total de 107 reportagens sobre***

[213] Laborie, Pierre. "Memória e opinião". *Op. cit.*, p. 84.
[214] Idem, ibidem, p. 84.
[215] Vale observar que não há elementos na documentação que nos possa indicar o motivo (ou os motivos) pelo qual o *Correio da Manhã* tinha uma maior representatividade de notícias acerca do tema ao longo do tempo.

		criminalidade dos negros

Fontes: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã.*

Apesar dessa diferença percentual entre os jornais, as reportagens dos três impressos consultados convergiam em destacar as razões sociais e raciais da criminalidade dos negros.

No que diz respeito primeiramente às articulações que os repórteres faziam entre cor e pobreza, elas se davam através de expressões como "ralé de cor preta" ou "preto sem ocupação".[216] Os criminosos negros eram retratados aí como se fossem indivíduos quaisquer ("preto Gualberto de tal"[217]), sem uma identidade definida, à margem da sociedade.[218] No caso dos criminosos brancos, os jornalistas podiam também considerá-los como pobres. Mas não associavam de forma depreciativa a cor dos mesmos à pobreza, e nem mesmo estabeleciam relações intrínsecas entre cor branca e pobreza. Já em relação aos criminosos negros, os repórteres, logo depois de associarem a cor à pobreza, faziam questão de reforçar a ideia de que tais populares eram indivíduos perigosos à sociedade, como uma forma de estabelecer uma vinculação intrínseca e depreciativa entre pobreza, cor e criminalidade.

> Há, no morro de São Carlos, ali bem detrás da Casa de Correção e bem próximo a delegacia do 9º. distrito, dois grupos que se denominam o "Portugal pequeno" e o "Novo Brasil".
> O primeiro é composto de gente branca, na sua maioria portugueses, e o segundo da ralé de cor preta, que de quando em quando vai ter a polícia. (...)
> (...) Clemente, o chefe do bando "Novo Brasil", é um preto sem ocupação, e por várias vezes foi preso por espancar crianças.[219]

Os jornalistas também salientavam que os negros ingressavam no crime devido à influência do seu meio social (favelas, ruas e más companhias): "(...) Manoel Theodoro, de cor preta, aliara-se a ladrões e ladrão se tornara, sendo por várias vezes preso e remetido para a Colônia Correcional".[220] De um total de 33 reportagens que

[216] "O terror do morro de São Carlos: o famoso bando de "o Brasil Novo", *Correio da Manhã*, 12/11/1915, 5.
[217] "Um roubo misterioso na rua Thomaz Coelho: a feitiçaria em ação", *Gazeta de Notícias*, 1/03/1917, 3.
[218] Pesavento, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
[219] "O terror do morro de São Carlos: o famoso bando de "o Brasil Novo", *Correio da Manhã*, 12/11/1915, 5.
[220] "A polícia está agindo", *Correio da Manhã*, 23/07/1916, 3.

estabeleciam explicitamente as relações entre cor e crime, sete ou 21,2% delas associavam pobreza ou meio social à criminalidade dos negros.

Mas as reportagens e jornalistas policiais podiam também passar a ideia de que os negros ingressavam na vida criminosa por motivos raciais, e não devido a pobreza e meio social . De um total de 33 notícias que estabeleciam explicitamente as relações entre cor e crime, 11 ou 33,3% delas veiculavam essas motivações. Pelo argumento racial, os repórteres salientavam que os negros e mulatos viviam naturalmente num "meio social pobre e vicioso" (botequins, prostíbulos etc.), cometendo diversos roubos e furtos ou auxiliando os ladrões nestes crimes porque eram "pretos/mulatos" "degenerados". Não havia aí referência à ideia de que o meio social influenciaria esses indivíduos a ingressarem na criminalidade, pois os repórteres pareciam querer sugerir que o simples fato de ser negro ou mulato já os tornava naturalmente propensos ao crime, como sugere a notícia abaixo:

> O major Bandeira de Mello, chefe da inspetoria de segurança policial (...) descobriu que no caso (de latrocínio) estava envolvida uma negra degenerada de nome Maria Nair. (...) Depois dos mais árduos trabalhos, o major Bandeira de Mello encontrou no albergue noturno do cais do Porto a perigosa negra, que foi presa. No botequim da rua Visconde de Itaúna n. 573, o espanhol Inocêncio Moinhos encontrou a crioula Maria Nair, vadia conhecida, freqüentadora do albergue noturno do cais do Porto, auxiliar de ladrões perigosos.[221]

Nesse tipo de notícia, os jornalistas faziam questão de mencionar repetidamente a cor dos larápios como uma forma de associar a cor/raça a ambientes vistos como "viciados" da cidade (prostíbulos, botequins) e à criminalidade:

> Arnaldo de tal, mulato alto, punguista terrível e audacioso (...). Xavier de tal, de cor preta, mal encarado e muito grosseiro. É tipo rancoroso e vingativo. Nascimento de tal, mulato escuro. É de uma audácia a toda prova. Diz sempre que a única coisa que nunca o enjoou foi o sangue humano.
> (...) Onde moram os membros desta perigosíssima quadrilha de salteadores. (Eles) habitam na hospedaria da rua de S. Pedro n. 301. É um antro perigosíssimo. Habitado por malandros, vagabundos e ladrões, o bordel n. 201 da rua de S. Pedro é também um foco de baixo meretrício. Arnaldo costuma pernoitar com sua amante, uma mulher decaída de cor parda, no bordel da rua dos Arcos. Aí é que Arnaldo ia pernoitar depois de suas rapinagens. [222]

---

[221] "Dois ladrões matam um homem vingando-se e roubando", *Correio da Manhã*, 2/02/1916, 3; "Esclarecendo um crime", *Jornal do Brasil*, 2/02/1916, 11.
[222] "Dois ladrões matam um homem vingando-se e roubando", *Correio da Manhã*, 2/02/1916, 3.

Havia também a ideia de que a "a própria natureza" dos populares negros explicaria por que eles teriam ingressado na vida criminosa, através de expressões como "pretos de instintos bestiais" e "negros de alma negra"[223]. Isso parecia indicar que os 'defeitos' dos negros podiam ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas[224]. Um exemplo dessa suposta "periculosidade" do negro foi exposto na reportagem publicada em 1911 pelo *Correio da Manhã*, na qual um repórter associou de forma explícita a "cor negra" de um criminoso chamado Frederico Morais a sua propensão a "criminalidade, perversidade, degeneração". No próprio título da matéria, o jornal, em tom fortemente racista, buscava passar para os seus leitores a ideia de que Frederico tinha uma "alma perversa" porque ele era negro: "Um corpo negro guardando alma ainda mais negra".[225]

Os repórteres, além de fazerem essa vinculação entre cor e violência criminal, podiam reforçar a ideia de que a aparência física (olhos, nariz, formato do rosto) dos criminosos não-brancos de uma forma geral denotava sua "alma violenta".[226]

> Thomaz Hygino (...) é um pardo, (...) forte, entroncado e (...) beiços grossos e revirados, nariz achatado e olhos mortiços, pequenos, voltados em oblíqua acentuada dos altos da fronte para o nariz.
> Tipo de pardavasco feio e mal encarado, servido por uma maneira especial de falar, precipitada e calcada num palavreado esquisito, que impressiona e que apavora (...).[227]

Neste tipo de texto, podia-se veicular um racismo do tipo biológico. Segundo Stuart Hall[228], este tipo de racismo privilegia marcadores como a cor da pele. Hall expõe que, em termos discursivos, o racismo possui uma estrutura metonímica – as diferenças genéticas ocultas são deslocadas ao longo da cadeia de significantes através de sua inscrição na superfície do corpo, que é visível[229]. Neste sentido, pode-se dizer que as notícias policiais que pareciam veicular o racismo biológico materializavam as diferenças genéticas no grupo dos gatunos não-brancos a partir do que era visível, ou seja, a partir de certos traços físicos – como o formato do rosto, o tipo de cabelo, a coloração da pele, o formato do nariz e dos olhos – que caracterizariam, segundo os

---

[223] *Correio da Manhã*, 6/03/1911, 3.
[224] Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril. Op. cit.*
[225] *Correio da Manhã*, 6/03/1911, 3.
[226] "O "Colibri": Ladrão sanguinário", *Jornal do Brasil*, 10/03/1903, 2.
[227] "Uma quadrilha de malandros que cai nas malhas da polícia", *Correio da Manhã*, 1/10/1915, 3.
[228] Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais. Op. cit.*
[229] Idem, ibidem, p. 92.

repórteres, um indivíduo criminoso, pois tais traços mostrariam a sua "alma larapia". Isso pode ser percebido através de expressões como "preto de má fisionomia" e "mal encarado"[230], presentes em tais publicações.

Os repórteres veiculavam a ideia ainda de que os negros e mulatos ingressavam na vida criminosa por serem "vadios" e "preguiçosos", ou seja, avessos ao trabalho honesto e duro. "Damião de Souza, de cor parda, tem sido processado por ser vadio incorrigível e gatuno"[231].

Essa associação entre negritude, vadiagem e preguiça se dava numa época na qual os negros no pós-abolição foram vistos por diversos segmentos da sociedade como sujeitos marcados e destruídos pela escravidão. Por isso seriam incapazes de se integrar na sociedade "moderna", de se transformarem em trabalhadores livres morigerados e disciplinados[232]. Por este pensamento, a liberdade do cativeiro não significaria para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar etc. [233] Sidney Chalhoub em "Cidade Febril" chama atenção para isso:

> Os negros se tornaram suspeitos preferenciais também devido àquilo que os ex-senhores e atuais patrões imaginavam ser o caráter dos indivíduos egressos do cativeiro (...) o fato de o liberto ser possuidor de todos os vícios (...) primeiramente, atribuindo os tais vícios dos negros a seu antigo estado: as condições de vida no cativeiro seriam as responsáveis pelo suposto despreparo dos ex-escravos para a vida em liberdade.[234]

Mas ao contrário dos ex-senhores e atuais patrões que consideravam, segundo Chalhoub, que "o caráter dos indivíduos egressos do cativeiro" seria o responsável pela criminalidade dos negros, em nenhuma publicação consultada, os repórteres assinalavam que o fator da criminalidade dos negros se devia à herança do escravismo. Havia um silêncio absoluto sobre o passado escravista. Mas por que as reportagens policiais silenciavam sobre esse passado, se só havia apenas uma década que a escravidão tinha terminado? Para respondermos esta questão, basta observar, como

---

[230] "Uma quadrilha de malandros que cai nas malhas da polícia", *Correio da Manhã*, 1/10/1915, 3. "Os ladrões no Rio: O Distrito Federal entregue à sanha dos malfeitores", *Jornal do Brasil*, 17/06/1915, 10.
[231] "Um crime estúpido", *Correio da Manhã*, 3/03/1916, 3.
[232] Lara, Silvia. "Os escravos e os seus direitos". Neder, Gizlene e outro (org). *História e Direito.* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p.131.
[233] Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.Op.cit.*
[234] Idem, ibidem, pp. 24-25.

salientou Humberto Machado[235], que desde a segunda metade dos Oitocentos, especialmente a partir de 1880, com a campanha abolicionista, as elites intelectuais veiculavam na imprensa ideias que exaltavam o "progresso", a "civilização" e a necessidade de eliminar a escravidão , responsável pelo "atraso" do Império, assim como os resquícios da "sociedade colonial". Possivelmente os repórteres policiais considerassem que falar da escravidão em associação ao crime era reconhecer que a sociedade ainda estava fortemente influenciada pelo passado escravista; passado este que se queria apagar, já que ele era visto como a antítese do progresso e da civilização da Nação.

Mas embora os jornalistas quisessem apagar tal passado, certamente muitas das representações que construíam sobre os negros estavam assentadas na memória que tais repórteres tinham do período do cativeiro. Afinal, havia apenas uma década que a escravidão tinha terminado! As palavras "vadios" e "preguiçosos", usadas nas notícias policiais para explicar por que os negros ingressavam na criminalidade, não eram apenas termos pejorativos, mas também imagens distorcidas decorrentes de séculos de escravidão. [236] Muito possivelmente em função dessas imagens distorcidas, via-se com suspeição um negro ter condições materiais para consumir algo de forma honesta:

> Um popular, entrando ontem, num botequim em Cascadura, notou que um crioulinho gastava dinheiro à larga, não se importando de pagar despesas até para desconhecidos. Suspeitando que o crioulo não gastava o dinheiro seu, o popular comunicou as suas apreensões à polícia do 20º. distrito. Partindo para o local o comissário Gouveia, que verificou a procedência da denúncia, foi o crioulinho levado para a delegacia (....)[237]

Mesmo Orestes Barbosa, que apresentava uma visão mais sensível com relação à pobreza e ao crime, também registrava em uma de suas crônicas a associação entre negritude e indolência[238]: " negras de longas mamas balançando entre quatro trapos de corpinho, com a saia *sungada* nas nádegas, mostrando toda a perna, passam o dia na

---

[235] Machado, Humberto. "Imprensa e identidade do pós-escravo no contexto do pós-abolição". In: Neves, Lúcia; Morel, Marco e Ferreira, Tânia (orgs.). *História e imprensa: Representações culturais e práticas do poder.* Rio de Janeiro: Faperj, 2000.

[236] Machado, Humberto. "Imprensa e identidade do pós-escravo no contexto do pós-abolição". *Op.cit.*

[237] "Crônica policial: ladrão azarado", *Correio da Manhã*, 12/03/1910, 4.

[238] Vale notar que tal perspectiva de Orestes e das reportagens policiais sobre os negros não representavam todo o pensamento intelectual da época. Isso porque, ao longo das primeiras décadas do século XX, como lembra Martha Abreu, foram assumindo significativa repercussão os estudos que apontavam como positiva a participação do negro, e de sua cultura, na construção da Nação. Abreu, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. *Op. cit.*

tagarelice das vendas sórdidas – que são os *bars chics* dali – ou nas pocilgas, deitadas em esteiras descosidas, praticando o vício”[239].

Mas se a escravidão e a possível origem escrava dos ladrões negros/mulatos eram silenciadas pelos repórteres policiais, a origem africana dos mesmos por vezes era mencionada. Em parte de suas notícias, os repórteres consideravam que os negros ingressavam naturalmente no crime não só porque eram pobres, mas também ao mesmo tempo porque eram africanos ou descendentes de africanos. Por tal argumento, alegava-se que os referidos populares utilizavam suas práticas mágico-religiosas, através da feitiçaria, para praticar os crimes de roubos. Podia-se argumentar também que os negros ingressavam no crime porque participavam do samba e dos candomblés, como explicaremos mais adiante deste capítulo. De um total de 33 matérias que estabeleciam relações intrínsecas entre cor e crime, 15 ou 45,4% delas veiculavam essas ideias.

Em relação às práticas mágico-religiosas, os jornalistas alegavam que o simples fato de os negros serem de origem africana já os tornava como um agravante de criminoso, uma vez que eles, segundo as reportagens, pertenceriam a uma raça “primitiva e macabra” [240]. A feitiçaria era retratada aí como um “campo vasto para as mais ignóbeis explorações e extorsões” desenvolvidas “pelas camadas inferiores da sociedade”, ou seja, pelos “preto-africanos imigrados da África” e seus descendentes. Os jornalistas policiais, ao possuírem uma perspectiva negativa da África , dos africanos e de seus descendentes, afirmavam que a “feitiçaria larapia” era um dos “tristes legados da África”.

> Multiplicam-se os casos de feitiçaria. São bruxedos para “fechar o corpo”, para expulsar o demo, para ser amado.... Pobres almas primitivas!
> (...) Vejamos o que se segue, que não é grande coisa senão para a ignorância ingênua duma preta, obcecada por quanto abusão corre como dogma nas camadas inferiores da sociedade; – tristes legados da imigração africana.
> (...) Maria é a vítima. Sofre de reumatismo doloroso (...) Subitamente encarou com um indivíduo, também de cor preta, que caminhava em sentido contrário. Ela deu jóias para ele curar sua dor, mas depois viu que foi enganada e decidiu contar ao delegado do 10º. distrito. [241]

[239] Barbosa, Orestes. *Bambambã*, *op. cit.*, p. 112.
[240] “A superstição no Rio: como o povo se engolfa no misticismo, no macabro”, *Jornal do Brasil*, 19/02/1916, 9.
[241] “Feitiçaria larápia: Ingenuidades de uma crente – com o diabo no corpo – feitiço a mais e jóias a menos”. *Op. cit.*

Em tom preconceituoso, os repórteres destacavam ironicamente o lado místico desta prática mágico-religiosa, ressaltando que: "(...) ela é uma superstição entre os descendentes de africanos" e que oferece "um quadro verdadeiramente engraçado, rústico, compatível com o caráter variante dessa gente voltada para o macabro".[242]

A feitiçaria era vista como uma "prática ativa da vida dos morros" da cidade, espaços estes onde, segundo os repórteres de crimes, se escondiam ladrões e quadrilhas de gatunos negros de origem africana. Os jornalistas alegavam que tais criminosos se utilizavam de objetos usados na feitiçaria – chamados pejorativamente de "bugigangas africanas" ("galinhas pretas", "santinhos") – para tentar enganar suas vítimas e roubá-las.

> Chegando ao conhecimento do comissário Leocardio Martins que no morro do Padre Telêmaco operava desassombradamente uma quadrilha de ladrões, resolveu persegui-la, no intuito de aniquilá-la.
> Para isso, organizou uma caravana por ele chefiada (...). À noite seguiram os três (policiais), certos de que não poderia escapar às suas garras o "Preto Antonio", chefe da quadrilha, respeitadíssimo também pelas suas altas feitiçarias.
> Lá chegados, encontraram nada menos de oito mulheres vagabundas, um homem e o "Antonio" nas suas bruxarias, cercados de velas acesas, galinhas pretas já sacrificadas, santinhos, orações, punhais, enfim um completo arsenal de bugigangas africanas.[243]

Segundo os repórteres, a feitiçaria não era apenas uma prática macabra desenvolvida nos morros, mas também nas casas simples do centro da cidade. Essas casas eram chamadas pejorativamente de "abrigos de salteadores", habitadas por ladrões "pretos" "sem ocupação" e "vagabundos" que tiravam vantagens de suas vítimas para roubá-las por meio da feitiçaria:

> O preto Gualberto de tal, que se diz empalhador, mas que não tem emprego e que reside em uma casa velha (...) vive com uma preta, sendo a sua casa um verdadeiro covil, por isso que, à noite, vários indivíduos, todos suspeitos, ali se acoitam. [244]

Mas os jornalistas não só articulavam a feitiçaria à criminalidade, como também associavam outras manifestações culturais e religiosas dos populares negros e afrodescendentes – como sambas, batuques e candomblés – a práticas criminosas. Na concepção de uma reportagem: "nos dias alegres de folgança", "o batuque sempre tem o

---

[242] "Noticiário policial: a superstição no Rio: como o povo se engolfa no misticismo, no macabro", *Jornal do Brasil*, 19/02/1916, 9.
[243] "O antro de um feiticeiro é atacado pela polícia", *Correio da Manhã*, 25/11/1915, 3.
[244] "A feitiçaria em ação", *Gazeta de Notícias*, 1/03/1917, 3.

epílogo na polícia”[245]. Segundo Wlamyra de Albuquerque: “os batuques, sambas e candomblés, tidos como perigosos, incivilizados e difíceis de ser controlados, eram africanismos – como costumava qualificar a imprensa – a pôr em risco a ordem, o sossego e os costumes” [246].

A associação dessas manifestações culturais e religiosas à desordem também se fazia presente nas reportagens policiais da época. Com relação aos batuques tocados nos terreiros de candomblés, uma reportagem do *Jornal do Brasil* em 1920 noticiava um caso de dois ladrões negros que teriam participado de um candomblé em um morro do Rio de Janeiro.[247] Segundo o jornalista da matéria, os batuques e cantos realizados durante um candomblé eram “ensurdecedores” e traziam “desassossego” aos moradores da localidade. Além de o repórter ter associado o candomblé à desordem, vinculara-o também ao crime de roubo, ao alegar que os objetos aí usados – “pandeiros, asas de urubus, espadas, tambores, chaves de parafuso, limas” – eram “instrumentos próprios para roubar”.

No caso do samba, as reportagens tentavam também associá-lo à desordem e à criminalidade, como vimos anteriormente. Em uma notícia do *Correio da Manhã* em 1907, um repórter ressaltava que em um samba teria havido conflitos e um assalto, porque um indivíduo de nome João Braz, de “cor preta”, “indivíduo de poucos precedentes”, reunia em sua casa gente de toda a “casta social”, sendo “seu assíduo freqüentador Honório de Tal”, o “celebre” ladrão chamado de “prata-preta da Saúde”. [248] O ladrão teria, segundo o repórter, gerado conflitos e realizado um assalto durante o samba.[249]

Além do repórter da matéria ter desqualificado socialmente os personagens que participavam do samba – através de expressões como “Honório de Tal” e “casta social” –, buscava também mostrar que os que se reuniram no samba eram indivíduos delinquentes e “negros perigosos e degenerados”.

Assim, os jornalistas procuravam nessas publicações associar de forma explícita a cor, a pobreza e as manifestações culturais e religiosas dos negros e afrodescendentes às práticas criminosas, o que parecia ser uma forma de negar todo e qualquer elemento da cultura popular e negra que pudesse macular a imagem civilizada

---

[245] *Jornal do Brasil*, 13/03/1916, 7.
[246] Albuquerque, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 199.
[247] “Estava mesmo na hora”, *Jornal do Brasil*, 24/06/1920, 8.
[248] “Cenas de vandalismo”, *Correio da Manhã*, 12/06/1907, 4.
[249] “Cenas de vandalismo”, *Correio da Manhã*, 12/06/1907, 4.

da sociedade dominante.[250] Além disso, os jornalistas, por vezes cobravam ou apelavam à polícia para que implementasse medidas de controle social coercitivas em relação aos negros e afro-descendentes e suas manifestações culturais e religiosas. Tal cobrança parecia contribuir para a "racialização da repressão"[251]. Um jornalista da *Gazeta de Notícias*, em 1910, por exemplo, ao fazer uma reportagem sobre os ladrões do Rio, cobrava à polícia para que o serviço de sindicância fosse levado mais a sério, a exemplo da "última lança que ela" teria "metido em África" ao ter prendido alguns feiticeiros.[252]

Além de por vezes os jornalistas cobrarem a vigilância policial sobre tais populares, nas notícias aqui analisadas, os repórteres discorriam, como vimos, sobre as razões raciais e sociais da criminalidade dos negros[253], ao apontarem como tais causas ora a pobreza e o meio social, ora a "natureza" do negro, a sua "preguiça", "vagabundagem", "degeneração" e sua origem africana. Podiam ainda mesclar os fatores sociais do crime com os motivos raciais.

Verificou-se que, de um total de 33 reportagens que tratavam dos motivos sociais e raciais da criminalidade dos negros, estas eram mais veiculadas nas décadas de 1900 (20) do que nos anos de 1910 (13). Tal dado contraria o número total de notícias que tratavam da criminalidade dos negros. De um total de 107 matérias sobre o assunto, a maioria se concentrou nos anos de 1915 (nove notícias), 1916 (15), 1917 (11) e 1920 (20). Em relação aos outros anos consultados, as reportagens variavam em média de duas, quatro a seis matérias.

Mas por que as reportagens sobre as razões sociais e raciais do crime foram mais publicadas na década de 1900 do que nos anos de 1910? Talvez isso tenha ocorrido, pois a memória do cativeiro e as teorias raciais que apontavam para a suposta propensão do negro à criminalidade estivessem mais presentes na sociedade nos anos de 1900 do que na década posterior, já que a escravidão havia terminado poucos anos antes daquele período.

---

[250] Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 43.

[251] Albuquerque, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.Op.cit.*, p. 112.

[252] "Os ladrões do Rio", *Gazeta de Notícias*, 20/05/1910, 2.

[253] Essa discussão sobre as razões sociais e raciais da criminalidade dos negros era feita também em outros meios intelectuais da época. Ver os estudos que discutem o assunto: Skidmore, Thomas. *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Schwarcz, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O que mais nos chamou atenção nessa análise quantitativa foi o número expressivo de reportagens publicadas no ano de 1905 que explicavam os crimes cometidos por negros/mulatos (58,3% ou sete notícias de um total de 12 matérias publicadas sobre criminalidade dos negros no referido ano).

Em 1905, veiculava-se, nas primeiras páginas dos jornais, fortes expressões racistas em relação aos ladrões negros/mulatos noticiados, tais como "malvado crioulo"[254] e "negralhão tremendo e facínora"[255].

> (...) Um atentado de que ressaltam arrojo e crueldade foi praticado contra uma mulher na fazenda de D. Clara em Madureira. Era já madrugada quando Joana Maria da Conceição que habita uma casa modesta neste lugar situada foi acordada por violento ruído a sua porta. Abre os olhos, ergue-se do leito e, dirigindo-se a frente do prédio, encontra-se face a face com um crioulo alto e cheio de corpo que a segura e ameaça de morte se gritasse.
> Assim, teve Joana de assistir, de braços cruzados, ao saque de seus haveres, que, se não eram muitos, representavam contudo o melhor de suas economias há longo tempo acumulado.
> Roupas, relógio, corrente, pulseira, pequenos objetos foram entrouxados. E depois o malvado crioulo retirou-se com a calma de quem acaba de praticar uma ação natural.[256]

Pode ser que os discursos racistas tenham sido mais veementemente veiculados naquele ano, dado ao temor de uma nova desordem urbana no Rio, em função do fantasma da Revolta da Vacina (1904), na qual os negros participaram ativamente.[257] Talvez o "medo branco"[258] das 'desordens' que havia no tempo da escravidão – isto é, o temor dos brancos da vingança dos negros que cobrariam pelos seus infortúnios, como explicou Célia de Azevedo[259] – tivesse sido reativado na memória dos homens da imprensa em meio a tal revolta popular.

A seguir, analisaremos outras formas de a imprensa representar as relações entre cor e crime.

---

[254] "Ocorrências: registro de ladroeira", *Gazeta de Notícias*, 12/02/1905, 2.
[255] "Ladrões do mar", *Gazeta de Notícias*, 20/03/1905, 2.
[256] "Ocorrências: registro de ladroeira", *Gazeta de Notícias*, 13/02/1905, 2.
[257] Mattos, Rômulo. *Pelos pobres! Op. cit.*
[258] Expressão usada no trabalho de Célia Azevedo. *Onda negra medo branco – o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[259] Idem, ibidem, *apud* Oliveira, Luiz Henrique Silva de. *A representação do negro nas poesias de Castro Alves e de (Luiz Silva) Cuti: de objeto a sujeito*. Belo horizonte: Dissertação de mestrado, 2007.

2.2. "Racismo silencioso"[260] e "silêncio da cor"[261] nas reportagens criminais

Diferentemente dos anos de 1900, na década de 1910 a imprensa tendia a publicar mais reportagens nas quais a cor não vinha aparentemente associada ao crime, uma vez que nos anos de 1910 foram publicadas 62 notícias deste estilo, ao passo que na década de 1900 veicularam-se apenas 12. Nas referidas notícias, os repórteres não se referiam aos ladrões negros ou mulatos no diminutivo pejorativo como "pretinhos" e nem depreciavam as características físicas no que dizia respeito à cor. Segundo um repórter que veiculava este estilo de reportagem:

> Mauricio Alves, de apenas 19 anos, era de cor preta e residia a rua do Pinto, n. 94.
> (....) É ele um indivíduo com várias entradas na polícia, por praticar pequenos furtos.[262]

Este tipo de notícia constituía a maioria das reportagens sobre criminalidade dos negros (74 ou 69,15% de notícias de um total de 107 reportagens). Mas embora os jornalistas nestas reportagens não associassem aparentemente a cor à criminalidade, a simples menção a cor durante as primeiras décadas após o fim do cativeiro continuava a causar suspeição, como já mencionamos anteriormente.[263] Pode ser que nessas reportagens policiais houvesse uma espécie de "protocolo de leitura", uma vez que a simples menção a cor poderia despertar no leitor a ideia de associar os negros ou mulatos à criminalidade. A não-associação da cor ao crime que tendia a ocorrer mais na década de 1910 talvez expresse que na época já havia um discurso sobre o negro elaborado e absorvido pelo senso comum; já havia uma imagem naturalizada que tornava desnecessário o uso de mais palavras para definir o ser negro[264].

Além dessas publicações, havia aquelas em que a cor do gatuno não vinha registrada. As notícias que não mencionavam a cor do ladrão constituíram a maioria das

---

[260] Expressão cunhada por Schwarcz, Lilia. "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade". In: *História da vida privada.*Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras,1998.
[261] Expressão cunhada por Mattos, Hebe. *Das cores do silêncio. : os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
[262] "Um ladrão baleado", *Gazeta de Notícias*, 27/02/1918, 3.
[263] Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Op. cit.*, p. 298.
[264] Santos, Gislene Aparecida dos. *Medos e preconceitos no Paraíso.* In: XXII International Congress-LASA. Hands across the hemisphere in the millennium. Miami: LASA, 2000.

publicações que tratavam das causas da criminalidade e de sua expansão na cidade (335 ou 75,7% de um total de 442 publicações sobre o assunto).

Há que se voltar a lembrar que todas essas reportagens eram divulgadas em uma época na qual a população "de cor" estava confinada a uma situação de marginalidade ou subemprego após a Abolição [265], e na qual a cidade do Rio de Janeiro continuava sendo depois daquele evento a área de maior concentração de negros do Sudeste [266]. Mas por que então, na grande maioria das notícias de jornais, não se registrava a cor dos larápios? Para responder a esta questão, recorremos ao estudo da historiadora Hebe Mattos sobre negros e afrodescendentes no Brasil imperial e no pós-abolição, e a outros trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Em seu livro "Das cores do silêncio", Hebe de Mattos[267] sublinha que a ausência de cor na documentação (inventários *post mortem*, documentos da Corte de Apelação e notícias de jornais) vinha desde o tempo do Império. A autora ressalta que o desaparecimento da cor esteve ligado a um processo cultural de branqueamento: a inexistência da cor seria um signo de cidadania e igualdade nesta sociedade.[268] Ao analisar a obra de Hebe de Mattos, Ângela de Castro Gomes[269] chama atenção que o "silêncio da cor" aponta para o grande esforço feito por homens "não-brancos" para apagar a íntima correlação existente entre negritude e escravidão no Brasil. Mas, segundo Castro Gomes, "negar-se como negro ou pardo (...) não implicava (...) qualquer perspectiva de valoração positiva da "cor branca"".[270] Tratava-se, isto sim, de negar/apagar o estigma da escravidão, tão intrinsecamente ligado à "cor", que ameaçava roubar a condição de liberdade dos ex-escravos e de seus descendentes.[271]

Constituía-se "uma operação simbólica muito complexa, pois implicava alterar os quadros de referências de uma sociedade que, por séculos, se orientava pelas diferenças "raciais".[272] Uma operação, como lembrou Castro Gomes, "que acabou sendo apropriada e resignificada pelas elites políticas e intelectuais republicanas, alimentadas pelo cientificismo dos anos iniciais do século XX, para desembocar no que

---

[265] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924).Op.cit.*, p. 66.
[266] Rolnik, Raquel. "Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Op.cit.*
[267] Mattos, Hebe. *Das cores do silêncio*. *Op. cit.*
[268] Idem, ibidem, *apud* Almeida, Fernanda Moutinho de. *As "cores" do pós-abolição na zona da mata mineira- resultados de uma pesquisa recente*. Op.cit.
[269] Gomes, Ângela de Castro. "Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dez. de 2004, pp. 157-186.
[270] Idem, ibidem, p. 173.
[271] Idem, ibidem.
[272] Idem, ibidem.

se tornou conhecido como ideologia do branqueamento" .[273] Era "uma ideologia que abandonou a referência aos libertos (condição jurídica sem designação de cor), prevalente no final da Monarquia, para operar com a dicotomia trabalhador imigrante *versus* nacional. Nesta oposição, os primeiros eram os "brancos e capazes" e os segundos, crescentemente, os "mestiços e incapazes", em função da marca da escravidão".[274]

Assim, o negro no pós-abolição enquanto grupo, identidade, ou designação, foi substituído pelos genéricos termos "nacional" ou " brasileiro".[275] Os repórteres buscavam aí identificar quais eram os motivos do ingresso dos nacionais na criminalidade. Um desses motivos seria o de que eles eram naturalmente "pobres", "preguiçosos" e "vagabundos". A outra razão seria a de que eram "tipos de brasileiros degenerados"[276]. Esse discurso que naturalizava a criminalidade dos "brasileiros" pode ser explicado ou explica a pretensa ideologia racial da Primeira República, que acabaria por estender, como diz Hebe Mattos[277], a todos os nacionais, à exceção das elites, a marca da inferioridade racial e do cativeiro.[278]

É importante que se diga que a ausência de cor dos gatunos na maioria das notícias de jornais consultadas, pode ter tido, de algum modo, uma relação com o jornalismo abolicionista e republicano dos anos de 1880, já que os jornalistas do início do século XX certamente fizeram parte desse jornalismo. Mesmo os jornalistas mais novos de alguma forma estiveram inseridos nesse jornalismo, pois muito possivelmente conviveram com os colegas de trabalho mais velhos que atuaram diretamente na campanha abolicionista e republicana.

Segundo Humberto Machado, o abolicionismo no Rio de Janeiro durante a década de 1880 "ganhou as ruas", estimulado pelas elites intelectuais que atuavam na imprensa[279]. Diversas manifestações, como festas beneficentes, quermesses, representações teatrais, *meetings* nas ruas, ocupavam lugar de relevo nas páginas dos

---

[273] Idem, ibidem, p. 173.
[274] Idem, ibidem, p. 173.
[275] Castro, Márcio Sampaio. *Bexiga, um bairro Afro-italiano: comunicação, cultura e Construção de Identidade étnica.* São Paulo: Dissertação de Mestrado (Escola de Comunicações e Artes), Universidade de São Paulo, 2006,p. 14; Schwarcz, Lilia. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Op. cit.*
[276] "Ladrões do mar", *Gazeta de Notícias*, 20/03/1905, 2.
[277] Mattos, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Op.cit.*
[278] Mas vale notar que, no que tangia às práticas criminais desses larápios, estes podiam ser vistos ora como incompetentes e inábeis na arte de furtar ora como inteligentes e audaciosos. Sobre essas tensões nas representações construídas sobre os ladrões nacionais, ver o próximo capítulo da tese.
[279] Machado, Humberto. " Imprensa e identidade do pós-escravo no contexto do pós-abolição". *Op.cit.*

jornais, contribuindo para a destruição do cativeiro. Humberto Machado afirma que foram muitos os abolicionistas que privilegiaram o espaço da imprensa para disseminar suas ideias. "Afinal, a escravidão estava na ordem do dia e não poderia deixar de constar da pauta diária dos periódicos."[280]

Nessa época, as elites intelectuais que atuaram na imprensa a favor do abolicionismo direcionavam sua retórica para a construção de uma nação, incorporando os ex-escravos ao mundo dos brancos.[281] Segundo o historiador Ricardo Salles:

> O ingresso efetivo de negros e mestiços no mundo formal da cidadania, (...) juntamente com a nova feição do espaço mundial real e narrativo da 'era das nações', iria resultar numa nova narrativa da nação brasileira. Esta se caracterizará, desde então, por tensão entre a cultura branca brasileira e sua origem marcada pela presença de sangue negro e índio. Na mestiçagem e no desaparecimento simbólico dos negros e dos mestiços encontrava-se a chave para solução dessa tensão.[282]

Pode ser que a ausência de cor dos ladrões na maioria das notícias de jornais consultadas seja um indício de que os jornalistas do início do século XX produziram também, ao menos em parte, uma espécie de "apagamento" das tensões entre defensores de uma cultura dita civilizada e europeia e uma numerosa população de origem africana presente na sociedade brasileira. Devemos lembrar ainda que essa ausência da cor se dava em meio a uma época na qual os preconceitos raciais eram muitas vezes camuflados na esfera pública, em prol da igualdade jurídica exaltada pela República de 1889, que colocava os negros como cidadãos[283]. Neste sentido, a menção a cor na imprensa podia significar a quebra do "pacto de silêncio sobre o passado escravo"[284] em um período, como vimos anteriormente, em que desde 1880 a escravidão era associada ao atraso e um empecilho à "civilização" da nação.[285]

---

[280] Idem, ibidem, p. 151.
[281] Idem, ibidem.
[282] Salles, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do império.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, pp. 114-115.
[283] Schwarcz, Lilia. "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade". *Op.cit.*, p. 182.
[284] Mattos, Hebe. "Remanescentes das Comunidades dos quilombos": memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil". São Paulo: *Revista USP*, n. 68, dez./jan./fev. 2005 e 2006, p. 111.
[285] Machado, Humberto. "Imprensa e identidade do pós-escravo no contexto do pós-abolição". *Op. cit.*

CAPÍTULO III: CIVILIZAÇÃO E CRIME: CRIMINOSOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS DOS TEMPOS MODERNOS

"Ladrões aperfeiçoados". Era assim que as reportagens e jornalistas policiais retratavam os gatunos do Rio de Janeiro dos novos tempos modernos. Tal representação se deu em uma época na qual os jornais consideravam que o crime evoluía em meio ao avanço da civilização na sociedade, tornando-se cosmopolita, intelectual, internacional e fraudulento.[1]

Este capítulo visa analisar as representações sobre a criminalidade e de sua expansão no Rio de Janeiro de início do século XX em consonância com a temática da civilização. [2] Procura-se examinar também as imagens construídas sobre os ladrões estrangeiros na cidade, tendo em vista as associações que a imprensa estabelecia entre imigração e crime. Por fim, o estudo investiga como as reportagens policiais retratavam a figura dos larápios negros ou mulatos e/ou nacionais.

1. Modernidade e práticas criminais

Nas narrativas sobre as histórias de ladrões e de seus crimes na cidade do Rio de Janeiro de início do século XX, havia, como já comentado, uma diversidade das práticas criminais, que iam desde os furtos de animais (burros, vacas, galinhas, perus) e de carteiras ao "assalto às burras do Estado".[3]

Os furtos de animais e de carteiras e o conto do vigário eram práticas antigas de uma época na qual o Rio de Janeiro fora um centro mercantil cercado pelo interior predominantemente rural. As novas práticas de crimes de roubo e furto, como os assaltos a cofres públicos e a bancos, furtos de joias e assaltos a mão armada, faziam parte de um Rio de Janeiro transformado em metrópole capitalista.[4]

---

[1] Neder, Gizlene & Naro, Nancy Priscila. "A instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil". In: *A polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930).* Série Estudos – PUC-RJ,1981, p. 245.

[2] No jornalismo da época, o termo "civilização" era entendido como uma sucessão de transformações por que passava a sociedade moderna e que nela desencadearam o seu aperfeiçoamento material, intelectual e cultural. A palavra "civilização" também podia ser usada como sinônimo de "progresso" ou "sociedade".

[3] "Salteadores audazes: no coração da cidade", *Jornal do Brasil*, 16/03/1905, 2. No decorrer do capítulo, serão analisados e quantificados os bens subtraídos e os crimes cometidos pelos ladrões, de acordo com critérios relativos à temática da civilização e aos critérios de nacionalidade e/ou cor.

[4] Em relação a São Paulo havia também essa diversidade das práticas criminais, como notou Boris Fausto ao analisar os processos criminais de finais do século XIX e começo do XX. Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op.cit.*

Para a imprensa, havia também uma diversidade dos tipos de ladrões que circulavam pela cidade que iam desde os "punguistas (batedores de carteiras) da pobreza" até os ladrões *chics*.

> No vasto catálogo da ladroeira, cada vez maior, em que há desde a edição luxuosa dos moços bonitos até o gravateiro reles dos becos escuros, neste catálogo que o Rio civilizado aumenta diariamente com um alarma em que se reconhece o desejo de não ficar nem no delito abaixo das grandes cidades – há agora o rato do "zunga", o ladrão barato das horas mortas.[5]

As representações produzidas apontavam para a convivência das antigas e novas práticas de criminalidade na modernidade, como mostra a seguinte notícia:

> Uma pessoa não sabe como se livrar dos ladrões que eles por mil e um modos atacam a propriedade alheia. A cidade está infestada de ladrões. Há os que atacam de frente, assaltando a mão armada, há os que se escondem, para arrombar as casas; à noite os ladrões de carteiras, nos bondes, há os que empregam ardis para enganar os incautos, há os de muitas outras espécies. [6]

Todas essas diferentes práticas criminais nos indicam como "os laços entre o passado e o presente são inquebráveis", como lembra John Ruskin[7]. Indicam dessa forma como os ladrões constituíam o símbolo da modernidade, já que o moderno, como diz Baudelaire, "é a junção do transitório, contingente e efêmero com o eterno e imutável"[8].

Embora houvesse no noticiário a veiculação da ideia de que existiriam no Rio tanto as antigas quanto as novas práticas da criminalidade na modernidade, os repórteres assinalavam que cada vez mais naqueles novos tempos "as artes e os processos"[9] de rapinagem estavam se modificando. Mas por que na concepção dos repórteres os ladrões estariam mudando seus "processos e artes" criminais?

Para responder a esta questão, antes há de se lembrar que havia uma preocupação crescente das autoridades da época com a defesa da propriedade, vista como um bem humano, resultado do crescimento e progresso da sociedade. Por isso, segundo os jornalistas policiais, a "civilização" buscava "resguardar os interesses

---

[5] "Os ladrões da miséria", *Gazeta de Notícias*, 23/06/1908, 1.
[6] "Os ladrões", *Gazeta de Notícias*, 29/06/1911, 3.
[7] Ruskin, John. *Modern painters.* V. I I. London: Smith and Elder, 1856; *apud* Oliveira, Claúdia de. "A iconografia do moderno". *Op. cit.*, p. 246.
[8] Baudelaire, Charles. "O pintor e a vida moderna". In: *Sobre a modernidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 20.
[9] "Assaltos e roubos", *Gazeta de Notícias*, 6/11/1907, 3.

alheios" – leia-se aí a propriedade – dos ataques dos ladrões, através de reformulações da lei criminal.[10] Na época em que os repórteres estavam publicando tais matérias, muitas reformas na lei criminal foram feitas a partir do novo Código Penal de 1890, proliferando-se a discussão sobre o problema criminal, suas causas e a forma de lidar com ele, como diz Marcos Bretas[11]. As inovações da Antropologia criminal europeia e a abordagem legal positivista também causaram muitas transformações na lei criminal[12], aumentando a preocupação com o criminoso. Isso provocou, segundo Bretas[13], o desenvolvimento de sistemas de identificação – por fichas criminais, carteiras de identidade e impressões digitais – que, em um certo período de tempo, se tornaram um requisito geral.

Mas nos parece que para os repórteres policiais essas mudanças na lei criminal não garantiram que o problema criminal no Rio de Janeiro (e no Brasil) fosse resolvido, pois em suas perspectivas elas só teriam feito com que os referidos criminosos modificassem "as artes e os processos" de ladroagem[14]. Segundo os jornalistas, os obstáculos que a "civilização" impunha às suas ações criminais os teria obrigado a modificá-los.

Contudo, parecia que, na concepção dos jornalistas, haveria outra razão pela qual os ladrões dos novos tempos modernos estariam inovando seus planos e processos de crimes. Ao compreenderem que os crimes de gatunagem desses novos tempos passavam a ser uma espécie de empresa capitalista, os larápios pareciam ser aí representados como criminosos que buscavam modificar seus planos e processos de crimes para poder manter seus delitos – vistos como um negócio rentável – à tona, em meio à competitividade do "negócio".

Além da criminalidade poder ser vista como um resultado da pobreza, meio social e/ou raça dos indivíduos que ingressavam na vida delituosa – como vimos no capítulo anterior –, podia ser retratada como uma forma de os indivíduos obterem "dinheiro e bens materiais", como bem destacou uma reportagem publicada em 1919: "Todos os rapinantes se atiram às largas empresas, delas saindo cheios de glórias"[15].

---

[10] *Gazeta de Notícias*, 6/11/1907, 3.
[11] Bretas, Marcos. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente.* In: Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32, p. 1.991.
[12] Fry & Carrara, Sérgio. "As vicissitudes do liberalismo no Direito Penal Brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n. 2, pp. 48-54; *apud* Bretas, Marcos. *O crime na historiografia brasileira. Op. cit.*, p. 56.
[13] Bretas, Marcos. *O crime na historiografia brasileira. Op. cit.*, p. 56.
[14] *Gazeta de Notícias*, 6/11/1907, p. 3.
[15] *Gazeta de Notícias*, 1/11/1919, 7.

> O assalto, ontem, verificado na zona do 9º. distrito, diz bem de que são capazes os ladrões (...)
> O fato passou-se (...) no armazém de secos e molhados, situado à Avenida Salvador de Sá, n. 216, esquina da rua Faria, e de propriedade do Sr. Francisco Valente Sobrinho.
> É um vasto armazém bem sortido e de movimento comercial considerável, por isso os ladrões viram aí uma empresa de ótimos resultados (...)[16]

As crônicas de Orestes Barbosa são um exemplo bem representativo dessas tensões nas representações construídas sobre o crime. Ao mesmo tempo em que o cronista salientava que os delitos na cidade – incluindo aí os crimes de morte e os roubos – eram resultado das dificuldades materiais daqueles que os perpetravam – como vimos no segundo capítulo –, parecia compreender que a criminalidade constituía um meio de enriquecimento para aqueles que a cometiam[17]. Chegava mesmo a naturalizar a relação entre crime e ambição por dinheiro na figura de um dos mais famosos ladrões da cidade de inícios do século XX chamado Justino Carlos, vulgo Carleto: "O Carleto acha que o crime é a coisa mais natural do mundo que ele queria gozar com muito dinheiro"[18].

Essas tensões nas representações podem ser explicadas pelo próprio fato de os jornalistas estarem produzindo seus textos numa época em que a modernidade se apresentava como ambígua no Rio de Janeiro. De um lado, a cidade se defrontava com perspectivas extremamente promissoras no comércio e nas finanças; de outro, com uma realidade social marcada pelo crescimento da pobreza e da miséria. [19]

No que se refere às representações do crime como um meio de enriquecimento, os jornais estampavam nos próprios títulos de suas matérias as médias ou altas quantias de dinheiro furtadas ("Seis audaciosos ladrões, em plena rua, assaltam um cavalheiro, de quem roubam 540$000 em dinheiro"[20], "Uma "valise" valiosa: 150$000"[21]) ou os "capitalistas" (ou outras pessoas tidas como ricas) e estabelecimentos comerciais e

---

[16] "Audácia de uma quadrilha de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 3/11/1919, 3.
[17] Barbosa, Orestes. *Na prisão.Crônicas. Op.cit.*
[18] Idem, ibidem.
[19] Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Op.cit.*
[20] *Correio da Manhã*, 1/02/1913, 2.
[21] *Gazeta de Notícias*, 10/02/1907, 6.

bancos roubados ("Um armazém assaltado na Avenida Salvador de Sá"[22], "A atividade dos rapinantes: ladrões audaciosos assaltando o Banco de Nápoles"[23]).

Parecia que, para as reportagens policiais, os gatunos cometiam os seus crimes de acordo com os fins visados pelas regras dos capitalistas, ou seja, de forma previamente e racionalmente "calculada", e de maneira a buscar o lucro e o ganho como metas centrais que conduziriam suas ações criminais em direção ao sucesso material [24].

> Em 18 de novembro de 1904 a população foi surpreendida com a notícia de um audacioso roubo praticado na agência de paquetes italianos de Matarazzo de Vincenzo, a rua Primeiro de Março, n. 39.
> Os ladrões arrombando com a máxima perícia o cofre forte da casa, dele roubariam a quantia de 13:330$480.
> Procedendo a polícia o inquérito, revestiu-se o trabalho de investigação de grandes dificuldades por causa do mistério de que o crime se achava cercado, pela sua ardilosa execução.
> A porta da casa onde se estabelecia a agência roubada não apresentava o menor vestígio de violência: o cofre de segurança, porém, estava aberto.
> Examinado o cofre foi reconhecido o desaparecimento da quantia acima refletida, constante de moeda nacional, libras e francos.
> No correr do inquérito pouco a pouco foram aparecendo elementos tais que geraram a convicção de ter sido o crime resultado de um plano previamente deliberado e concebido, em que encontraram estudos de certas circunstâncias para o sucesso e amplitude de ação.[25]

Até mesmo os larápios que empregavam a violência em seus crimes – através por exemplo do latrocínio e assalto a mão armada – eram vistos como indivíduos inteligentes, que a sangue-frio exerciam a violência de forma racional e premeditada.

> Estamos decididamente em plena maré de ladroeiras, mas ladroeira armada, de braço forte, organizado e chefiado por menores inteligentes e práticos, na arte sinistra de roubar o próximo.
> Os planos de assalto concentram-se com a máxima antecedência, colhem-se todos os detalhes topográficos, estuda-se a vida dos que estão dentro das casas indigitadas, os seus costumes, as suas horas de entrar e sair, o meio mais fácil de abordá-los, tudo isso, demoradamente, sem precipitações, como quem tem a certeza plena de chegar ao fim almejado.[26]

---

[22] *Gazeta de Notícias*, 3/11/1919, 3.
[23] *Gazeta de Notícias*, 23/07/1920, 5.
[24] A imagem de racionalidade do criminoso que tratava o roubo como um negócio foi também observada por Ana Porto em sua dissertação de mestrado. Porto, Ana. *Crime em letra de forma. Op. cit.*
[25] "Os estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 24/10/1906, 3.
[26] "Ladrões assaltantes", *Gazeta de Notícias*, 22/07/1900.

Os repórteres ao construírem as representações sobre a figura dos larápios dos novos tempos como indivíduos ambiciosos, inteligentes e racionais pareciam estar antenados com o ideal de modernidade da época, assentado na valorização da técnica, intelecto e na busca pelos valores materiais.

De fato, os ladrões eram retratados como criminosos que cresciam em número e astúcia, pois arquitetavam os seus crimes de forma engenhosa e inteligente, como mostra a seguinte notícia: "Os amigos do alheio, os que querem passar a vida sem trabalho, vivendo a custa do próximo, engendram planos e mais planos, cada qual mais engenhoso, cada qual revestido de mais audácia a que ninguém escapa".[27]

Em 1908, os jornais ao publicarem, por exemplo, uma série de reportagens sobre um crime, no qual os ladrões roubaram várias casas comerciais no centro da cidade, chamavam atenção para a audácia dos gatunos por terem criado firmas falsas com o intuito de enganar e roubar os comerciantes. O caso teve repercussão na imprensa, pois, como o crime foi considerado uma "ladroagem de nova espécie", teria gerado grande sensação na cidade diante dessa nova modalidade de roubo.[28]

Um dos chefes da quadrilha, chamado Alberto Teixeira, foi visto como um ladrão "de habilidade espantosa, inteligência e capaz de se envolver em uma série de complicações comerciais"[29]. As reportagens policiais do *Jornal do Brasil* chegavam mesmo a compará-lo ao Rocambole, tais eram seus ardis e meios para criar a empresa falsa. Nos próprios títulos das matérias do jornal, os repórteres faziam tais comparações com o personagem fictício: "Salteadores na cidade: Assalto à Rocambole: Peripécias interessantes".[30] Os outros jornais, embora não comparassem diretamente a figura do criminoso a Rocambole, também sublinhavam suas astuciosas peripécias criminais, até mesmo nos sucessivos títulos das suas reportagens de polícia: "Amordaçado e roubado: uma firma fantástica". "Uma ladroeira de nova espécie."[31]

Os jornalistas tentavam mostrar que não só as formas criminais na sociedade haviam mudado nos novos tempos modernos, mas também os modos de vestir dos ladrões, e seus modos de se conectar com o mundo moderno. Alegavam que de rústicos,

---

[27] "Planos e mais planos: quadrilha de gatunos", *Jornal do Brasil*, 19/10/1905, 4.
[28] "Uma ladroeira de nova espécie", *Gazeta de Notícias*, 1/05/1908, 3; "Amordaçado e roubado: uma firma fantástica", *Correio da Manhã*, 30/04/1908, 2; "Salteadores na cidade: Assalto à Rocambole", *Jornal do Brasil*, 2/05/1908, 4.
[29] "Amordaçado e roubado", *Correio da Manhã*, 3/05/1908, 6.
[30] *Jornal do Brasil*, 2/05/1908, 4.
[31] *Gazeta de Notícias*, 1/05/1908, 3; *Correio da Manhã*, 30/04/1908, 2; "Salteadores na cidade: Assalto à Rocambole", *Jornal do Brasil*, 2/05/1908, 4.

mal vestidos e provincianos passavam a ser criminosos elegantes e cosmopolitas, como mostra a seguinte notícia do *Jornal do Brasil* publicada em 1913:

> O Rio de Janeiro, incontestavelmente, galopa na vanguarda do progresso. Tudo se modifica, tudo passa celeremente, tudo aumenta numa proporção assombrosa.
> Antigamente, quando se falava em um assalto, era ele a mão armada. Os gajos de antes (*sic*) faziam grande consumo de barbas postiças, chapéus desabados, acerado punhal e terrifico bacamarte de boca de sino ou a tradicional pistola, cuja carga esfacelava a vítima.
> Hoje o ladrão que se presa é um itinerante ou melhor um *globe-trotter*, que percorre as principais cidades européias e americanas, em uma atividade febril, não perdendo tempo quando em viagem a bordo dos grandes transatlânticos, que preparam jogos, cujos resultados pecuniários lhes garantem uma retirada vantajosa no caso de insucesso, na primeira operação em que ponham em prova as suas habilidades em surrupiar o alheio.[32]

Orestes Barbosa, embora não divulgasse essa imagem de criminoso cosmopolita, também apontava as mudanças da malandragem carioca nessa conjuntura de progresso no Rio, ao assinalar que o malandro tal como "o resto da população" passou a trajar-se elegantemente: "com a evolução da cidade, o malandro largou a bombacha, a botina de salto alto, o chapéu desabado e a moca – bengala de grossura ostensiva (...) . (...) O vagabundo do Rio endireitou a roupa, confundindo-se com o resto da população".[33]

Essa imagem do criminoso "chic" parecia ser vista como uma decorrência do próprio aperfeiçoamento do crime, já que com isso o malandro podia ter mais condições materiais para se vestir melhor.

Não é à toa que nas reportagens sobre crime e civilização, os roubos/furtos registrados eram de média ou grandes proporções, no caso aí as joias de valor e principalmente dinheiro (a subtração de dinheiro representava 23 ou 79,3% de um total de 29 registros de roubos/furtos consultados). [34] Nessas publicações, havia ainda alguns registros de crimes violentos (nove ou 31% de um total de 29 registros de roubos/furtos consultados).[35]

As reportagens sobre crime e civilização eram relativamente expressivas na imprensa carioca (ver o quadro 2 do capítulo 1). Além disso, o percentual dessas

---

[32] "Nababos da Gazua. Quadrilheiros elegantes", *Jornal do Brasil*, 28/10/1913, 7.
[33] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, p. 99.
[34] Não estamos computando aí as reportagens que tematizavam a questão da imigração estrangeira, pois iremos analisá-las mais adiante do capítulo.
[35] Os referentes crimes são: latrocínio, amordaçamento e assalto a mão armada.

reportagens por jornal consultado tinha uma representatividade semelhante entre si (ver o quadro abaixo).

Quadro 17 – Número de notícias (por jornal) que consideravam a civilização como fator da expansão da criminalidade no Rio de Janeiro (1900-1920)*

Jornais	***Nº***	***%***
Correio da Manhã	21	5,6% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Jornal do Brasil	28	3,6% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	21	3,5% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade
Total	***70***	***4,0% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*
*Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais cariocas trabalhados.

Além dessa semelhança, as reportagens desses jornais convergiam em veicular a ideia de que a criminalidade e sua expansão na cidade se devia a três fatores decorrentes do avanço do progresso na sociedade: a influência da literatura policial, o progresso urbano e o crescimento da imigração estrangeira na cidade. Nos próprios títulos dessas matérias, os jornalistas faziam alusão aos romances e filmes policiais para tentar compará-los às práticas criminais dos ladrões da cidade. Podiam também comentar sobre os gatunos que estariam perpetrando seus crimes no centro da cidade – visto como centro cosmopolita – ou sobre os larápios "elegantes" do Rio, ou ainda acerca de como os criminosos estrangeiros perpetravam seus crimes de forma audaciosa. "Ladrões de Paris: operando no Rio, audácia inacreditável"[36], "Os ladrões no centro cosmopolita"[37], "O gatuno elegante da Pensão Verdi"[38], "Como nos filmes: audaciosos ladrões assaltam um depósito de perfumes"[39].

Nos textos dessas notícias, os jornalistas assinalavam que, com relação à literatura policial, as pessoas "menos instruídas" se influenciavam com esse gênero de

[36] *Jornal do Brasil*, 17/11/1910, 7.
[37] *Jornal do Brasil*, 4/06/1916, 11.
[38] *Correio da Manhã*, 1/07/1911, 4.
[39] *Jornal do Brasil*, 24/03/1920, 11.

literatura[40], a exemplo dos romances de aventuras de Maurice Leblanc, criador do moderno ladrão Arsène Lupin[41], e do escritor francês Ponson du Terrail, criador do famoso criminoso fictício Rocambole.

> Há muita gente que ama perdidamente, loucamente os romances de aventuras, em que Maurice Leblanc é um inimitável mestre na criação dos fantasiosos tipos de Lupin e seus comparsas.
> Esse gênero de leitura, que Ponson inaugurou com "Rocambole", chega a ser mesmo, aqui como nas capitais mais cultas do mundo, o preferido exercendo sobre a gente menos instruída, uma influência que nem a própria escola realista e, modernamente, o cinema conseguiram jamais exercer.[42]

Mas a literatura policial não só estimularia, na visão dos repórteres policiais, a prática da criminalidade, como também o aprimoramento do crime. Segundo uma matéria: "(...) Ultimamente (...) como que levados pelo espírito inventivo dos filmes policiais, os meliantes estão se tornando mais audazes, e as suas operações alcançam maior vulto (...)[43].

Semelhantemente aos repórteres policiais, o escritor Medeiros e Albuquerque, em um artigo publicado em sua seção "Aqui... ali... acolá" na *Gazeta de Notícias*, em 1909, assinalava que "as cenas de gênero tristíssimo, à moda de Sherlock Holmes" – famoso detetive inglês criado pelo escritor Conan Doyle – e do moderno ladrão Arsène Lupin, eram " incontestavelmente nocivas", pois "ensinavam" aos ladrões dos grandes centros urbanos no Brasil os processos e meios mais aprimorados na arte de furtar. Nas palavras do escritor: "Há em alguns dos "filmes" correntemente exibidos nos nossos cinemas trechos que dão lições práticas de ladroagens, que os salteadores não poderiam encontrar tão bem expostas em nenhum compêndio"[44].

Como Lupin e Rocambole, os gatunos dos novos tempos eram retratados pelas reportagens e jornalistas policiais como criminosos geniais na "arte de furtar". Segundo os repórteres, os ladrões seriam dotados de grande cultura, conhecedores de várias línguas e que não precisavam recorrer (praticamente) aos "meios violentos" para perpetrar os seus crimes, pois tinham "grandes habilidades intelectuais"[45].

---

[40] *Correio da Manhã*, 11/03/1913, 5.
[41] Arsène Lupin tinha muita habilidade para o furto de obras de arte. "Prisão de Arsène Lupin", *Gazeta de Notícias*, 11/08/1907, 3.
[42] "Como nos romances de Leblanc", *Correio da Manhã*, 12/03/1920, 3.
[43] *Gazeta de Notícias*, 14/06/1915, 2.
[44] *Gazeta de Notícias*, 10/11/1909, 1.
[45] *Correio da Manhã*, 7/03/1919, 3; *Jornal do Brasil*, 7/05/1908, 12

Mas para os jornalistas, a existência de "grandes larápios" na sociedade dos novos tempos se devia não só à influência "perniciosa" da literatura policial, como também ao progresso urbano. "Seria ridículo desejarmos uma grande cidade sem grandes crimes (...) Os grandes criminosos são tão naturais e quase tão necessários como essas amplas avenidas (...) como tudo quanto o progresso nos tem dado (...)"[46].

A relação intrínseca que se fazia aí entre o progresso e desenvolvimento urbano com o advento dos grandes criminosos na cidade era explicada pela ideia de que estes, ao almejarem "enriquecer ilicitamente", se sentiriam atraídos pelas vias públicas da época. Os jornalistas alegavam que elas se tornaram, nestes novos tempos, lugares para galerias e vitrines, palcos para o exibicionismo da moda e a ostentação da riqueza, com uma infinidade de estabelecimentos comerciais como cafés, bancos, restaurantes, lojas, entre outros.[47] Em função do desenvolvimento e progresso urbano no Rio, consideravam que os ladrões estariam ávidos por cometer seus crimes no centro da cidade – por justamente aí haver grande movimentação comercial e bancária –, ou então nos bairros nobres da zona sul, onde foram construídos novos palacetes para a elite urbana no período das reformas urbanas, como mostra a seguinte notícia: "Na noite de anteontem foi praticado (um roubo) contra uma das mais elegantes e luxuosas moradas desta capital, o palacete da Sra. Condessa Wilson, situado à rua das Laranjeiras, n. 17".[48]

Essas representações construídas sobre crime e civilização se mantiveram as mesmas ao longo das décadas consultadas, sem alterações na maneira como os jornalistas retratavam as relações entre progresso urbano/ romances policiais e crime, já anteriormente analisadas. Em termos quantitativos, verificou-se que das 18 notícias consultadas sobre o assunto – excetuando aí as matérias que mencionavam a nacionalidade dos criminosos – apenas uma reportagem foi veiculada respectivamente nos anos de 1905 e 1906. Nos anos de 1907 (quatro), 1909 (três) e 1910 (três), houve um leve crescimento das referidas notícias, enquanto que na década de 1910 tais reportagens pouco variaram em termos quantitativos (uma ou até duas reportagens). Talvez o leve crescimento dessas reportagens nos anos de 1907, 1909 e 1910 tenha ocorrido em consequência da modernização urbanística da cidade promovida pela

[46] *Gazeta de Notícias*, 4/10/1907, 2.
[47] Benvenutti, Alexandre Fabiano. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa.* Curitiba: Dissertação de mestrado, História, Universidade Federal do Paraná, 2004,p. 7.
[48] "Grande roubo", *Gazeta de Notícias*, 6/05/1905, 2.

Reforma Passos (1902-1906), ou porque, no caso de 1907, a obra fictícia de Maurice Leblanc sobre o personagem fictício Lupin fora publicada naquele ano pela *Gazeta.*

Mas além dos jornais publicarem essas matérias, produziram grandes coberturas policiais sobre os grandes criminosos do Rio. Nelas, os jornalistas e alguns famosos cronistas da cidade relatavam histórias de criminosos que eram personagens bem representativos da criminalidade dos novos tempos modernos. A seguir, analisaremos as histórias de alguns desses criminosos.

2. Histórias de criminosos dos novos tempos

Afonso Coelho, Albino Mendes e Justino Carlos. Estes eram os nomes dos personagens criminais que ficaram sem dúvida na memória da imprensa durante a Primeira República. Por vários anos, a história de suas peripécias criminais foram amplamente noticiadas e rememoradas pelos jornais.

Comecemos a nossa análise pelo criminoso Afonso Coelho.

2.1. Afonso Coelho

Afonso Coelho se tornou conhecido no Rio de Janeiro devido a suas fugas espetaculares e delitos considerados astuciosos. Perpetrava determinados tipos de crimes – estelionato e falsificação de dinheiro – até então considerados recentes na sociedade, muito característicos de uma metrópole capitalista em crescente expansão. Por isso certamente os seus crimes aguçavam a curiosidade e a atenção do público.

Foi assim nesse contexto, em que novos delitos começavam a entrar no cenário moderno carioca, que o falsificador de dinheiro Afonso Coelho foi retratado, nas palavras de Orestes Barbosa[49], como uma "celebridade" nesse gênero de crime. Afonso foi criado nos sertões de Goiás e Triângulo Mineiro; de espírito inquieto e aventureiro, mudou-se para São Paulo, e depois para o Rio de Janeiro, como informou o seu biógrafo, Ely Carneiro de Paiva.[50] Com menos de 30 anos de idade foi, a partir daí, protagonista de inúmeros casos astuciosos de falsificação, estelionato e fuga, como lembra Paiva. Segundo esse autor, na mais famosa de suas fugas, já no final do século

[49] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op.cit.*, p. 39.
[50] Paiva, Ely Carneiro. *O homem do Cavalo Branco: uma história do jornalismo policial da Velha República*. Centro de Documentação D. João VI, Friburgo, Pró-Memória de Nova Friburgo, 2010.

XIX, foi imortalizado como o "Homem do Cavalo Branco".[51] Em 1922, acabou sendo, como lembra Orestes Barbosa, assassinado pela sua amante por questão de ciúmes ou de dinheiro. [52]

Nessa ocasião, os jornais relembravam aos seus leitores as práticas criminosas do gatuno e as suas fugas de presídios empreendidas ao longo de sua vida criminosa. Naquele momento, o *Jornal do Brasil* publicava uma extensa reportagem na qual recapitulava o primeiro crime que Afonso teria cometido em março de 1897[53]. Segundo tal notícia, Afonso, então residente em Santos, teria habilmente falsificado uma bula de café, para vendê-la a um importante negociante daquela praça, apoderando-se da avultosa quantia que recebera.

Na perspectiva das reportagens policiais, Afonso era um criminoso ambicioso, pois ao ter percebido que Santos era um centro "acanhado para suas Escroqueries", preferiu transferir-se para o Rio de Janeiro, visto como um centro econômico em expansão[54]. Aqui teria montado um escritório de comissões e consignações. Afonso teria então enchido o comércio de circulares, anunciando o seu novo estabelecimento. Nas circulares, comentava a matéria do *Jornal do Brasil*, o criminoso teria dito que faziam parte da firma dois recomendáveis nomes do cenário político e intelectual. Um deles era o político Rodrigues Alves, futuro presidente da República, e naquele momento ministro da fazenda de Prudente de Morais, além de negociador da consolidação dos empréstimos externos de banqueiros de uma família inglesa. O outro político em questão era o romancista Visconde de Taunay. Segundo a reportagem, "com tão recomendáveis nomes, não faltou freguesia à casa, e em poucos dias a clientela era numerosa".[55]

A matéria assinalava que Afonso tinha recebido do interior mercadorias para vender, apoderando-se do dinheiro. Outras vezes, por meio de requisições falsas, teria retirado dos armazéns essas mercadorias em depósito, fazendo com elas negócios. Mas segundo a notícia do *Jornal do Brasil* a sua firma teve que "ajustar contas com a polícia", já que esta teria descoberto sua "tramóia". Afonso acabara sendo preso e processado, e posteriormente posto em liberdade.[56]

---

[51] Idem, ibidem.
[52] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, p. 39.
[53] "O triste fim do maior dos "scrocs" nacional", *Jornal do Brasil*, 12/12/1922, 9.
[54] Idem, ibidem.
[55] Idem, ibidem.
[56] Idem, ibidem.

Anos depois, quando Afonso Coelho já tinha cumprido a sentença de sua última condenação, o Rio de Janeiro presenciou um grande roubo promovido por uma quadrilha de salteadores comandada por um criminoso de nome Alberto Teixeira por meio de falsas firmas, como comentamos anteriormente. Nessa ocasião, uma matéria do *Jornal do Brasil* traçava pontos de semelhanças e diferenças entre Alberto Teixeira e Afonso Coelho[57]. Segundo a notícia, ambos eram dotados de grande inteligência e possuíam "uma rara habilidade" de imitar "qualquer talho de letra". Mas, segundo a matéria, Afonso sempre repugnou os processos violentos dos quais Alberto "não trepidou em lançar mão" ao amarrar, amordaçar e vendar um cobrador de uma casa comercial enquanto efetuava o roubo. Além disso, afirmava o repórter da notícia, enquanto Afonso Coelho era um "scroc", ou seja, um aristocrata do crime, Alberto era "um personagem encarnado na pele de Rocambole" – "criatura engendrada pelo cérebro fecundo de Ponson du Terrail e que tanto sucesso fez no seu tempo de aparecimento nas "vitrines" dos livreiros e rodapés dos jornais parisienses".[58]

Esse caso de crime perpetrado por Alberto Teixeira é um exemplo de que na cidade, quando ocorriam delitos semelhantes aos de Afonso, seu nome muitas vezes voltava a ser estampado nos jornais.

Não por acaso que, anos depois deste ocorrido, em outubro de 1913, os jornais voltavam a falar de Afonso Coelho, ao acusá-lo de ser autor de um outro grande crime ocorrido na cidade: "O legendário estelionatário Afonso Coelho, que tantas e tão brilhantes páginas tem fornecido à reportagem policial, está novamente em foco".[59] As reportagens policiais acusavam o gatuno de ser autor do roubo ao Banco do Brasil.

Antes desse ocorrido, os repórteres afirmavam que Afonso estaria em São Paulo quando a polícia paulistana pedia a sua prisão, já que o acusava de planejar assalto a diversos bancos e falsificação de cheques em São Paulo. Mas os jornalistas salientavam que o criminoso tinha sido solto e que embarcara para o Rio, na mesma época em que o roubo em 16:800$ no Banco do Brasil fora perpetrado .[60] Ao narrar tal episódio, uma reportagem do *Jornal do Brasil* vangloriou a esperteza e a inteligência do gatuno, alegando que ele fizera os cheques sobre o banco com a "proficiência que faz o

[57] "Salteadores da cidade: discípulos de Rocambole", *Jornal do Brasil*, 5/05/1908, 4.
[58] Idem, ibidem.
[59] "Prisão de Afonso Coelho", *Jornal do Brasil*, 20/10/1913, 7.
[60] "Obra de Afonso Coelho: o famoso Arsène Lupin carioca. O Banco do Brasil roubado em 16:800$", *Jornal do Brasil*, 25/10/1913, 6.

seu orgulho de *scroc*, finamente inteligente e com sólido preparo jurídico adquirido quando cumpriu uma pena de quatro anos".[61]

A reportagem acima construía a imagem de Afonso como um *scroc*, personificando-o na figura do Arsène Lupin, vide pelo título da própria matéria: "Obra de Afonso Coelho: o famoso Arsène Lupin carioca. O Banco do Brasil roubado em 16:800$"[62]. Segundo a notícia, tal caso prendeu muitos dias a atenção dos leitores, porque "Afonso na ocasião fez coisa do arco da velha".[63]

Nessa matéria, assim como nas outras reportagens da época, os jornalistas romantizavam a figura de Afonso, pois era retratado como "um tipo insinuante, de fina educação, mesmo nos momentos mais angustiosos de sua vida de aventuras perigosas", já que não perdia a "linha de cavalheiro". Tal como Arsène Lupin, Afonso "veste-se com apuro, tem hábitos elegantes, ama o jogo e as mulheres".[64]

Os bens materiais que o gatuno teria acumulado ao longo de sua vida criminosa eram retratados como algo extraordinário: "Suas propriedades valem mais de 40 contos".[65] Assinalava-se que tais bens eram sustentados com a "gargalhada, a máscara que lhe convém no momento", "sempre com um sorriso de bondade"[66]. Esse tipo de imagem construída sobre Afonso parecia ser uma referência típica à figura do estelionatário, uma vez que esse termo significa originalmente "lagarto", que quer dizer a capacidade de um indivíduo se adaptar a diferentes situações.[67]

Anos depois do roubo ao Banco do Brasil, seu nome voltava a ser comentado nas páginas policiais da imprensa, pois pesava sobre ele a principal suspeita de ter sido o autor de uma derrama de moeda falsa em 1918 . Em uma crônica publicada na *Gazeta* por Orestes Barbosa em 1922, este cronista argumentava que Afonso era o principal suspeito da polícia nesse caso, porque, na ocasião, a derrama de moeda falsa, vista pelo autor como "notas bem feitas", não poderia ter sido realizada por Albino Mendes, pois este famoso falsário estava preso.[68]

---

[61] Idem, ibidem.
[62] Idem, ibidem.
[63] Idem, ibidem.
[64] Idem, ibidem.
[65] "O assassínio de Afonso Coelho", *Gazeta de Notícias*, 14/12/1922, 5.
[66] Idem, ibidem.
[67] " Estelionato". In: Enciclopédia Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1977,p. 127 *apud* Biasoli, Luiz Carlos de Sales. *Da necessidade de tipificação do crime de estelionato praticado na internet.* Brasília, Monografia, UDF, 2009, p. 11.
[68] "Afonso Coelho". In: Orestes Barbosa, *Gazeta de Notícias*, 20/12/1922, 3. Esta crônica foi republicada, com alterações, em "Bambambã". Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, pp. 39-40.

Segundo Orestes, no momento em que se dera o ocorrido, Afonso estava morando em Friburgo, dizendo-se estar regenerado. Mas a polícia, duvidando dessa regeneração, teria convidado Afonso a comparecer a sua presença para uma palestra. Orestes[69], ao comentar o fato, expôs que Afonso teria dito ao inspetor de segurança que o negócio de que lhe falara não era "negócio que lhe pudesse ser atribuído", sob a alegação de que só cometia crimes de grande vulto.

> (...) Mandaram convidar o falsário para uma conferência. Afonso Coelho atendeu logo. Chegou amável. Conversou muito com o inspetor de segurança. Disse que não estava metido na derrama. Declarou que vivia retirado da "atividade", a qual não pretendia voltar.
> Entretanto – acrescentou lealmente – se lhe aparecesse "negócio" absolutamente seguro, não hesitaria em "trabalhar".
> O alto funcionário, sentindo a verdade na firmeza das palavras de Afonso Coelho, largou o assunto das notas falsas e entrou a analisar as declarações:
> - Então, se aparecer um bom negócio, você pega...
> - Sendo bom, pego.
> - Mas você, Afonso, não teme ficar um dia irremediavelmente perdido nos artigos do Código Penal?
> Afonso Coelho sorriu e disse:
> - Qual, Exa. os artigos do Código Penal são como essas bóias luminosas que existem nas baías: o bom navegador passa entre elas...[70]

Pela narrativa acima, Orestes retratava a figura do falsário como um hábil malandro que sabia infringir as leis penais com astúcia e inteligência, sem ser pego. Segundo o autor, Afonso era "entre os criminosos intelectuais, uma figura sem par", pois infringia por diversas vezes as leis penais e pouco sofria as consequências disso.[71] Orestes Barbosa parecia mesmo descrevê-lo como uma espécie de herói do crime. Dizia ele:

> Não só a história do cavalo branco, mas outras aventuras, nos tribunais, nos cárceres e nas cidades, ele executou com êxito.[72]

Em seu livro "Bambambã", ao republicar tal crônica em 1923, Orestes acrescentou, inclusive, que Afonso foi o criminoso mais popular do Brasil, depois de Carleto.[73]

---

[69] Idem, ibidem.
[70] Idem, ibidem.
[71] Patrocínio, Paulo Roberto Tonani do. *Escritos à margem: a presença de escritores de periferia na cena literária contemporânea.* Tese de Doutorado: PUC-Rio, 2010; Dias, Adriana Albert. " A mandiga e a cultura malandra dos capoeiras". Salvador, *Revista de História*, n.1, vol.2, 2009,pp. 53-68.
[72] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*
[73] Idem, ibidem.

Para os jornais e este cronista, nos anais da polícia do Brasil, o nome de Afonso figuraria em "várias capitais, não só como audacioso estelionatário e falsário", mas também pelas "várias proezas que foram postas em prática para escapar da prisão".

Um delegado na época, chamado Vicente Reis, em seu livro "Os ladrões do Rio", no qual traçava uma tipologia dos ladrões que circulavam pela cidade, também assinalou que Afonso arquitetara mirabolantes planos de fuga dos presídios por onde passava.[74] Segundo o delegado, na detenção Afonso Coelho conseguiu ardilosamente enganar dois soldados, que o haviam transportado para depor na pretoria, e fugiu "em um fogoso cavalo branco que o esperava na esquina do campo e correu por ali afora, indo parar na Pavuna"[75]. Tal história, que parecia ter ares de ficção, como bem comentou Marilene Antunes[76], foi confirmada pelos jornais e várias vezes recapitulada. Em março de 1900, por ocasião de uma outra fuga do prisioneiro, o jornal relembrou o fato, enaltecendo a sua suposta inteligência.

> Já tardava que o celebérrimo Afonso Coelho, o famigerado estelionatário do cavalo branco, não planejasse uma fuga na Casa de Detenção. O herói de dezenas de fugas, cada qual mais interessante, foi, porém, caipora desta vez: o seu plano de fuga foi descoberto a tempo e transferida a sua evasão, naturalmente para quando se anunciar.[77]

Ao narrar minuciosamente a tentativa de fuga do gatuno em 1900, a reportagem ressaltava que ele teria tirado com cera, "com a habilidade que lhe é peculiar", o molde da fechadura de seu cubículo e mandou fazer uma chave falsa.[78] Ao comentar a referida história, a partir dessa notícia, a historiadora Marilene Antunes salientou que sempre com a conivência dos guardas, quase sempre lhe fazendo favores e facilitando a entrega de cartas e outros objetos, em vista das quantias que recebiam do preso, mandou também confeccionar um fardamento de soldado para facilitar sua fuga e a de seus companheiros. Descoberto o plano, ficou o preso proibido de sair de sua cela, nem mesmo a passeio pelo estabelecimento, como era permitido anteriormente.[79]

---

[74] Reis, Vicente. *Os ladrões do Rio*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1903, *apud* Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op. cit*, p. 188.
[75] Reis, Vicente. *Os ladrões do Rio. Op.cit.* 97-106, *apud* Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op. cit.*
[76] Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op. cit.*
[77] *Jornal do Brasil*, 30/03/1900, 1. *Apud* Sant'Anna, Marilene Antunes. *Op. cit.*, p. 188.
[78] Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op. cit.*
[79] Sant'Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op. cit.*

Na ocasião da morte de Afonso, mais uma vez a história do "Cavalo Branco" fora relembrada pelos jornais de forma folhetinesca, como uma maneira de atrair a atenção do público:

> Na primeira (fuga), teve ele por auxiliar um modesto bucéfalo que passou a história como o cavalo branco de Afonso Coelho. O quadrúpede foi amigo do dono. Esperou-o pacientemente numa das ruas que desembocam no campo de Santana e que o atilado Coelho conseguiu escapar dos policiais que o escoltavam, o cavalo branco levou-o (...) para uma chácara do Meyer, onde Afonso conseguiu passar algum tempo fora das garras da polícia.
> A imaginação popular trabalhou muito por essa época. Disse que o homem audacioso vinha no centro da cidade, disfarçado ora em "madame chic", ora em velho trôpego e quando regressava ria-se intimamente, no trem, ou no bonde dos comentários que se fazia de suas proezas.[80]

Ao longo da vida criminosa de Afonso e mesmo depois de sua morte, a imprensa transformava a figura do gatuno em um personagem lendário, já que era visto como a expressão maior da gatunagem carioca.

Mas na época havia quem discordasse dessa assertiva, como foi o caso do cronista João do Rio. Este escritor chegava a reconhecer, no entanto, em uma crônica sua publicada no jornal *A Notícia*, em 1911, que houvera um tempo no qual se teve um "movimento a favor de Afonso Coelho", pois era "um exemplo admirável de gatuno literário, do gatuno-novela" [81]. João do Rio chegava inclusive a mencionar o episódio célebre do "cavalo branco" e as falsificações de cheques que Afonso teria feito, dizendo que a "sociedade admirava-o e seguia-lhe as aventuras como um romance folhetim".

Mas parece que em João do Rio a imagem de Afonso como gatuno inteligente mudara drasticamente quando o criminoso foi pego, tentando dizer que era um homem honesto. "De repente, Afonso é pegado. Nem literário, nem original, um neurastênico possuidor da linguagem escatológica, querendo passar por honesto – uma miséria".[82] João do Rio, quando visitou a Casa de Detenção no Rio de Janeiro, voltava a descrever Afonso Coelho como um indivíduo burro, dotado de um "pobre cérebro", pois – alegava o cronista – as suas cartas que tratavam de sua regeneração continham "erros de ortografia lamentáveis" . Além disso, o cronista considerava que os seus planos de fugas

[80] "O último "tiro" de Afonso Coelho", *Correio da Manhã*, 11/12/1922, 3.
[81] "O representativo do roubo inteligente", *A Notícia*, 20/08/1911.
[82] Idem, ibidem.

eram estranhos[83], bem diferentes da forma pela qual a imprensa e Orestes Barbosa retratavam suas evasões dos presídios.

Na opinião de João do Rio, quem de fato era o gatuno representativo do roubo inteligente no Rio de Janeiro era Antunes Maciel, conhecido como Dr. Antônio.[84] Tal como esse cronista, as reportagens policiais o retratavam como um ladrão "fino", "elegante"[85] e inteligente, que não recorria praticamente aos meios violentos para efetivar seus assaltos em diversos hotéis da cidade:

> Antônio Antunes Maciel, o celebrizado Dr. Antônio, bastante conhecido pelas suas proezas de rapinagem, não é um larápio vulgar.
> Tem a sua história, sendo apontado como autor de vários planos habilidosos para se apossar do alheio.
> Não é tampouco um salteador que ataca de frente, disposto até a morrer, para despojar as incautas vítimas dos seus haveres. Os seus assaltos obedecem a planos engenhosos, bem delineados sem haver neles grande necessidade de meios violentos.[86]

Segundo João do Rio, Dr. Antônio "enganava os outros, sem que a polícia o pudesse prender", dando-lhe uma "auréola de superioridade mental".[87] O cronista assinalava que Dr. Antônio era genial, pois, ao contrário de Afonso, não dizia querer se regenerar. Alegava que quando um gatuno é só gatuno, sem se dedicar a nenhum outro tipo de crime, tinha de continuar e insistir no roubo, pois, em suas palavras, "o grande crime é não continuar".[88]

Assim, a figura de Afonso Coelho era alvo de disputa de representações entre o cronista e o noticiário policial / Orestes Barbosa, o que nos indica mais uma vez como o criminoso ficou marcado na memória dos jornais e dos jornalistas de prestígio do período.

2.2. Albino Mendes

---

[83] Rio, João do. *A alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952, pp. 213-4.
[84]Segundo o historiador Jury Dall'Agnol, Dr. Antônio era um jovem rico de uma boa família da capital do Rio Grande do Sul, "um *bon vivant* dos pampas" que, depois de um malogrado roubo contra seu pai, ato que foi descoberto logo em seguida, parte fugido para o Rio. Optamos aqui por não fazer uma análise mais detida de sua figura, pois de certa forma Dr. Antônio foi representado de maneira semelhante aos criminosos Afonso Coelho e Albino Mendes. Além disso, comparativamente a esses dois personagens, a imprensa explorou menos sua figura ao longo dos anos. Dall'Agnol, Jury. "História, memória e ficção: o caso Dr. Antônio". Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010.
[85] "Mais um roubo", *Correio da Manhã*, 11/06/1911, 4.
[86] "Larápio engenhoso: a quadrilha de Dr. Antônio", *Jornal do Brasil*, 7/05/1908, 12.
[87] Rio, João do. "O representativo do roubo inteligente", *A Notícia*, 20/08/1911.
[88] Idem, ibidem.

Albino Mendes, de origem portuguesa, foi considerado pela imprensa como um discípulo de Afonso, por ter sido também protagonista de casos astuciosos de falsificação e fuga. Desde que a polícia descobrira que Albino, em seu primeiro crime, comandava uma fábrica de notas falsas no Rio, em 1907[89], ele passou a ser um personagem constante no noticiário da imprensa carioca. Apesar desse criminoso não ter sido um ladrão propriamente dito, já que não cometia crimes contra a propriedade, o selecionamos para análise, por ser justamente, como já assinalado, uma figura bem representativa dos criminosos dos novos tempos modernos.

Na ocasião de uma das fugas empreendidas pelo falsário, uma reportagem da *Gazeta de Notícias* em 1915 recapitulava o primeiro crime que Albino teria cometido no ano de 1907.[90] Segundo a matéria, em companhia de alguns indivíduos, Albino havia mantido uma fábrica de moeda falsa em Santa Tereza. Mas acabaria sendo capturado pela polícia. Na detenção, Albino mantinha, na opinião do repórter do jornal, "sempre um comportamento exemplar, atraindo as simpatias de todos os visitantes".[91] O jornalista considerava que esse "movimento de simpatias" do criminoso teria influído "extraordinariamente" para que na revisão de seu processo tivesse a sua pena reduzida e fosse posto em liberdade.[92]

Em 1913, quando a polícia descobrira novamente que havia uma fábrica de notas falsas num subúrbio carioca, sob o comando de Albino, uma reportagem do *Correio da Manhã* salientava que o falsário quando esteve na detenção se tornara um literato, um artista[93]. Orestes em seu livro "Na prisão" dizia mesmo que Albino se inscrevera num concurso do *Jornal do Brasil* e que tirara o primeiro lugar, tal era a sua genialidade[94]. Além disso, Albino teria escrito sonetos dedicados às autoridades superiores e uma espécie de novela que ofertara a ministros. Sobre tais escritos, uma matéria do *Correio* comentava que, nas costas de um selo, escreveu com "habilidade"

---

[89] "Notas falsas", *Jornal do Brasil*, 9/12/1907, 8.
[90] "Evasão rocambolesca. Albino Mendes, o hábil fabricante e audacioso passador de notas falsas, fugiu ontem da Casa de Detenção", *Gazeta de Notícias*, 3/12/1915, 5.
[91] Idem, ibidem.
[92] Idem, ibidem.
[93] "Como se falsifica o dinheiro: A polícia prende numerosa quadrilha de falsários", *Correio da Manhã*, 26/08/1913, 3.
[94] Barbosa, Orestes. *Na prisão. Op. cit.*

14 versos de um soneto que dedicara ao então ministro da interior, Esmeraldino Bandeira, no governo de Nilo Peçanha[95].

O repórter da matéria, logo depois de assinalar que o verso teria sido enviado ao ministro, sugeriu que Albino fora solto por proteção de alguém, embora não dissesse quem o teria protegido. Mas pode ser que o jornalista estivesse se referindo às autoridades políticas influentes na época, já que mencionava os escritos que Albino Mendes teria dedicado a ministros e autoridades superiores da época.

Em liberdade, comentava o jornalista acima, Albino continuava a "faina de comércio de dinheiro falso". Tinha se aliado a outros criminosos para resolverem, todos juntos, montar no Rio uma fábrica de moeda falsa. O repórter da matéria considerava que a fábrica fora montada "com todo o capricho em lugar afastado, na rua Barão, na Praça Seca, em Jacarepaguá". Montada a fábrica, a primeira remessa, segundo o jornalista, agradou aos meliantes que viviam desse comércio.[96]

O repórter da matéria, ao considerar "perfeitas as notas" fabricadas pelos criminosos, salientava que os mesmos "se encarregaram de esparramar o dinheiro no comércio".[97]

Mas nessa ocasião Albino acabara sendo preso. No entanto, dois anos depois conseguia, segundo os jornais, evadir-se da prisão com sucesso. Tal fuga foi alvo de inúmeras matérias policiais nos jornais. Nessas reportagens, a figura de Albino foi retratada como "o novo Rocambole, discípulo de Afonso, o homem do cavalo branco".[98]

Era chamado de Rocambole devido às "condições arriscadíssimas" e misteriosas em que fora efetivada a sua fuga. Segundo a imprensa, não se sabia explicar como o criminoso conseguira empreender tal ato, pois o presídio onde ele estava era considerado seguro. Os jornalistas policiais, ao relatarem de forma minuciosa tal fuga, reforçavam e valorizavam a esperteza e inteligência de Albino Mendes, como se o criminoso fosse de fato o próprio Rocambole:

> (...) Albino Mendes, no silêncio de muitas noites, com uma calma e segurança absolutas, conseguira limar a grade, aguardando o primeiro

[95] "Como se falsifica o dinheiro: A polícia prende numerosa quadrilha de falsários", *Correio da Manhã*, 26/08/1913, 3.
[96] Idem, ibidem.
[97] Idem, ibidem.
[98] "Chegou o dia! Depois de várias tentativas, o famoso falsário Albino Mendes conseguiu pôr-se ao fresco", *Correio da Manhã*, 30/01/1915, 3.

> momento para fugir. Viam-se na parede marcas dos pés do falsário numa fuga temerária, porque não só poderia ter despertado a atenção dos guardas como ainda pela iminência de um desastre.
> Pelas pegadas deixadas, averiguou-se que o novo Rocambole desceu do telhado pelo cano de cobre condutor de águas pluviais até o pátio interno que atravessou livremente, apesar da vigilância constante de uma praça de polícia com arma embalada.
> Desse pátio se descortinavam as galerias todas, e Albino Mendes se encaminhou para a grande muralha que separa a Detenção da rua Frei Caneca, galgou-a sem obstáculos, passando por outra sentinela também de armas embaladas e daí, num ato de audácia incrível, com o risco da própria vida, alcançou um poste de iluminação elétrica, ganhando a rua. E o falsário desapareceu, para deixar depois pasmada toda a gente.[99]

Dias depois dessa fuga, ficou elucidado como Albino teria conseguido se evadir da detenção em 1915. Ele teria passado aos soldados da guarda da detenção cédulas de cem mil-réis para possibilitar sua fuga. [100]

Dois anos depois dessa evasão, os jornais noticiavam que Albino foi para a República Argentina e depois para o Uruguai, em cuja capital, como salientou um repórter, passou a habitar, certo de que a polícia brasileira não poderia "perturbar o sossego".[101] Mas a imprensa informou que as autoridades brasileiras, ao saberem que Albino se achava em Montevidéu, haviam pedido a polícia daquela localidade a sua prisão, que acabou sendo feita. Contudo, não havia o tratado de extradição entre os dois países, o que teria dificultado a vinda de Albino para o Brasil. Durante os meses nos quais se buscou realizar um tratado de extradição do criminoso, este teria fugido de Montevidéu, mas acabou voltando à prisão. Tempos depois, regressara ao Brasil quando obteve a extradição solicitada.

Quando Albino chegara ao Brasil, em 1917, os jornais publicaram extensas matérias com grossos títulos a respeito do regresso do criminoso ao país. Nessa ocasião, a polícia informava que o criminoso teria tentado fugir durante a viagem de regresso ao Brasil. Alegava que Albino teria limado as algemas, o que foi negado pelo falsário em entrevista dada aos repórteres.[102]

Um cronista da *Gazeta*, ao comentar essa suposta tentativa de fuga, parecia acreditar na versão da polícia. Salientava que Albino tinha "uma maliciosa ironia risonha" pelo fato de dizer que não tinha limado as algemas, sob a alegação de que era

---

[99] Idem, ibidem.
[100] Sant' Anna, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo. Op.cit.*
[101] "Albino Mendes volta ao cárcere", *Gazeta de Notícias*, 13/03/1917, 1-2.
[102] Idem, ibidem.

impossível fazê-lo, pois havia dois agentes policiais vigiando-o.[103] Segundo o cronista, tal caso o fazia lembrar de um episódio envolvendo Afonso Coelho. Este teria ido um dia à redação do jornal *A Notícia* para pedir a retificação de uma matéria que o classificava como "gravateiro", ou seja, como um criminoso que laça a vítima pelo pescoço, com objetivo de roubar. O cronista salientou que Afonso repudiou tal notícia, já que ele negou ser um gravateiro. Afonso, segundo ainda o cronista, até tolerava ser chamado pelos jornais de vigarista, estelionatário, pois alegava que não adiantava desmentir a imprensa. No entanto, não aceitava de forma alguma ser chamado de gravateiro, uma vez que considerava isso um "insulto, uma injuria".[104]

O cronista, ao ler a declaração de Albino na qual negava ter tentado fugir na viagem de regresso ao Rio de Janeiro, lembrara desse episódio envolvendo Afonso, pois para ele ambos criminosos eram irônicos ao buscar negar o que eles faziam. Nota-se que enquanto a imprensa e Orestes Barbosa consideravam Afonso Coelho como gatuno que não recorria aos meios violentos para perpetrar seus crimes, o cronista tinha uma opinião bem diferente, já que acreditava que ele era um criminoso violento.

Em relação ao episódio envolvendo Albino, salientava que o criminoso não tinha "dignidade ofendida", mas sim ironia, pois negava ter tentado fugir durante a viagem, e de pretender trazer para bordo máquinas de fabricar dinheiro.

> Perguntado se era verdade que tentara limar as algemas e desparafusar a cama, respondeu:
> - Dizem os meus guardas que é... Veja se um homem algemado, tendo sido revistado ao entrar no camarote, de onde só agora acaba de sair e com dois dos mais vivos agentes de polícia carioca montando guarda, pode conseguir fundir ferro, fabricar uma lima com as mãos presas e limar uma algema.
> - E o suborno?
> - Eu pretendia trazer para bordo umas máquinas de fabricar dinheiro....
> Como se vê, todos eles são inteligentes, simpáticos, irônicos e trocistas. E esse Albino é até poeta. [105]

Como vimos, o autor acima ao chamar Albino de trocista e irônico se aproximou mais da versão dada pela polícia. Já uma reportagem do *Jornal do Brasil* se distanciava da versão da polícia, ao considerar que ela agia de forma exagerada ao ver

[103] "Boas-vindas", crônica assinada por Antônio, *Gazeta de Notícias*, 13/03/1917, 2.
[104] Idem, ibidem.
[105] Idem, ibidem.

no falsário a todo instante uma fuga sua, pois para a matéria os seus planos de fuga eram "romanescos e irrealizáveis".[106]

Salientava que a polícia exagerava em adotar medidas para prevenir que Albino fugisse, já que ele apesar de ser um criminoso não era um facínora.

> (...) Nos anais da polícia notava-se, desde as primeiras horas da manhã, verdadeira azáfama nos aprestos para a recepção de tão conspícuo personagem tristemente célebre: ordens eram dadas e transmitidas a todo momento, da Central para a polícia marítima, providências eram tomadas, precauções sugeridas e adotadas, parecendo tratar-se não de um mas de uma verdadeira quadrilha de facínoras da pior espécie. E afinal, Albino não é um facínora, sendo embora um criminoso.[107]

O repórter parecia mesmo defender a ideia de que Albino merecia a liberdade, ao alegar que o criminoso tinha "uma mania natural e humana da liberdade" que procurava "conquistar a todo transe", não podendo "resignar-se a passar na prisão a dúzia de anos a que o condenaram".[108]

Apesar dessas divergências de opiniões entre os jornalistas sobre o episódio da suposta fuga de Albino na viagem de regresso ao Brasil, ao longo dessas inúmeras narrativas na imprensa, os jornais e suas reportagens convergiam em procurar compreender a figura do falsário, considerando-a uma figura curiosa. Alegavam que ele era um caso único na "galeria da degeneração mental", pois que "toda a série da criminologia moderna" não tinha uma só classe onde se podia "encaixar o tipo de criminoso" que reunia os "dons de um Albino Mendes"[109]. O falsário era visto nesse sentido como uma figura singular no mundo criminal, já que, segundo as reportagens e jornalistas policiais, ele chegara ao ponto de escrever sonetos, poemas e prosas com uma "ousadia imaginosa" que punha a "inteligência a serviço da habilidade". Segundo os jornais, era por isso que ele havia se tornado um falsário.

De forma semelhante ao noticiário policial, Orestes Barbosa em seu livro de crônicas "Na prisão" considerava Albino como uma "figura fora do comum" no mundo do crime[110]. Para o cronista, Albino era "um português inteligente" e não apenas um "audacioso esperto". O jornalista alegava que não era apenas esperto quem escrevia um "soneto nas costas de uma estampilha comum"; quem se inscrevia num concurso do

---

[106] "Albino Mendes voltou para a Detenção", *Jornal do Brasil*, 13/03/1917, 5.
[107] Idem, ibidem.
[108] Idem, ibidem.
[109] "Evasão rocambolesca", *Gazeta de Notícias*, 3/12/1915, 5.
[110] Barbosa, Orestes. *Na prisão. Op. cit.*

Jornal do Brasil e tirava o primeiro lugar, quem fugia "várias vezes de vários presídios, em vários países", e quem, por fim, montava "uma fábrica de dinheiro falso num cubículo da Correção!...".[111]

Ao considerar Albino como um criminoso genial e quase que fazendo uma defesa aguerrida do falsário, Orestes salientava que na ocasião em que fora descoberta a falsificação do dinheiro fabricado pelo criminoso na prisão, o delegado estava "visivelmente despeitado pela superioridade mental do falsário"[112]. O delegado teria dito que Albino fizera dinheiro no cubículo da prisão pois conseguiu subornar os guardas que lhe forneceram os meios para tal. Mas Orestes, vendo em Albino um indivíduo destemido, salientou que ele teve "a coragem para subornar os guardas"[113]. Para reforçar a ideia de que Albino era genial na arte de fabricar dinheiro falso, dissera ainda que ele próprio tinha visto a máquina fotográfica que o falsário teria feito para fabricar o dinheiro, além das prensas e as notas de 50$000".[114]

Mesmo Albino estando preso, Orestes considerava que o criminoso continuava a planejar crimes mirabolantes e extremamente audaciosos: "(...) Albino disse que estava trabalhando para poder requerer um privilegio de "*grande vantagem para o Brasil*". Queria ser o impressor da moeda nacional!".[115]

Mas se a imprensa e Orestes Barbosa consideravam extraordinário o fato de Albino fabricar dinheiro, o jornalista Lima Barreto chegava a dizer que receberia de muito boa vontade as moedas feitas por Albino. "Eu de muito boa vontade receberia a (moeda) que fosse estampada pelo Albino Mendes. Dizem que são bem feitas, artísticas, bem acabadas, por que não circulam?".[116]

Ao falar da figura de Albino, o jornalista defendia que todas as pessoas deveriam ter "a faculdade de emitir moeda" e que somente a "confiança no emissor deveria regular o recebimento da mesma".[117] Ao defender que tal negócio fosse uma atividade inteiramente livre no país, criticou diretamente o Estado, sob alegação de que o mesmo condenava os indivíduos que fabricavam dinheiro, citando o caso de Albino. Argumentava que o Estado era contra o indivíduo, já que se julgava "no direito de

---

[111] Idem, ibidem, p. 205.
[112] Idem, ibidem, p. 205.
[113] Idem, ibidem, p. 206.
[114] Idem, ibidem, p. 206.
[115] Idem, ibidem, p. 207.
[116] "Ao senhor Lucas do Prado", *Correio da Noite*, 22/01/1915.
[117] Idem, ibidem.

fabricar dinheiro", mas contestava "semelhante faculdade nos indivíduos".[118] Lima Barreto descrevia o Estado com adjetivos depreciativos, como "tirano" e "monopolizador", ao dizer que ele concentrava as riquezas para si, sem beneficiar o povo. No final da crônica o jornalista chegava mesmo a sugerir que a casa da moeda fosse extinta: "Abaixo a Casa da Moeda".[119]

Mas diferentemente de Lima Barreto, o noticiário policial se mostrava contra a fabricação de dinheiro pelos indivíduos, ainda que enaltecesse a inteligência de Albino por praticar esse tipo de crime. Inclusive os repórteres policiais e Orestes chamavam Albino de criminoso, falsário e passador de notas falsas, ao contrário de Lima Barreto que nenhuma vez o chamou de um indivíduo fora da lei.

> Tratava-se do famoso falsificador Albino Mendes, o habilíssimo criminoso, inteligente, sagaz, que após ser preso e condenado, quando falsificava dinheiro em Santa Tereza, obteve reforma da sentença e deixou de cumprir a pena de sete anos, sendo posto em liberdade.[120]

Mas embora o noticiário considerasse Albino como um criminoso, retratava-o como uma espécie de herói do crime, tal como Afonso Coelho fora representado.[121] Além disso, como vimos, os jornalistas da época utilizavam repetidamente personagens da literatura policial para buscar reforçar a ideia de que os crimes e fugas de Albino e Afonso eram astuciosos e espetaculares. A nosso ver, os personagens de romances policiais eram aí citados não só como uma maneira de atrair a atenção do público, mas também como uma forma de mostrar que a criminalidade dos novos tempos tinha uma inspiração nessa literatura. Afinal, como vimos, as reportagens associavam intrinsecamente a literatura policial ao crime na sociedade.

Além dessa influência da literatura, a imprensa parecia retratar as figuras de Afonso e Albino como personagens intimamente inseridos numa sociedade onde os valores materiais estavam em expansão na época, pois via os seus crimes como um meio de enriquecimento.

2.3. Carleto

---

[118] Idem, ibidem.
[119] Idem, ibidem.
[120] "Evasão rocambolesca", *Gazeta de Notícias*, 3/12/1915, 5.
[121] "Evasão rocambolesca: Continua o mistério em torno da fuga de Albino", *Gazeta de Notícias*, 4/01/1913, 1.

As imagens de Albino Mendes e Afonso Coelho contrastavam com as imagens de determinados criminosos da época tidos como vilões, cruéis, celerados e feras. O caso mais representativo dessa imagem de criminoso foi sem dúvida o do bandido italiano Carleto, que em 1906 roubou uma joalheria famosa da rua da Carioca e estrangulou duas pessoas.

Tal crime, como observou Ana Porto, deu ensejo a diversas notícias nos periódicos, que relatavam os eventos sob o título bastante atraente para os leitores ávidos por sensações – "A quadrilha da morte"[122]. As reportagens chamavam atenção que o crime era considerado o delito que naquele momento teria mais "emocionado, prendido a atenção (do público), desviando-o dos *faits divers*, de outras coisas que o poderiam interessar"[123].

Nessa ocasião, a imprensa fez várias coberturas policiais que relembravam o início da carreira criminosa de Carleto. Os jornalistas a todo instante informavam que Carleto teria roubado um crucifixo de sua própria mãe quando menino:

> Desde cedo Carleto revelou-se criminoso, pois aos 12 anos cometeu o seu primeiro delito.
> Da própria casa paterna subtraiu uma imagem da imaculada Conceição, esculpida em ouro, e que constituía uma tradição de família.
> Por mais violenta que fosse a punição que recebeu Carleto de nada lhe valeu, pois tinha inoculado no sangue o germe do crime, que com o evoluir dos anos progredia assombrosamente.[124]

Depois desse evento com a mãe, Carleto teria sido expulso de casa aos 16 anos. Emigrou então para a América do Sul, "aportando primeiramente em Buenos Aires , onde aumentou a sua série de crimes, filiando-se a um grupo de bandoleiros, que traziam assaltada a população da capital platina"[125]. Depois disso, Carleto teria conseguido "chegar ao ponto de assumir a posição de chefe de uma quadrilha de ladrões e assassinos".[126]

---

[122] Porto, Ana. *Novelas sangrentas. Op. cit.*, p. 177.
[123] "Estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 27/10/1906, 3.
[124] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca", *Jornal do Brasil*, 29/10/1906, 3.
[125] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca. Carleto está preso!", *Jornal do Brasil*, 29/10/1906, 2.
[126] "A quadrilha da morte", *Gazeta de Notícias*, 29/10/1906, pp. 1-2.

A imprensa conta que, entretanto, Carleto "ao ver que sua liberdade ali corria perigo", pois estava sendo perseguido pela polícia platina, teria emigrado para o Rio de Janeiro, onde "procurou antigos companheiros conhecidos de Buenos Aires".[127]

Mas segundo as reportagens policiais, Carleto veio para o Brasil não somente porque era perseguido pelas autoridades da capital platina, mas também porque estava "sequioso por conhecer novos horizontes, que lhe oferecessem maior campo de ação, principalmente o Brasil, cujas riquezas o enchiam de inveja".[128]

Essa trajetória da vida do bandido foi amplamente explorada pela imprensa devido à própria repercussão do crime de latrocínio que ele cometeu em 1906, na rua da Carioca. No momento em que Carleto estava sendo procurado pela polícia, os jornais não cansavam de publicar notícias sobre onde ele poderia estar, com o intuito de instigar a curiosidade do público. Bem ao estilo das notícias sensacionalistas da época, termos agressivos como "facínoras" e "monstros" eram usados exaustivamente no sentido de demonizar a figura de Carleto. A descrição minuciosa dos corpos desfigurados das vítimas do criminoso também era feita de forma a instigar o leitor a sentir raiva ou ódio dos bandidos envolvidos no crime da rua da Carioca, como indica a seguinte legenda de um desenho: "A cabeça da vítima como foi encontrada, devorados os olhos e a boca em parte, pelos peixes".[129]

Mas ao mesmo tempo em que os jornalistas demonizavam Carleto, chamando-o de fera, também o celebrizavam, retratando-o como "um homem fantástico, legendário tristemente célebre", tal era sua astúcia e inteligência, pois ninguém até então o havia encontrado:

> É a caça do homem, não há dúvida, dezenas, centenas de indivíduos procuram Carleto, procuram esse homem perverso, esse bandido.
> Carleto é o homem do dia, está sendo procurado por toda parte e o mais interessante é que em toda parte ele é visto sem que ninguém se atreva a prendê-lo.
> Viram-no em Jacarepaguá, na Taquara, no Rio das Pedras, no Largo do Machado. Mas, afinal, onde está esse monstro, onde se acoita esse homem fantástico, esse facínora? [130]

---

[127] Idem, ibidem.
[128] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca. Carleto está preso!", *Jornal do Brasil*, 29/10/1906, 2.
[129] "Estranguladores do Rio: o cadáver de Carlucci: espetáculo horrível", *Jornal do Brasil*, 18/10/1906, 3.
[130] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca. Na pista de Carleto", *Jornal do Brasil*, 26/10/1906, 3.

No momento em que Carleto fora capturado pela polícia, a imprensa também publicou a notícia de sua prisão em letras garrafais nas primeiras páginas dos jornais, como se fosse um acontecimento espetacular que todos aguardavam[131]. Segundo a *Gazeta*, aparecia na sede da delegacia uma multidão de cerca de duas mil pessoas que desejavam linchar o bandido: "A atitude do povo era a mais hostil ao terrível ladrão e assassino, estando todos dispostos a linchá-lo mesmo no interior da delegacia".[132]

Crimes considerados hediondos como foi o da rua da Carioca eram vistos como resultados do progresso urbano do Rio. O antropólogo Gilberto Freyre[133] também veiculava essa mesma perspectiva sobre os crimes violentos na cidade, citando o crime de latrocínio cometido por Carleto, que "apaixonou o país inteiro" e "tornou-se matéria folclórica".[134]

Tal crime era considerado também um dos delitos perpetrados com mais frieza e racionalidade na época. Mesmo antes da polícia ter descoberto quem eram os autores do crime, os repórteres já assinalavam a frieza e a maneira racional com que o delito fora planejado.

> (...) Tem o delegado Dr. Caetano Junior de se haver coro (*sic*) a descoberta de um duplo crime, praticado por ladrões habilíssimos, que tinham tomado todas as cautelas, amadurecido calmamente o seu plano e que, surpreendidos, que não trepidaram em estrangular o importuno, que lhes foi embarcar a consumação do crime, tendo ainda a calma precisa para roubar jóias em valor aproximado de 500$000.[135]

Depois da descoberta da autoria do crime, os jornalistas destacavam como Carleto planejava minuciosamente seus delitos.

> (...) Os planos concatenados (por Carleto) durante as vigílias na prisão, os meios estudados para pô-los em execução, os processos para os disfarces, os narcóticos e outros meios para o afastamento das vitimas escolhidas, tudo amadurecendo no seu cérebro, foi uma grande bagagem, material indispensável para membros da quadrilha.[136]

Os jornais consultados e seus repórteres eram unânimes em dizer que Carleto não era louco, mas sim um indivíduo "mau" e "violento". Grande parte das narrativas da

---

[131] "A quadrilha da morte: prisão de Carleto, *Gazeta de Notícias*, 29/10/1906, 1- 2.
[132] Idem, ibidem.
[133] Freyre, Gilberto. *Ordem e progresso*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
[134] Idem, ibidem, p. 644.
[135] "Estranguladores do Rio: assassinato e roubo", *Jornal do Brasil*, 16/10/1906, 3.
[136] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca", *Jornal do Brasil*, 29/10/1906, 3.

imprensa consideravam que os planos de roubo que resultaram na morte de duas pessoas em 1906 foram feitos de forma inteligente e engenhosamente perpetrada por Carleto, sendo por isso que tal criminoso dera grande trabalho à polícia.[137] Salientava-se que o mesmo tivera "mais tino, mais inteligência para se fazer de rogado, deu mais trabalho à polícia, tirou-lhe a noite de calma, tirou-lhe o sossego e atirou-a ao desespero. O grande desespero que a polícia tinha de não mais prender Carleto".[138]

Mas vale notar que nem sempre Carleto fora considerado como um bandido inteligente. Havia aí relatos, ainda que muito poucos, que tão-somente o consideravam como um indivíduo violento, sem nenhuma ou quase nenhuma inteligência, como advogara o escritor Olavo Bilac ao chamar Carleto e sua quadrilha de "quatro animais, de instintos grosseiros e inteligência primitiva".[139]

Um dos criminosos a que se referia Bilac era o italiano Rocca. Embora pudesse ser visto como um homem de inteligência primitiva, a imagem mais comum a ele associada era a de um criminoso astuto. Juntamente com Carleto, Rocca fora considerado o principal mentor e executor do crime da rua da Carioca. Segundo as reportagens policiais, Rocca teria entrado na quadrilha de Carleto, pois, ao saber das habilidades criminais deste último, acreditava que a quadrilha seria uma empresa que renderia muito dinheiro a ele.

> Andava Rocca nestas cogitações quando encontrou-se com a particular figura de Carleto. (...) Sabedor dos instintos sanguinários deste e da sua habilidade no roubo, Rocca imediatamente resolveu interessar-se na empresa.
> Começaram então parceria os dois bandidos a tramar e a discutir o plano que iam pôr em prática, terminando por ficar acordes no que era necessário à sua execução.[140]

O repórter da notícia seguia dizendo que por "cálculo preconcebido" Rocca teria tecido amizade com sua vítima (Carlucci) para conseguir roubá-la e depois matá-la.

Mas vale notar que, em um determinado momento, os jornalistas passavam a ver o criminoso não mais como um bandido frio e mau, mas sim como um indivíduo que sentia remorsos pelo crime que tinha feito. E que, além disso, se preocupava com

---

[137] Idem, ibidem.
[138] "A quadrilha da morte: prisão de Carleto", *Gazeta de Notícias*, 29/10/1906, 1-2.
[139] "Crônica", *Gazeta de Notícias*, 28/10/1906, 5.
[140] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca", *Jornal do Brasil*, 23/10/1906, 3.

sua família. Essa imagem de redenção de Rocca fora explorada nas grandes coberturas policiais da imprensa, a exemplo da notícia transcrita abaixo:

> A arrogância, a insolência de Rocca (ladrão), o seu cinismo vão abatendo dia a dia, vão diminuindo a proporção que as horas de solitária vão passando. Esse homem, esse celerado que no primeiro dia de prisão confessou o horrendo crime praticado, não lhe omitindo o menor detalhe, entremeando a narrativa de risadas, falando da esposa e dos filhos, do seu futuro, do triste futuro que o aguarda com maior sangue frio, sem que um só músculo da face se lhe contraísse, rindo até ao dizer que os filhos poderiam encontrar um outro pai e a esposa um outro marido, esse homem chora, esse homem tem remorsos e quer ver os filhos, quer beijá-los pela última vez, maldizendo-se por ser um infame, um ladrão, assassino.
> Praticado o nefando crime, Eugenio Rocca não teve mais sossego e até o momento de ser preso, até a sua entrada na Casa de Detenção, a sua vida nesses oito dias foi de um ente maldito, que não encontra um momento de repouso, de calma em parte alguma.
> Dormia ao relento, subia e descia as ladeiras, alimentava-se mal, fugia ao bulício da cidade, até que cansado, extenuado, deixava-se cair num canto escuro e adormecia, o sono povoado de pesadelos, de visões horríveis.
> Matar para roubar! Mas de que lhe servia esse hediondo crime; qual o proveito que tirava com a morte bárbara daqueles dois moços?
> Roubava, possuía jóias, brilhantes, cujas cintilações fantásticas haviam transtornado a sua cabeça, deixando-o enlouquecido.
> O remorso que a princípio não sentira o trazia agrilhoado às proximidades do teatro do crime; não soubera ou não pudera afastar-se da cidade. Havia de cair nas mãos da justiça, havia de sofrer também, havia de pagar a dívida contraída.
> (...) Mas (...) esse homem Eugenio Rocca, esse monstro sem alma, sem coração, que de humano só tem a forma, já chora na prisão, reconhece-se um infame, um miserável e quer ver os filhos ainda uma vez, quer pedir-lhes perdão....[141]

A mudança na imagem construída sobre a figura de Rocca ocorreu quando este teria confessado o crime. Mas enquanto Rocca passava a ser visto como um homem que estava se regenerando, Carleto continuava a ser retratado como a própria encarnação do mal, pois ele não teria confessado o crime que cometera[142]. A imagem de redenção de Rocca, entretanto, durou pouco, já que, em seu primeiro julgamento em 1907,voltava a ser chamado pela imprensa de indivíduo "monstruoso" que, com sua perversa inteligência, "lábia inacreditável" e extrema calma, tentava provar sua inocência[143]. Os

[141] "Estranguladores do Rio", *Jornal do Brasil*, 25/10/1906, 3.
[142] Idem, ibidem.
[143] "Um júri de sensação: a quadrilha da morte", *Gazeta de Notícias*, 1/12/1907, 5.

repórteres, inclusive em tom de entusiasmo devido à condenação de Rocca, voltavam a relembrar a premeditação do assassinato dos irmãos Fuoco e a frieza do crime.

Quanto a Carleto, durante o primeiro julgamento da "quadrilha da morte", o bandido teria começado a apresentar "sinais de loucura", o que fez os jornais darem suas versões do fato, como salientou o historiador Allister Andrew Dias,[144] ao analisar a figura do referido criminoso no que diz respeito ao seu estado mental.

Carleto teria tentado o suicídio se ferindo com uma lâmina. Essa ação do bandido foi vista pelos jornais como estratégia ardilosa utilizada pelo mesmo para se livrar da condenação.[145] Allister Dias salienta que tal fato seria mais uma demonstração de que Carleto, na ótica dos jornalistas, era um "criminoso frio" e "não um louco irresponsável":

> (...) criminoso frio, calculista, impassível, capaz de arquitetar as coisas mais tenebrosas com a mesma calma que um homem são de espírito e de moralidade combina o programa dos passos que tem a dar no dia seguinte.[146]

O criminoso passaria a ser observado por um médico conhecido na época, chamado Afrânio Peixoto, "distinto alienista chefe do Gabinete Médico-Legal"[147]. Allister Dias assinala que logo nas primeiras observações, segundo os jornalistas da *Gazeta*, o "ilustre alienista encontraria motivos para duvidar da enfermidade de Carleto"[148], percebendo que o italiano ficava atento à sua presença, procurando sempre que possível mudar de atitude. O médico, atento à estratégia do suspeito de alienação, teria conseguido observar Carleto "sem ser visto", vendo que "ele era outro fora das investigações"[149]. O jornal afirmaria assim que: "está pois provado pelo ilustre alienista que Carleto é um farsista".[150] Allister comenta um evento que denotaria o total desmascaramento de Carleto, segundo o mesmo jornal. Nas palavras do historiador:

---

[144] Dias, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921). Op.cit.*
[145] Idem, ibidem.
[146] *Jornal do Commercio*, 19/04/1907, 3, *apud* Dias, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade. Op. cit.*
[147] *Gazeta de Notícias*, 20/04/1907, 3, *apud* Dias, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade. Op. cit.*
[148] *Gazeta de Notícias*, 21/04/1907, 2 e 3, *apud* Dias, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade. Op. cit.*
[149] *Gazeta de Notícias*, 24/10/1907, 3, *apud* Dias, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade. Op. cit.*
[150] *Gazeta de Notícias*, 24/10/1907, 3.

> Ele (Carleto) teria tentado matar um advogado que dividia a enfermaria com ele e que, em determinado momento, contestou-lhe a loucura. Depois do acontecido, Carleto foi para a solitária e teria, para dela sair, confessado que se passava por louco. Para o jornal, Carleto então (nas palavras do periódico) "volta a ser o antigo Carleto, com todos os seus crimes e nenhuma loucura".[151]

Um ano antes desse julgamento, os jornais chamavam atenção que a opinião pública considerava que Carleto tinha sido autor de um outro assassinato "célebre", o degolamento da prostituta francesa Clara Mery – de alcunha Madame Holofote – e de sua empregada, ocorrido na Rua Senhor dos Passos em 1898. A imprensa parecia querer relembrar esse crime, talvez como uma forma de reforçar a criminalidade de Carleto.[152]

Mas embora a opinião pública e a própria imprensa considerassem Carleto um dos autores do crime da Rua Senhor dos Passos, o caso continuou sendo um mistério e a história acabou desaparecendo das páginas dos jornais. Anos depois, em 1920, o repórter policial Orestes Barbosa acreditava que fora, de fato, Carleto que teria matado Clara Mery e sua empregada, e não um outro indivíduo que fora condenado pela justiça acusado de matar a prostituta[153]. Orestes afirmava que, como Carleto era um criminoso ambicioso, ele teria naturalmente cobiçado as joias que a prostituta ostentava. Por isso, com uma "extraordinária calma degolou as duas mulheres, furtando grande número de jóias e deixando outras"[154].

A imagem de Carleto como um criminoso frio que perpetrava seus crimes de roubo de forma premeditada e engenhosa produzida pela imprensa era reforçada por Orestes. O jornalista salientava que na ocasião do assassinato da prostituta Clara Mery, Carleto teria pago um grupo de músicos para que fizessem barulho com o intuito do criminoso entrar na casa da meretriz e praticar o crime sem ser visto e ouvido.[155]

Carleto, assim como Rocca, era sem dúvida um dos larápios do período que marcaram a história do crime na imprensa por justamente ter sido um dos primeiros criminosos da época – ao menos pelo que pudemos constatar em nossa pesquisa – em que suas ações de roubo seguidas de assassinato foram interpretadas como ações racionais e eminentemente voltadas para ganhos materiais. Os italianos Rocca e Carleto

---

[151] Dias, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921). Op.cit.*
[152] "Estranguladores do Rio: o crime da Rua da Carioca. Carleto está preso! Carleto nega a autoria do crime!", *Jornal do Brasil*, 29/10/1906, 3.
[153] Barbosa, Orestes. *Reminiscências policiais: a cidade de outr'ora*, 7/10/1920, 2.
[154] Idem, ibidem.
[155] Barbosa, Orestes. *Na prisão. Op. cit.*

pareciam ser representados como ladrões antenados com os valores materiais da época, como se fossem uma espécie de "empresários do crime", devido ao uso de sua racionalidade econômica para conquistar bens e dinheiro.

3. Imigração e ladrões estrangeiros

Como já mencionado, a imigração estrangeira no Rio de Janeiro, sobretudo a europeia, era apontada pelas reportagens policiais como um dos motivos do aumento da criminalidade na cidade.

> Com a modificação dos nossos hábitos de cidade pacata e sumamente burguesa, devido a sua transformação radical, com as novas artérias, que já lhe emprestam o aspecto de cidade européia, dia a dia cresce a imigração estrangeira, que como é natural, a par de novos elementos bons para a nossa prosperidade, traz também alguns elementos maus[156].

Segundo os jornalistas, os principais delitos que cresciam na cidade decorrentes do aumento da imigração eram os crimes de gatunagem. Na perspectiva dos repórteres, os larápios de origem estrangeira eram criminosos que já chegavam ao Rio como "gatunos profissionais" e com uma "audácia inacreditável"[157]. Das 70 notícias que consideravam que a civilização constituía o fator da expansão da criminalidade no Rio de Janeiro, a maioria delas (52 ou 74,2%) responsabilizavam os larápios estrangeiros pelo aumento dos crimes na cidade. Nessas notícias, não havia a menção quanto aos fatores que teriam motivado os imigrantes estrangeiros a ingressar na criminalidade, com exceção das reportagens sobre os crimes considerados violentos por eles cometidos.

Ainda que esses últimos crimes fossem pouco registrados (de 52 notícias que responsabilizavam os estrangeiros pelo aumento da criminalidade, apenas oito ou 15,3% eram de natureza violenta), os jornalistas passavam a ideia de que os criminosos estrangeiros perpetravam tais delitos devido à sua "própria natureza" ou "índole". Ao condená-los moralmente, os repórteres alegavam que eram indivíduos "perversos" e

[156] *Jornal do Brasil*, 3/10/1906.
[157] *Jornal do Brasil*,17/11/1910, 7.

“monstros”, como se tivessem uma “alma violenta”: “Carleto (ladrão europeu) tem feições duras, revelando um misto de cruel, perverso e cínico”[158].

Embora o julgamento moral pudesse ser imputado não apenas aos criminosos de nacionalidade estrangeira, mas também aos demais criminosos que circulavam pela cidade, os estrangeiros - assim como os negros analisados no capítulo anterior- eram considerados pelos jornalistas como uma ameaça permanente à propriedade e à vida dos cidadãos. Mas por que muitas vezes os jornalistas criminalizavam os estrangeiros? Para explicar esta questão, é preciso dizer antes que desde o fim do século XIX os imigrantes europeus foram apresentados como força de trabalho alternativa para substituir os escravos preguiçosos.[159] Como lembra Marcos Bretas, eles começaram a chegar nos anos 1870, vindos de Portugal, Espanha e Itália, para trabalhar nas fazendas de café.[160] Esses imigrantes, porém, não preencheram as expectativas de parte da elite que desejava uma “europeização” do trabalhador brasileiro.[161] Dentre os trabalhadores imigrantes eles encontraram a escória da sociedade europeia, membros das “classes perigosas” e anarquistas atraídos pelas possibilidades da nova nação.[162]

Não é por acaso que por vezes os jornalistas associavam os criminosos portugueses, italianos e espanhóis ao anarquismo. Isso ocorria na época do auge das atividades militantes do anarquismo no Rio de Janeiro, como entre os anos de 1917 e 1920.[163] Esses estrangeiros eram vistos nestes momentos como “agitadores” e “anarquistas”, pois teriam “pretensas idéias libertárias” que contribuíam no aumento dos crimes contra a propriedade[164]. Era também em plena implementação da Lei de 1907, que decretava a expulsão dos estrangeiros do Brasil,[165] que as reportagens e jornalistas policiais estabeleciam uma associação (implícita ou explícita) entre anarquismo e criminalidade/gatunagem estrangeira. Esse foi o caso do ladrão João Bavari, de nacionalidade espanhola, visto por um repórter do *Jornal do Brasil* como um “anarquista perigoso”, um “elemento pernicioso para ordem e para segurança pública”.

---

[158] “Estranguladores do Rio”, *Jornal do Brasil*, 29/10/1906, 2.
[159] Bretas, Marcos Luiz. “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”. *Op.cit.*
[160] Idem, ibidem, p. 54.
[161] Idem, ibidem, p. 54.
[162] Idem, ibidem, p. 54.
[163] Pena, Lincoln de Abreu. “ O Arqchivo Vermelho: uma revista de opinião”. *Achegas- Revista de Ciência política*, n.30, 2006.; Sheldon, Leslie Maram. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
[164] “Atentados a dinamite”, *Jornal do Brasil*, 13/02/1920, 10. Esses relatos jornalísticos que associavam o anarquismo aos crimes contra a propriedade também eram veiculados na imprensa paulistana, ver: Bernardi, Célia de . *O lendário Meneghetti. Op.cit.*
[165] Sobre essa Lei, ver: Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*

No próprio título da notícia, buscava-se associar a palavra ladroagem ao anarquismo para logo depois, no subtítulo, indicar que o gatuno citado seria expulso, talvez como uma forma sutil de dar respaldo à referida Lei de 1907.[166]

Os jornalistas pareciam assim justificar métodos violentos contra os elementos estrangeiros em nome do "combate à criminalidade". [167]

> São dois audaciosos indivíduos, Franklin dos Santos Monteiro ou Luiz Nora e Antonio Mendes ou Jorge Rudge, ambos portugueses, presos pela polícia vezes sem conta como ladrões.
> Processados e condenados, cumpriam pena na Colônia Correcional dos Dois Rios de onde saíram para dias depois, serem de novo presos na prática de roubos e furtos. Da última vez em que ajustaram contas com a polícia, a coisa foi mais séria.
> Um processo bem feito, acompanhado de provas esmagadoras fez com que o juiz da 4ª. pretoria criminal os condenasse à pena de deportação.
> Assim, a polícia vai ficar livre de dois perigosos indivíduos que seguirão hoje para Lisboa a bordo do paquete Ceylan.
> Os dois deportados tem várias entradas no Corpo de Segurança e os seus "prontuários" são o atestado latente da péssima conduta que tiveram nesta capital.[168]

A historiadora Gladys Ribeiro, ao analisar os processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal durante a Primeira República, chama atenção que o processo de repressão aos elementos estrangeiros ignorava os limites impostos pela lei e expulsava sem formação de culpa ou sem mandado de prisão. "E a expulsão acabava sendo praticada contra estrangeiros já residentes há anos no país, muitos com famílias constituídas, ultrapassando as garantias constitucionais que anulariam a sua retirada do território nacional (...)."[169]

Segundo Lená Menezes[170], a expulsão dos estrangeiros do território nacional era justificada pelas autoridades sob a alegação de garantir a ordem na capital, e defender a própria Nação, pois os estrangeiros eram tidos como inimigos em potencial, já que prejudicavam a segurança com suas ideologias vistas como subversivas. Em função disso, os processos contra tais indivíduos, classificados aí como vadios, cáftens, ladrões e vigaristas, podem ter indicado, como observa Lená Menezes, o mascaramento

---

[166] "Ladrão e anarquista: ato de expulsão", *Jornal do Brasil*, 15/02/1907, 3.
[167] Vale notar que Cláudia Mauch também verifica esses discursos na imprensa de Porto Alegre. Mauch, Cláudia. *Ordem pública e moralidade. Op.cit.*
[168] "Os indesejáveis: seguem hoje para além-mar dois vadios e ladrões", *Jornal do Brasil*, 18/06/1920, 9.
[169] Ribeiro, Gladys. "Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal". *Op. cit.*, p. 114.
[170] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*

da perseguição política.[171] Isso parece ter ocorrido também em parte das representações da imprensa sobre os estrangeiros.

Como uma forma de pressionar a polícia para que a mesma expulsasse os indivíduos dessa nacionalidade do país, os jornalistas policiais faziam questão de mostrar aos leitores que se sentiam incomodados com o fato de ainda haver na cidade a circulação de larápios de origem estrangeira, como mostra a seguinte notícia:

> José Ângelo Evangelista!
> Aí está um nome que tem figurado já no noticiário dos jornais tantas vezes!
> Criminoso dos mais célebres do Rio, que se tem especializado em todo o gênero de rapinagem, o Evangelista, que é um italiano hoje dos seus 50 e poucos anos, conhece todos os xadrezes de nossas delegacias, todas as dependências da Casa de Detenção, mas por um milagre que não se explica até hoje, não se cogitou de sua expulsão do território nacional, sendo, como é, um elemento perigosíssimo.[172]

Dentre as 87 reportagens aqui consultadas sobre a criminalidade estrangeira no Rio (ver o quadro 18), havia, inclusive, um número expressivo de notícias (52 ou 59,7%) que responsabilizavam os ladrões estrangeiros pela expansão do crime no Rio de Janeiro (ver o quadro 19). Pelo quadro abaixo, nota-se que o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta* e o *Correio da Manhã* tinham uma representatividade percentual semelhante entre si no que tange às notícias sobre criminalidade estrangeira.

Quadro 18 – Número de reportagens (por jornal) sobre criminalidade estrangeira, 1900-1920*

Jornais	***Nº***	***%***
Jornal do Brasil	42	5,4% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Correio da Manhã	20	5,3% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	25	4,1% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade

[171] Idem, ibidem.
[172] "O Canhedo da ladroagem", *Gazeta de Notícias*, 19/09/1919, 3.

Total	***87***	***5% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

*Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais cariocas trabalhados.

No que se refere ao percentual de notícias que responsabilizavam os ladrões estrangeiros pela expansão da criminalidade no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* também tinham uma representatividade relativamente semelhante entre si.

Quadro 19 – Número de notícias (por jornal) que responsabilizavam os ladrões estrangeiros pela expansão da criminalidade no Rio de Janeiro, 1900-1920

Jornais	***Nº***	***%***
Correio da Manhã	14	70% de um total de 20 reportagens sobre criminalidade estrangeira
Gazeta de Notícias	16	64% de um total de 25 reportagens sobre criminalidade estrangeira
Jornal do Brasil	22	52,4% de um total de 42 reportagens sobre criminalidade estrangeira
Total	***52***	***59,8% de um total de 87 reportagens sobre criminalidade estrangeira***

Fontes: *Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*

As notícias sobre o assunto eram veiculadas na imprensa numa época na qual a população estrangeira na cidade havia crescido. De acordo com o historiador Marcos Bretas, os estrangeiros haviam emigrado para a cidade carioca "em busca de enriquecimento ou pelo menos de uma oportunidade de trabalho, mas a vasta maioria conseguia apenas sobreviver e, com o tempo, fixar raízes".[173]

A historiadora Lená Menezes assinalou, em seu estudo intitulado "Os indesejáveis", que em 1906 os estrangeiros atingiram 210.515 indivíduos, contra um conjunto de 600.928 nacionais, numa população que alcançava 811.443 habitantes. "Representavam, portanto, cerca de 25 % dos habitantes da cidade. Isto significava que,

[173] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op.cit.*, p. 21.

em números absolutos, eles continuavam a crescer, mesmo que se registrasse uma pequena queda nos índices percentuais, explicada pelas proibições de emigração para o país, que ganhavam visibilidade na cidade com a paralisação do crescimento de algumas nacionalidades no conjunto global."[174]

Em relação às reportagens sobre criminalidade e imigração estrangeira, estas cresceram consideravelmente na década de 1910 (63 notícias) em comparação aos anos de 1900 (24 notícias), representando mais do que o dobro das matérias veiculadas. Em geral, as matérias, em termos quantitativos, variavam para cada ano consultado de uma, duas, três, quatro ou até nove notícias, sendo que em 1915, 1916 e 1920 foram os anos nos quais se verificou um maior número de reportagens sobre o assunto. Em 1916 e 1920 houve respectivamente 15 notícias publicadas, e em 1915 elas chegaram a 26. No ano anterior à Primeira Guerra, em 1913, somente se veiculou quatro notícias sobre o tema, mas esses dados triplicaram em 1915 (26), um ano após o início da guerra.

É importante notar que o historiador Marcos Bretas, ao se debruçar sobre uma notícia do *Jornal do Commercio* em 1917, sobre a questão da imigração europeia no Rio durante a guerra, assinalou que, de acordo com a notícia, o fluxo de imigrantes europeus que entravam no Rio continuou até a Primeira Guerra Mundial.[175] Segundo tal jornal, entre 1907 e 1917 o número de imigrantes que entraram pelo porto do Rio chegou a 452.000. Os números anuais caíram de 78.208 em 1913 para 33.913 em 1914; 16.180 em 1915; e 10.997 em 1916.[176]

Essa baixa no volume imigratório para o Rio durante este período da guerra estava fortemente relacionada, como assinalou Juliana Gomes Dornelas[177], às dificuldades de locomoção durante os conflitos e também à adoção de políticas restritivas contra aqueles considerados nocivos à sociedade: como os anarquistas, que passaram a ser perseguidos a partir de 1917, e os comunistas. Mas o número de imigrantes estrangeiros que chegavam ao Rio foi inversamente proporcional ao número de notícias de ladrões estrangeiros consultadas que transitavam na cidade em 1915 e 1916, já que nesses anos houve, como já assinalado, um crescimento expressivo de matérias sobre o assunto.

---

[174] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op.cit.,* p. 63.
[175] *Jornal do Commercio*, 13/01/1917, *apud* Bretas, Marcos. *Ordem na cidade, op. cit.*, p. 21.
[176] Idem, ibidem.
[177] Dornelas, Juliana Gomes. *Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1914).* Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

Segundo as reportagens policiais, o aumento dos larápios estrangeiros no Rio nesse período da guerra se deveu porque, como tais criminosos estariam impossibilitados de "operar nos países em guerra", haja vista que nas Repúblicas do Prata as "respectivas polícias" haviam tomado "enérgicas medidas" contra eles, buscavam perpetrar seus crimes no Rio. Isso porque sabiam de "antemão que a polícia" da cidade não estaria "aparelhada para os capturar".[178] Por isso, afirmava um repórter de polícia, o Rio de Janeiro era conhecido como o "paraíso dos ladrões", já que tais criminosos agiam "tranqüilamente, fazendo com que raro seja o dia em que os jornais não registrem tais façanhas".[179]

Mas vale notar que esse mesmo argumento, que apontava para uma relação direta entre a perseguição policial nas repúblicas platinas e o êxodo desses criminosos para o Rio de Janeiro, podia ser utilizado também em quaisquer épocas do ano, e não só durante a Primeira Guerra, como mostra a seguinte notícia publicada em 1913: "Afonso Pinto disse ser demasiadamente conhecido da polícia de Buenos Aires como ladrão, já tendo cumprido duas sentenças e, vendo-se muito perseguido pela polícia portenha emigrou para o Rio com o intuito de arranjar aqui a vida".[180]

Matérias como essa nos indicam que o crescimento na imprensa do número de notícias de ladrões estrangeiros no Rio, em 1915 e 1916, se deveu não ao argumento esboçado acima, mas sim aos interesses mercadológicos dos repórteres e da imprensa em veicular com mais intensidade o assunto nesses anos, durante os quais a guerra se encontrava a pleno vapor. Afinal, veicular assuntos relativos à guerra europeia juntamente com as notícias de crimes do Rio de Janeiro certamente constituíam ingredientes substanciais para as notícias sensacionais. Não é à toa que em 1915 e 1916 as notícias de ladrões estrangeiros, comparativamente em relação aos anos anteriores, aumentaram não só em número mas também em espaço, chegando algumas vezes a ocupar a página inteira do jornal, com títulos muitas vezes chamativos e em negrito.[181]

Mas é importante notar que nos dois anos seguintes a 1915 e 1916, ou seja, 1917 e 1918, o número dessas notícias diminuiu consideravelmente – quatro notícias. Talvez isso explique por que a guerra já não era uma novidade para os leitores, pois ela

---

[178] "Noticiário policial: paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 28/04/1915, 9.
[179] Idem, ibidem.
[180] "Paraíso dos ladrões: perseguição tenaz: dois gatunos argentinos", *Jornal do Brasil*, 28/05/1913, 6.
[181] Ver, por exemplo: "Os ladrões estrangeiros no Rio", *Jornal do Brasil*, 27/11/1915, 9; "Os planos rocambolescos: uma quadrilha opera nesta capital e está aparelhada para todas as emergências", *Jornal do Brasil*, 24/03/1915, 8; "O Rio é hoje, positivamente, o paraíso da gatunagem", *Correio da Manhã*, 28/01/1915, 3.

estava em sua fase final. No entanto, em 1920 o número de reportagens sobre ladrões estrangeiros voltou a crescer consideravelmente, tal como ocorrera, proporcionalmente, com a população estrangeira na capital. Segundo Lená Menezes, em 1906 os imigrantes somavam 210.515 indivíduos numa população que alcançava 811.443, ao passo que em 1920 o número de estrangeiros chegou a 239.129 indivíduos num total de 1.157.873 habitantes.[182]

Na perspectiva da autora, independente, portanto, de qualquer fator restritivo, a população estrangeira na cidade cresceu em números absolutos, triplicando seu número no intervalo de 60 anos (de 1870 até 1930). Em termos relativos, ela tendeu a se manter em torno dos 20% do conjunto global da população.[183]

Segundo os repórteres, em relação ao número de ladrões estrangeiros que chegavam ao Rio de Janeiro no início do século XX, também crescia, em termos absolutos, neste período, devido aos fatores já comentados.

A relação que se estabelecia entre imigração e aumento da criminalidade na cidade era derivada não só em função de uma maior quantidade de gatunos estrangeiros que chegavam ao Rio, mas também porque tais criminosos eram vistos como "inteligentes, ágeis e hábeis na arte de furtar". Os jornalistas alegavam que os referidos criminosos por terem tais características na arte de se apoderar do bem alheio, conseguiam engendrar facilmente os roubos na cidade, seja praticando-os individualmente ou em grupo por quadrilhas especialistas em roubar o alheio.

Tais quadrilhas eram caracterizadas pelos arrombadores de cofres das casas comerciais com instrumentos aperfeiçoados (como a serra circular), o que demonstrava maior habilidade técnica e conhecimento de mecânica utilizado no processo desses crimes.[184] Seja atuando individualmente ou em grupo, os ladrões de origem estrangeira eram vistos como "profissionais do crime", já que tinham grandes habilidades para pular os telhados das casas onde furtavam, planejar meticulosamente um assalto a um banco, utilizar técnicas modernas e instrumentos para roubar etc.

A audácia desses ladrões se devia também, segundo os repórteres, aos atos criminais difíceis que eles conseguiam efetivar, como a realização de roubos nos lugares mais movimentados do Rio, inclusive perto das delegacias da cidade, e em plena luz do

---

[182] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[183] Idem, ibidem.
[184] Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti. Op. cit.*

dia. [185] Embora os jornais considerassem os ladrões estrangeiros inteligentes na arte de se apropriar do bem alheio, não veiculavam – pelo menos ao que pudemos constatar em nossa pesquisa – que esse grupo de gatunos cometesse crimes de estelionato, delitos esses considerados mais sofisticados e modernos naquela sociedade de início do século XX.

Em todo caso, registravam em maior número os furtos/roubos de objetos valiosos perpetrados pelos estrangeiros, no caso joias e dinheiro em médias ou grandes proporções (ver o quadro abaixo). Os repórteres de polícia consideravam que, no caso das joias furtadas, elas não eram somente materialmente lucrativas, mas também objetos que os ladrões usavam para eliminar as provas contra eles, já que o ouro se derrete: "A jóia é sempre lucrativa. Se tem pedras raras desmontam-se e vendem-se em avulso. O ouro derrete-se. É sempre a eliminação da prova".[186] E, como os gatunos estrangeiros eram vistos como criminosos que efetivavam seus crimes de forma muito racional e precavida, como veremos mais adiante, os furtos de joias aí predominantemente registrados talvez tivessem o intuito de mostrar aos leitores a suposta racionalidade e a esperteza desses criminosos.

Quadro 20 – Bens subtraídos pelos gatunos estrangeiros (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Joias	35	23,8%
Dinheiro	27	18,3%
Roupas/objetos de uso pessoal	19	12,9%
Instrumentos para roubar/objetos de casa	18	12,2%
Alimentos/bebidas	3	2%
Objetos não identificados	45	30,6%
Total	***147***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Os repórteres pareciam mesmo estabelecer em suas narrativas, de forma implícita ou explícita, uma relação naturalizada entre o elemento estrangeiro e a inteligência na arte de furtar: "Os vestígios encontrados (...) (do crime) deixavam

[185] *Jornal do Brasil*, 12/02/1906, 1.
[186] "Uma quadrilha de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 12/11/1907, 2.

entrever que se estava em face de uma quadrilha de arrombadores estrangeiros. Percebia-se, principalmente, nos vestígios deixados pelos assaltantes, traços de sua habilidade e inteligência”[187].

A seguir analisaremos como os jornalistas retratavam os casos de ladrões internacionais que circulavam por Buenos Aires, Montevidéu e Rio, cidades que se consagraram como rotas seguidas por tais criminosos. [188]

3.1. “Criminosos viajantes”: os ladrões internacionais

A partir da pesquisa, constatamos que os jornalistas divulgavam, entre outros casos, as notícias de ladrões estrangeiros sul-americanos (argentinos e “orientais” (uruguaios)) e principalmente europeus (ver o quadro abaixo).

Quadro 21 – Número de gatunos estrangeiros registrados pelas reportagens policiais, 1900-1920*

Gatunos estrangeiros	*Nº*	*%*
Europeus	117	79,6%
Sul-americanos	30	20,4%
Total	***147***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*.
*Vale notar que não contabilizamos os casos de ladrões estrangeiros de outras nacionalidades que por vezes também apareciam na imprensa. Não fizemos essa contagem, pois tais casos apareciam normalmente em poucas linhas, sem aparentemente comentários dos jornalistas sobre os referidos personagens. Além disso, eles vinham, regra geral, registrados em um ou dois parágrafos, ou seja, abaixo do critério de contagem das notícias estipulado pela pesquisa.

Como se percebe pelo quadro acima, os gatunos sul-americanos apareciam em menor quantidade do que os europeus, talvez por ter havido na época um aumento mais expressivo da imigração europeia para a cidade do que a sul-americana, como veremos mais adiante. De qualquer forma, os imigrantes sul-americanos apresentaram um crescimento contínuo a partir da virada do século, com destaque para os argentinos e os uruguaios, conforme salientou Lená Menezes.[189] “A intensa circulação no cone sul

[187] “Os ladrões no Rio: Foi presa pela nossa polícia uma audaciosa quadrilha de arrombadores estrangeiros”, *Gazeta de Notícias*, 16/02/1917, 3.
[188] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[189] Idem, ibidem.

tornou permanente sua presença na cidade. Cada crise nas repúblicas platinas passou a significar incremento no fluxo para as cidades brasileiras."[190]

Na imprensa, os ladrões sul-americanos que aqui chegavam eram retratados de uma forma semelhante aos europeus. Ou seja, eram representados como criminosos ágeis, astutos e inteligentes.

> Antes de entrarmos na narração do fantástico caso, em que ia sendo embrulhada uma senhora inexperiente, por audacioso ladrão, bastante conhecido da polícia, devemos descrever ao leitor quem é esse rapinante, hábil e destro na arte de se apropriar do alheio.
> Trata-se do astuto ratoneiro Arnaldo Pinto (oriental) indivíduo de piores precedentes. [191]

Segundo os repórteres policiais, as cidades de onde os criminosos sul-americanos especialmente procediam eram Buenos Aires e Montevidéu, tidas – juntamente com a Europa – como os grandes centros da criminalidade moderna:

> Aos 16 anos, (Carleto) foi expulso da casa paterna, emigrando para a América do Sul, vindo habitar primeiramente em Buenos Aires, onde se filiou aos larápios que infestavam aquele grande centro.[192]

Além disso, essas duas cidades se consagraram – juntamente com o Rio de Janeiro – no roteiro seguido pelos ladrões, como indica a seguinte reportagem:

> (...) A polícia soube da existência aqui de uma perigosa quadrilha de ladrões, todos eles expulsos de Buenos Aires. Bento já esteve em Montevidéu e Buenos Aires, de onde regressou há meses, depois de um roubo de jóias que praticou a bordo de um dos navios de Mala Real (*sic*).[193]

Os delinquentes que frequentemente seguiam esse roteiro para chegar num país ou no outro eram considerados viajantes e criminosos profissionais, pois faziam do crime sua profissão habitual e meio de ganhar a vida.[194] Eles se caracterizavam também por serem criminosos que não tinham residência fixa e que viajavam sempre depois dos

---

[190] Idem, ibidem, p. 79.
[191] "Astúcia de um larápio", *Jornal do Brasil*, 17/07/1909, 5.
[192] "A quadrilha da morte", *Gazeta de Notícias*, 29/10/1906, 1-2.
[193] "Os ladrões. A polícia está na pista de ladrões argentinos que para aqui vieram operar durante o Carnaval", *Correio da Manhã*, 31/01/1913, 2.
[194] Galeano, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920", Bohoslavsky, Ernesto Caimari, Lilá y Schettine, Cristiana (org.). *La polícia em perspectiva histórica, Argentina e Brasil (del siglo XIX a la actualidad)*, CD-Rom, Buenos Aires, 2009.

crimes, como assinalou o diretor do Gabinete de identificação da polícia carioca Elysio de Carvalho[195].

Segundo a *Revista Policial*, os delinquentes viajantes se transladavam continuamente de uma cidade a outra, dentro ou fora do país, munidos de um arsenal de nomes falsos[196]. As reportagens policiais consultadas também chamavam atenção para essas características em relação aos criminosos viajantes, como mostra a seguinte matéria: "O criminoso uruguaio de nome Carlos Reys ou Carlos Magno, Carlos Ângelo foi condenado por 10 anos de prisão em Buenos Aires e fugiu para Montevidéu, de onde desapareceu com o destino para o Rio".[197]

Esses delinquentes também apareciam aí como sendo criminosos fugitivos de outros países ou que circulavam, como já mencionamos, pelas diferentes cidades que constituíam os pontos de passagem obrigatória das rotas internacionais. Todos eram criminosos internacionais perseguidos pela polícia de diferentes países[198].

Como assinala Lená Menezes – ao analisar os casos de cáftens nos processos criminais –, a facilidade de passagem pelas fronteiras terrestres possivelmente teria permitido que muitos deles escapassem da vigilância dos portos e circulassem com facilidade, fugindo desta ou daquela cidade, conforme aumentassem as pressões policiais.[199]

No que diz respeito mais especificamente aos relatos da imprensa, as reportagens policiais assinalavam que tais criminosos emigravam para a capital brasileira devido a diferentes fatores que podiam estar ou não articulados entre si. Um dos motivos apontados pelos jornalistas se devia ao fato dos gatunos internacionais acreditarem que o Rio de Janeiro era uma cidade onde ganhariam dinheiro e bens de valor facilmente, devido ao progresso material aí existente ou porque aqui era uma cidade aprazível, com seus bairros boêmios, "casas de espetáculos, confeitarias e cafés da moda"[200]: "(...) o gatuno Armando Ariatti estava em Buenos Aires e, como tivesse saudades do largo da Lapa, tomou passagem no "avion" com destino a esta cidade".[201]

---

[195] Carvalho, Elysio de. *A polícia carioca. A criminalidade contemporânea.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
[196] *Revista Policial*, Ano 1, n. 2, Rio de Janeiro, 30/10/1919, *apud* Galeano, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920". *Op.cit.*
[197] "Um criminoso célebre", *Correio da Manhã*, 27/08/1913, 5.
[198] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[199] Idem, ibidem.
[200] *Jornal do Brasil*, 16/10/1906, 2.
[201] "Homem-mulher", *Jornal do Brasil*, 16/05/1913, 9.

Salientava-se também que os rapinantes internacionais emigravam para o Rio porque encontrariam na cidade um campo vasto para agir, pois não corriam o risco de cair "nas garras da polícia", já que o serviço de vigilância (e de investigação) da capital era "pessimamente feito". [202]

Uma outra razão mencionada era a repressão policial feita a tais criminosos em diferentes países, como mostra o seguinte título da notícia: "Um criminoso célebre: embarcou em Buenos Aires com destino ao Rio, fugindo à perseguição da polícia, um grande criminoso".[203]

Os jornais também salientavam que os ladrões internacionais tinham sua entrada facilitada no Rio devido à má fiscalização da polícia marítima. Segundo uma reportagem:

> A polícia do Rio é indulgente para os ladravazes de sua iguala. (...) O (ladrão) Armando é argentino (...) e no ano passado perseguido pela polícia da sua terra, menos indulgente que a nossa para os ladravazes de sua iguala, abandonou a adiantada capital platina e, a bordo de um transatlântico, viajou para a nossa Sebastianópolis.[204]

Em função dessa má fiscalização da polícia marítima, os jornalistas alegavam que tais criminosos chegavam e saíam da capital brasileira mais de uma vez, como indica o próprio título de uma reportagem: "Armando Ariatti (ladrão argentino) está novamente no Rio de Janeiro"[205].

> (...) Armando Ariatti (...) enviou uma carta a polícia marítima comunicando as autoridades que se preparasse pois que em breve viria visitar o Rio e que havia de desembarcar facilmente.
> Dito e feito. Ariatti chegou, desembarcou e não foi incomodado pela polícia marítima(...).[206]

Mas a imprensa não mencionava que o grande problema do policiamento do porto do Rio era que na época não havia uma força policial nacional para controlar as fronteiras. Se um imigrante impedido de ingressar no país se dirigisse a outro porto, a exemplo de Santos, como assinalou Marcos Bretas[207], a responsabilidade do controle de imigração passava por outra jurisdição policial.

---

[202] "A casa Leblanc assaltada", *Correio da Manhã*, 21/06/1920, 4.
[203] *Correio da Manhã*, 27/08/1913, 5.
[204] "Um homem-mulher: Armando Ariatti, célebre ladrão argentino", *Correio da Manhã*, 16/05/1913, 4.
[205] *Jornal do Brasil*, 16/05/1913, 9.
[206] "Um homem-mulher", *Jornal do Brasil*, 16/05/1913, 9.
[207] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*, p. 65.

Independentemente desse problema, a imigração desses delinquentes para a capital era, na perspectiva dos jornalistas policiais, inevitável de acontecer, devido aos fatores anteriormente mencionados. Por tudo isso, alegavam tais jornalistas, havia uma "abundância dessa gente no Rio de Janeiro, transformando-o no paraíso dos ladrões". [208]

O Rio de Janeiro aparecia em tais notícias como uma capital que teria ocupado uma posição de ponto terminal das rotas que se deslocavam da Europa em direção ao Atlântico Sul[209]:

> (...) Há pouco tempo, sob o título "Ladrões de Paris", narramos a captura nesta capital de dois perigosos e elegantes ratoneiros, que iniciaram na capital francesa a sua carreira criminosa, praticando audaciosos e importantes roubos.
> (...) Percorrendo depois outros países do Velho mundo, como a Inglaterra, a Alemanha, Itália e Espanha vieram fazendo suas proezas no latrocínio e do modo mais completo possível, escapando quase sempre à ação da polícia.
> São eles o francês Feliz Rouan e o alemão Leonel Rouyt, que esteve longos anos na França, operando conjuntamente com aquele que usa também o nome de Raou Carnec, dizendo-se ambos ora engenheiros, ora profissionais.
> Acossados pela polícia daqueles países foram eles obrigados a procurar refúgio em Buenos Aires, onde também puseram em prática astuciosos planos, avançando em avultadas quantias e muitas jóias.
> Quando perseguidos pela polícia, aportaram para o Rio, onde desembaraçadamente puseram em execução os seus planos ardilosos.[210]

Um dado marcante que aparece na documentação era o circuito Buenos Aires/Montevidéu/Rio de Janeiro, que evidencia o intercâmbio permanente que se processava no Cone Sul.[211] Esse intercâmbio se dava seja pelas pressões policiais na região platina, seja pelos interesses pecuniários que pareciam existir entre os criminosos das repúblicas platinas e os da capital brasileira. Um exemplo disso foi o suposto negócio de notas falsas existente entre Afonso Coelho e um gatuno oriental, sugerido por uma reportagem da *Gazeta.* Nas palavras do repórter da matéria:

> Afonso foi aqui, por vezes, visitado por um oriental, que diziam ser um gatuno internacional (...). Esse oriental de sotaque espanhol (...) muito sagaz de estatura regular, cabelos pretos e olhos pequenos, há anos tinha a cara completamente raspada (...) Asseveram que o

[208] " O Rio é hoje positivamente o paraíso da gatunagem", *Correio da Manhã*, 28/01/1915, 3.
[209] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[210] "A cidade nova em polvorosa", *Jornal do Brasil*, 30/11/1910, 7.
[211] Lená Menezes também percebe esse intercâmbio em sua documentação (processos criminais envolvendo cáftens). Ver: Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*

> negócio entre esse oriental e Afonso era o de notas falsas. Esse oriental é muito conhecido entre elementos da polícia dessa capital, havendo quem afirme que talvez seja Aurelio Munez y Mummoz a quem o estelionatário escrevia em espanhol uma carta encontrada na sua secretária, já envelopada e selada, com o endereço: Travessa do Torres, 19.[212]

Outra característica marcante na documentação são que as atividades criminosas dos ladrões internacionais pareciam ser bastante rendosas pelas altas quantias de dinheiro depositadas nos bancos de Buenos Aires ou do Rio de Janeiro, e pela própria predisposição dos criminosos de arcar com todas as despesas do processo[213]. Um exemplo disso foi o caso de um famoso larápio oriental que chegara à capital brasileira em 1919 chamado Domittus. O criminoso foi acusado de furtar o "famoso colar" da "Madame" Sara Madero, no Mar do Prata na Argentina, juntamente com "outras jóias de grande valor".[214] Segundo os jornais, Domittus tinha uma conta de 7 mil pesos em Buenos Aires que iria mandá-los para o seu advogado para custear as despesas do processo.

> (...) (O ladrão) Domittus desapareceu do dia para noite, sem que ninguém saiba para onde, e burlando a ação dos agentes que a polícia, enquanto aguardava a extradição oficial, mantinha no encalço do espertalhão.
> (...) Na sua palestra com o advogado Silveira Martins, dissera o larápio ter um depósito a sua disposição em Buenos Aires, acerca de 7 mil pesos, e que os ia mandar buscar para custear as despesas do processo.[215]

Tais informações sugerem que os delinquentes viajantes se transladavam continuamente de uma cidade a outra, dentro ou fora do país, não só pelos motivos anteriormente destacados pelos jornalistas, mas também devido às altas quantias de dinheiro que pareciam conseguir adquirir com seus crimes, e que lhes permitiam fugir deste ou daquele país, sem serem pegos.

Mas as reportagens policiais não apenas destacavam o contínuo trânsito dos gatunos internacionais nos diferentes países e cidades sul-americanas. Também apontavam como a polícia do Rio e da região platina lidavam com a problemática dos delinquentes viajantes; problemática que era dificultada por não haver no arquivo

---

[212] "O assassínio de Afonso Coelho. Acredita-se que o célebre "scroc" planejava uma grande façanha. Suas propriedades valem mais de 40 contos", *Gazeta de Notícias*, 14/12/1922, 5.
[213] Lená Menezes também percebeu essa característica nos processos criminais envolvendo os cáftens. Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[214] "Eufélio de Domittus, o gatuno elegante, diverte-se pelo Rio", *Correio da Manhã*, 19/06/1919, 3.
[215] "As espertezas de um "scroc" célebre", *Correio da Manhã*, 13/06/1919, 3.

policial um sistema de identificação que permitisse vigiá-los, como observou Diego Galeano.[216]

Acrescenta-se a isso o fato de que, segundo o noticiário policial, alguns criminosos viajantes usavam diferentes disfarces para não serem identificados pela polícia. Um exemplo disso foi o caso do gatuno argentino Armando Ariatti, que teria chegado no porto do Rio de Janeiro vestido de mulher.

Tal caso ganhou destaque nos jornais[217], pois os jornalistas se aproveitaram da história, que tinha ares de história de ficção, para poder apelar para a imaginação do público. Nos próprios títulos das matérias, destacavam em letras garrafais casos como este: "Um homem-mulher: Armando Ariatti, célebre ladrão argentino, já está nas malhas da polícia". "Homem-mulher: Armando Ariatti novamente no Rio. Iludindo a polícia consegue desembarcar".[218] No interior dos textos, os jornalistas policiais continuavam a narrar a história de Ariatti que, segundo os noticiaristas, devido ao seu "porte grácil e airoso" teria chamado atenção de um policial que gostava "de se atirar aos namoricos":

> (...) Armando, para mais facilmente poder apoderar-se do alheio, usa disfarçar seu adelgado corpo de rapaz sob luxuosas vestes femininas. E tão bem ele se ajusta, que só com muita dificuldade se consegue descobrir-lhe o embuste.
> Como dizíamos, chegado o navio ao porto do Rio de Janeiro, Armando pretendeu desembarcar, quando a polícia marítima lhe embargou os passos.
> Armando pareceu conformar-se com a resolução das autoridades e, humildemente, retirou-se para o interior do navio.
> Horas depois ele desaparecia de bordo. Toda a polícia, representada pelo que o melhor Argus possui no Corpo de Segurança pôs-se em campo à procura do meliante. Os dias se passavam, os Sherlocks já tinham os calos em brasa, andavam já a morrer de cansados, de tanto procurar Armando, quando certa vez um agente, que gostava de se atirar aos namoricos de vez em quando, viu passar por ele uma rapariga, cujo porte grácil e airoso lhe pôs logo a cabeça a dar voltas.
> O agente acompanhou-a, foi "nas águas" da rapariga. Uma infelicidade, porém, a espreitava. Uma maldita bronquite entornou o caldo a todo aquele aparato que fazia as delícias do agente, e um acesso de tosse estragou a rapariga, que não era senão Armando Ariatti.

---

[216] Galeano, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920". *Op. cit.*
[217] As edições de 1913 da *Gazeta* não estão microfilmadas. Por isso não foi possível ver se o jornal também cobriu o caso de Ariatti.
[218] *Correio da Manhã*, 16/05/1913, 4; *Jornal do Brasil*, 16/05/1913, 9.

> Preso e processado, Armando foi condenado à expulsão e ficou depositado no Corpo de Segurança, à espera da ocasião para ser recambiado para sua pátria.[219]

Mesmo que os criminosos viajantes como Ariatti usassem diferentes disfarces para não serem identificados pela polícia, a imprensa carioca salientava que havia uma rede de intercâmbios entre a polícia portenha e a polícia carioca que acabava por dificultar o contínuo trânsito desses criminosos nos países do cone sul. Embora, ao mesmo tempo, como vimos, as reportagens responsabilizassem a polícia marítima do Rio pela crescente vinda desses delinquentes à cidade, alegavam que essa mesma polícia recebia instrução para vigiar os navios com procedência da região platina. E que, além disso, recebia solicitações de prisões dos criminosos sul-americanos foragidos, como mostra o próprio subtítulo de uma matéria: "A polícia uruguaia pede à nossa a prisão de Enquiere Perez, perigoso ladrão"[220]. Para facilitar a prisão, a polícia platina também divulgava fotografias desses criminosos para a polícia do Rio.

A imprensa também alegava que a polícia do Rio recebia da polícia de Buenos Aires informações sobre os criminosos da capital portenha que aqui estariam transitando: "Agora, por um ofício recebido do chefe de polícia da capital argentina, sabem as nossas autoridades estar domiciliado no Rio um grande criminoso".[221]

O historiador Diego Galeano[222], ao trabalhar com muita propriedade as conferências sul-americanas das polícias do cone sul sobre a problemática dos delinquentes viajantes, chama a atenção que essa rede de intercâmbios entre tais polícias começou a ser gestada em finais do século XIX. Mas adquiriu força a partir de uma série de reuniões realizadas em Buenos Aires no início do século XX. O autor salienta que a formação da rede de cooperação entre as polícias sul-americanas pode ser interpretada como uma resposta ao problema da revolução cinética nas cidades. Diego Galeano assinala que a prática de circular fotografias procurou ser uma primeira resposta para o reconhecimento dos delinquentes viajantes.[223]

Segundo o autor, as polícias argumentavam que os serviços de vigilância, organizados dentro de rigorosas fronteiras jurisdicionais, estavam cada dia mais

---

[219] "Um homem-mulher", *Correio da Manhã*, 16/05/1913, 4.
[220] "À procura de um criminoso", *Correio da Manhã*, 25/10/1913, 3.
[221] "Um criminoso célebre", *Correio da Manhã*, 27/08/1913, 5.
[222] Galeano, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920". *Op. cit.*
[223] Galeano, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920". *Op. cit.*

defasados em relação aos recursos tecnológicos dos delinquentes. Este argumento, constata o autor, foi parte de um discurso mais amplo sobre a necessidade de condensar uma nivelação espaço-temporal destes dois mundos: o policial e o criminal. Mas o historiador adverte que a formação da rede de intercâmbios entre as polícias sul-americanas não deve ser pensada simplesmente como uma experiência de "cooperação policial internacional". Na verdade, se tratava da formação de uma rede policial que Galeano qualificou de *interurbana*, ou seja, "uma rede que significava um salto do nível urbano ao nível regional, em uma época em que as cidades sul-americanas haviam aumentado muito suas conexões, fundamentalmente pela extensão das rotas atlânticas".[224]

Assim, como se pode notar, tanto a rede de intercâmbios entre as polícias sul-americanas quanto o contínuo intercâmbio entre os criminosos do cone sul se formavam nesse contexto de intensas conexões entre as cidades desses países.

3.2. Os criminosos das repúblicas platinas noticiados no Rio de Janeiro

Em fins do século XIX e começo do XX, o Brasil começava a receber notícias da imprensa de Buenos Aires e de Montevidéu de casos de criminosos que circulavam nas repúblicas platinas. Isso se dava numa época na qual nascia uma cultura sensacionalista internacional[225], durante a qual incorporava-se os cabos telegráficos na imprensa, permitindo que o público letrado brasileiro lesse as notícias vindas dessa região.[226]

Por vezes, tais notícias tratavam de casos de bandidos que se tornaram famosos na região do prata por suas peripécias criminais. Estes foram os casos do argentino chamado de "Sans Pena Urquiza" e do uruguaio Sixto Torres. O jornal *Gazeta de Notícias*, que divulgou tais casos em 1918, dizia receber frequentemente da imprensa de Montevidéu e Buenos Aires notícias semanais.[227]

A *Gazeta* publicou no referido ano duas matérias sobre os criminosos em questão. Uma delas tratava do caso do argentino acima mencionado. A matéria tinha um

---

[224] Idem, ibidem, p. 20.
[225] Kalifa, Dominique. *L'encre et le sang. Récits et société à la Belle Époque.* Paris: Fayard, 1995.
[226] Galeano, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920". *Op. cit.*
[227] "O Rocambole argentino. As proezas fantásticas de um criminoso. Os seus processos audaciosos", *Gazeta de Notícias*, 29/01/1918, 2; "Um herói de novela: A prisão do mais temível bandido uruguaio. As proezas sinistras de Sixto Torres, *Gazeta de Notícias*, 13/03/1918, 3.

estilo claramente romanesco, como se fosse um folhetim de Ponson du Terrail, o criador de Rocambole. O repórter fazia referência a tal personagem fictício ao classificar Urquiza de "Rocambole argentino". Além disso, mostrava as "proezas fantásticas" que o bandido teria realizado, como indicado no próprio título da matéria: "O Rocambole argentino. As proezas fantásticas de um criminoso. Os seus processos audaciosos".[228] A reportagem é dividida em seis partes que contam a história das "proezas" criminosas de Urquiza. São elas: "As luas de mel de Rocambole", "Em Tucumán", "Um suicídio simulado", "O testamento fantástico", "Papéis comprometedores" e "A condenação".

Antes de o repórter relatar cada uma dessas partes, faz um pequeno resumo da vida criminosa de Urquiza e os processos a ele imputados. Assinala que a polícia de Buenos Aires o processou em outubro de 1916 por crime de roubo, sendo ele absolvido por falta de provas. Segundo a reportagem, nessa época Urquiza havia chegado à capital argentina, e fazia se apresentar como secretário do Ministério da Justiça e Instrução Pública. Perseguido pela polícia portenha, teria passado para Montevidéu, onde fora capturado e submetido a processos por várias vezes. Depois teria sido enviado a Buenos Aires em virtude da extradição solicitada pelas autoridades argentinas. Segundo a notícia, com o último processo que a ele tinha sido imputado, foram "descobertas as suas proezas fantásticas".

Uma delas era a história do "testamento fantástico" que Urquiza teria forjado para se apoderar de uma "vultosa fortuna". Ele teria declarado que os "seus bens montavam a soma de 362.000 pesos que lhe caíram por herança de seu pai e que se achavam depositados no Banco da Nação". Segundo o jornalista da matéria, outra proeza do criminoso era que "em poder de Rocambole" a polícia teria apreendido vários papéis com carimbo do Ministério da Justiça. Tais papéis teriam sido subtraídos pelo bandido para que forjasse a sua identidade, passando-se por secretário do Ministério.

O repórter, depois de narrar esta e outras "proezas criminosas" de Urquiza, salientava que o criminoso foi condenado, como se fosse uma forma de mostrar que os bandidos acabavam se dando mal devido à sua vida de crimes. Assim, tal como costumavam fazer os jornalistas da época, impregnava o seu texto de um sentido moral. Mas ao mesmo tempo destacava a ideia de que o criminoso argentino era um mestre em maquinações e tramóias bem audaciosas, a ponto de se passar por secretário do Ministério da Justiça e forjar um testamento para se apoderar de uma grande quantia de

[228] *Gazeta de Notícias*, 29/01/1918, 2.

dinheiro. Os leitores poderiam interpretar a partir desse relato que o crime era algo rendoso na sociedade, e não pernicioso, como queriam passar a imprensa e os jornalistas da época.

Dias depois dessa reportagem, a *Gazeta* publicava outra matéria sobre a evasão de Urquiza de Tucumán, onde ele esteve preso aguardando sua sentença. A reportagem aventava a hipótese de que o mesmo estaria refugiado no Brasil. No próprio título da matéria, o jornal levantava essa hipótese: "O Rocambole argentino evadiu-se de Tucumán. Estará, porventura, refugiado no Brasil?".[229] A reportagem veiculava essa ideia, sob a alegação de que o bandido, como era muito conhecido no Uruguai e no Chile devido aos seus inúmeros delitos, lá possivelmente seria perseguido, caso estivesse nesses países.

Urquiza era retratado na matéria como um ladrão de nome internacional e famoso nas repúblicas espanholas. "No Chile começou a sua carreira sob o nome de Raul Luna; pelo espaço de vários anos, Urquiza foi um dos gatunos mais temíveis de que há memória."[230]

O repórter para reforçar tal assertiva descreveu minuciosamente os roubos praticados por Urquiza e de como este sempre conseguia ser solto, devido à falta de provas. Na opinião do jornalista, tudo isso indicava que o gatuno era hábil e inteligente.

O jornalista, ao considerá-lo como bígamo, falsário e "fantástico aventureiro", supunha que o criminoso por isto havia conseguido se refugiar no Brasil, pondo-se a salvo das perseguições das polícias argentina, uruguaia e chilena que "acompanharam com a maior vigilância todos os seus passos".[231]

Apesar de o jornalista não saber efetivamente se Urquiza estava no Brasil, traçava aí uma associação intrínseca entre a perseguição da polícia sul-americana ao criminoso e o seu êxodo ao Brasil, tal como as reportagens sobre os ladrões internacionais traçavam, como vimos anteriormente.

Em torno de um mês depois de publicada essa matéria sobre Urquiza, a *Gazeta* publicou o caso do uruguaio Sixto Torres.[232] Similarmente ao criminoso argentino, Torres era visto como um bandido que fazia várias ações criminosas "fantásticas" dadas a criatividade e a audácia de seus delitos. Mas diferentemente de Urquiza era classificado como perverso por ter cometido crimes de sangue.

---

[229] *Gazeta de Notícias*, 8/02/1918, 2.
[230] Idem, ibidem.
[231] Idem, ibidem.
[232] *Gazeta de Notícias*, 13/03/1918, 3.

Embora o texto não estivesse dividido em partes distintas tal como ocorrera com a matéria sobre o criminoso argentino, já no título da reportagem o texto indicava o seu estilo romanesco e a intenção de hiperbolizar a periculosidade do bandido uruguaio: "Um herói de novela: a prisão do mais temível bandido uruguaio. As proezas sinistras de Sixto Torres".

Na opinião do jornalista, o bandido era personagem "tristemente célebre nos anos do crime", cujo nome bastava "para inspirar verdadeiro terror" por onde passava. Ao fazer uma pequena biografia de sua vida, a reportagem salientava que Sixto Torres nasceu em 1896 no Uruguai. Em 1913 teria aparecido pela primeira vez no Chaco – que é uma província da Argentina situada na região do chaco argentino e tem como capital a cidade de Resistência –, onde havia trabalhado como carregador de madeira na estrada de ferro Central. Depois disso, teria mudado do Chaco para uma outra região próxima, onde resolveu assaltar a casa de um colono de nome Domingo Ruiz, em companhia de dois bandidos.

Domingo Ruiz, sua esposa Maria Ruiz e os peões Jacinto Armanda e Ramos Ayala foram, nas palavras do noticiarista, "barbaramente degolados" por Sixto Torres. Este, por sua vez, fora preso e detido em 1914, entrando depois no cárcere.

Três anos depois, Sixto teria conseguido, na opinião do jornalista, "evadir-se em circunstâncias bastante dramáticas".

> Depois de exaustivo trabalho, conseguiu serrar as grades de sua cela e, com o auxílio de outros companheiros, praticou uma escavação de seis metros de profundidade, uma espécie de túnel, que desembocava fora do cárcere e a três metros de distância do ponto onde estava posta a sentinela.
> Ao ver-se na rua, o bandido gritou em voz estentórica:
> - Viva Sixto Torres! Viva a liberdade! [233]

Segundo a matéria, Sixto tinha fugido velozmente. No mesmo ano, em 1917, o criminoso teria perpetrado, a 40 léguas de Resistência, outro crime considerado pelo noticiarista como "selvagem". Ele teria matado os fazendeiros Anselmo Ariceta, Carlos Aranda e Antonio Eximaos, tendo desaparecido com a "concubina" de Ariceta, de nome Justa Rodrigues.

A matéria comenta que, desde o primeiro momento do referido crime, o comissário Galto Lavalle, ao atribuir a autoria deste delito a Sixto Torres, resolveu dar

[233] *Gazeta de Notícias*, 13/03/1918, 3.

uma batida nos montes, “eficazmente secundado por uma escolta de índios, comandados pelo cacique Mayordomo”.

Nos montes, o criminoso teria vivido com uma mulher chamada Emiliana. Esta teria oferecido à polícia dados acerca da vida do bandido. Segundo a esposa, o casal vivera nos montes, comendo carne assada, sem sal. Ao comentar a vida do casal nesse local, a matéria da *Gazeta* dizia: “Torres fazia freqüentes excursões que duravam dias, e durante elas Emiliana dormia trepada às árvores com receio das onças”.

Um dia, o bandido teria regressado ao seu acampamento, trazendo um embrulho que continha um vestido preto de mulher, um par de óculos esfumados e uma trança de cabelos escuros. Segundo o relato de sua esposa, Torres disse a ela que ia à estação de Vitorino de La Praza, na via férrea Central Norte, para evitar ser conhecido, e por isso se disfarçava com as roupas que trouxera. Mas um dia teria sido visto por um cambista que já o tinha denunciado à polícia. O bandido acabara sendo preso. Segundo a reportagem, suspeitava-se na época, “com fundamento”, que Torres tinha assassinado a mulher de Ariceta para se apoderar das roupas com que se disfarçava.

Ao lermos todo esse relato sobre os crimes cometidos por Sixto Torres, é possível perceber dois aspectos importantes contidos na narrativa. Um deles diz respeito à maneira como o jornalista tratava a temática da civilização e selvageria. A matéria fazia questão de dizer que os crimes que o uruguaio cometeu, tidos aí como “selvagens”, ocorreram numa região indígena da Argentina “cercada de árvores e onças”. A menção da palavra selvagem não servia para se referir à figura de Sixto Torres, mas sim à área rural/indígena onde ocorreram os crimes.

Em relação à figura de Sixto, o jornalista salientava que o criminoso era “tão perverso e audacioso, como inteligente”. Para reforçar a ideia de que Sixto era um criminoso intelectual, buscava mostrar, como anteriormente assinalado, que o bandido teria assassinado a mulher do fazendeiro para se apoderar de suas roupas com o intuito de se disfarçar e não ser pego. Ou seja, veiculava a ideia de que ele teria matado a referida mulher por cálculo preconcebido, e não como um ato impensado e irracional.

Outro aspecto relevante que a matéria nos traz, e que tem a ver com esta representação de Sixto, diz respeito à forma como retratava os criminosos procedentes das repúblicas platinas. A representação que o jornalista fazia desses bandidos era construída em comparação aos criminosos do Rio de Janeiro. Segundo ele, os bandidos do Rio que se tornaram “célebres” pela “sua perversidade” (os italianos Carleto e Rocca) ou pela sua “astúcia” (o nacional Afonso Coelho e o português Albino Mendes),

“nunca tinham passado de bandidos bisonhos e desprezíveis em comparação aos noticiados pela imprensa de Montevidéu e Buenos Aires”.

Ao dizer que os criminosos das repúblicas platinas eram infinitamente superiores aos que circulavam no Rio, o repórter chegava a salientar que os primeiros “excediam as criações fantásticas dos novelistas mais arrojados no gênero policial, como Conan Doyle” de tão astuciosos e hábeis que eram seus crimes.

O jornalista parecia claramente associar de forma intrínseca a criminalidade de astúcia aos criminosos procedentes das repúblicas platinas. O próprio título da matéria apontava para essa associação, já que nele o jornalista fazia questão de mencionar que o bandido Sixto Torres, classificado como um “herói de novela”, era uruguaio. Portanto, o autor parecia querer mostrar, a partir desse caso, que as repúblicas platinas eram os grandes centros modernos da criminalidade dos novos tempos.

De forma semelhante a essa matéria, a primeira reportagem sobre Urquiza parecia também associar diretamente a nacionalidade argentina do criminoso à astúcia, vide pelo próprio título da matéria, no qual vinculava o personagem astucioso e inteligente Rocambole à nacionalidade argentina de Urquiza.

Apesar de não termos informações se os dois bandidos aqui narrados tivessem circulado no Rio de Janeiro, esses casos são bem representativos de como outros criminosos argentinos e uruguaios que aqui transitaram foram retratados na imprensa. Mas as reportagens que tratavam do assunto não tentavam, tal como fizera o jornalista da matéria sobre Sixto, desqualificar os criminosos europeus que aqui transitavam, muito pelo contrário. As matérias policiais consideravam que os ladrões “mais arrojados” e inteligentes, que se encontravam no Rio, eram tanto os procedentes da região platina quanto os europeus.

Talvez por isso, em relação aos uruguaios e argentinos, os jornais registrassem prioritariamente os roubos/furtos de objetos valiosos perpetrados pelos ladrões dessas nacionalidades (ver o quadro abaixo) – joias e dinheiro em média ou grande proporções –, com apenas um crime violento cometido (crime de latrocínio).

Há entretanto uma diferença nas representações criadas sobre esses criminosos e os europeus. Tal diferença diz respeito à cor dos mesmos, quando era registrada. Os ladrões europeus eram tidos como brancos, e a cor aí tinha uma conotação neutra. Já com relação aos uruguaios, estes eram tidos como amarelos, e a cor podia ter uma conotação neutra ou então depreciativa: “Arnaldo (uruguaio), uma figura esquálida, de cor amarelada, com a cara rugosa, com raros fios de barba no queixo, causa sempre

repugnância pelo seu tipo exótico".[234] Aí parecia haver uma estigmatização em relação ao exótico, por ser justamente um elemento tido como diferente na sociedade. No que diz respeito aos ladrões argentinos, os jornalistas não registram a cor, pelo menos ao que pudemos verificar em nossa amostra.

Quadro 22 – Bens subtraídos pelos ladrões argentinos e uruguaios (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Dinheiro	15	50%
Joias	9	30%
Roupas/objetos de uso pessoal	3	10%
Objetos não identificados	3	10%
Total	***30***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

A seguir, analisaremos mais especificamente como os ladrões de nacionalidade europeia eram retratados pela documentação.

3.3. Os larápios europeus no Rio de Janeiro

No grupo dos ladrões estrangeiros consultados, os europeus representavam 117 ou 79,5% de um total de 147 larápios estrangeiros citados, sendo que desses 117 a maioria eram portugueses (48 ou 41%), seguidos dos espanhóis (32 ou 27,3%), italianos (25 ou 21,3%) e franceses (13 ou 11,1%).

Em relação ao grupo dos europeus, os portugueses eram os personagens criminais mais noticiados na imprensa, como exposto acima. Esse número era compatível, em termos relativos, ao número de imigrantes portugueses que viviam no Rio. Segundo Gladys Ribeiro[235], entre 1890 e 1930 houve o maior fluxo migratório de portugueses para o Brasil, sendo que na sua maioria estes entravam pelo porto do Rio de Janeiro.

---

[234] "Astúcia de um larápio", *Jornal do Brasil*, 17/07/1909, 5.

[235] Ribeiro, Gladys Sabina. *"Cabras" e "pés-de-chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930).* Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, História, 1987.

Num mesmo sentido, Lená Menezes[236] expõe que, excetuando-se poucas conjunturas, tal imigração se manteve elevada nesse período, atingindo cifras superiores aos 20.000. No que se refere aos números relativos a italianos e espanhóis, estes tenderam a crescer na virada republicana, tornando estas suas nacionalidades, depois da portuguesa, as mais expressivas no conjunto da população estrangeira na cidade do Rio de Janeiro.[237] De 1890 a 1920, eles detiveram, respectivamente, a segunda e terceira colocações.[238] Em relação aos italianos, estes cresceram na cidade de 1.738 para 17.789 indivíduos entre 1872 e 1890, mantendo-se superiores aos 20.000 ao início do século XX.[239] Os espanhóis constituíam um conjunto de 10.570 indivíduos em 1890, passando a 20.699 em 1906, num total 14 vezes maior do que o alcançado em 1872, quando eram apenas 224, numa população estrangeira de 73.310, representando, assim, menos de 1% do universo global[240]. No noticiário criminal, pudemos notar que em termos relativos os ladrões espanhóis apareciam em segundo lugar e os italianos em terceiro.

No que diz respeito à população francesa na capital, esta representava apenas 1% da população estrangeira em 1920.[241] Ao longo das duas primeiras décadas do início do século XX, as notícias de ladrões franceses também apareciam em menor porcentagem com relação aos outros larápios europeus (13 ou 11,1%).

Feita essa análise percentual das notícias desses diferentes criminosos, é importante analisar como afinal os repórteres retratavam os ladrões de origem europeia. Eles construíam, em geral, duas imagens de ladrões europeus: uma delas se referia ao ladrão *chic*, não-violento e detentor de grande agilidade física, tal como o moderno Arsène Lupin [242]. Outra imagem dizia respeito ao larápio que perpetrava seus roubos de forma premeditada, calma e fria, independentemente do uso ou não da violência.

Apesar da primeira representação de ladrão, explicitada acima, ser pouco noticiada em termos quantitativos (de um total de 117 ladrões europeus consultados, apenas 11 ou 9,4 % foram personificados na figura de Lupin), quando os repórteres os representavam davam grande destaque à matéria, através de narrativas que pareciam ser histórias de folhetins. Por vezes, o personagem Arsène Lupin aparecia estampado nos

---

[236] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[237] Sobre as causas da imigração portuguesa, italiana e espanhola, ver: Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[238] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op. cit.*
[239] Idem, ibidem.
[240] Idem, ibidem.
[241] Idem, ibidem.
[242] Sobre as representações deste personagem fictício na imprensa francesa, ver: Kalifa, Dominique. *L'encre et lê sang: récits de crimes et societé à la Belle Époque. Op.cit.*, p. 143.

próprios títulos dessas matérias, grafados em letras garrafais: "Arsène Lupin. A polícia baiana deita as mãos sobre um gatuno genial"[243]. Em notícias como essas, os jornalistas representavam tais gatunos como geniais na arte de furtar, dotados de grande inteligência e cultura, e conhecedores de várias línguas.[244]

Este estereótipo de ladrão era, em geral, construído quando o gatuno em questão era de origem francesa, uma vez que, até mesmo na prática criminal, os franceses, e especificamente os parisienses, eram representados como o símbolo maior da civilização europeia.[245]

Buscava-se difundir a ideia de que os franceses enganavam com perspicácia diversas pessoas para realizar seus roubos, como usar inúmeros disfarces e trocar de nomes várias vezes. Através de títulos como "Ladrões de Paris: operando no Rio, audácia inacreditável", os repórteres sublinhavam a genialidade desses larápios que, por sua astúcia e agilidade, conseguiam efetuar seus crimes sem praticamente recorrer ao uso da violência. Só registramos um caso de crime de latrocínio praticado pelos franceses. Mas mesmo assim o repórter que cobriu o caso não o considerou um crime violento:

> Esses larápios elegantes frequentemente levavam a sua audácia ao ponto de penetrar, em pleno dia, nas casas de familiares, indo diretamente aos aposentos onde roubaram as jóias.
> Raramente usavam da violência para a prática ao latrocínio, valendo-se antes de sua astúcia (...)[246]

No trecho da reportagem acima, o repórter não considerava que o crime de latrocínio perpetrado pelo grupo de ladrões parisienses fosse um crime violento, já que para ele tais gatunos tinham uma genialidade excepcional. Inclusive os jornais davam destaque aos registros de objetos valiosos (dinheiro e joias em grandes proporções) furtados/roubados pelos franceses.[247]

Já os roubos/furtos cometidos pelos ladrões de nacionalidade italiana, portuguesa e espanhola apareciam na imprensa como sendo principalmente dinheiro e

---

[243] *Correio da Manhã*, 16/11/1916, 2.
[244] "Roubou como ninguém e casou-se como poucos", *Correio da Manhã*, 7/03/1919, 3.
[245] Menezes, Lená. *Os indesejáveis. Op.cit.*
[246] *Jornal do Brasil*, 17/11/ 1910, 7.
[247] Os bens subtraídos pelos ladrões franceses são: dinheiro (seis registros ou 54,5% de um total de 11 reportagens) e joias (quatro registros ou 36, 6% de um total de 11 reportagens). Um objeto não foi identificado.

joias em média ou grande proporções, seguidos de roupas e objetos de uso pessoal, além de outros objetos assinalados no quadro abaixo.

Quadro 23 – Bens subtraídos pelos ladrões italianos, portugueses e espanhóis (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Joias	30	25,6%
Dinheiro	18	15,3%
Roupas/objetos de uso pessoal	12	10,2%
Outros	8	6,8%
Objetos não identificados	49	41,8%
Total	***117***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Diferentemente dos franceses, os ladrões italianos, portugueses e espanhóis eram bastante noticiados pelas reportagens policiais (106 ou 90,5 % de um total de 117 notícias sobre ladrões europeus). Eles eram representados como criminosos que podiam agir de forma violenta. Contudo, os repórteres nesses casos não traçavam uma ambivalência entre astúcia e violência, ainda que os crimes violentos aí registrados fossem pouco veiculados (21 ou 20,1% de um total de 104 notícias de ladrões portugueses, espanhóis e italianos).[248]

Segundo as reportagens, os criminosos dessas nacionalidades, quando perpetravam seus delitos por meio da violência, continuavam executando-os de forma meticulosa, premeditada e a sangue-frio, de forma a não deixar nenhum vestígio de seus delitos.

> Barceló (espanhol), o perverso indivíduo, premeditadamente resolvera matar a sua presa para se apoderar das suas jóias.
> Calmamente, sem deixar um só vestígio de sua trágica resolução, o bandido entra no quarto da vítima, em companhia desta, deitando-se. (...) Barceló havia friamente degolado a desgraçada mulher, quando esta dormia.

[248] Os crimes aí registrados eram latrocínio e lesões corporais.

> Praticado o seu crime, Barceló lavou as mãos, saindo da casa naturalmente, sem deixar pairar a menor suspeita sobre sua pessoa. [249]

Ao termos analisado neste capítulo as representações dos ladrões de diferentes nacionalidades de origem estrangeira, é importante nos perguntar se somente os gatunos estrangeiros eram vistos como inteligentes e audaciosos em suas práticas criminais ? A seguir, discutiremos essa questão, a partir das notícias sobre outros gatunos que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro durante o período em foco.

4. As figuras dos ladrões negros ou mulatos e/ou nacionais

Ao longo das duas décadas iniciais do século XX, os jornalistas construíam divergentes representações sobre a figura dos gatunos negros ou mulatos e/ou nacionais[250]. Por um lado, buscavam inferiorizá-los em suas práticas criminais, descrevendo-os como "burros" e inábeis na "arte de furtar". Os jornalistas os consideravam como inábeis para a prática da ladroagem, pois alegavam que eram "simples" ladrões de galinhas e de roupas ou larápios violentos que perpetravam seus crimes de "forma animalesca e impensada". Por outro lado, produziam a imagem dos ladrões negros ou mulatos e/ou nacionais como sendo a de criminosos audaciosos e inteligentes, já que cometiam seus crimes de forma cautelosa, previamente calculada e a "sangue-frio".[251]

Sobre o arquétipo do ladrão inábil classificado como violento, este era visto como gatuno que só sabia efetivar seus roubos de forma brutal, já que não tinha inteligência e agilidade para efetivá-los de forma sutil e sem uso da violência.

Tais notícias vinham acompanhadas de uma linguagem agressiva, através de palavras como "feras", "facínoras " e "vísceras"[252]. Nelas os repórteres apelavam para as emoções do público, de maneira a representar os ladrões negros ou mulatos e/ou nacionais como se fossem os vilões da história narrada e as vítimas como as "pobres coitadas". Esse foi o caso de um ladrão classificado por um repórter do *Jornal do Brasil*

---

[249] *Gazeta de Notícias*, 15/06/1916.

[250] Agrupamos os casos dos ladrões não-brancos com os nacionais, pois a maneira como os jornalistas retratavam esses criminosos era semelhante.

[251] Vale notar que os repórteres não estabeleciam aí diferenças hierárquicas sobre o grupo dos gatunos não-brancos e/ou nacionais. Assim, tanto os ladrões "negros", "pretos", "crioulos" quanto os "mulatos" e "pardos"/nacionais podiam ser vistos como criminosos "burros" e inábeis na arte de furtar, assim como astuciosos e hábeis.

[252] "Expansão de um facínora", *Jornal do Brasil*, 10/03/1910, 6.

como um “preto mentecapto” que “matou e roubou o pobre velho Joaquim de Camargo” em 1903. Segundo o jornalista, Joaquim tinha “trabalhado muito quando moço”, “e conseguira juntar um pecúlio, único arrimo para sua velhice”[253].

As reportagens policiais também divulgavam a ideia de que os larápios negros ou mulatos /nacionais imputavam “terror” e “medo” em suas vítimas, como mostra a seguinte notícia: “Alberto (a vítima), ao entrar no quarto do seu pai, encontrou-se com um crioulo corpulento (...). Alberto encarou o brutamonte, ficou imóvel apavorado, tanto mais que o crioulo fazia menção de puxar o instrumento pontiagudo”[254].

No caso mais específico da cor, ao buscarem valorizar a ideia de que os ladrões não-brancos exerciam violência física contra suas vítimas, os jornalistas martelavam mais de uma vez ou várias vezes a cor dos gatunos numa mesma notícia. Por vezes buscavam reforçar a associação da negritude dos indivíduos criminosos ao medo e pavor que as vítimas sentiam de tais criminosos, através dos contrastes entre a cor da pele dos ladrões negros ou mulatos e as vestimentas claras que os mesmos podiam usar, como mostra a seguinte notícia publicada em 1905:

> (...) O vigia José Eleutério não é homem que se atemorize. Saca sob o travesseiro o seu magnífico revólver e avança resoluto e heróico, levando na arma certeira (...) o castiçal. Numa das salas, na central, o corpo todo se lhe arrepiou. Dera de face com um crioulo alto e corpulento, a negrura do rosto posta em destaque pelo terno branco que o estranho vestia.[255]

Com o objetivo de reforçar uma associação direta entre perversidade/violência e cor, utilizava-se também determinadas expressões como “mulato feroz e bárbaro”[256] e “negralhão facínora”[257]. Segundo um noticiarista: “Não teve coração *o perverso e covarde negro*. Alçou a navalha, feriu Antenor na região occipital, e depois, como terrível fera, lançou-se sobre Maria. (...) Após o delito, o famigerado negro procurava fugir, a todos ameaçando (*grifos nossos*)”[258].

O estereótipo do negro/nacional como detentor de uma natureza cruel parecia ser semelhante ao do negro e mestiço no tempo da escravidão, no qual os pretos eram vistos como essencialmente violentos. Nas notícias que produziam a imagem dos

---

[253] “Assassinato e furto”, *Jornal do Brasil*, 18/11/1903, 2.
[254] “A teimosia de um ladrão: duas vezes, dia claro, assaltou duas casas!”, *Gazeta de Notícias*, 9/11/1919, 3.
[255] “Uma de ladrões: terrível encontro. Dois tiros de revólver”, *Gazeta de Notícias*, 21/02/1905, 2.
[256] “O crime da Vila Rui Barbosa”, *Gazeta de Notícias*, 20/02/1908, 2.
[257] “Ladrões do mar”, *Gazeta de Notícias*, 20/03/1905, 2.
[258] “Um corpo negro guardando alma ainda mais negra”, *Correio da Manhã*, 6/03/1911, 3.

gatunos negros ou mulatos e/ou nacionais como inábeis na arte de roubar, veiculava-se a ideia de que estes indivíduos eram criminosos "nervosos" que perpetravam seus crimes por "vingança" e "rancor" à vítima, e não de forma inteligente, fria e pré-calculada[259]. Essa imagem do gatuno não-branco/nacional ser "burro" parecia ser semelhante à imagem dos negros e mestiços da época da escravidão, uma vez que estes também eram vistos como seres intelectualmente inferiores.

Mas vale notar que, apesar dos jornais em suas reportagens policiais associarem a violência à negritude/nacionalidade brasileira, os crimes de natureza violenta constituíam estatisticamente a minoria das notícias sobre os delitos dos gatunos negros/mulatos/nacionais (15 ou 8,5% de um total de 175 notícias sobre o assunto).

De qualquer forma, quando tais notícias eram registradas no período aqui estudado, os jornais veiculavam discursos explicitamente racistas. Os jornalistas construíam a imagem desses criminosos como sendo de "nojentos negros" que atacavam crianças ou "donzelas" e/ou mulheres casadas devido à "larga expansão aos seus instintos bestiais":

> José Paulo Monteiro (...) nos meados do ano de 1901 cometeu interminável série de roubos nos subúrbios (...) José Paulo, que é um preto bexigoso, de 30 anos presumíveis e usa apenas bigode, dava larga expansão aos seus instintos bestiais, forçando donzelas, violentando senhoras casadas. (...) São inúmeras as vítimas do nojento negro (...).[260]

Além dos gatunos não-brancos e/ou nacionais terem sido retratados dessa forma, havia aqueles classificados como "ladrões vagabundos" que praticavam, sem o uso da violência, "apenas" furtos de galinhas e de roupas. Segundo os repórteres, os não-brancos tidos como "vagabundos" eram criminosos que não tinham habilidades técnicas e intelectuais para perpetrar seus crimes, pois apesar de não agirem de forma violenta, geralmente eram pegos em flagrante pelos policiais e furtavam objetos "de medíocre valor mercantil"[261]. Segundo uma reportagem da *Gazeta*, este era o caso dos "pardos" e nacionais Bonfim e Nascimento, que em 1919 tentaram furtar objetos em uma residência no Rio de Janeiro. Ao narrar o caso, o repórter da matéria assinalava que os gatunos furtavam "insignificâncias", já que não eram aptos para a "arte de furtar"[262].

---

[259] "Os ladrões no Rio", *Jornal do Brasil*, 17/06/1915, 10.
[260] "Perigoso homem – um evadido", *Correio da Manhã*, 31/10/1903, 2.
[261] "Uma página a Conan Doyle", *Correio da Manhã*, 21/11/1919, 3.
[262] "Furtando insignificâncias", *Gazeta de Notícias*, 1/11/1919, 7.

Em casos como esse, ressaltava-se também que as fugas dos ladrões não-brancos e/ou nacionais eram feitas de modo precipitado e, por isso, não conseguiam ser bem-sucedidos em seus furtos, além de muitos deles serem vistos como teimosos. Segundo os jornalistas, roubavam mais de uma vez duas localidades próximas, em plena luz do dia, o que indicava, na visão dos repórteres, sua inferioridade intelectual na execução de um crime. Por exemplo, em um título de notícia bem sugestivo, "A teimosia de um ladrão: duas vezes, dia claro, assaltou duas casas!", um repórter da *Gazeta de Notícias* publicava em 1919 que um gatuno "crioulo" na sua "precipitação de fuga, não pôde levar nem um maço de dinheiro"[263].

Os ladrões não-brancos e /ou nacionais eram aí retratados também como indivíduos que andavam com poucas roupas ou mal vestidos: "é um ladrão (negro) de poucas roupas José Joaquim da Silva e por isso resolveu procurar por aí algures onde achar com que enroupar-se".[264] Tal imagem dos negros ou mulatos/nacionais parecia ser uma forma de mostrar que os referidos populares não conseguiam ascender socialmente por meio de suas práticas furtivas.

Pela nossa pesquisa, constatou-se que, em termos comparativos, a imagem dos ladrões não-brancos e/ou nacionais vistos como "burros" na arte de furtar fora divulgada em proporções muito semelhantes nas duas décadas consultadas (década de 1900 – 38 notícias; e nos anos de 1910 – 32 notícias). Isso nos indica que a representação desses gatunos como seres intelectualmente inferiores ainda era muito presente no Brasil durante o pós-abolição, pelo menos no que diz respeito à imprensa carioca.

Mas paralelamente a essa imagem, durante essas mesmas duas décadas, os ladrões negros ou mulatos/nacionais podiam ser vistos de maneira bem distinta. Como chegamos a comentar anteriormente, havia notícias que veiculavam a ideia de que os populares não-brancos e/ou nacionais eram criminosos audaciosos e inteligentes, independentemente de serem ou não vistos como "violentos" e "maus".

> (...) (O crime) foi praticado por uma grande e audaciosa quadrilha de ladrões nacionais, homens valentes, possantes e maus. (...) Arnaldo de tal, mulato alto, é punguista terrível e audacioso. (...) Nascimento de tal, mulato escuro, é de uma audácia a toda prova (...).[265]

[263] *Gazeta de Notícias*, 9/11/1919, 3.
[264] "Preso quando levava a trouxa", *Gazeta de Notícias*, 1/03/1916, 2.
[265] "Os ladrões no Rio", *Jornal do Brasil*, 17/06/1915, 10.

A imagem dos ladrões negros ou mulatos e/ou nacionais "inteligentes e audaciosos" era veiculada inclusive em 50% a mais de notícias do que a representação dos gatunos inábeis na arte de furtar. (Ver o quadro abaixo).

Quadro 24 – Número de reportagens que veiculavam imagens dos larápios negros ou mulatos e/ou nacionais, 1900-1920

Ladrões inábeis na "arte de furtar"	Gatunos audaciosos e inteligentes
70 ou 40% de um total de 175 reportagens sobre criminalidade dos não-brancos e/ou nacionais	105 ou 60% de um total de 175 reportagens sobre criminalidade dos não-brancos e/ou nacionais

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Confesso ao leitor que esses dados qualitativos e quantitativos nos surpreenderam. Pensávamos no início da pesquisa que, no início do século XX, somente havia representações jornalísticas que pareciam se ancorar na imagem do negro do tempo da escravidão.

Mas vale notar que, em termos comparativos, a imagem de criminosos inteligentes e audaciosos fora bem mais veiculada na década de 1910 (70 reportagens) do que nos anos de 1900 (35 reportagens). Talvez isso tenha ocorrido devido à ideia de que haveria uma suposta influência da civilização no crime.

Pode ser que, para tal discurso, com o decorrer da modernidade, os ladrões negros ou mulatos e/ou nacionais, agora libertos da escravidão, se influenciariam com os efeitos da civilização na criminalidade. Embora os repórteres não vinculassem explicitamente tal ideia no que diz respeito à criminalidade dos gatunos não-brancos e /ou nacionais, pareciam transmiti-la, na medida em que retratavam tais criminosos de forma muito semelhante às imagens dos gatunos dos novos tempos, ou seja, como rapinantes inteligentes e "frios" que almejavam, em consonância com os valores materiais da época, conquistar dinheiro e bens de valor com seus roubos.

Nessas representações, os jornalistas veiculavam a imagem dos gatunos não-brancos/nacionais como sendo criminosos que cometiam habilmente seus crimes como se fossem negócios rentáveis que traziam dinheiro e bens de valor. Um exemplo disso foi o caso do ladrão "negro" Moleque Marinho, tido como gatuno "inteligente e esperto", que roubou 140 contos de um capitalista chamado Fortes. Ao se debruçar

sobre o caso, os repórteres comentavam que o ladrão teria planejado o roubo de forma minuciosa e prévia.[266]

As reportagens policiais também divulgavam a ideia de que os ladrões negros ou mulatos/nacionais eram malandros frequentadores de botequins, moradores dos subúrbios cariocas. Mas que guardavam a sua principal qualidade – a esperteza, ludibriando seu adversário mais imediato: a polícia[267], mesmo quando eram capturados pelas autoridades policiais, como indica a seguinte notícia do *Jornal do Brasil* publicada em 1916:

> O negro Moleque Marinho era um ladrão inteligente e esperto. (...) Imediatamente, no Engenho de Dentro, foi divulgada a notícia da prisão de Moleque Marinho, sendo ele acompanhado até a estação por grande quantidade de curiosos. Durante a viagem mostrou-se sempre calmo, conversando e respondendo as perguntas que lhe eram feitas. (...) Aurelino Leal (chefe de polícia) manifestou desejos de ver o moleque Marinho, o homem que mais trabalho deu à polícia e mais dinheiro fê-la gastar em diligências.[268]

Além de os jornalistas mostrarem que esses ladrões podiam enganar com perspicácia os policiais, também salientavam que podiam ludibriar habilmente as vítimas.

> (...) João Silvestre, operário, (...) tinha sido sorteado (na loteria) com 10$000. (...) O operário foi para a Praça da República e indagou de um crioulo alto, magro, com um dente de ouro e trajando com certa elegância, o local onde seria pago o bilhete.
> O tal crioulo que não passava de um espertalhão, verificando que o bilhete de João Silvestre estava de fato premiado, substituiu-o por outro e desapareceu.[269]

Mas vale notar que, no que diz respeito especificamente aos "ladrões negros-feiticeiros", os repórteres pintavam uma imagem contraditória sobre os mesmos, pois ao mesmo tempo em que eles eram retratados como indivíduos pertencentes a uma "raça primitiva", já que eram de origem africana, eram vistos também como gatunos "espertos e inteligentes" que roubavam habilmente suas vítimas através da prática de feitiçaria.[270]

---

[266] " O roubo dos 140 contos", *Correio da Manhã,* 9/11/1916, 3; " Os 140 contos", *Jornal do Brasil,* 9/11/1916, 2.
[267] Soihet, Rachel. *Subversão pelo riso.* Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 107.
[268] "Os 140 contos", *Jornal do Brasil*, 9/11/1916. 2.
[269] "Deixou escapar a sorte", *Jornal do Brasil*, 30/06/1920, 10.
[270] "Um roubo misterioso", *Gazeta de Notícias*, 2/03/1917, 3.

Em todo caso, tanto os larápios "pretos", "negros" e "crioulos" quanto os "pardos" e "mulatos" e/ou nacionais podiam ser vistos também como criminosos de grande agilidade física: "João José dos Passos, um pardo ágil e que podia prestar bons serviços aos velhos ladrões".[271] Além da agilidade, podiam ser retratados como criminosos que conseguiam roubar ou furtar bens alheios em pleno centro da cidade e/ou em plena luz do dia, quando havia pretensamente um maior policiamento na cidade, como mostra a seguinte notícia:

> Cerca de 4 hs da tarde de anteontem foi a residência do Sr. Major Antonio José Marques Zanth visitada por um audacioso gatuno, que conseguiu levar várias jóias, entre elas um par de bichas com brilhantes, no valor de 100$, uma cruz de ouro com brilhantes no valor de 400$, um alfinete com brilhantes, do custo de 80$, um relógio de ouro para senhora, uma chetelaire de ouro e brilhantes no valor de 250$, uma medalha de ouro e por fim um alfinete com as iniciais J. Z.
> O Sr. Major Zanth achava-se na sala de jantar, estando uma filha sua na sala de visitas, quando se dera o furto, não tendo ouvido o menor ruído que denunciasse a presença de qualquer pessoa.
> Um vizinho (...) declarou que vira, a tarde, sair da casa do referido Major um pardo, decentemente trajado, levando na mão um embrulho feito de jornais.[272]

Na imprensa, um dos gatunos retratados como sendo personagens criminais representativos daqueles novos tempos modernos foi o mulato "Cornélio" . Cornélio foi visto como um criminoso que roubava de forma inteligente. Segundo os jornais, ele teria iniciado sua carreira "por um gênero de ladroeiras das mais difíceis (...) que é o de permanecer nos bancos, aproveitar-se do primeiro descuido de quem se acha recebendo dinheiro e suspender com alguns pacotes, com tal habilidade, que geralmente a vítima só dá pelo furto quando chega à casa e confere novamente o dinheiro recebido".[273] De forma semelhante à imprensa, o delegado de polícia Vicente Reis, em seu livro "Os ladrões no Rio", vangloriava a esperteza e a astúcia de Dr. Cornélio, dizendo que ele "não arromba porta, não pega em instrumentos que o possam comprometer ante o código penal. Não furta diretamente. É um esperto, como ele mesmo apregoa com alarde! Vive de astúcia. Não tem culpa de que haja imbecis apatacados!"[274]

Os gatunos negros ou mulatos e/ou nacionais como Cornélio pareciam ser retratados como criminosos que conseguiam de algum modo ascender socialmente.

---

[271] "Mais uma quadrilha de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 4/11/1908, 4.
[272] "Em pleno dia", *Jornal do Brasil*, 15/03/1905, 4.
[273] "O Dr. Cornélio", *Jornal do Brasil*, 27/06/1903, 2.
[274] Reis, Vicente. *Os ladrões do Rio. Op. cit.*

Segundo os jornalistas, como seus roubos eram classificados de crimes bem planejados e perpetrados, conseguiam adquirir condições econômicas para se vestirem "decentemente" através de roupas elegantes, como gravata de seda. "O ladrão Euclides é um crioulo de estatura regular e que se traja decentemente. (...)".[275]

Um exemplo disso foi o caso de um criminoso "pardo", considerado como "um velho e perigoso ladrão", que teria roubado joias num hotel luxuoso do Rio e matado a tiros de revólver um ex-agente da polícia. Era retratado como "um refinado ladrão" que se trajava "decentemente".[276] Segundo a imprensa, o criminoso costumava usar vários nomes falsos – entre eles Durvalino e Francisco Flambac – para não ser pego pela polícia. As notícias informavam ainda que o criminoso teria passado três meses em Buenos Aires, onde "praticou vários roubos que montam em 3 mil pesos".[277]

Mas vale ressaltar que mesmo que os ladrões negros ou mulatos/nacionais fracassassem em seus assaltos, roubos e furtos, ainda assim podiam continuar a ser vistos como criminosos inteligentes e ágeis. Além disso, podiam ser retratados como criminosos cosmopolitas e internacionais, como mostra a seguinte notícia publicada em 1916 pelo *Jornal do Brasil*:

> Mario Conterson Netto, de cor preta, ladrão conhecido, sabendo que o capitalista Thomé Ferreira de Almeida, residente a rua Bery Ferreira n. 76, recebera a quantia de 45:000$, projetou um assalto à residência daquele cavalheiro.
> Mario para isso muniu-se de chaves falsas e gazuas, e dirigiu-se para a residência do Sr. Thomé Ferreira, certo de que não o encontraria em casa.
> Conterson é um tipo inteligente, muito viajado e fala diversos idiomas.[278]

Mesmo exercendo a violência contra as vítimas, os ladrões não-brancos e/ou nacionais eram também retratados como criminosos que cometiam seus crimes a sangue-frio, sem nenhum tipo de nervosismo, como mostra uma reportagem sobre um crime de latrocínio cometido por um "mulato" em 1908. Segundo um repórter da *Gazeta*, o criminoso teria orquestrado um plano minucioso contra sua vítima, o alemão Krob. Enquanto a vítima era retratada como um homem bondoso que fora traído pelo seu amigo e futuro assassino, o ladrão "mulato" era visto como a própria encarnação do

[275] "Mais uma quadrilha de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 6/11/1908, 4.
[276] "Ladrão e assassino", *Correio da Manhã*,8/11/1915, 5.
[277] "Noticiário policial: ladrão que mata", *Jornal do Brasil*, 8/11/1915, 7.
[278] "Na polícia: assalto frustrado. Prisão de um ladrão internacional", *Jornal do Brasil*, 8/05/1916, 7.

mal, já que cometia seu crime, friamente, sem nutrir nenhum sentimento pela futura vítima.

> A vítima ficava falando de seus problemas para o mulato.
> (...) O mulato, com aquela exposição franca de Krob, era já sabedor de tudo quanto queria saber para a formação de seu plano hediondo.
> Miserável! Não se sentia emocionado ouvindo a voz do amigo, entrecortada de soluços que lhe sacudiam o pêlo, ao falar da mãezinha que ele ia ver, depois da ausência longa.
> (...) Nem sequer tremia, ouvindo a leitura das cartas da Aniceta, a mãe de Krob, em que ela ansiosa contava os dias que faltavam para abraçá-lo.
> Todas aquelas palavras meigas da mãe para o filho. Todos aqueles sonhos do filho que ardia em saudades, passavam em tropel (*sic*) pela mente do mulato como sombras, que ele espantava, arredondando-as para só pensar no sinistro plano!
> (...) Fechava os olhos e aprofundava-os nas suas cogitações.
> Como havia de matar?
> E o saque? Isso pouco havia de custar. Era preciso matar Krob para roubar-lhe os haveres. Mas que fosse só de um golpe certeiro.
> Passou pela mente do mulato um exercício de crimes. Ele estudou a situação dos criminosos.
> Estudou como devia agir para assegurar o completo desempenho de seu plano (...)[279]

Nota-se aí que nesse tipo de imagem construída sobre a figura do larápio "de cor" não se fazia a dicotomia entre violência e astúcia, já que estas duas palavras não eram aí excludentes, muito pelo contrário. A violência era vista nesse caso como um ato racional e calculado pelos ladrões não-brancos. Em relação à matéria do gatuno "mulato" Luiz Arapri, o repórter fazia questão de a todo instante mencionar a cor deste criminoso lado a lado da ideia de que ele teria planejado cuidadosamente o crime, estudando como deveria agir para assegurar o completo desempenho de seu plano. Assim, o jornalista associava de forma explícita a cor (mulato) à astúcia.

É importante observar ainda que, em relação aos gatunos famosos da cidade, as imagens dos criminosos construídas sobre os "célebres" brasileiros Afonso Coelho, chamado de "o maior dos scrocs nacionais"[280], Dr. Antônio e o mulato Dr. Cornélio não ficaram nada muito distantes das representações construídas sobre o português Albino Mendes e os italianos Rocca e Carleto. Como vimos, todos eles foram retratados como

[279] "O crime da Vila Rui Barbosa: matar para roubar", *Gazeta de Notícias*,19/02/1908, 3.
[280] "O triste fim do maior dos "scrocs" nacionais", *Jornal do Brasil*, 12/12/1922, 9.

alguns dos grandes expoentes da criminalidade/gatunagem carioca devido à extrema inteligência e à astúcia com que cometiam seus crimes.[281]

Ao buscarmos demonstrar aqui como os ladrões não-brancos/nacionais eram alvos de intensas disputas de representações no interior do jornalismo, vimos que essas imagens pareciam estar assentadas conflituosamente a dois tempos históricos: o passado escravista e a modernidade dos tempos novos. Mas será que essa tensão das representações teria apenas esse significado? É isso que tentaremos abordar a seguir, a partir de uma análise comparativa entre as imagens produzidas sobre esses personagens criminais e os ladrões estrangeiros e/ou brancos.

4.1. Análises comparativas

Ao compararmos as representações construídas nas reportagens policiais sobre os diferentes ladrões que circulavam na cidade, vemos que os negros ou mulatos e/ou nacionais e estrangeiros e/ ou brancos[282] tanto podiam ser representados de forma diferente entre si quanto de maneira semelhante.

Com relação às imagens diferentes construídas, as reportagens faziam questão de hierarquizar os sujeitos envolvidos no crime, de acordo com os critério de cor e/ou nacionalidade. Por vezes, os próprios repórteres comparavam abertamente as práticas criminais cometidas pelos ladrões negros e/ou nacionais e as perpetradas pelos estrangeiros e/ou brancos, tentando aí desqualificar os primeiros e enaltecer os segundos. Um exemplo disso foi a reportagem da *Gazeta de Notícias* publicada em 1910, na qual o repórter suspeitava de que um grupo de criminosos foragidos, vistos como "astutos larápios", fossem de nacionalidade estrangeira, pois os ladrões dessa origem "nunca" seriam "apanhados", devido "à sua habilidade e refinamento intelectual".[283] O repórter concluía, por acreditar que tal refinamento intelectual não era característico da ladroagem nacional, que o referido grupo de criminosos foragidos era de estrangeiros.

Os jornalistas também veiculavam a ideia de que os próprios larápios brasileiros e/ou negros viam no gatuno estrangeiro "um concorrente perigoso", pois este último, como utilizava processos novos de ladroagem, poderia causar aos primeiros

[281] "O Dr. Cornélio", *Gazeta de Notícias*, 31/05/1903, 2. "O Dr. Cornélio", *Jornal do Brasil*, 27/06/1903, 2.
[282] Agrupamos os casos dos ladrões estrangeiros com os brancos, pois a maneira como os jornalistas representavam esses criminosos era semelhante.
[283] "As atividades dos rapinantes", *Gazeta de Notícias*, 23/07/1920, 5.

sérios prejuízos materiais, como mostra a seguinte matéria publicada em 1917 pela *Gazeta de Notícias*:

> A polícia na repressão aos gatunos descobriu que, em certos arrombamentos levados a efeito nesta capital, os vestígios encontrados não eram de profissionais do crime já aqui domiciliados. (...) Tratava-se (...) de uma quadrilha de arrombadores estrangeiros. (...) Ao fim de certo tempo, era preso como ladrão e contrabandista o indivíduo (estrangeiro) Marius Tozello. Ao que parece, essa prisão fora devido às denúncias levadas à policia por ladrões brasileiros ou que aqui agiam há longo tempo e que viam em Marius um concorrente perigoso, capaz, pelos processos novos que punha em prática, de lhes causar prejuízos consideráveis. Esses ladrões teriam enviado cartas anônimas às autoridades, indicando Marius Tozello como um tipo que precisava ser capturado.[284]

Esse tipo de imagem construída sobre os diferentes criminosos parecia veicular a ideia de que haveria tensões no mercado do crime manifestadas entre brasileiros e/ou negros e imigrantes. As tensões nacionais e/ou raciais aí existentes seriam uma espécie de competitividade pela sobrevivência no mercado criminal, tal como eram os conflitos dessa natureza entre os trabalhadores pela sobrevivência no mundo do trabalho.[285] Da mesma forma que os membros dos grupos dominantes tinham uma predisposição em pensar o negro como um mau trabalhador e em reconhecer no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista[286], as reportagens da imprensa podiam, como vimos, pensar o imigrante estrangeiro como um agente mais hábil para expandir o mercado do crime na cidade.

Até mesmo o carisma desses diferentes criminosos podia ser hierarquizado pela imprensa. Nesse quesito, por vezes se assinalava também a superioridade dos estrangeiros em relação aos nacionais. Orestes Barbosa, por exemplo, alegava que entre os presos Albino Mendes possuía "admirações incondicionais", que suplantava os gatunos nacionais Dr. Antônio e Afonso Coelho, já que o falsário era português. Nas palavras de Orestes: "Albino Mendes possuía, entre os presos, admirações incondicionais. Um gatuno disse-me, certa vez, no corredor da primeira galeria: – Qual, seu repórter... Nem o Dr. Antônio, nem o Afonso Coelho... E sorrindo, encantado: – Este português é mesmo de fato".[287]

---

[284] "Os ladrões no Rio", *Gazeta de Notícias*, 16/02/1917, 3.
[285] Sobre as rivalidades raciais e nacionais nos conflitos em situações de trabalho, ver: Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. Op. cit.*
[286] Sobre o assunto, ver: Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. Op. cit.*
[287] Barbosa, Orestes. *Na prisão. Op. cit.*, p. 32.

Em relação às quadrilhas formadas tanto por ladrões de cor branca e/ou estrangeiros quanto por negros ou mulatos e/ou nacionais, também podiam ser retratadas de forma hierarquizada pelas matérias jornalísticas. Os primeiros ocupariam, do ponto de vista das reportagens, uma hierarquia superior na quadrilha, sob a alegação de que comandavam "intelectualmente" os negros e/ou nacionais do grupo, em função desses últimos apenas executarem os crimes, como assinala a seguinte notícia: "Formiguinha é o único branco que faz parte da perigosa quadrilha. É Formiguinha quem se incube de preparar o narcótico a fim de que os companheiros possam agir mais calmamente (...)".[288]

Mas como vimos os larápios negros/nacionais também podiam ser vistos semelhantemente aos estrangeiros e/ou brancos, ou seja, como gatunos "inteligentes e audaciosos" que almejavam ganhar dinheiro e bens materiais com seus crimes:

> João Espanhol é apontado como chefe da quadrilha (...) Mais conhecido por João Espanhol aparenta certa inteligência e perspicácia.
> (...) A quadrilha pretendia roubar um capitalista de São Cristóvão pensando obter nada menos de 90:000$000.
> (...) Geraldo Domingos foi o mais ousado da quadrilha. (...) Geraldo é de cor parda (...), de pouco buço, alto e um tanto magro. [289]

Essas representações sobre os negros e/ou nacionais coadunavam em certo sentido com os registros dos jornais sobre os bens subtraídos por tais personagens criminais. Apesar dos bens roubados/furtados pelos estrangeiros/brancos serem em sua maior parte objetos de médio ou grande porte (ver o quadro 26), dentre os bens furtados pelos negros ou mulatos e /ou nacionais apareciam em maior número dinheiro e joias (vale notar que aí incluía desde pequenas joias e dinheiro de pouco valor até os que tinham valor), ainda que os pequenos furtos não fossem aí desprezíveis (ver o quadro 25).

Não podemos nos esquecer também de que, segundo os registros da imprensa, os crimes de natureza violenta eram pouco expressivos em ambos grupos de ladrões. (15 ou 8,5% num universo de 175 notícias sobre criminalidade dos negros/nacionais e 21 ou 18,2% num universo de 115 notícias sobre criminalidade estrangeira/branca). Embora fossem inexpressivos em termos estatísticos, qualitativamente ambos, quando noticiados, tiveram grande repercussão na imprensa. Afinal, como vimos no capítulo 1,

[288] "Os ladrões no Rio", *Jornal do Brasil*, 17/07/1915,10.
[289] "Gatunos audaciosos", *Correio da Manhã*, 8 /10/1903, 2.

havia um grande interesse das notícias sensacionais cobrirem os casos de crimes violentos, sobretudo os de sangue.

Quadro 25 – Bens subtraídos pelos ladrões negros e/ou nacionais (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Dinheiro/joias	51	27,5%
Roupas/objetos de uso pessoal	32	17,2%
Instrumentos para roubar/objetos de casa	6	3,2%
Animais	6	3,2%
Objetos não identificados	90	48,6%
Total	***185***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Quadro 26 – Bens subtraídos pelos ladrões estrangeiros/brancos (1900-1920)

Bens	***Nº***	***%***
Joias/dinheiro	64	34,9%
Roupas/objetos de uso pessoal	23	12,5%
Instrumentos para roubar/objetos de casa	8	4,3%
Alimentos/ bebidas	12	6,5%
Objetos não identificados	76	41,5%
Total	***183***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

Ao analisarmos as representações desses diferentes personagens criminais, é importante nos perguntar o que significava na imprensa os ladrões pretos ou mulatos e/ou nacionais serem vistos ora de forma semelhante aos estrangeiros/brancos ora de maneira diferente. Esta questão pode ser pensada sob dois pontos de vista. Uma possibilidade de análise é a de que essas tensões nos apontam como os jornalistas policiais pareciam indicar, mais uma vez, uma convivência conflituosa de diferentes tempos históricos na construção da modernidade carioca.[290] Tal perspectiva se justifica,

[290] Oliveira, Cláudia. "A iconografia do moderno". *Op. cit.*

por um lado, porque os jornalistas produziam representações de ladrões que pareciam se ancorar no tempo passado, pois ao veicularem imagens antagônicas entre os gatunos negros ou mulatos e/ou nacionais (como inábeis e "burros" na arte de furtar) e os ladrões estrangeiros (como hábeis na arte de furtar), acabavam por reeditar, em novos termos, as antigas hierarquias raciais do século XIX.[291] Mas, por outro lado, também produziam representações de criminosos que pareciam se ancorar no tempo presente. Afinal, ao veicularem imagens dos mais diferentes larápios da cidade – sejam eles negros e/ou nacionais ou estrangeiros/brancos – como indivíduos inteligentes e hábeis na arte de roubar[292], acabavam por encarnar o ideal de modernidade dos novos tempos, assentado no avanço da técnica, intelecto e pela busca por valores materiais.

Outra possibilidade para se pensar o significado desses embates de representações entre as diferentes figuras criminais na imprensa eram as próprias tensões nas reflexões intelectuais da época sobre o Brasil produzidas no período pós-abolição, quando se reorganizava o mercado de trabalho livre e se repensava o futuro de uma nação. [293]

Temos que ter em mente que uma nação moderna, como diz François-Xavier Guerra, "não é um ser atemporal, que existe sempre e em todas as partes, senão um novo modelo de comunidade política" [294]. Modelo em um duplo sentido:

> Em um primeiro sentido como arquétipo, como algo de ordem ideal, que serve de referência para o pensamento e para a ação em tentativas sempre inacabadas para inscrevê-lo no real. Em um segundo sentido, como um conjunto completo de elementos vinculados entre si (em nosso caso, como uma combinação inédita de ideias, imaginários e valores e, por conseguinte, de comportamentos) que concernem a maneira de conceber uma coletividade humana: sua estrutura íntima,

---

[291] A partir de meados do século XIX os intelectuais e pesquisadores nacionais propunham uma hierarquização das raças, baseada no ideário europeu, cientificista e evolucionista. Como expõe Bárbara Pinto, no referido século foi elaborado na Europa um conceito de "raça" biológico com interferências psicológicas, pautado nas diferenças estruturais entre povos. Agrupando etnias em "raças", este conceito estipulava e tentava provar 'cientificamente' que existia uma raça superior, a "branca"; e as raças inferiores, a "negra" e a "vermelha". Bárbara Pinto salienta que neste momento a noção de "raça" (elaborada na Europa no século XIX e amplamente utilizada no Brasil do início da República até o início do XX) afirmava que as diferenças biológicas nas "raças" refletiam diretamente no comportamento e na inteligência. Pinto, Bárbara Lisboa. *Ideologias e práticas dos tribunais criminais do Distrito Federal no Tratamento de "menores" (1890-1912).* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFF, 2008.

[292] *Gazeta de Notícias*, 1/11/1919, 7.

[293] Abreu, Martha. "Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos": conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares. (Sudeste do Brasil, 1890- 1920). *Revista Tempo,* n.16, 2004; Ventura, Roberto. *Estilo tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[294] Guerra, François-Xavier. "La nación em América Hispânica: el problema de los orígenes. In: Rosanvalon (dir.). *Nación y modernidad.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1997, p. 100.

> o vínculo social, o fundamento da obrigação política, sua relação com a história, seus direitos.[295]

Se pensarmos no primeiro sentido de comunidade política analisado por Xavier Guerra, vemos que, no contexto brasileiro, a abolição e a proclamação da República ensejaram um ideário de nação voltado para a civilização e o progresso. [296] Mas a construção da nação moderna gerou valores e perspectivas diversos sobre a maneira de se conceber o Brasil durante a Primeira República.

Por um lado, como lembram as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, diversos estudos têm demonstrado que a Primeira República esteve "repleta de exemplos de intelectuais e políticos que, numa conjuntura marcada pelas disputas em torno dos direitos dos recém-libertos e dos trabalhadores de uma forma geral, investiram na construção de uma nação com traços europeizantes e condenaram – até mesmo pela força – o Brasil mestiço, africano, negro e popular" [297]. Em uma das representações construídas nas reportagens policiais sobre os negros ou mulatos e /ou nacionais, vemos como os jornalistas também podiam, até mesmo nas práticas criminais, desvalorizar esses grupos sociais de modo a não representá-los como figuras representativas da criminalidade moderna da nova nação em construção. Os jornalistas, por esta perspectiva, pareciam retratar os criminosos estrangeiros na cidade carioca, como se fossem os únicos personagens representativos da criminalidade moderna dos novos tempos.

Mas as perspectivas europeizantes que desvalorizavam as potencialidades negras/nacionais não podem, como chamam atenção Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, resumir a história cultural da Primeira República. Afinal, a cultura durante a Primeira República – e em qualquer período histórico – "é um campo aberto a conflitos e disputas políticas"[298].

Castro Gomes e Abreu mostram que também houve nesse período muitos intelectuais e diversos outros agentes sociais que estiveram interessados na valorização dos costumes populares e identidades negras e brasileiras. Nas palavras das autoras:

---

[295] Idem, ibidem, p. 101.
[296] Ver: Carvalho, José. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[297] Gomes, Ângela de Castro & Abreu, Martha. "A nova "velha" República": um pouco de história e historiografia". Vol. 13, n. 26, *Revista Tempo*, jan. 2009, p. 10.
[298] Idem, ibidem, p. 11.

> Na Primeira República, diversos agentes sociais, como intelectuais, professores, maestros, músicos populares e o variado público dos teatros e festas populares, formado por setores médios e trabalhadores, experimentaram, em meio a muitos conflitos, a construção da nação – e também da nação republicana – em termos culturais. Era inteiramente possível que músicos e grupos carnavalescos populares identificassem suas músicas e blocos às glórias nacionais, ou que lideranças negras usassem os símbolos republicanos como forma de luta e valorização de suas expressões culturais e identidades, negras e brasileiras.[299]

No caso das imagens criadas nas reportagens policiais que qualificavam os ladrões pretos ou mulatos e /ou nacionais como inteligentes e audaciosos, pareciam, de certa maneira, ter sido produzidas dentro desta conjuntura de valorização da nacionalidade brasileira e da negritude em diferentes campos da vida social.[300]

Mas ao mesmo tempo essa valorização da criminalidade dos negros ou mulatos e /ou nacionais parecia estar inserida num processo de disputas políticas e conflitos sobre a nacionalidade brasileira e a negritude no Brasil do período. E é dentro deste processo que as tensões nas representações construídas sobre os diferentes criminosos aqui analisados também podem ser pensadas. Afinal, os produtores dessas representações não eram certamente atores isolados da sociedade na qual viviam, mas sim indivíduos que muito possivelmente conviviam com os diferentes grupos sociais que pensavam o Brasil e suas expressões nacionais e negras de formas bem diversas. Além disso, como indivíduos integrantes dessa sociedade, certamente eles próprios experimentavam a construção da nação – e da nação republicana – de forma diversa.

[299] Idem, ibidem, p. 13.

[300] Vale chamar atenção que apesar das reportagens policiais terem podido valorizar os negros/mulatos/nacionais em suas práticas criminais, os desqualificavam e estigmatizavam em relação aos diversos outros aspectos de sua vida social, tais como sua cultura, trabalho e formas de viver e trabalhar, como chegamos a comentar no capítulo anterior.

CAPÍTULO IV: POLÍTICA, ELEIÇÕES E CRIMINALIDADE

Vimos até aqui que na perspectiva das reportagens e jornalistas policiais havia diferentes fatores da criminalidade de ordem social/nacional e/ou racial e no que se refere aos problemas de policiamento na cidade. Mas como os repórteres policiais eram profissionais sintonizados com o universo político da época, relacionavam também a expansão da criminalidade no Rio de Janeiro às motivações políticas/eleitorais, ainda que as publicações sobre o assunto não representassem, em termos quantitativos, a maioria das reportagens que tratavam das causas do crime e de sua expansão na cidade (ver o quadro 2).

O capítulo busca examinar as representações construídas nas notícias sobre a relação entre a expansão da criminalidade no Rio de Janeiro do início do século XX e o suposto relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia, em meio às fraudes eleitorais da época.[1] O capítulo utiliza também como fonte artigos de jornais e crônicas.

1. Políticos, criminosos e polícia em letras impressas

> No Rio de Janeiro (...) mandavam os profissionais da política, senadores, deputados ou intendentes (leia-se vereadores) a cujo serviço agiam turmas escolhidas de "bambas da Zona", valentões egressos dos presídios com vasta folha vermelha de agressões, ferimentos e até homicídios, cabras para os quais os chefes de partidos arranjavam sempre hábeas corpus(...)
> Grandes "Bambas" foram na época Zé do Senado, Malaquias, Camisa Preta, Juca da Praia etc.
> (...) No dia das eleições as turmas do Rapadura, do Irineu, do Nicanor etc., de "Nagant" em punho, disparavam tiros pelas ruas, espalhando pânico e afastando assim do pleito os verdadeiros eleitores(...).
> Depois era a invasão das seções eleitorais a pau, a tiros, a faca, para roubar as urnas, cujo bojo não contivesse maioria de votos em tais ou quais candidatos, o que antecipadamente era sabido, sem precisar contar as cédulas. Tiroteios, conflitos, cabeças quebradas, gente para

[1] Optamos aqui por fazer uma análise conjunta – e não pormenorizada – de algumas eleições mencionadas pelos repórteres. Isso porque em cada uma dessas eleições – com exceção da eleição presidencial de 1910, a eleição municipal de 1909 e a eleição federal de 1903 – as discussões feitas pelos repórteres policiais eram muito semelhantes quanto ao tratamento dado à relação entre a expansão da criminalidade no Rio de Janeiro do início do século XX e o suposto relacionamento dos políticos e da polícia com os criminosos, em meio às fraudes eleitorais da época.

> os hospitais e para o necrotério constituem o clou de uma eleição democrática e libérrima.[2]

Na memória do jornalista e escritor Bastos Tigre, as eleições do Rio de Janeiro no início do século XX eram marcadas pela presença de criminosos que, a serviço de chefes políticos, provocavam inúmeros conflitos, crimes, assassinatos e roubos de urnas. Esses crimes também estavam presentes nas reportagens policiais (e artigos de jornais) de início do século XX. Em tais publicações, passava-se a ideia de que as eleições no Rio de Janeiro eram marcadas pela violação sistemática do direito constitucional da liberdade do voto. Os jornalistas alegavam que os bandidos da cidade obrigavam os cidadãos – por intimidação ou violências físicas – a votar nos políticos que os contratavam para praticar crimes e fraudes nas eleições.

Mas vale notar que, apesar das reportagens denunciarem o suposto envolvimento dos políticos nesses episódios, raramente os chamavam de criminosos ou ladrões, ao contrário do que acontece hoje em dia, em que o político é visto como sinônimo de ladrão. Exemplo disso são os próprios programas humorísticos de televisão que possuem personagens políticos roubando e fazendo trapaças. Mas enquanto hoje em dia os meios de comunicação parecem banalizar a corrupção e o crime no meio político, no início do século XX o jornalismo chamava a atenção das relações supostamente estreitas entre política, eleições e crime de forma crítica. Além disso, apontava as consequências deletérias dessas relações para a formação da cidadania e da democracia no Brasil e no Rio de Janeiro republicano, como veremos ao longo do capítulo.

As críticas e denúncias dos jornalistas às supostas práticas de crimes e fraudes promovidas pelos políticos da época se dirigiam à classe política de um modo geral, e não especificamente a um nome ou grupo desse meio. Por isso, normalmente as reportagens policiais da imprensa não informavam quem eram os políticos envolvidos com os crimes e criminosos da cidade, com exceção de três momentos eleitorais que trabalharemos mais adiante do texto (as eleições federais de 1903, as eleições municipais de 1909 e a eleição presidencial de 1910).

Contudo, pode ser que os políticos que se envolveram supostamente com os criminosos para ganhar as eleições, ou se manter no poder, fossem os mesmos que compunham a bancada carioca do Congresso na época, uma vez que até finais de 1910

[2] Tigre, Bastos. *Reminiscências*, Op.cit., p. 183.

não houve sansões penais explícitas às práticas fraudulentas nas eleições.[3] Mas há que se notar que alguns esforços foram feitos no sentido de coibir tais práticas.[4] Além disso, os políticos na época também utilizavam de outras estratégias para alcançar ou se manter no poder, como as redes de clientelas urbanas que estabeleciam com seu eleitorado.[5]

De todo modo se, com relação aos políticos, havia uma tendência das notícias em não informar seus nomes, no que se refere aos seus cabos eleitorais/capangas, estes tinham seus nomes claramente estampados nas páginas policiais da imprensa. Eram geralmente considerados valentes, conhecidos da polícia e moradores dos morros da cidade ou dos bairros da zona portuária. Eram retratados como "provocadores de conflitos, de "sururus" perigosos, onde o porrete e a navalha eram manejados com maestria e crueldade"[6]. Segundo os jornalistas, eram indivíduos temidos pela população, pois cometiam sobretudo crimes violentos (ver o quadro abaixo). Por isso, a imprensa os chamava de bambas/bambambãs, denominações estas que significavam, como vimos no primeiro capítulo, indivíduos valentes, bons de briga[7].

---

[3] Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal.* Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

[4] Em 1916, como informa a historiadora Surama Pinto, ao se basear num estudo de Aurélio Bastos, foram consolidadas as primeiras tipificações de delito eleitoral, mas apenas em 1920, com a Lei n. 4.226, esses delitos começaram a ser definidos e vinculados a sanções penais explícitas. Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados. Op. cit.* Bastos, Aurélio Wander. "O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República". In: Lima, Olavo Brasil de. *O balanço do poder: formas de dominação e representação.* Rio de Janeiro: Luperj, 1990.

[5] Em um interessante artigo sobre partidos e eleições no Rio de Janeiro de finais do século XIX, Marcos Veneu expõe que a formação de clientelas num contexto urbano como o do Rio de Janeiro assumia formas um tanto distintas dos padrões clássicos do coronelismo, analisados por Victor Nunes Leal – em "Coronelismo, enxada e voto" –, nas áreas rurais e nas pequenas cidades, embora siga-lhe os mesmos princípios.

Num mesmo sentido, a historiadora Surama Pinto salienta que, como o perfil do eleitor da cidade do Rio era bem diferente do eleitor do interior dos estados, controlado mais facilmente pelos coronéis, em função da estrutura da sociedade brasileira no período, os políticos cariocas tinham de mostrar serviço à população. Segundo a autora, isso significa dizer que o cortejo à popularidade desempenhava um papel igualmente importante. Surama Pinto chama atenção que muitos desses políticos exerciam atividades profissionais na capital, como advocacia e medicina, que lhes permitiram desenvolver ampla rede de relações e clientelas. "Ser médico, numa época em que epidemias eram constantes e o acesso da população a esses profissionais não era oferecido a contento pelo Estado, representava a possibilidade de criar, de forma alternativa à simples distribuição de empregos, vínculos de gratidão com a população. O mesmo se pode dizer em relação à ação dos advogados, num contexto em que a justiça era parcial, cara e inacessível a todos."

Portanto, a autora assinala que esses atores, ao atenderem às demandas de setores da população que não eram contemplados pela ação do governo, acumulavam importante capital político. Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal. Op. cit.* Veneu, Marcos Guedes. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 1, 1987, pp. 45-72. Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

[6] Cox, Dilermando. *Os párias da cidade maravilhosa.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, p. 96.

[7] Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*, p. 198.

Quadro 27 – Tipos de crimes perpetrados pelos valentes (1900-1920)

Crimes	*Nº*	*%*
Homicídios	33	64,7%
Roubos	10	19,6%
Lesões corporais	7	13,7%
Latrocínio	1	1,9%
Total	***51***	***100%***

Fontes: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

O valente era associado ainda ao uso ou ameaça do uso da força, e a "ganhos" que exigiam a ameaça da força, no caso aí o roubo.[8] (Ver o quadro acima). Os seus roubos eram registrados como sendo de urnas/livros eleitorais e dinheiro/joias.[9]

Além de terem sido chamados de bambas ou ladrões – como comentamos na introdução da tese –, também podiam ser chamados de capadócios. O termo "capadócio" fora frequentemente associado na virada do século XX ao capoeira, e por extensão a indivíduos de classe baixa, especialmente os negros, como observou Antônio Herculano Lopes[10]. Também mantinha proximidade com o "povo da Lira", embora este aluda mais a uma boemia ruidosa e festiva.[11] Entretanto, segundo Lopes, esses significados convergem numa ideia de desordem, e no limite de arruaça.[12] Nas reportagens policiais, o termo "capadócio" tinha esse sentido de arruaça e desordem, a exemplo do seguinte título de uma matéria publicada em 1909: "Novas desordens no Largo do Machado. A capadoçagem à solta"[13]. Segundo a referida reportagem:

> As cenas degradantes de capoeiragem e desordeiros voltaram a repetir-se ontem no Largo do Machado, a poucos metros do palácio do Catete, lugar concorridíssimo e onde o policiamento devia ser feito com todo o rigor e com todo o escrúpulo.

[8] Misse, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Tese de Doutorado (Sociologia), 1999, p. 258.
[9] De um total de 14 registros de bens subtraídos pelos valentes, oito ou 57,1% diziam respeito às urnas e quatro ou 28,5% a dinheiro/joias. Os outros dois objetos restantes não foram identificados.
[10] Lopes, Antônio Herculano. "Um forrobodó da raça e da cultura". *Op.cit.*
[11] Idem, ibidem.
[12] Idem, ibidem.
[13] *Gazeta de Notícias*, 5/11/1909, 4.

> Os turbulentos de ontem são os mesmos facínoras, que filiados a chefes políticos de domingo último ensangüentaram a cidade pela soberania do voto... que querem empalmar urnas![14]

O termo "capadócio" podia ainda ser associado aos capoeiras, personagens estes que ainda cumpriam papel fundamental nas eleições durante a República[15], exercendo as antigas funções de guarda-costas de políticos, capangas e cabos eleitorais do período imperial[16], mesmo depois da campanha repressiva contra os mesmos, encabeçada pelo então chefe de polícia Sampaio Ferraz no ano de 1890.[17]

Mas, como assinala Luiz Sérgio Dias[18], era ao "bamba" que cabia o papel de remanescente da prática da capoeiragem durante o início da Primeira República, desempenhando-a dentro das circunstâncias permitidas. Segundo o memorialista Morales de Los Rios, eram "geralmente cafajestes, chamados de valentões da zona" ou "bambas" e "curiosamente" apelidados de "Camisa Preta" (...), "Zé do Senado".[19]

Além dos valentes, os chamados malandros também podiam ser considerados os cabos eleitorais /capangas de políticos da época. Tais personagens eram associados à contravenção e ao furto. Os malandros podiam, tal como os valentes, produzir "medo" no outro, mas eles se valiam principalmente de ardis. [20] O noticiário policial dava mais destaque aos crimes cometidos pelos valentes do que aos delitos praticados pelos malandros. Estes últimos constituíam apenas seis ou 10,5% de um total de 57 notícias sobre crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos. Seus delitos abrangiam os furtos de galinhas, roupas e objetos de casas.[21]

---

[14] "Novas desordens no Largo do Machado. A capadoçagem à solta", *Gazeta de Notícias*, 5/11/1909, 4.

[15] Deltry, Giovanna. " Margens da Belle Époque carioca pelo traço de Calixto". *ALCEU*, v.9,n. 18, 2009,p. 117-130.

[16] Dias, Adriana Albert. "Os "fiéis" da navalha: Pedro Mineiro, capoeiras, marinheiros e policiais em Salvador na República Velha", *Afro-Ásia*, 32, 2005, p. 286; Dias, Luiz Sérgio. *Da "turma da Lira" ao cafajeste. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, História, PPGHIS-UFRJ, 2000; Leal, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem. A história social da capoeira e do Boi-Bumbá no Pará Republicano (1888-1906).* Salvador: EDUFBA, 2008.

[17] Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, os capoeiras foram perseguidos pelo chefe de polícia, presos e deportados em grande número para Fernando de Noronha. Porém, segundo Carvalho, Sampaio Ferraz não conseguira destruí-los, mas domesticou-os criando condições para sua incorporação ao novo sistema em termos mais discretos. Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados. Op.cit.,* p. 23.

[18] Dias, Luiz Sérgio. "Quem tem medo da capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904", Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001, pp. 163-164.

[19] Morales de Los Rios, Adolfo. "O Rio de Janeiro da Primeira República". *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro, v. 273, out./dez., 1976, p. 59.

[20] Misse, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Op. cit.*, p. 258.

[21] De um total de dez registros de bens subtraídos pelos malandros, quatro ou 40% se referiam a roupas e seis ou 60% a galinhas e objetos de casa.

As reportagens davam mais destaque aos delitos cometidos pelos valentões, pois pareciam ver que suas práticas criminais constituíam ingredientes substanciais para discutir as associações que se fazia entre crime e eleições. Certamente percebiam que a violência perpetrada pelos valentes parecia ser mais impactante para ser usada como instrumento de crítica à política eleitoral da época do que os crimes não-violentos cometidos pelos chamados malandros.

De todo modo, os jornalistas policiais, ao associarem o crime às questões de caráter eleitoral, assinalavam uma continuidade no período republicano das práticas criminais e eleitorais fraudulentas existentes desde o Império, como mostra a seguinte matéria ao se referir às eleições municipais de 1909: "(...) Os assaltos às seções eleitorais se sucederam, com um cortejo de violências ao direito e à vida, como nos tempos em que a "flor da gente" era o expoente do voto popular no Brasil".[22]

Os jornais e suas reportagens policiais, ao publicarem notícias como essa, buscavam naturalizar as ocorrências de crimes, fraudes e violências existentes tanto nos processos eleitorais do período imperial quanto do republicano. Segundo uma matéria publicada nas eleições federais de 1903: "Estamos habituados às fraudes, aos crimes e a toda casta de embuste quando se trata de eleições"(...): "A fraude para triunfar lança mão da violência material e do assassinato".[23]

Mas será que a imprensa, por considerar que o crime nas eleições era uma prática recorrente na história imperial e republicana, via automaticamente que a Monarquia e a República eram regimes políticos intrinsecamente associados à criminalidade? No que diz respeito à Monarquia, as reportagens criminais não a viam com tom de saudosismo e de forma positiva, muito pelo contrário. Associavam a Monarquia aos criminosos, vagabundos, desordeiros e prostitutas da cidade, como mostra a seguinte matéria, intitulada sugestivamente de "Monarquista assassina", publicada em 1911 pelo jornal a *Gazeta de Notícias*, folha comprometida com o regime republicano[24]:

> -Viva a monarquia! -Viva o Imperador! Eram os gritos ouvidos diariamente na rua da Misericórdia e adjacências e isto durante um período de muitos anos. Quem assim gritava era essa conhecida na zona. Uma infeliz rameira, que nos seus dias, quase todos, de alcoolismo, vagabundeava por aquelas ruas dando gritos.

[22] "Eleições municipais", *O Paiz*, 1/11/1909, 3.
[23] "Bandalheira eleitoral", *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1.
[24] Silva, Eduardo. *As queixas do povo. Op.cit.*

> -Viva a Monarquia!
> Em pouco tempo tornou-se ela conhecida pelo vulgo de "Monarquista". Isso há anos, porque ela, depois de percorrer todas as escadas da vida, (...) a "Monarquista" foi parar na zona do Largo da Batalha e adjacências, a última etapa, o último ponto dessas desgraças.
> A "Monarquista" era, pois, conhecidíssima dos moradores, negociantes e polícia daquela zona, onde não raras vezes foi parar.
> Essa infeliz cometeu ontem, talvez, o seu último crime. Por uma futilidade, ela dando mais uma vez prova de seu mau gênio, matou friamente uma velha companheira de pândegas e de infortúnios (...).[25]

Mesmo o *Jornal do Brasil* – que tinha tendências monarquistas[26] – e o *Correio da Manhã* – que era um jornal oposicionista que congregava desde *jacobinos* a monarquistas [27] – publicavam no espaço reservado ao noticiário criminal reportagens que vinculavam a Monarquia aos criminosos, vagabundos, desordeiros e prostitutas da cidade. Uma matéria publicada pelo *Correio* em 1911, ao relatar sobre o mesmo caso aludido acima pela *Gazeta* referente à meretriz tida com monarquista, salientava:

> É muito conhecida nas rodas das pessoas da "Lyra" a velha marafona que tem a alcunha de "Monarquista". A "Monarquista" dorme nas imundas hospedarias ali existentes (zona da rua da Misericórdia). As suas companheiras temiam-na, devido ao seu gênio irascível.
> A vagabunda, por uma futilidade qualquer era capaz de tudo, promovendo distúrbios dos quais, quase sempre, ia ajustar contas com a polícia.
> (...) O seu vulgo vem desde o antigo regime "monarquista". Não admitia que fossem de encontro às suas idéias e, por isso mesmo, é que se originavam as suas brigas e "rolos" que terminavam quase sempre com a intervenção da polícia.[28]

De forma ainda mais enfática que o noticiário criminal, o famoso cronista João do Rio, em sua coletânea de crônicas *A alma encantadora do Rio*[29] – editada, como informou José Murilo de Carvalho, originalmente em 1910[30] –, associava a Monarquia aos criminosos. Salientava que todos os presos, com raras exceções, eram "radicalmente monarquistas" a exemplo dos "malandros da Saúde, menores vagabundos, raparigas de vinte anos", passadores de moedas falsas, assassinos e gatunos. O cronista alegava que

---

[25] *Gazeta de Notícias*, 7/08/1911.
[26] Ver: Silva, Eduardo. *As queixas do povo. Op.cit.*
[27] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Poder local e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX.* Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 173. Ver também: Freire, Américo. *Entre a insurreição e a institucionalização. Lauro Sodré e a República carioca.* Texto CPDOC, n. 26, 1997, pp. 20-21.
[28] "Duas velhas rameiras, sendo uma assassinada pela outra", *Correio da Manhã*, 7/08/1911, 3.
[29] Rio, João do. *A alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952, pp. 213-4.
[30] Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados. Op. cit.*

tais criminosos preferiam a Monarquia à República devido ao próprio espírito de revolta que cada um deles tinha em seu "sangue" e ao mesmo tempo por serem tipos servis, que buscavam se subordinar às ordens do Imperador. Em suas palavras:

> A detenção tem ideias gerais. A primeira, a fundamental, definitiva, é a ideia monárquica. Com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas. Passadores de moedas falsas, incendiários, assassinos, gatunos, capoeiras, mulheres abjetas, são ferventes apóstolos da restauração (...)
> -É verdade; qual o governo que prefere? Eles riem, meio tímidos.
> -Eu prefiro a monarquia.
> -Por quê?
> Sim! Por que malandros da Saúde, menores vagabundos, raparigas de vinte anos que não podem se recordar do passado regime são monarquistas? Por que gatunos amestrados preferem sua majestade ao Dr. Rodrigues Alves? É um mistério que só poderá ter explicação no próprio sangue da raça, sangue cheio de revoltas e ao mesmo tempo servil; sangue ávido por gritar não pode! Mas desejoso de ter a certeza de um senhor perpétuo. [31]

As imagens negativas associadas à Monarquia presentes nesta crônica e no noticiário criminal muito possivelmente não começaram a ser produzidas a partir da Proclamação da República. Desde os finais do Império, a Monarquia foi sendo atrelada nos panfletos, literatura e artigos de jornais, como assinalou Maria Tereza de Mello, às ideias de tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização e teologia[32]. Em contraposição, a República, salienta Maria Mello, passou a ser associada às ideias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, progresso, federalismo e cidadania.[33]

Os jornalistas policiais consideravam, num sentido similar, que a República era um regime que instalara no Brasil os princípios democráticos, depois de "um longo período de degenerescência" do período monárquico, mas que tinha se distanciado do interesse público e dos seus princípios democráticos. [34] Segundo os repórteres, isso se devia aos assassinatos, conflitos, cenas de banditismo ocorridos nos pleitos eleitorais da época, crimes estes que revelavam, nas palavras de um noticiarista, durante as eleições

[31] Rio, João do. *A alma encantadora das ruas. Op. cit.*, pp. 213-4.
[32] Mello, Maria Tereza Chaves de. "A modernidade republicana". *Revista Tempo*, n. 26, vol. 13, 2009, p. 16.
[33] Idem, ibidem, p. 16.
[34] "As eleições municipais: cenas vergonhosas", *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1.

municipais de 1909: "o traço geral dos nossos criminosos que tão aproveitados são pelos políticos para nivelarem competências na soberania eleitoral".[35]

> O pleito eleitoral de ontem foi tragicamente assinalado por vários assassinatos, conflitos, cenas de banditismo praticados com uma desfaçatez repugnante que são irrecusáveis documentos de uma época em que os princípios democráticos, após um longo período de degenerescência, estão completamente esquecidos e substituídos por hábitos e práticas que só se podiam se filiar ao caudilhismo manejador do suborno, da prepotência, de todas as perigosas armas ilícitas que viciam a administração(...) [36].

Nessas publicações, veiculava-se a ideia de que em toda parte no Brasil o "famoso sistema representativo" era "viciado e adulterado", e que no país, principalmente na capital federal, ele era ostensivamente escandaloso com os episódios de mortes, assaltos às urnas e conflitos.[37] Para os jornalistas policiais, o sistema eleitoral da época não só cerceava o cidadão de votar de forma democrática, mas também estimulava o aumento das práticas criminais na cidade durante as eleições e ao longo do ano. Os repórteres alegavam que o sistema eleitoral, ao não punir aqueles que praticavam as fraudes eleitorais, acabava fazendo com que os chefes políticos envolvidos em tais práticas eleitorais continuassem protegendo os seus principais cabos eleitorais: os criminosos da cidade.

Estes últimos, por sua vez, por se sentirem protegidos pelos políticos "corruptos" e pela polícia – também mancomunada com os chefes políticos –, ficariam à vontade para cometer os mais variados crimes, roubos, assaltos, furtos na cidade.[38] Os repórteres pareciam assim montar uma espécie de equação matemática do crime, cuja base central da equação seria o sistema eleitoral brasileiro , considerado como "viciado e criminoso". De forma resumida, a equação parecia ser montada da seguinte forma:

SISTEMA ELEITORAL + RELACIONAMENTO DOS POLÍTICOS COM OS CRIMINOSOS E A POLÍCIA = AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO RIO DE JANEIRO.

Os jornalistas não só estabeleciam uma relação naturalizada entre eleições/políticos e bandidagem no interior das matérias que tratavam do relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia, como também pareciam querer veicular tal relação em alguns títulos dessas publicações (20 ou 35% de um

---

[35] "Sangue! Assassinato estúpido", *Gazeta de Notícias*, 11/11/1909.
[36] "As eleições municipais: cenas vergonhosas", *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1.
[37] "A fraude e o assassinato", *Gazeta de Notícias*, 2/11/1909, 1.
[38] "As eleições municipais", *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1.

total de 57 matérias sobre tal assunto). "A gatunagem – malandragem com regra – fatiotas para eleitores"[39], "Tiros: o banditismo à solta: ainda as eleições"[40], "A fraude e o assassinato"[41].

Vale notar que a naturalização da corrupção, crimes e violências nas eleições não implicava o desinteresse dos repórteres pelo assunto. Ao contrário, tais ocorrências se tornavam pouco a pouco um componente integrante do cotidiano de uma parte do público letrado, especialmente com o surgimento no início do século XX das chamadas notícias sensacionais[42], que buscavam valorizar uma linguagem violenta para seduzir os seus leitores[43], como vimos no primeiro capítulo. Afinal, os jornalistas certamente percebiam que os crimes dos cabos eleitorais/capangas de políticos constituíam ingredientes importantes para a venda dessas notícias, já que seus delitos eram normalmente violentos.

Mas, a nosso ver, os repórteres não apenas publicavam tais matérias por interesses mercadológicos de vender as notícias, como também para buscar, à sua maneira, intervir politicamente na sociedade, através de veementes críticas aos políticos, polícia e às práticas de fraudes nas eleições.

Dos três jornais consultados na pesquisa, a folha oposicionista *Correio da Manhã* teve consideravelmente uma maior representatividade de notícias que tratavam do assunto do que as das folhas governista *Gazeta* e oposicionista *Jornal do Brasil* (ver o quadro 28). Isso indica que o *Correio* se interessava bastante em publicar reportagens sobre crimes e eleições. Mas por que isso ocorria?

O *Correio* era um impresso que fazia uma sistemática oposição aos grupos políticos dominantes[44], dizendo-se defensor da "inviolabilidade de todos os direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade"[45], e que propugnava por mudanças nas estruturas políticas do país, como ressaltou o historiador Américo Freire[46]. Pode ser que por ter tal perfil político, o jornal buscasse utilizar de forma mais intensa do que os outros jornais as matérias sobre crime e eleição como instrumentos de

---

[39] *Jornal do Brasil*, 5/03/1910,12.
[40] *Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, 3
[41] *Gazeta de Notícias*, 2/11/1909, 1.
[42] Fausto, Boris. *Crime e cotidiano. Op.cit.*
[43] Pedroso, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista. Op.cit.*
[44] Freire, Américo. "Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado". *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 26, p. 121, 2009.
[45] "Dez anos", *Correio da Manhã*, 15/06/1911, 1. Matéria assinada por Gil Vidal, com o pseudônimo de Leão Veloso Filho.
[46] Freire, Américo. "Fazendo a República". *Op. cit.*, p. 121.

ação política para criticar as práticas político-eleitorais e a questão da politicagem na polícia.

Em relação ao jornal oposicionista *Jornal do Brasil*, teve uma representatividade consideravelmente menor de reportagens sobre o assunto do que o *Correio*, chegando, inclusive, a ser um pouco menor à da própria folha governista *Gazeta de Notícias* (ver o quadro abaixo). Isso nos indica que não necessariamente as críticas que os repórteres faziam às práticas político-eleitorais e à politicagem na polícia tinham a ver com a perspectiva política da linha editorial do jornal no qual atuavam. Afinal, como já comentado, os jornalistas policiais construíam as representações dos crimes a partir também de suas próprias concepções, interesses, valores e expectativas sobre a realidade social na qual se debruçavam.

De qualquer forma, apesar de o *Correio* ter uma maior representatividade de notícias sobre crime e eleições do que o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta*, todos os três jornais pareciam utilizar a popularidade que as reportagens policiais davam aos impressos da época para poder discutir justamente, em articulação com o crime, questões de caráter político-eleitoral do Brasil e do Rio de Janeiro republicano. E os repórteres policiais, por serem os produtores dessas notícias, eram os principais personagens que faziam essa discussão.

Quadro 28 – Número de reportagens (por jornal) que consideravam que o relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia constituía o fator do crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro, 1900-1920*

Jornais	***Nº***	***%***
Correio da Manhã	24	6,4% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	20	3,3% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade
Jornal do Brasil	13	1,6% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Total	***57***	***3,2% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã.*

*Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais cariocas trabalhados.

Tais jornalistas pareciam se mostrar decepcionados com os rumos da política republicana. Eles não eram os únicos intelectuais da época que estavam decepcionados com isso. Muitos ou alguns intelectuais que atuavam na imprensa comungavam dessa decepção, o que não quer dizer que estivessem alheios à política; muito pelo contrário, como demonstraram os pesquisadores Eduardo Coutinho, Carolina Dantas e Eliana Dutra[47]. Esses intelectuais encontraram, nas páginas dos jornais da época, espaço de manifestação, ainda que não aspirassem certamente revolucionar a sociedade, mas corrigir hábitos e costumes em nome do interesse público e da cidadania.[48] A tônica desses intelectuais era, como salientou Eliana Dutra, que a República era o regime ideal, mas não tinha um governo que a merecia, pois este era incapaz de cultivar as virtudes da *res publica*. Os repórteres de crimes num mesmo sentido comentavam como assinalou um jornalista da *Gazeta* em 1920: "O país é bom, mas os homens do governo..."[49]

Ao comentarem os problemas referentes à segurança pública da cidade, os jornalistas destacavam que os bandidos obrigavam a população a fazer campanhas eleitorais a favor de políticos, como mostra a matéria abaixo:

> O povo (...) que habita a capital da República, viu ontem contristado o que vale a liberdade política neste país, por que medidas são aferidos os direitos mais solenemente assegurados pela Constituição do Brasil.
> Durante horas seguidas, uma horda de vagabundos (...) percorreu as ruas mais centrais da cidade, proferindo berros sediciosos, ameaçando com os seus cassetetes, as suas navalhas e os seus revólveres a vida daqueles que ousavam cometer a inenarrável temeridade de não pactuar com os chefetes trêfegos, que pagaram esta exibição impudica, sufragando nas urnas os nomes dos candidatos que a bravura criminosa dessa ralé a todos indistintamente impunha que saíssem vitoriosos.
> Horas de vergonha foram estas, durante as quais uma cidade populosa esteve entregue ao domínio façanhudo do que as prisões têm de mais baixo, de mais relapso e de mais criminoso. [50]

[47] Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op. cit.*; Dantas, Carolina. *"Café com leite": história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914).* Niterói: PPGH-UFF, 2007, Tese de Doutorado, pp. 58-76; Dutra, Eliana. *Rebeldes literários da República. Op. cit.*
[48] Coutinho, Eduardo. *Cronistas de momo. Op. cit.*
[49] *Gazeta de Notícias*, 12/07/1920, 3.
[50] "A eleição", *Jornal do Brasil*, 19/02/1903, 1.

Os profissionais de imprensa, ao narrarem tais episódios de violência e crime nas eleições, atacavam "a ausência da soberania do voto" em um país que tinha, segundo os jornalistas, a pretensão de ser dirigido por regime democrático: "(...) Os fatos ocorridos domingo são os mais deprimentes, os mais vergonhosos para um país que tem a pretensão de ser dirigido por um regime democrático, em que o voto do cidadão é uma fantasia e a ponta da faca e a bala do revólver as únicas realidades".[51]

Diante das críticas ao cerceamento à liberdade do voto no Brasil, atacava-se com veemência a falta de punição no país em relação aos políticos e criminosos que fraudavam as eleições. O redator-chefe do *Correio da Manhã*, Gil Vidal, foi um dos jornalistas que chamaram atenção para isso. Através de títulos sugestivos como a "Impunidade triunfante"[52], o ex-repórter policial falava com tom de indignação sobre os "malfeitores e desordeiros" que praticavam na capital "toda a sorte de crimes", porque eram "instrumentos de chefes políticos" que lançavam "mão da intimidação e da violência" para conquistar votos a todo custo.

No que tange especificamente aos repórteres policiais da época, estes ressaltavam a necessidade de se moralizar os costumes políticos, eleitorais e administrativos vigentes. Os noticiaristas pareciam ter um desconforto com relação à lei eleitoral da época, já que ela, segundo os mesmos, não punia os envolvidos nas fraudes e violências eleitorais, como mostra a seguinte matéria publicada em 1909:

> (...) Chama-se realmente a isso exercer a soberania do voto. É levar muito longe o valor das expressões consagradas. Isso que ontem vimos, não foi senão o exercício de banditismo impune. (...) A atual lei eleitoral é má e o que se deve fazer é reformá-la, de modo a evitar tão desagradáveis espetáculos(...)[53].

As consequências "desagradáveis" advindas da impunidade das práticas eleitorais fraudulentas seriam o aumento do número de crimes no Rio. Segundo os repórteres policiais, os políticos corruptos que se candidatavam às eleições na capital sempre contratavam os serviços dos criminosos para fraudar as eleições, pois estavam cientes de que não seriam punidos.[54]

---

[51] "A fraude e o assassinato", *Gazeta de Notícias*, 2/11/1909, 1.
[52] *Correio da Manhã*, 9/11/1909, 1.
[53] " As eleições municipais", *Gazeta de Notícias*, 1/01/1909,1.
[54] Ottoni, Ana Vasconcelos. " Criminosos, polícia e políticos em letras impressas: jornais cariocas, criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e fraudes eleitorais no início do século XX". *Dia-Logos-Revista dos alunos de Pós-graduação em História da UERJ*, n.4, 2010, p. 11-25.

Não é à toa que os jornalistas alegavam que, quando as eleições se aproximavam, normalmente "(...) os chefes políticos procuram livrar da cadeia os seus instrumentos para as desordens eleitorais"; (e por isso) "não é de admirar que os ladrões campeiem impunes e calmamente por esta admirável cidade",[55] cometendo os mais variados crimes. Segundo uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil* em 1909:

> Arthur de Novais, vulgo "Arthur Mulatinho", ainda ontem figurou no noticiário do *Jornal do Brasil* na seção "Fatos policiais"; era o terror da zona do Catete, onde, gozando da influência de certos políticos, cometia toda sorte de desatinos, contando, sempre, com a impunidade. E assim vivia espoliando os fracos, dos quais extorquia o dinheiro sob ameaça de morte. (...)[56]

Em uma das eleições do Rio, o combativo jornal *Correio da Manhã* chegou a reportar as opiniões de outros grupos para poder legitimar o seu próprio discurso de tentar articular a suposta proteção que os políticos davam aos criminosos com o aumento de crimes na cidade.

> Sr. Redator – aí vai uma informação segura e exata da razão pela qual os ladrões do mar não se acabam, e nunca são presos pela polícia da Saúde que os auxilia na fuga.
> Com relação à notícia justa que destes, temos que vos informar do seguinte:
> Os ladrões do mar são todos conhecidos da polícia da Saúde, habitantes daquela zona e protegidos pelo Sr. Guilherme, chefe político daquela localidade, e do Sr. Mello Mattos de quem o Sr. Guilherme é compadre, pois esses bandidos são os seus eleitores.
> A polícia deixa-os embarcar e desembarcar livremente os mais terríveis assassinos e chefes de numerosa quadrilha. São eles: Joaquim, vulgo Pata Choca e Alberto de tal vulgo Tropona e uns espanhóis pertencentes a mesma quadrilha.
> Da Praça da Harmonia e de algumas estalagens próximas a referida praça, as quais estão interditas pela junta de higiene e dão fundos para o mar, são os pontos de onde eles fazem as suas trincheiras e saem todas as noites, tranquilamente para o mar, visto contarem com a impunidade da polícia e nunca serem presos.
> Essa famosa quadrilha tem diversas canoas de pesca que estacionam ali na Praça da Harmonia, nas quais saem a noitinha, fingindo-se de pescadores, para espreitarem onde se acham as frágeis escaleres de ronda da Alfândega.
> Essas canoas são os vigias dos ladrões e que lhes dão o sinal para saírem para o mar.
> (...) As canoas de propriedade desses ladrões que servem para vigiar a ronda da Alfândega, são pintadas diante de várias cores, ora pintam-

[55] "Assaltos de ladrões", *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2.
[56] " Assassinato covarde", *Jornal do Brasil*, 6/11/ 1909, 12.

> se de verde, ora de cinza, ora de preto, ora de encarnado, para confundirem a vigilância
> Os nossos chefes de guardamoria conhecem também o Sr. Guilherme, chefe político da Saúde, e podiam junto a ele concorrer para pôr termo aquela horda de assassinos perigosos no mar.
> Pelas razões expostas é que não se acabam os ladrões do mar, que todas as noites passeiam impunemente, assaltando e matando, se for preciso para se evadirem.
> No mais, gratíssimos vós ficam etc.[57]

Em relação aos valentes da cidade que supostamente prestavam "serviços eleitorais" para os políticos, havia dois deles que, dentre outros, apareciam com destaque no noticiário da imprensa do início do século XX. Chamavam-se Alfredo Francisco Soares, vulgo "Camisa Preta" e Luciano José da Silva, conhecido como "Galleguinho da Saúde".

Galleguinho era visto como um criminoso temido por onde passava, tal como os demais valentes do Rio. Galleguinho, tido como indivíduo de cor branca e português, era considerado pelas reportagens policiais como o "terror da Saúde" e, "como tal, até os seus próprios pares o evitavam, fugindo mesmo a sua aproximação"[58]. Mas na ocasião de sua morte, supostamente assassinado numa taverna no Rio em 1910, os jornais publicaram extensas reportagens sobre tal figura criminal, recapitulando alguns de seus crimes. Segundo tais publicações, Galleguinho fazia o que "lhe vinha na cabeça", pois "contava sempre com a impunidade, visto que dispunha de bons padrinhos, aos quais "servia" com dedicação por ocasião de eleições tumultuosas".[59] Ao ser visto como um "perigoso ladrão" e "degenerado", uma reportagem salientava:

> Perigoso ladrão (...), eternamente armado de revólver, não havia quem o deixasse de temer no bairro da Saúde.
> Quando, em momentos agudos, procuravam quem pudesse tomar sobre os ombros responsabilidades delituosas, chefiando malta, no interesse de vitórias eleitorais, procurando a fraude, a retirada de urnas, era o degenerado escolhido para obter as efêmeras glórias de 24 horas.[60]

Mas a matéria acima assinalava que quando "os louros da vitória" nas eleições se desprendiam, e Galleguinho era "atirado ao ostracismo", o criminoso ia procurar roubar aos trapiches, como se fosse mais uma forma dele voltar a ter fama na sociedade

---

[57] "Os ladrões do mar", *Correio da Manhã*, 13/07/1906, 5.
[58] "O "Galleguinho da Saúde": seu assassinato em uma taverna", *Jornal do Brasil*, 13/02/1910, 5.
[59] Idem, ibidem.
[60] "Morte do Galleguinho: um bandido célebre", *Correio da Manhã*, 13/02/1910, 5.

do que efetivamente obter vantagens pecuniárias.[61] As próprias fraudes nas eleições que ele cometia eram vistas mais como uma maneira do mesmo "obter as efêmeras glórias de 24 horas"[62] do que uma forma de ganhar dinheiro.

Tal imagem de Galleguinho era um pouco diferente das representações construídas sobre os outros valentes da cidade, já que eram vistos como indivíduos que queriam através das fraudes e violências eleitorais não apenas obter – ou consagrar – a sua fama de valente, mas também adquirir vantagens pecuniárias. No entanto, de forma semelhante aos outros valentes, Galleguinho era tido como um indivíduo destemido que "andava sempre armado tanto de revólver como de faca"[63]. Segundo as reportagens policiais, o número de suas prisões era relativamente pequeno, pois "conseguia não raras vezes fugir ao flagrante delito, e do resto se incumbiam os protetores" [64]. Além disso, era retratado como um criminoso que tinha grande poderio no bairro da Saúde, pois, como era aí conhecido e temido, nunca tinha passado por necessidades materiais, já que "bebia e comia de graça".[65]

Tal como Galleguinho, "Camisa Preta" era visto como "um nome respeitado na zona do crime"[66] e retratado como um "criminoso de morte, assassino pelo prazer de matar"[67]. Quando o criminoso foi morto em 1912[68], os repórteres procuraram explicar por que a figura do "Camisa Preta" aparecia com destaque nos jornais, como mostra a seguinte notícia:

> (...) Que importância merece este nome para que os jornais, em notícias de pomposos títulos, enchessem colunas e colunas? – indagará o leitor. E nós responderemos: Esse homem foi um desordeiro temível, (...) um cabo eleitoral de primeiríssima ordem e tinha também o seu chefe, que nas eleições lhe enchia o bolso de dinheiro para o *serviço* no *sufrágio popular*. [69]

---

[61] Idem, ibidem.
[62] Idem, ibidem.
[63] "Morte de um pirata. O "Galleguinho da Saúde"", *Gazeta de Notícias*, 13/02/1910, 2.
[64] "O "Galleguinho da Saúde": seu assassinato em uma taverna", *Jornal do Brasil*, 13/02/1910, 5.
[65] Idem, ibidem.
[66] " Morte de um celerado: o famoso desordeiro e cabo eleitoral "Camisa Preta" foi assassinado a tiros de revólver pelo "Cabo Elpídio"", *Correio da Manhã*, 13/07/1912, 5
[67] Idem, ibidem.
[68] Sobre o relato de morte de "Camisa Preta", segundo Orestes Barbosa, ver: Didier, Carlos. *Orestes Barbosa. Op. cit.*, pp. 72-73.
[69] "Morte de um celerado: o famoso desordeiro e cabo eleitoral "Camisa Preta" foi assassinado a tiros de revólver pelo "Cabo Elpídio"", *Correio da Manhã*, 13/07/1912, 5.

Na ocasião do assassinato de Camisa, os jornais recapitularam o último crime de morte que teria cometido e que, segundo a imprensa, ainda estava "vivo na memória do público". Tal crime se referia ao assassinato de um guarda noturno na porta do edifício da antiga Biblioteca Nacional, onde funcionava uma seção eleitoral, durante a eleição de intendentes em 1909.

No noticiário, Camisa parecia ser representado como um indivíduo que tinha uma natureza criminosa, pois geralmente os jornalistas o chamavam de "facínora" e "sanguinário". Para os noticiaristas, "Camisa Preta" não tinha uma fisionomia (cor e olhar) que indicasse suas façanhas criminosas: "E não se suponha que ele, pela alcunha e pelas façanhas, fosse um tipo asqueroso, de figura antipática, carrancudo, de olhar feroz. Nada disso: era um rapaz simpático, de fisionomia sempre alegre e um sorriso quase constante a pairar-lhe à flor dos lábios"[70]. "Quem olhasse para "Camisa Preta" não dizia estar a ver tão temido criminoso. Era de cor branca (...)."[71]

Os noticiaristas pareciam aí veicular a ideia de que "Camisa Preta" representava um bandido que fugia à regra dos tipos de criminosos "perigosos" que normalmente figuravam na época , já que era branco e não tinha um "tipo asqueroso" e nem um "olhar feroz" . Ao contrário de "Camisa Preta", os cabos eleitorais/capangas de políticos eram retratados pelos repórteres como bandidos cujas "fisionomias patibulares" demonstravam a sua "alma criminosa".[72]

Vale notar que os jornalistas não pareciam muito preocupados em assinalar quais seriam as razões pelas quais esses bandidos eram criminosos, ao contrário da forma como retratavam os ladrões analisados nos capítulos anteriores, na qual se veiculou sobretudo os fatores sociais do crime, além dos motivos raciais. Entretanto, tal como os ladrões, a grande maioria das reportagens que tratavam das causas da criminalidade e de sua expansão na cidade não faziam menção com relação à cor dos valentes que faziam serviços eleitorais para os políticos (429 ou 97% de um total de 442 notícias que tratavam das motivações do crime).

Contudo, diferentemente dos casos dos ladrões, não nos parece que essa ausência de menção à cor em relação aos cabos eleitorais/capangas de políticos derivasse da tentativa dos jornais em camuflar os preconceitos raciais. Parecia que a principal preocupação da imprensa era, nestes casos, buscar compreender como as

---

[70] Idem, ibidem.
[71] "Fim de um bandido: a morte do "Camisa Preta"", *Gazeta de Notícias*, 13/07/1912, 1.
[72] "Eleições federais", *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1.

práticas criminais dos valentes (ou malandros) eram sustentadas e estimuladas pelos chefes políticos através da proteção e do dinheiro que estes lhes davam em troca dos "serviços eleitorais" prestados. Os jornalistas policiais se mostravam mesmo indignados com a proteção que tais políticos dispensavam a esses criminosos, sobretudo quando estes últimos estavam sendo julgados nos tribunais pelos seus crimes:

> Não se compreende que se entregue à sociedade, para seu desmantelo, semelhantes elementos de morte e de terror, que a baixa politicagem procura muitas vezes para serviços eleitorais, donde a proteção que lhes é dispensada quando se encontram sob o peso dos tribunais.[73]

Segundo um artigo da *Gazeta*, essa "califa de malfeitores" que surgem nas épocas eleitorais, a "praticar toda sorte de desatinos, de delitos e de crimes", não era levada "por espírito político ou partidário". Eram "apenas os agentes materiais de chefes políticos" à espera do:

> (...) resultado da corrida das feras que engordam todo o ano para figurarem no grande torneio que há de, por força, consagrar o seu prestígio, à custa de dinheiro, de navalhadas, de tiros de revólver, de mortes, ferimentos, e de roubos de urnas.[74]

Assim como tal artigo, as reportagens policiais consideravam que os "valentes" eram indivíduos que viam as práticas de fraudes e violências eleitorais não como um meio de sustento, mas sim como uma forma de obter ou consagrar a sua fama de valentão e de enriquecer. Era como se tais práticas eleitorais fossem um negócio rentável que trazia dinheiro e bens materiais. Não por acaso que os noticiaristas faziam questão de descrever minuciosamente como os referidos criminosos se "vestiam elegantemente" para possivelmente mostrar que tais roupas eram adquiridas através dos "serviços eleitorais" prestados aos políticos corruptos e de suas práticas de crimes pela cidade. Faziam também questão de dizer que os referidos bandidos não tinham profissão e nem domicílio, o que contrastava com o seu "modo elegante" de se vestir.

> (...) Arthur Mulatinho era pardo, tipo forte, 24 anos, não tinha profissão, nem domicílio. Trajava, na ocasião do crime, calça preta,

[73] "Morte de um celerado: o famoso desordeiro e cabo eleitoral "Camisa Preta" foi assassinado a tiros de revólver pelo "Cabo Elpídio"", *Correio da Manhã*, 13/07/1912, 5.
[74] "Coisas políticas", *Gazeta de Notícias*, 8/11/1909, 1.

> paletot branco engomado, camisa branca de goma e camisa de meia, cinto amarelo com muitos bolsos de couro e sapatos amarelos.[75]

Segundo as reportagens de polícia, os "favores eleitorais" que os criminosos faziam aos políticos não diziam respeito apenas às práticas de roubos de urnas e à intimidação ou violência aos eleitores para que não exercessem o seu direito ao voto, mas também através, como hoje popularmente se diz, da "compra de votos". Nestes últimos casos, os crimes em questão eram cometidos pelos chamados malandros, que, como já assinalado, se valiam principalmente de ardis e menos de violência.

> Um malandro inteligentíssimo, insinuante, antes da eleição do dia primeiro, foi a uma alfaiataria, onde encomendou 30 ternos de roupas.
> Depois esteve em uma camisaria aí comprou camisas, ceroulas, punhos e colarinhos, determinando que todas essas compras fossem levadas a um hotel da rua dos Andradas, pois eram para ser distribuídas a eleitores, devendo aí ser feito o pagamento no ato da entrega da mercadoria.
> O alfaiate caiu como um patinho, ficando sem a roupa e sem o dinheiro.[76]

Os malandros eram tidos aí como criminosos que roubavam objetos (roupas, sapatos, camisas, colarinhos etc.) dos estabelecimentos comerciais da cidade no intuito de "distribuí-los para os eleitores" como uma forma de comprar votos destes últimos, o que consequentemente fomentaria as práticas delituosas na cidade.

Além de criticarem os chefes políticos que orquestravam os crimes e fraudes eleitorais, os jornalistas também chamavam atenção da polícia, já que ela, na opinião dos repórteres, ajudava os políticos a cometer tais atos contra a "Nação". Considerava-se que a polícia auxiliava os políticos nessas práticas através da proteção que dispensava aos criminosos. Segundo as reportagens criminais, a polícia protegia-os por vontade própria ou por medo: "(...) Camisa Preta (...) foi um desordeiro temível, um facínora, um cabo eleitoral que a polícia temia e que lhe dava que fazer, quando com ela se envolvia".[77]

Pela versão do medo, os repórteres assinalavam que a polícia protegia os bandidos devido ao receio de "apanhar pancada"[78] ou o medo de perder seus empregos[79]

---

[75] " O fim de uma fera", *Gazeta de Notícias*, 6/11/1909, 2.
[76] " A gatunagem", *Jornal do Brasil*, 5/03/1910, 12.
[77] "Morte de um celerado: o famoso desordeiro e cabo eleitoral "Camisa Preta" foi assassinado a tiros de revólver pelo "Cabo Elpídio"", *Correio da Manhã*, 13/07/1912, 5.
[78] "Tiros: o banditismo à solta", *Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, 3.
[79] Idem, ibidem.

em meio a uma época na qual os cargos na polícia eram preenchidos por elementos de confiança do governo.[80]

A imprensa, ao salientar a proteção da polícia aos cabos eleitorais/capangas de políticos, alegava que tais criminosos tinham grande poderio nos locais onde moravam. Este poderio se expressava não só por poderem perpetrar livre e impunemente seus crimes, mas também por impedir que a polícia prendesse os gatunos dessas áreas.

Orestes Barbosa chamou atenção em 1923 para tal questão, em uma de suas crônicas em "Bambambã", na qual tratou do caso de um valente de nome José da Barra, residente do morro da Favela, e retratado pelo cronista como "cabo eleitoral de gente importante" e "chefe celerado dos celerados". Orestes alegava que o criminoso protegia os gatunos de serem presos pela polícia, pois a impedia de subir ao morro: "Os gatunos, às horas mortas, sobem ali e durante o dia por ali ficam, porque o chefe de polícia da Favela não é desembargador nem general – é o José da Barra, com quem o chefe de polícia da capital da República não quer conversa".[81]

O cronista sugeria inclusive que quando um comissário recebia alguma notícia de conflito ou roubo na Favela fingia não escutar, pois ele estaria subordinado às decisões do tal valente de não prender nenhum criminoso na área. Orestes parecia mesmo expor a ideia de que na Favela era inevitável ocorrer fatos criminais, dada a impunidade que seria reinante no morro, já que mesmo que algum policial fosse ao local para apurar alguma denúncia de crime, ele acabaria sendo morto por José da Barra ou por seus colegas do crime.

> O José da Barra é cabo eleitoral de gente importante, e, além disso, se ele quiser, ninguém sobe lá (no morro da Favela).
> Quando chega à delegacia do 8º. distrito a notícia de que há *dança de rato* (conflito) na Favela, o comissário de serviço fica surdo no telefone:
> - Não estou ouvindo nada. Fale mais alto!
> - Olhe, *seu* Sampaio: quem fala aqui é o guarda rondante da travessa Rego Barros.
> - Mas que é? Não entendo!...
> - O João do Brum e a quadrilha assaltaram, há pouco, um *chauffer* aqui. Para que o homem não pudesse guiar o automóvel, retalharam-lhe as mãos a navalha. E o João do Brum deu-lhe ainda um tiro no pé.
> - Como?
> - O João do Brum...
> - Não escuto nada. A linha está horrível...
> Desliga e diz para o prontidão da delegacia:

[80] Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti. Op.cit.*
[81] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, p. 112.

> - Esta Light...
> - Se o guarda toma o alvitre de vir falar pessoalmente ao comissário, este diz, com voz comovida:
> - Você resolva. Você é um policial excelente. Vá lá. Fale ao José da Barra. Onde está o João do Brum? Está na casa dele? Pois vá lá. Fale em meu nome. Tudo que você fizer está bem feito.
> Quando o policial é novato, fica cheio de vento e vai ver mesmo a coisa de perto.
> E morre – o que já tem acontecido a uma porção.
> O comissário fica fresquinho, na delegacia, fazendo a parte e tomando café.
> O chefe de polícia, José da Barra, é um personagem que se impôs pela valentia e pelo aparente bom senso das suas decisões.
> Os criminosos analfabetos, que vivem ali na mais impune liberdade, elegeram, sem sentir, um chefe que é esse José.[82]

A polícia nem sempre era vista como uma instituição que protegia tais bandidos, já que por vezes os jornalistas salientavam que ela tentava persegui-los incessantemente. Quando isso acontecia, alegavam os repórteres, os bandidos transladavam para outras localidades fora do Rio de Janeiro. Segundo uma matéria publicada em 1909:

> Ventana era um rapaz de 20 anos de idade, presumíveis.
> Era um ladrão audacioso e conhecido, com grande número de entradas na Casa de Detenção.
> Não há muito tempo ainda o Ventana, com outros companheiros da sua força, assaltou a taverna da rua da Saúde, n. 156.
> Quando estavam no assalto foram ocasionalmente pressentidos pela polícia do 11º. distrito.
> Ventana e os seus sócios enfrentaram a polícia a tiros de revólver, aterrorizando os mantenedores da ordem (...).
> Graças a essas proezas, que foram repetidas, não sendo pequeno o número de roubos, realizados aí pelo Ventana, este se tornou temido, a ponto de ser perseguido com insistência pela polícia.
> Ventana então resolveu mudar-se e seguiu para Santos (...).[83]

As reportagens policiais assinalavam ainda que mesmo que a polícia chegasse a conseguir prender tais criminosos, os políticos acabavam por demitir o policial que tivesse realizado a prisão. Os jornalistas alegavam que tal ato desaguava na paralisação dos inquéritos, e consequentemente no aumento das práticas criminais perpetradas por tais bandidos.

---

[82] Barbosa, Orestes. *Bambambã. Op. cit.*, pp. 112-113.
[83] "Fama que mata!", *Gazeta de Notícias*, 13/11/1909, 2.

> Arthur Mulatinho começou a distinguir-se no rol dos ousados bandidos que infestam a nossa capital durante a revolta da armada em 1893.
> (...) Entre muitas das suas façanhas, podemos enumerar as praticadas em companhia do Pé de Ouro e do Machado. Dois nomes ilustres na história do crime.
> Um belo dia, jantavam amigavelmente no botequim do Expresso, a rua Real Grandeza, em Botafogo, os três terríveis desordeiros, quando Arthur Mulatinho tirando uma magnífica pernambucana, cravou-a no ventre do proprietário da casa (...).
> Preso em flagrante, foi levado para a delegacia, que pouco mais fez do que tomar conhecimento do fato e, a pedido dos chefes políticos, mandado embora, e uma pedra colocada sobre o inquérito.[84]

Embora os repórteres admitissem que por vezes a polícia tentava perseguir e prender os cabos eleitorais/capangas de políticos da cidade, o mais comum nessas reportagens sobre criminalidade e eleições era enfatizar o envolvimento da polícia na política, e de como isso repercutia no aumento da criminalidade em geral no Rio. Destacava-se que a polícia, por estar "apadrinhada" ao governo, e os delegados, por bajularem o presidente da República, protegiam "os mais perigosos assassinos e ladrões"[85]da cidade, pois estes seriam os aliados de políticos influentes. Em consequência dessas relações "escusas" entre a polícia e os políticos – alegavam os repórteres –, as forças de segurança consentiam que os criminosos se sentissem à vontade para cometer cada vez mais crimes na cidade, e de forma cada vez mais audaciosa, roubando e assaltando a população em plena luz do dia e nas ruas mais movimentadas do centro, como mostra a seguinte notícia:

> O mais escandaloso de tudo que se tem registrado de anormal, é que os ladrões assaltam em pleno centro da cidade, (...) com o consentimento da polícia para fins eleitorais. O número de quiosques roubados (...) é grande, sem que a polícia agisse seriamente, apesar de ter um corpo de agentes numeroso e que devia conhecer todos os criminosos da cidade, pelo menos os criminosos matriculados. Mas nada se tem feito e os roubos têm continuado.[86]

Independentemente dos juízos de valor contidos nessas reportagens, as influências políticas na polícia eram de fato uma realidade da época. Segundo o historiador Marcos Bretas:

---

[84] "O fim de uma fera", *Gazeta de Notícias*, 6/11/1909, 1.
[85] "Polícia criminosa", *Correio da Manhã*, 10/05/1905, 1.
[86] "Assaltos de ladrões: uma nova quadrilha . Quiosques assaltados", *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2.

> A nomeação para o cargo de chefe de polícia da capital proporcionava a oportunidade de trabalhar em contato íntimo com a elite política, oferecendo grandes oportunidades para obter vantagens e benefícios profissionais. O objetivo maior era a nomeação para o Supremo Tribunal Federal.[87]

O historiador Américo Freire[88] salienta que em função da precariedade dos instrumentos de fiscalização da Justiça Eleitoral, "não era incomum a denúncia, nos jornais, de que delegados, e mesmo o chefe de polícia, exerciam pressão junto aos eleitores nas eleições".[89] Marcos Bretas[90] expõe que, pela precária institucionalização do órgão, também os delegados eram substituídos quando se processava a exoneração do chefe de polícia, o que inegavelmente, como diz Freire[91], abria espaço para nomeações de natureza política. Freire argumenta, ao citar Bretas, que "sem acesso à indicação da chefia de polícia, os grupos políticos locais buscavam influir na nomeação dos delegados das freguesias".[92]

Os jornalistas, ao parecerem estar atentos às influências políticas na organização policial, afirmavam que a polícia por se envolver em politicagens não buscava conciliar os "interesses do serviço público com os da lei em benefício do povo e homenagem à justiça".[93] Segundo os repórteres, as forças de segurança procuravam apenas "amparar parentes e amigos, políticos e conhecidos", além de fazer "esbanjar a verba secreta".[94] Através de tais críticas à polícia, os jornalistas pareciam chamar atenção que o ideal republicano de probidade na gestão da coisa pública estava ausente na República dos coronéis. [95]

Alegavam também que a falta de preparo técnico da polícia para os cargos que ocupava trazia consequências deletérias para a segurança pública. Segundo os repórteres, isso se devia em função da presença do "filhotismo" na polícia. Segundo Otair Fernandes de Oliveira, "o filhotismo reside no favoritismo em relação aos amigos do governo, com fechamentos dos olhos para as mazelas de seus apadrinhados políticos, contribuindo, assim, para a desorganização da administração municipal, sob a "vista

---

[87] Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*, p. 48.
[88] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op.cit.*
[89] Idem, ibidem, pp. 108-109.
[90] Bretas, Marcos. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
[91] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*, p. 109.
[92] Idem, ibidem, p. 109.
[93] "Os ladrões no Rio", *Jornal do Brasil*, 17/06/1915, 10.
[94] Idem, ibidem.
[95] Sobre os discursos na imprensa de outros intelectuais de início do século XX sobre esta questão, ver: Dutra, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República. Op.cit.*

grossa" dos governos estaduais, ainda mais quando se considera o despreparo técnico dos parentes e amigos e a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais, entendidas como verdadeiras "batalhas eleitorais"".[96]

Os repórteres de início do século XX chamavam atenção que a presença do filhotismo na polícia fazia com que o governo fechasse os olhos para o despreparo da polícia em controlar e combater os crimes de gatunagem, o que gerava consequentemente o aumento do crime na cidade e da audácia criminosa dos infratores. Um repórter do *Correio da Manhã*, em 1913, assinalava: "só a incapacidade administrativa, a má-fé, as influências nefastas e o filhotismo podem gerar esse arremedo de polícia e fazer proliferar a gatunagem e a audácia criminosa"[97]. O jornalista chamava a atenção que, embora a polícia efetivasse a perseguição aos ladrões, os "roubos se sucediam e alguns com a audácia" que chegava "a pasmar", devido justamente à presença do filhotismo na polícia. Segundo o repórter, isso teria acontecido quando, por exemplo, em 1913, "seis audaciosos ladrões" em plena rua do centro assaltaram um "comerciante ambulante" em 540$000 em dinheiro.

Vale notar que, das 57 reportagens que abordavam todas essas motivações políticas/eleitorais do crime no Rio, verificou-se que a grande maioria delas (46 ou 80,7%) foram veiculadas em três momentos eleitorais: as eleições federais de 1903, as eleições municipais de 1909 e a eleição presidencial de 1910. A seguir iremos analisar como os jornais tratavam a associação entre crime e eleições nestes três momentos, assim como explicaremos por que em tais épocas os jornais publicavam mais matérias sobre o assunto do que em outros períodos eleitorais.

2. "Bandalheira eleitoral": as eleições federais de 1903

"A eleição de ontem: o passeio triunfal da capangada audaciosa da fraude – Agressão a mão armada". "Eleições". "Eleições federais".[98] Estes foram os títulos das matérias policiais publicadas na primeira página dos jornais cariocas sobre as eleições

[96] Oliveira, Otair Fernandes de. "O municipalismo e a cultura política brasileira". In: *Achegas – Revista de Ciência Política*, n. 14, 2003, p. 7.
[97] "Assalto a mão armada", *Correio da Manhã*, 1/02/1913, 2.
[98] *Jornal do Brasil*, 19/02/1903, 1; *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1; *O Paiz*, 19/02/1903, 1.

federais realizadas no Rio de Janeiro no dia 18 de fevereiro de 1903.[99] As reportagens que tratavam o assunto representavam quase 30% das matérias sobre crime e eleições durante os anos de 1900 e 1910 (17 ou 29,8% de um total de 57 notícias). Apesar do *Correio da Manhã* e da *Gazeta* terem uma maior representatividade de notícias de crimes e eleições nas eleições federais de 1903 do que o *Jornal do Brasil* (ver o quadro abaixo), todos os três jornais deram amplo espaço em suas páginas aos conflitos, fraudes, agressões e assassinatos ocorridos naquelas eleições.[100]

Quadro 29 – Número de reportagens sobre crimes e eleições por jornal, 1903*

Jornais	***Nº***	***%***
Correio da Manhã	7	25,9% de um total de 27 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	6	23% de um total de 26 reportagens sobre criminalidade
Jornal do Brasil	4	11,4% de um total de 35 reportagens sobre criminalidade
Total	***17***	***19,3% de um total de 88 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã.*
* Os percentuais foram determinados considerando o total de notícias de crimes consultadas em cada um dos jornais trabalhados no ano de 1903. Ressalte-se que, como as edições dos meses de fevereiro e março de 1903 do *Correio da Manhã* não estão microfilmadas, optamos por não computar as edições de fevereiro e março da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Brasil*, para não fazermos uma análise quantitativa desproporcional entre os diferentes jornais.

Pelas reportagens policiais das folhas ficamos sabendo como teriam ocorrido os crimes e as fraudes na eleição do dia 18 de fevereiro:

> Logo pela manhã já era de notar a diferença do aspecto da cidade, principalmente no centro, ou por outra, nos distritos eleitorais da Candelária, Sacramento, Santa Rita, São José e Santana.
> As ruas eram transitadas, quase que de momento a momento, por carros de praça conduzindo magotes de indivíduos de fisionomias

[99] Vale notar que as edições dos meses de fevereiro e março de 1903 do *Correio da Manhã* não foram lidas, pois elas não estão microfilmadas. Por isso, analisaremos, além da *Gazeta* e do *Jornal do Brasil*, um outro grande jornal carioca da época, *O Paiz.*
[100] Vale notar que não há elementos na documentação que possam nos auxiliar a explicar por que o *Jornal do Brasil*, com relação à *Gazeta* e o *Correio*, foi a folha que teve uma menor representatividade sobre os crimes ocorridos nas eleições federais de 1903.

> patibulares armados de cacetes, facas, revólveres e garruchas, indivíduos esses que às ordens dos seus chefes, (...) andavam a percorrer as seções (...).
> (...) O pessoal do candidato tal, sabendo quais as poucas seções que lhe seriam favoráveis, marchava para elas e à porta se postava a fim de garantir a apuração dos votos levados pelos raros eleitores que afrontavam os perigos para exercer o seu direito.
> As seções assim guardadas pelo grupo dos capangas eram por sua vez provocados pelos grupos dos contrários, que de um momento para outro davam o ataque de chofre, a faca em punho e a garrucha.
> (...) Arrombavam-se as urnas, furtavam-se livros eleitorais (...).
> (...) Na passagem por outras ruas que não aquelas onde se faziam eleições, os grupos de desordeiros praticavam atos de vandalismo, havendo notícias de ferimentos muito graves pelos mesmos produzidos em indefesos cidadãos.[101]

Tais eleições geraram a produção de grandes coberturas policiais na imprensa em meio à implementação de uma lei eleitoral que proibia a presença da força pública nos locais da eleição e nas suas imediações. Tal fato gerou polêmicas nos jornais, já que havia periódicos que se posicionavam contra a lei e outros que se posicionavam a favor.

O *Correio da Manhã* e a *Gazeta* chegaram mesmo a polemizar abertamente entre si sobre a questão, através de um artigo escrito pelo redator-chefe do *Correio da Manhã*, Gil Vidal, e um editorial da *Gazeta de Notícias*. Foi Gil Vidal quem teria iniciado tal polêmica. Contudo, não foi possível ler o seu texto no qual trata do assunto, pois não se encontra microfilmado. Foi através de um extenso editorial da *Gazeta de Notícias* que tomamos conhecimento do debate travado entre o jornal e Gil Vidal. No referido texto, a *Gazeta*, já no título do artigo – "Fora da lei" –, mostrava o seu posicionamento contrário à lei eleitoral.[102] O jornal fazia uma inflamada crítica a Gil Vidal, sob a alegação de que teria ficado admirado pelo fato da *Gazeta* ter pedido a anulação da lei. Salientava que Vidal teria justificado sua admiração, sob alegação de que os acontecimentos do dia 18 de fevereiro na capital não tinham nada a ver com a referida lei, pois que os crimes e fraudes cometidos ocorreram fora do recinto em que se procedeu a eleição e também fora das suas imediações.

Para a *Gazeta* esta lei, "interpretada e executada fielmente", "em vez de garantir a liberdade do voto" permitia e animava "a uma coação até pelos meios e pelos processos mais violentos". A folha alegava também que a lei eleitoral também tinha

[101] "Eleições federais", *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1.
[102] *Gazeta de Notícias*, 3/03/1903, 1.

permitido “aos eleitores se esfaquearem”, e os criminosos cometerem assaltos e roubos, pois a força pública não poderia intervir, em “nome da liberdade eleitoral”.[103]

Segundo a *Gazeta*, durante as eleições de 1903, os mesários eleitorais e os votantes ficaram à “mercê dos mais fortes, não pela influência, não pelo prestígio, mas pelo “número de capangas e de facínoras de que possam dispor” os políticos. Em suas inflamadas críticas a Vidal, a *Gazeta* salientava ainda que o jornalista opinava pela defesa de tal lei “em nome da liberdade do voto, do que julga uma garantia”.[104]

Na opinião da folha, as eleições de 1903 eram a prova inconteste de que a ausência da força pública nos locais onde havia a eleição e nas suas imediações não tinha impedido o cerceamento da liberdade individual, vide as desordens e crimes ocorridos no dia 18 de fevereiro, e nem o cerceamento da liberdade eleitoral. Ao atacar novamente Vidal, a *Gazeta* salientava que, no entender do referido redator: “os facínoras, assalariados ou desordeiros de profissão, podem intervir e vitimar impunemente afastando pelo terror e pela violência os cidadãos das urnas e atacando assim a liberdade individual: a força pública não deve intervir, quaisquer que sejam as circunstâncias”.[105]

A *Gazeta* termina o editorial afirmando que Vidal, ao se posicionar favoravelmente à lei eleitoral, parecia estar “influenciado pelas ideias anarquistas”, por defender a não intervenção do Estado no pleito.[106] Toda essa polêmica entre *Gazeta* e Vidal nos mostra que enquanto este jornalista discutia as implicações positivas da referida lei para a garantia da cidadania no âmbito da liberdade do voto, a folha via as consequências deletérias da lei no que se refere ao direito do cidadão à segurança pública.

Assim como a linha editorial da *Gazeta*, as reportagens policiais da folha também se posicionaram contra a referida lei eleitoral. Porém, tais matérias justificavam esse posicionamento não a partir da discussão sobre a lei eleitoral em si, como fez o editorial da folha, mas sim a partir da maneira como a polícia teria agido diante da lei. Alegavam que o chefe de polícia era um dos responsáveis pelos crimes e fraudes ocorridos no dia 18 de fevereiro, pois ele não tinha prevenido tais ocorrências, como mostra a seguinte matéria:

---

[103] Idem, ibidem.
[104] Idem, ibidem.
[105] Idem, ibidem.
[106] Idem, ibidem.

> (O chefe de polícia) julgou que o melhor meio de garantir a liberdade do voto era conservar trancada a sete chaves a força policial e deixar que os cidadãos que justamente pretendiam usar de um direito, concorrendo às urnas, fossem agredidos, feridos, e portanto impossibilitados de exercer esse direito (...).[107]

No que se refere ao *Correio*, não foi possível saber o seu posicionamento quanto à responsabilidade ou não da polícia nos crimes e fraudes havidos durante a eleição, pois os textos produzidos no período durante o qual a imprensa discutiu sobre o assunto (fevereiro e março) não estão microfilmados na folha.

Mas meses depois do considerado fatídico dia 18 de fevereiro, o *Correio da Manhã* republicava um extenso artigo escrito dias após a eleição, no qual pedia a punição de um político de um subúrbio carioca – no Engenho Novo – e de um criminoso de vulgo "Pé Espalhado"[108], acusados de estarem envolvidos em diversos crimes naquela eleição. Neste texto, o articulista da folha começa dizendo que embora "Pé Espalhado" tivesse na Colônia Correcional por ter promovido assaltos e agressões durante a eleição no Engenho Novo, isso não era o bastante. Era preciso que o chefe de polícia averiguasse quem era o mandante de "Pé Espalhado" nos crimes por ele cometidos. Alegava que era necessário punir o mandante do criminoso, pois considerava injusto o mesmo sair impune. Segundo o articulista, a polícia não tinha o direito, sejam quais "forem as suas predileções, de abafar escândalos que estão a exigir pronta e enérgica reparação".[109]

O autor exigia, inclusive, que a polícia punisse os envolvidos nos crimes ocorridos em Engenho Novo:

> (...) E é isso que daqui pedimos ao Sr. chefe de polícia. E não nos limitamos a pedir, vamos até a exigência, com o direito de cidadãos que não podem nem estão dispostos a pactuar com os desmandos de politicaços sem pudor, que fazem da garrucha e do punhal as credenciais com que se apresentam candidatos a cargos da representação nacional.[110]

Segundo o articulista, o único responsável pelos acontecimentos do dia 18 de fevereiro no Engenho Novo era o ex-prefeito do Distrito Federal Honório Gurgel.[111] Para reforçar tal acusação, assinalava que havia testemunhas que diziam ter visto

---

[107] "Os carabineiros de offebach", *Gazeta de Notícias*, 20/02/1903, 1.
[108] "Eleições federais", *Correio da Manhã*, 22/05/1903, 1.
[109] Idem, ibidem.
[110] Idem, ibidem.
[111] Em 1900, Honório Gurgel do Amaral foi prefeito interino por 18 meses.

Honório distribuir dinheiro a diversos capangas, entre eles o "Pé Espalhado", e que o pagamento teria sido efetuado na porta da casa onde morava aquele candidato.

Além disso, salientava com veemência que toda a população da localidade e a imprensa sabiam dos delitos que "Pé Espalhado" teria cometido a mando de Honório.

> Não há quem ignore no distrito do Engenho Novo que dos graves conflitos do dia 18 de fevereiro resultaram o ferimento de vários cidadãos: não há quem não saiba que Pé Espalhado que os feriu, não há quem ponha em dúvida que este perverso estava à soldada do candidato Honório.[112]

O articulista destacava, em relação à polícia, que esta não havia aberto um inquérito sobre o caso, assim como não tinha feito o corpo de delito, e nem ouvido os feridos. Ao fazer claramente do seu texto instrumento de ação política para responsabilizar Honório e "Pé Espalhado" pelos crimes ocorridos, comentava que, se a polícia não fizesse nada a respeito, ele e o *Correio* fariam a verdade aparecer à tona "para a honra" da cidade "ultrajada e já entregue à sanha dos bandidos".[113]

No que tange ao *Jornal do Brasil*, a folha também demandava à polícia a punição dos crimes ocorridos. Ao contrário dos outros jornais consultados, não se posicionava claramente a favor ou contra a lei eleitoral que proibia a presença da força pública nos locais da eleição e nas suas imediações. Inclusive parecia ter uma posição dúbia em relação à atitude do governo perante a lei. Isso se devia porque ao mesmo tempo que considerava que a atitude do governo, de não ter intervindo no pleito, estava ancorada na lei,[114] "no louvável intuito de não alarmar o espírito público"[115], com o propósito de assegurar a liberdade do voto, tal atitude, segundo a mesma folha, estimulou os capangas de políticos a cometerem crimes e fraudes nas referidas eleições:

> A atitude do governo, arredando dos comícios toda a manifestação de força armada, no louvável intuito de não alarmar o espírito público, antes assegurando-lhe a máxima liberdade para concorrer ao pleito, estimulou nos arraiais da fraude o desejo de vitória fácil e no ânimo da capangada a coragem para pelejar pelos seus preferidos, ou melhor, para fazer jus à paga dos seus contratantes.[116]

Mas se, com relação ao governo, o jornal parecia ter um opinião ambígua quanto ao fato do governo não ter intervindo no pleito, *O Paiz*, que se caracterizava por

---

[112] "Eleições federais", *Correio da Manhã*, 22/05/1903, 1.
[113] Idem, ibidem.
[114] "As eleições", *Jornal do Brasil*, 20/02/1903, 1.
[115] "As eleições", *Jornal do Brasil*, 19/02/1903, 1.
[116] Idem, ibidem.

ser uma folha que elogiava todos os governos – de quem recebia, como diz Marialva Barbosa[117], claramente apoio sob forma de publicidade –, enaltecera intensamente a atitude do então presidente da República Rodrigues Alves naquelas eleições. O jornal não mostrava nenhuma contradição sobre o seu posicionamento em relação à atitude de não-intervenção do governo no pleito, pois dizia louvar a sua "neutralidade" e as medidas tomadas em prol da garantia da "manifestação livre do voto"[118]. Salientava nesse sentido que as medidas tomadas pelo governo visavam uma "regeneração política dos costumes eleitorais" e que inauguravam uma "nova era de renascimento cívico para a República".

Segundo o jornal, o povo, que até então tinha abandonado as urnas "prostituídas e aviltadas", "ressurgia" naquelas eleições "forte e confiante na vitória das boas causas, sentindo a consciência dos seus direitos, velando pelas mais sagradas liberdades públicas"[119]. E que, além disso, o povo percebia "que o voto deixara de ser afinal o produto da fraude dos conchavos imorais de meia dúzia de traficantes".[120]

Na opinião da folha, o povo e toda a imprensa esperavam que o pleito corresse "sereno e digno" por justamente o governo ter assegurado à população a não-intervenção do Estado no pleito. Ao defender com veemência o governo, alegava que os responsáveis pelos crimes ocorridos no dia 18 de fevereiro eram os "politiqueiros" e a polícia. Os primeiros, dizia *O Paiz*, utilizaram "a capangada para garantir a tiro e a punhal a vitória que o voto livre lhe recusaria".[121]

No que se refere à polícia, destacava que a instituição teria compreendido erradamente a lei eleitoral, ou seja, não teria compreendido "o seu dever de não intervir com força no pleito"[122]. E por isso, alegou a folha: "(...) deixou de fazer policiamento, que entregou a cidade ao terror inspirado pelos capangas armados e não pôde evitar os crimes que hoje há de lamentar e que ontem podia e devia, com elementar evidência, estar preparada para impedir".[123]

Além dessas críticas à polícia, o jornal *O Paiz* salientava que as praças da brigada policial colaboraram nos conflitos ocorridos, pois teriam posto em liberdade alguns criminosos que teriam feito "serviços eleitorais" para fazer vencer o candidato

---

[117] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa:Brasil,1900-2000.Op. cit.*
[118] "A mazurca de ontem", *O Paiz*, 19/02/1903, 1.
[119] Idem, ibidem.
[120] Idem, ibidem.
[121] "Eleições federais", *O Paiz*, 19/02/1903, 1.
[122] Idem, ibidem.
[123] Idem, ibidem.

Fonseca Hermes, que era irmão do comandante da brigada[124]. Acusava ainda a polícia de participar diretamente nos crimes, sob a alegação de que a instituição teria feito confabulações com bandidos e distribuído armas aos criminosos, como mostra a seguinte notícia:

> (...) As mortes e os ferimentos de ontem deviam ter sido prevenidos. A distribuição de armas na Gamboa por delegados, ao que se dizia, de um dos candidatos, as confabulações de outro num restaurante da rua da Ajuda com gente suspeita e as declarações já há dias correntes de que o resultado do pleito de ontem, no 2º. distrito, estava combinado e não podia ser modificado deixavam evidente que onde a fraude não bastasse, seria posto em prática o crime.[125]

Pelos motivos destacados pelo *O Paiz*, a folha considerava que as forças policiais teriam desamparado criminosamente o governo, deixando que os crimes e as fraudes imperassem nas ruas do Rio, entregues a criminosos e facínoras. Mas nos parece que o jornal estava mais preocupado com as consequências negativas que as ocorrências de crimes naquelas eleições poderiam trazer para o governo do que para os cidadãos que estariam com seus direitos à segurança individual e à liberdade do voto supostamente cerceados.

> (...) No momento mesmo em que, invocando uma vez mais a palavra honrada do Sr. Rodrigues Alves, o recomendávamos à gratidão nacional por tal ato e edificante rasgo de energia patriótica, e de tão rara sabedoria política, os seus agentes imediatos, aqueles que mais de perto deveriam velar pela moralidade e glória do seu governo, o desamparavam criminosamente deixando que a mazurca imperasse nas ruas e entregando o coração da cidade a uma califa asquerosa e sanguinolenta, sedenta de sicários, capitaneados pelos arautos das fraudes, há muito conhecidos e fustigados pela execração popular![126]

Pela análise feita nesta parte do trabalho, podemos perceber que a lei eleitoral de 1903 gerou divergências de opiniões e debates entre os jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* sobre as implicações da lei no âmbito da segurança pública e do direito à liberdade do voto. A lei também gerou divergentes e diferentes representações sobre as ações da polícia e/ou do governo diante da lei. Além disso, os jornais veiculavam diversas justificativas e fatores dos crimes ocorridos naquelas eleições de 1903, não havendo assim um consenso sobre tais motivos. O único

---

[124] Idem, ibidem.
[125] Idem, ibidem.
[126] "A mazurca de ontem", *O Paiz*, 19/02/1903, 1.

fator que era consensualmente veiculado por todos os impressos consultados dizia respeito às estreitas relações entre os políticos e os criminosos da época, sobretudo as existentes entre o deputado Irineu Machado e seus capangas José do Senado e Manoel Malaquias de Oliveira, vulgo Cabo Malaquias, como veremos a seguir.

2.1. José do Senado, Cabo Malaquias e Irineu Machado

Em meio às eleições de 1903, um assassinato na rua da Conceição fora cometido. Esse episódio chamou a atenção da imprensa, pois os acusados do crime eram nomes conhecidos do mundo criminal e político. Um dos criminosos envolvidos no caso era José Severiano, conhecido pelo vulgo José do Senado, tido como um indivíduo de cor parda e residente no morro do Senado.[127] O outro criminoso em questão era conhecido pelo apelido de Cabo Malaquias, já que sua alcunha adveio do tempo em que fora praça do regimento de cavalaria da brigada policial.[128] Era tido como crioulo e natural do Rio de Janeiro. Malaquias, visto como "herói do crime", adquiriu na perspectiva das reportagens policiais, a fama de "praticar tropelias", desde a época em que fora cabo de polícia e depois quando se entregou à "vida de celerado".[129] Por isso, segundo os jornalistas, "o seu nome foi lembrado e aceito para desempenhar o papel que desempenhou com audácia no dia da patuscada eleitoral".[130]

Ambos criminosos, Cabo Malaquias e José do Senado, eram vistos como "facínoras" que a sangue-frio cometiam inúmeros crimes pela cidade, como aquele da rua da Conceição, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 1903, contra um indivíduo de nome Manoel Peixoto, vulgo Manoel Frizo.[131]

As reportagens policiais da imprensa narravam minuciosamente como teria ocorrido esse crime. José do Senado e Cabo Malaquias no dia daquela eleição teriam subido num carro juntamente com outros criminosos para dar "vivas" ao então candidato a deputado federal, o advogado Irineu Machado, um experiente líder político carioca.[132] Na esquina da rua da Conceição estaria passando, na ocasião, Manoel Frizo. Segundo os jornais, os capangas de Irineu Machado o agarraram para que este gritasse

---

[127] "O assassinato de Frizo", *O Paiz*, 28/07/1903, 1.
[128] Idem, ibidem.
[129] "A prisão de Malaquias", *Gazeta de Notícias*, 10/04/1903, 1.
[130] Idem, ibidem.
[131] "Eleições federais", *Gazeta de Notícias*, 20/02/1903, 1.
[132] "Eleições federais", *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1.

“Viva o Dr. Irineu”. José do Senado teria então dado um tiro em Frizo ao perceber que este não iria gritar o nome do referido candidato. Segundo as reportagens e jornalistas policiais, José do Senado demonstrou com este ato “a hediondez de sua alma, levando o cano de um revólver à cabeça de Peixoto e disparando a arma”.[133]

Todos os jornais consultados comungavam dessa versão do crime e coadunaram com a posição tomada pela polícia de responsabilizar não apenas José do Senado e Cabo Malaquias por tal crime, como também Irineu Machado. Professor da Faculdade Livre de Direito do Rio, Irineu Machado era, como diz Surama Pinto, “uma espécie de tribuno das áreas urbanas da capital”[134]. Segundo a autora, poucos políticos conseguiram, na Primeira República, gozar de tamanho prestígio eleitoral no Distrito Federal.

Américo Freire, ao fazer uma análise detalhada sobre este personagem político em um recente artigo, salienta que, “em 1896, Irineu lançou-se candidato avulso para a Câmara dos Deputados pelo 2º. distrito da capital, obtendo a eleição em uma conjuntura marcada pelo acirramento dos conflitos entre a facção conduzida por Francisco Glicério, do Partido Republicano Federal, e Prudente de Morais”.[135] Na Câmara, continua a assinalar Freire, “já como deputado, engrossou as fileiras dos grupos gliceristas que faziam dura oposição a Prudente de Morais, sendo depois acusado, em companhia do vice-presidente e de vários parlamentares, de se ter envolvido na conspiração que teve como desfecho o atentado a Prudente, em novembro de 1897”.[136]

Aberta “a temporada de caça” ao jacobinismo, Irineu submergia, diz Freire[137]. Em 1899, já durante o governo Campos Sales, optou por formar com grupos políticos cariocas de corte mais moderado.[138] Fizera parte do PRDF – Partido Republicano do Distrito Federal –, que não se colocava, segundo Freire, claramente como uma agremiação oposicionista radical.[139]

---

[133] Idem, ibidem.
[134] Pinto, Surama. *Só para iniciados. Op. cit.*, p. 58.
[135] Freire, Américo. “Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado”. *Op.cit.*, p. 121.
[136] Idem, ibidem.
[137] Idem, ibidem.
[138] Idem, ibidem.
[139] O historiador comenta que Barata Ribeiro, um dos líderes do partido, *estrilava* na Tribuna contra os desmandos oficiais, mas em geral poupava a figura do Presidente Alves. “A principal estratégia de Ribeiro e dos próceres do partido era ocupar e manter os espaços políticos na capital, sem em nenhum momento partir para um confronto aberto com o governo”. Freire salienta ainda que “diferentemente do que ocorrera com o PRF nos tempos de Prudente de Morais”, não lhe parece “que naquele momento líderes importantes da principal agremiação política do Distrito jogassem com a possibilidade de promover a derrubada de Rodrigues Alves para “salvar a República” ou qualquer outra coisa”. Pelo

Durante as eleições federais de 1903, tanto os jornais oposicionistas *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* quanto as folhas governistas *A Gazeta de Notícias* e *O Paiz* [140] responsabilizaram com veemência Irineu Machado, um dos principais políticos que compunham o PRDF, pelos conflitos do dia 18 de fevereiro que culminaram com o assassinato de Manoel Frizo.[141]

Em relação mais especificamente ao *Correio da Manhã*, o proprietário da folha, o advogado Edmundo Bittencourt, em "virulentos editoriais"[142] apontava a existência no Distrito Federal de "um sindicato da fraude", composto pelo ministro do interior de Rodrigues Alves, J. J. Seabra, e os políticos cariocas do PRDF Barata Ribeiro, Augusto de Vasconcelos e o próprio Irineu Machado. Esses editoriais foram publicados num momento no qual, como assinalou Américo Freire, o jornal jogou com "todo o seu poder de fogo no lançamento da candidatura a senador pela capital do político *jacobino* paraense Lauro Sodré"[143], que fazia oposição ao PRDF. Bittencourt chegava a destacar, um dia antes do pleito de 1903, que "aquele sindicato do crime" se preparava "para estrangular, nas emboscadas da fraude, (...) a primeira manifestação do voto livre"[144].

Assim, o proprietário do *Correio* responsabilizava previamente os principais políticos que faziam parte do PRDF pelos crimes e fraudes que, segundo ele, aconteceriam nas eleições federais daquele ano, possivelmente como uma forma de favorecer a candidatura de Sodré. Neste sentido, a acusação que o jornal desferira a Irineu pelos conflitos e morte de Manoel Frizo do dia 18 de fevereiro parecia se inserir nessa mesma estratégia da folha em favorecer a candidatura de Sodré.

Independentemente dos motivos (ou motivo) pelos quais os quatro jornais consultados buscavam responsabilizar Irineu pelos conflitos do dia 18 de fevereiro, tais folhas alegavam que o candidato para "vencer sua chapa eleitoral e obter a vitória de

---

contrário, afirma o autor, "trataram fundamentalmente de buscar assentar as bases político-institucionais da capital". Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*, pp. 142-143.

[140] Vale notar que voltamos a utilizar *O Paiz* para enriquecer a discussão sobre as imagens construídas sobre Irineu Machado e os criminosos nas eleições federais de 1903, já que os momentos principais da discussão na imprensa a respeito desse assunto foram no período em que as edições do *Correio* nos meses de fevereiro e março de 1903 não estão microfilmadas.

[141] Possivelmente as relações amistosas ou conflituosas da imprensa com os políticos e partidos políticos da época eram permeadas por interesses econômicos e/ou ideológicos e políticos. Talvez o fato de os jornais em questão acusarem Irineu pelos conflitos do pleito de 1903 tivesse como pano de fundo tais interesses. Mas aqui não buscaremos discuti-los, já que teríamos que examinar as relações dos impressos consultados com Irineu Machado e com o PRDF, o que foge aos propósitos do estudo.

[142] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*

[143] Idem, ibidem, p. 173.

[144] *Correio da Manhã*, 17/02/1903, 1. *Apud* Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*, p.173.

seus amigos não trepidou de arrebanhar facínoras os mais terríveis e conhecidos para com eles, de parceria, disputar o ganho da causa aos seus adversários”[145].

Uma extensa reportagem de *O Paiz* intitulada sugestivamente de “Pagos para matar” parecia fazer referência à ideia de que Irineu contratava os criminosos para matar os seus adversários, ainda que neste texto tal ideia não fora veiculada explicitamente[146]. Nas palavras do repórter da folha:

> Partidários do candidato Dr. Irineu Machado, desde as primeiras horas da manhã, percorreram as diversas freguesias do 2º. distrito eleitoral, em várias carros descobertos.
> Esses indivíduos, em sua totalidade desordeiros e assassinos de profissão, assumiam perante a população alarmada atitude ameaçadora, agitando-se dentro dos veículos, empunhando armas e levantando vivas ao seu candidato.
> (...) Chegando próximo a rua da Conceição de um dos carros saltaram dois homens, os famigerados facínoras José do Senado e ex-cabo de polícia Malaquias, ambos bem conhecidos do público. Esses dois homens foram diretos a um outro que ficara parado a esquina da rua.
> O segundo dos dois agarrou-o e ordenou-lhe que desse viva ao Dr. Irineu. Jose do Senado encostou a garrucha ao crânio da vítima e desfechou-se a arma.
> Era Manoel Peixoto, por alcunha Manoel do Frizo.[147]

Um outro texto de *O Paiz*, por seu turno, veiculava claramente a ideia de que Irineu pagava criminosos para matar seus adversários. O artigo procurava negar a ideia de que Irineu era um dos políticos mais influentes do Distrito Federal, sob alegação de que ele buscava vencer as eleições não por sua simpatia e capacidade de inspirar confiança nos eleitores, mas sim por meio do tiro aos eleitores contrários à sua candidatura[148]. Dizia com veemência o articulista:

> O recurso às tropelias, nos termos em que foram executadas as do dia 18, demonstra somente a impopularidade dos que delas se prevalecem. Vencer arredando pelo tiro os eleitores contrários é confessar a sua falta de confiança no triunfo. Toda a gente se habituou a ver no Sr. Irineu um dos políticos mais influentes do Distrito Federal, e entretanto a ele cabe sempre a primazia nessas algazarras, nesse dias de distúrbios e nesses tiroteios, para infundir o pânico no eleitorado adverso a sua candidatura.[149]

---

[145] “Os crimes do dia 18”, *Correio da Manhã*, 28/07/1903, 1-2.
[146] *O Paiz*, 19/02/1903, 4.
[147] Idem, ibidem.
[148] “Gangrena política”, *O Paiz*, 23/02/1903, 1.
[149] Idem, ibidem.

Para convencer os seus leitores de que Irineu não gozava de influência na capital, o articulista argumentava ainda que, nas últimas eleições municipais, o referido político também tinha usado das mesmas artimanhas de crimes para obter a vitória eleitoral de "alguns indivíduos flagelados pelo desprezo público".

> Está ainda na nossa memória o que se deu com as últimas eleições municipais. O espetáculo foi o mesmo: vagabundos e desordeiros, em magotes, desfechavam, a toa, as suas armas para garantir a tramóia que dava como eleitos alguns indivíduos flagelados pelo desprezo público, depois das traficâncias da penúltima intendência. Quem recomendava esses homens era o mesmo Sr. Irineu que agora tão escandaloso, ladeado de fregueses da detenção, andou de revólver em punho, a impedir a concorrência às urnas da vitória.[150]

Os outros jornais consultados pareciam comungar também dessa imagem construída sobre Irineu Machado. Advogavam a ideia de que os assassinos Cabo Malaquias e José do Senado constituíam os seus instrumentos políticos, sob a alegação de que ambos, naquelas eleições de 1903, queriam obrigar Manoel Frizo a dar vivas ao político, sob ameaça de tiro. Afinal, Irineu buscaria impor o seu poder e o de seus aliados políticos na capital, sob a "mentira de um rótulo republicano".

Uma crônica da *Gazeta*, inclusive, ao comparar metaforicamente a República a um rótulo bonito de uma garrafa de velho Porto genuíno, advertiu que se nela fosse colocado um vinho azedo de nada adiantaria tal rótulo.[151] O vinho azedo era aí representado pela figura de José do Senado e pelos políticos que o contratavam para fraudar as eleições. A partir dessas metáforas, o cronista parecia querer assinalar, semelhantemente aos próprios repórteres policiais da época, que a República embora fosse um regime ideal tinha se distanciado da cidadania e dos princípios democráticos, já que os chefes políticos e criminosos tinham violado o direito do cidadão de eleger livremente seus representantes. A República era assim representada como um regime em degradação, pois estaria sob o "regime de assassinos, de fraudes e de maroteiras" que impunham à população "amar Zé do Senado como símbolo do ideal republicano".

> O que se viu há dias, na capital da República, não pode ter concorrido para robustecer a fé republicana. É preciso ter perdido de todo o paladar, para beber, sem caretas, uma zurrapa infame servida numa garrafa de velho Porto genuíno. Se nos dão, sob a mentira de um rótulo republicano, um regime de assassinos, de fraudes e de maroteiras, não estranhem que repilamos essas drogas abjetas.

---

[150] Idem, ibidem.
[151] "Crônica", *Gazeta de Notícias*, 22/02/1903, 1.

> O rótulo bonito pode dar beleza à garrafa, mas com certeza não dá bom gosto ao vinho azedo.
> E querer obrigar um povo a amar o Zé do Senado como símbolo do ideal republicano é exigir demais.[152]

Na ocasião da prisão de José do Senado, um poema publicado na *Gazeta* considerava que os "doutores e deputados", que até então mantinham relações estreitas com o criminoso, o abandonaram, pois não o protegeram de ser preso pela polícia. Na perspectiva do autor do texto, José do Senado seria logo posto em liberdade, sob a alegação de que o júri era condescendente com os bandidos da época.

> *A Gazeta rimada*
>
> I
>
> Ode do "Zé do Senado"
> Maldita a mão nefasta,
> Que aos grandes homens e aos heróis molesta.
> E no desastre os arrasta,
> Como o tufão horrendo que devasta
> Os cedros da floresta!
> Maldita a mão que, com ferocidade,
> O José do Senado te prendeu
> E num cárcere escuro de meteu
> Mártir da liberdade,
> Como Danton ou como Galileu!
> O Símbolo fulgente de uma era!
> Sobre essa fronte austera
> Brilha agora a coroa do martírio
> O cordeirinho! O Ave!
> O pomba mansa! O Lírio!
> O eleitor suave!
>
> II
>
> Não merecias tão medonha sorte.
> Teu modo de matar é tão mimoso, tão artístico e lindo,
> Que a vítima sorrindo,
> Acha que há um gozo na morte
> E a vida um sacrifício doloroso...
> Como é que se encarcera homem
> Tão bom, tão bem relacionado com doutores,
> Com deputados, com
> Toda a gente de tom!
> Oh flor dos eleitores!
> Prenderam-te! Quem há de Deputados fazer, como os fazias
> Com tal limpeza e tal qualidade?
> Ingratidão! (...) meter a glória
> Dentro das enxovias
> Em vez de pôr no Pantheon da Historia!
>
> III

[152] Idem, ibidem.

> Não lamentes, porém, o teu estado,
> O José do Senado, Napoleão da Gamboa!
> Neste pobre planeta desastrado,
> Presa tem sido muita gente
> Boa...
> O júri é manso, não é mau.
> Só tem condescendências, penas cruéis, dureza para os homens de bem.
> Que envergonham a vida e a natureza,
> Pois não sabem fazer mal a ninguém!
> Tu voltarás, em breve, a honrar a pátria com a rasteira leve,
> Para glória maior da causa
> Pública!
> Voltarás, com teu povo
> Glória do Mundo Novo.
> Luminar da República![153]

Nessa mesma época em que José do Senado havia sido preso, as reportagens policiais alegavam que a prisão do bandido se devia à agilidade e à competência da polícia em capturá-lo, e não porque o criminoso teria sido abandonado pelos políticos com quem até então se relacionava.

> Visto saltar pelos que cercavam o prédio, o criminoso foi alvo de uma cerrada descarga de tiros de revólver, que o não atingiram, conseguindo ele com uma agilidade extraordinária, ainda muito mais notável por se achar gravemente atacado de tuberculose, cortar toda a mata, procurando nela (...) escapar à ação policial.
> Resolutos, porém, os soldados e paisanos, encarregados de sua captura, acompanharam-no e mais de uma vez, durante quatro horas de um trabalho insano e bem arriscado, descobriram-no oculto em moitas, donde rapidamente saía, quando se via descoberto, acompanhado sempre de valentes descargas, das quais saiu sempre incólume.
> (...) Assim continuou a batida nas matas, serviço em que se mostravam incansáveis tanto os perseguidores como o perseguido.
> (...) Clareando o dia, foi apertado o cerco, já então aumentado e assim composto de mais de 600 homens e nova batida foi dada nas matas, e nessa ocasião foi enfim capturado o miserável assassino.[154]

Em relação ao Cabo Malaquias, sua prisão foi mais demorada do que a de José do Senado, pois, segundo as reportagens policiais, ele recebia uma "escandalosa proteção"[155] de um grande fazendeiro do Rio a pedido do próprio Irineu: "(...) Cabo Malaquias é ali protegido pelo barão da Aliança e por um irmão deste, o coronel

---

[153] *Gazeta de Notícias*, 21/02/1903, 1.
[154] "Eleições federais", *Gazeta de Notícias*, 20/02/1903, 1.
[155] "O Malaquias", *Gazeta de Notícias*, 28/03/1903, 2.

Peregrino, tendo aquele titular recebido uma carta de Dr. Irineu Machado, pedindo toda a proteção para o indigitado assassino de Manoel Frizo"[156]. Parece que, particularmente para uma reportagem da *Gazeta*, a proteção que o fazendeiro dispensava a Malaquias não se devia a uma intervenção de Irineu, e sim porque o próprio fazendeiro o queria proteger, pois o bandido tinha sido, durante a escravidão, seu escravo. Nas palavras do repórter da matéria: "Malaquias foi um tempo escravo do Sr. Barão de Aliança, ali fazendeiro e irmão do subdelegado da polícia atual, e graças ao que acha-se ali muito bem, gozando de maior proteção".[157]

Em função da proteção que Malaquias teria recebido seja de seu antigo senhor, seja de Irineu Machado – ou dos dois juntos –, os jornais e as reportagens policiais destacavam que o criminoso tinha conseguido foragir-se para o interior do Rio. Segundo as notícias, o criminoso não procurava nesse local ao menos se esconder, já que estaria confiante que seria impune de seus crimes.[158] Os jornalistas policiais assinalavam que o bandido parecia ter "muito garbo" quando parava a uma esquina e via a "gente do lugar aproximar-se curiosa do seu esquisito tipo de negro alto, magro, imberbe e atirado a capadócio".[159]

Mas embora Cabo Malaquias tivesse conseguido ficar mais tempo foragido da polícia do que José do Senado, acabou sendo capturado pelas forças policiais .[160] No seu depoimento à polícia, publicado nos jornais da época, o criminoso indicava que recebia proteção de Irineu Machado, ao dizer que para poder fugir da polícia tinha conseguido do deputado uma dada quantia, e que além disso o mesmo teria dito que lhe mandaria mais dinheiro quando fosse preciso.[161] Ainda que o criminoso buscasse se defender da acusação a que fora imputado de ser um dos autores do assassinato de Frizo, o depoimento de Malaquias nos indica que a ideia exposta pelos jornais de que determinados políticos protegiam os criminosos da época não era uma mera fantasia da imprensa, mas sim compartilhada pelos próprios bandidos.

> (Segundo Malaquias) Depois de ver cair nos seus braços Manoel Frizo, deixou o local bem como os seus companheiros e o Dr. Irineu Machado, porque este disse aos que o acompanhavam: "Vamos embora, isso não é nada".

---

[156] "O Cabo Malaquias", *Jornal do Brasil*, 28/03/1903, 1.
[157] "O Malaquias", *Gazeta de Notícias*, 28/03/1903, 2.
[158] "A prisão de Malaquias", *Gazeta de Notícias*, 10/04/1903, 1.
[159] Idem, ibidem.
[160] "Cabo Malaquias: A sua prisão", *Correio da Manhã*, 10/04/1903, 1.
[161] "O Cabo Malaquias", *Gazeta de Notícias*, 12/04/1903, 2.

> Voltou Malaquias a ver se tinha morrido Frizo, por ser seu amigo, mas ao penetrar na casa onde o haviam recolhido, teve que se defender com o seu revólver, por ser alvo de dois tiros que lhe dera Benedito Crioulo, para vingar a morte de Frizo, cuja autoria imputava a Malaquias.
> Depois dessas ocorrências, disse Malaquias, foram todos para a casa do Dr. Irineu, e ali então José do Senado disse que deviam fugir, porque já era voz pública que os assassinos de Frizo eram eles.
> Beberam cerveja todos eles, retirando-se José do Senado, dizendo que fugiria para São Paulo.
> Para poder fugir, disse Malaquias ter tomado 50$ do Sr. Irineu, sendo que esse doutor ofereceu-se para mandar mais dinheiro quando fosse preciso.[162]

Vale notar que, no caso mais especificamente de Irineu Machado, a partir de junho e julho de 1903, os jornais, com exceção do *Correio da Manhã*, passaram a não mais falar abertamente da suposta proteção que o político dispensava aos criminosos Malaquias e José do Senado, e nem do uso político dos mesmos pelo deputado. Parecia mesmo haver um silêncio sobre o assunto. Os periódicos noticiavam em tom informativo, o habeas-corpus concedido a Irineu Machado e o seu julgamento pelos conflitos do dia 18.

Por que os periódicos passaram a não opinar sobre o suposto envolvimento de Irineu nos conflitos do dia 18 de fevereiro, se antes, desde fevereiro até maio, o acusavam por tais ocorrências? Antes de respondermos tal questão, é preciso dizer que o período durante o qual *O Paiz*, a *Gazeta* e o *Jornal do Brasil* silenciaram sobre o assunto corresponde ao período de reconhecimento dos votos daquelas eleições de 1903 – junho e julho. Nesses meses, foi verificado que Irineu Machado e o partido do qual fizera parte obtiveram uma vitória expressiva na Câmara dos Deputados, apesar das eleições do 2º. distrito das quais Irineu se elegera terem sido anuladas devido justamente às denúncias de fraude e violência eleitoral ocorridas no pleito. Como nas eleições nos demais distritos não houve tais denúncias, elas não foram anuladas.[163] Logo, isso nos indica que havia um certo controle em relação às práticas de fraudes nas eleições. De qualquer forma, o PRDF fora derrotado apenas nas eleições senatoriais pela candidatura de Lauro Sodré, como observou Américo Freire.[164] Assim, naquelas eleições federais, afirma o autor, o PRDF havia consolidado a sua posição de principal grupamento político na capital.[165]

---

[162] Idem, ibidem.
[163] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*
[164] Idem, ibidem.
[165] Idem, ibidem, p. 127.

Pode ser que *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* não quisessem, devido à consolidação política de Irineu e do PRDF na capital, se indispor frontalmente com o deputado e/ou com o referido partido. Talvez por isso preferissem silenciar suas opiniões acerca da responsabilidade ou não de Irineu no episódio sanguinolento ocorrido nas eleições federais de 1903. Afinal, a imprensa daquela virada do século, apesar de ter assumido uma feição empresarial, nem por isso deixava de ser vulnerável aos apetites do poder, como salientaram Marialva Barbosa e Américo Freire.[166]

O único jornal que durante o reconhecimento dos votos daquelas eleições de 1903 opinava claramente sobre o envolvimento de Irineu Machado no episódio sanguinolento do dia 18 de fevereiro era, como já mencionado, o *Correio*. No mês de junho e julho, na ocasião em que respectivamente Irineu obteve o habeas-corpus e fora julgado pelo assassinato de Frizo, o jornal continuava veiculando publicações em tom acusatório ao referido político. Essa postura da folha pode ser explicada devido ao seu próprio perfil político, que se caracterizava, como vimos, por fazer uma sistemática oposição aos grupos políticos dominantes.

Quando Irineu obteve o habeas-corpus, o jornal criticou o então juiz Godofredo Cunha por tê-lo concedido, considerando-o um "ignorante" e que agia com parcialidade e ilegalidade ao tomar tal atitude.[167] Além disso, atacou com veemência o então chefe de polícia, Cardoso de Castro, por ter seguido as ordens do juiz. Salientava ainda que se todos os chefes de polícia obedecessem ao que o jornal classificava de "todas as ordens ilegais e absurdas que lhes forem apresentadas", ninguém seria mais punido no país.

Na ocasião do julgamento de Irineu Machado e de outros envolvidos no assassinato de Frizo, o jornal ao defender a condenação de Irineu procurou enaltecer o discurso do então promotor público do caso, Dr. Jayme de Miranda. Na perspectiva do jornal, "o promotor desenvolveu de modo muito eloqüente várias teorias criminalistas no sentido de provar a co-autoria de Irineu pelo auxílio prestado com a sua presença na prática do crime".[168] Segundo a folha, o promotor começou o seu discurso dizendo que Malaquias e José do Senado foram os autores materiais da morte de Frizo, e que Dr. Irineu deu com sua presença auxílio à execução da morte, e que os réus José Maria Pereira, vulgo Manteiga, e Mario de Souza Bastos prestavam, como Irineu, auxílio à execução de tal assassinato.

---

[166] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Op. cit.*; Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*
[167] "Os crimes do dia 18: habeas-corpus", *Correio da Manhã*, 19/06/1903, 1.
[168] "Os crimes do dia 18. O julgamento", *Correio da Manhã*, 28/07/1903, 1-2.

O próprio promotor não responsabilizava diretamente Irineu pela morte de Frizo, já que para ele o referido político não havia mandado os seus capangas matá-lo. Segundo o promotor, Irineu era responsável indireto por tal crime, pois alegava que "bastaria uma só palavra" sua para que tal "crime não fosse praticado", dada "a ascendência moral" que tinha sobre Malaquias e José do Senado[169]. Apesar do *Correio da Manhã* enaltecer o discurso do promotor, diferentemente do mesmo responsabilizava diretamente Irineu por aquele crime.

Apesar de Irineu ter sido possivelmente um dos raros políticos da época que chegaram a ser julgados pelo tribunal do júri, acabou sendo absolvido por unanimidade dos votos, assim como foram absolvidos os dois outros criminosos (Manteiga e Mario de Souza Bastos) que estavam sendo julgados, conforme salientaram o próprio *Correio da Manhã* e os outros jornais. Talvez pesasse em favor dos referidos réus o fato de o próprio promotor do caso não lhes ter imputado a responsabilidade direta pelo assassinato de Frizo, ao contrário de José do Senado e Malaquias, que acabaram sendo condenados a 30 anos de prisão, pena máxima, segundo o Código Penal da época.

Embora o *Correio da Manhã* fosse o único impresso consultado a emitir claramente sua opinião sobre o envolvimento de Irineu naquele episódio sanguinolento de 1903 durante o habeas-corpus e o julgamento, vimos que todos os outros jornais consultados tinham, antes desses episódios, igualmente pintado a imagem de Irineu como um político que mantinha relações estreitas com os criminosos.

3. Jornais e crime na campanha presidencial de 1909 e 1910

Na campanha presidencial de 1909 e 1910, as reportagens policiais e artigos dos diferentes jornais fizeram questão de emitir opiniões e outros de calar-se no que tange à discussão sobre a relação entre a expansão da criminalidade no Rio de Janeiro e o relacionamento dos políticos com os criminosos e polícia da época. Tais posturas tinham a ver com as diferentes posições dos impressos em relação às candidaturas presidenciais de Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, como explicaremos mais adiante do texto.

Durante o segundo semestre de 1909, conforme assinala Vera Borges, os jornais cariocas estampavam em suas páginas as adesões e os distanciamentos em

[169] "No júri. O julgamento de ontem", *Gazeta de Notícias*, 28/07/1903, 2.

relação às duas candidaturas que disputavam a Presidência da República: Rui Barbosa e Hermes da Fonseca[170]. Segundo Nelson Sodré, a imprensa havia se dividido, desde o momento em que, enfrentando o poderio das forças dominantes, Rui Barbosa se decidiu a desencadear a campanha civilista.[171] Na eleição de 1910, Hermes da Fonseca foi apoiado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha. Na época, os dois grandes estados Minas Gerais e São Paulo tinham-se desentendido. [172] Segundo José Murilo de Carvalho: "o candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado por São Paulo, levou a cabo a primeira campanha eleitoral dirigida à população"[173].

Essa disputa eleitoral, como assinalou Eliana Dutra[174], foi marcada pelo questionamento do sistema oligárquico, então em vigor, e da sua forma eleitoral. Durante a campanha, os diferentes jornais cariocas se posicionaram de formas distintas em relação à eleição, de acordo com os seus interesses econômicos – era comum na época a compra da opinião de parte da imprensa pelos governos constituídos[175] –, ideológicos, políticos, entre outros. Assim, devido a fatores de diversa ordem, que aqui não serão discutidos, o *Jornal do Brasil* optou por apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca, e a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* a candidatura de Rui Barbosa[176].

Foi neste contexto particular de nossa política, na qual os diferentes jornais fizeram verdadeiras campanhas em prol da candidatura civil ou militar, que os repórteres policiais usaram suas notícias de crimes como instrumentos de ação partidária para apoiar ou atacar Rui Barbosa ou Hermes da Fonseca, de acordo com os posicionamentos dos jornais em relação a tais candidaturas. Isso nos indica que os jornalistas podiam viver (ou viviam) em uma tensão entre veicular suas próprias concepções, valores e expectativas sobre a realidade criminal e se submeter às posições dos jornais nos quais trabalhavam. De qualquer forma, os jornais não apenas utilizavam

---

[170] Borges, Vera Lúcia Bogéa. "A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910)". Rio de Janeiro: *Anais do I Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições*, 2008, p. 8.
[171] Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.Op.cit.,* p. 327.
[172] Carvalho, José Murilo de. "Os três povos da República". In: Carvalho, Maria Alice Resende (org.). *República no Catete.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 74.
[173] Idem, ibidem.
[174] Dutra, Eliana. *Rebeldes literários da República. Op. cit.*
[175] Borges, Vera Lúcia Bogéa. "A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910)". *Op. cit.*, p. 9.
[176] Sobre as razões do apoio de jornalistas e diferentes jornais cariocas à candidatura de Hermes da Fonseca ou à de Rui Barbosa, ver: Borges, Vera Lúcia Bogéa. "A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910). *Op. cit.*, pp. 7-8; Lopes, Antônio Herculano. "Do monarquismo ao "populismo". O *Jornal do Brasil* na virada para o século XX". In: Bastos, Lúcia; Morel, Marco; Ferreira, Tânia Maria (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: Faperj, 2006, pp. 343-344.

as notícias policiais com o intento de apoiar ou atacar Rui Barbosa ou Hermes da Fonseca, como também aos artigos de crimes.

No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, como apoiava Rui Barbosa, recorreu às temáticas criminais para atacar diretamente a candidatura de Hermes da Fonseca e o governo de Nilo Peçanha, apesar de se declarar um jornal independente dos partidos, como lembra Américo Freire[177]. O *Correio da Manhã* veiculou durante a eleição de 1910 uma porcentagem de matérias de crimes superior à *Gazeta* e ao *Jornal do Brasil* (ver o quadro 30), além de ter sido o jornal que mais intensamente tratou da temática da criminalidade em associação ao suposto relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia na eleição (ver o quadro 31). Por tudo isso, pode-se dizer que o *Correio* foi a folha que, em relação ao *Jornal do Brasil* e à *Gazeta*, mais utilizou a temática da criminalidade como instrumento de ação político-partidária durante a campanha presidencial.

Por sua vez, a *Gazeta de Notícias*, apesar de ter apoiado Rui Barbosa em tal campanha, elogiando sua postura democrata e liberal[178], não publicou de maneira tão intensa quanto o *Correio da Manhã* textos sobre o suposto relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia, ainda que tal tema estivesse longe de ser um assunto desprezado pela folha (ver o quadro 31).

Contudo, nas matérias que tratavam do assunto, o jornal tendia a articular a questão da criminalidade no Rio de Janeiro com a candidatura de Hermes da Fonseca de forma implícita[179], sem mencionar os nomes dele e de Nilo Peçanha. Além disso, as raras vezes que a *Gazeta* mencionava o nome de Nilo de Peçanha fazia questão de dizer que o referido presidente mantinha uma posição neutra e imparcial na campanha presidencial[180], ao contrário do *Correio da Manhã* que considerava o presidente da República um cabo eleitoral do marechal.

Os repórteres da *Gazeta de Notícias* atacavam o então chefe de polícia, Leoni Ramos, como uma forma indireta de atingir a candidatura militar apoiada pelo presidente da República, Nilo Peçanha, já que quem nomeava o chefe de polícia da

---

[177] Freire, Américo. "Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado". *Op.cit.*, p. 121.
[178] Ver: "Sr. Rui Barbosa: chegada de São Paulo", *Gazeta de Notícias*, 25/12/1909, 2.
[179] Encontramos apenas um texto da *Gazeta* no qual o jornal fala claramente do envolvimento do chefe de polícia Leoni Ramos na campanha militar. Segundo tal texto, Leoni Ramos não fazia "outra coisa senão preparar terreno eleitoral contra a candidatura civil, tendo todas as condescendências imagináveis com os criminosos da cidade que podem perturbar o pleito de março de 1910". "Ao Exmo. Sr. Presidente da República", *Gazeta de Notícias*, 6/11/1909, 1.
[180] "Ao Exmo. Sr. Presidente da República", *Gazeta de Notícias*, 6/11/1909, 1.

época era o presidente[181]. Segundo uma das matérias da *Gazeta*: a "polícia está invadida e pervertida pela política"[182]. Os repórteres do jornal num mesmo sentido diziam que a polícia, por estar envolvida na campanha política da época, negligenciava a segurança pública, deixando a cidade entregue aos assaltos e roubos[183].

Como uma forma indireta de atacar a candidatura militar, a *Gazeta* salientava que o deputado Irineu Machado – que naquela campanha presidencial se tornara partidário da candidatura de Rui Barbosa – tinha reclamado ao ministro do interior que nas eleições municipais de 1909 haveria crimes e fraudes eleitorais. Segundo o jornal, Irineu alegava que a polícia, "com sua odiosa política partidária", estaria mancomunada com "perigosos facínoras" da cidade:

> O Dr. Irineu Machado procurou ontem, em sua residência, o Dr. Esmeraldino Bandeira, ministro do interior, a quem comunicou que ia levar ao seu conhecimento vários fatos que não pôde relatar ao Dr. Leoni, chefe de polícia e delegado auxiliar, que não se encontrava na repartição de polícia para não atender as reclamações que lhes fossem levadas a respeito da atitude dos seus subordinados, que de parceria com os mais perigosos facínoras cabalam desenfreadamente para a eleição de hoje, empregando para este fim todos os processos, os mais condenáveis entre os "habitues" nestas imoralidades.[184]

Bem diferente da imagem que a *Gazeta* construíra sobre a figura de Irineu Machado nas eleições federais de 1903, durante a campanha presidencial a imagem desse político aparecia como uma espécie de defensor da ordem e da cidadania no que diz respeito aos direitos à segurança pública e à liberdade do voto. Segundo o jornal, o deputado prevenia a população sobre os "previsíveis" crimes e fraudes eleitorais no pleito de 1909.

Possivelmente, a *Gazeta* fizera menção a Irineu Machado como uma estratégia para apoiar a campanha civilista, já que o deputado se tornava naquele momento a principal voz do "civilismo carioca", como salientou Américo Freire[185].

Apesar de a *Gazeta* defender a campanha civilista, não informava, diferentemente do *Correio*, quem eram os políticos partidários do hermismo que estariam mancomunados com os bambas durante a campanha presidencial. A folha

---

[181] Segundo Marcos Bretas, o chefe de polícia, além de nomeado pelo presidente, era escolhido entre os advogados com mais de dez anos de prática ou com notório saber no campo policial. Bretas, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. Op.cit.*, p. 50.
[182] "Política do Distrito", *Gazeta de Notícias*, 31/10/1909, p. 1.
[183] "Os ladrões campeiam: assaltos e roubos", *Gazeta de Notícias*, 8/01/ 1910, 2.
[184] "Política do distrito: as eleições de hoje", *Gazeta de Notícias*, 31/10/1909, 1.
[185] Freire, Américo. "Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado". *Op. cit.*

hermista *Jornal do Brasil* também não informava quem eram os políticos supostamente envolvidos com os criminosos da época. Além disso, diferentemente do *Correio* e da *Gazeta*, em nenhum dos seus textos mencionou a questão da politicagem na organização policial, pois pode ser que soubesse que se tocasse nesse assunto "espinhoso" prejudicaria a candidatura oficial do governo, já que afinal os cargos na polícia eram objeto de favor político na época.

No dia do pleito de março de 1910, o jornal inclusive veiculou opiniões bem elogiosas ao governo e à polícia na contenção dos crimes e conflitos na cidade, ao contrário do que costumava fazer anos anteriores, uma vez que o periódico ao longo de sua história fazia críticas ao governo e à polícia. Já em sua primeira matéria publicada no dia da votação, o *Jornal do Brasil* dizia que o governo estava "perfeitamente aparelhado e disposto a reprimir qualquer perturbação, a fim de garantir a liberdade do voto"[186]. Na mesma reportagem, a folha salientava que o policiamento no centro da cidade, notadamente a Avenida Central, teve um "policiamento extraordinário, embora calmo, empregando a oficialidade da força policial e a guarda civil os maiores esforços para dissolver os grupos de exaltados".[187] Os exaltados a que se refere o jornal eram os "desordeiros e partidários de Rui Barbosa". Segundo a folha, tais desordeiros, ao verem que na Avenida Central seria infrutífera qualquer tentativa de perturbação em face do "extraordinário policiamento", subiram a rua do Ouvidor e o Largo do Machado, obrigando as pessoas a exaltar a candidatura civilista. Mas, segundo o jornal, elas teriam se recusado a cumprir tal ordem. Por isso, teriam sido "agredidas a cassetete, recebendo todas muitos ferimentos".[188]

Na segunda matéria publicada pela folha, alegava-se que as seções eleitorais estavam vazias devido à falta de mesários e de eleitores, pois estes estariam com medo de ir às urnas devido aos "boatos infundados" de que teria uma "ameaça perigosa sobre a paz e a tranqüilidade na cidade"[189]. O *Jornal do Brasil*, ao defender com veemência a polícia, alegava que as forças de segurança teriam garantido a tranquilidade e a ordem, e que por isso o eleitorado poderia exercer "livremente o seu direito, sem peias e sem temores"[190].

---

[186] "A eleição do governo. O policiamento. Medida de segurança". *Jornal do Brasil*, 1/03/1910, 2.
[187] Idem, ibidem.
[188] Idem, ibidem.
[189] "Eleição presidencial. O aspecto da cidade", *Jornal do Brasil*, 2/03/1910, 4.
[190] Idem, ibidem.

Em outra matéria, o jornal declarava que na Avenida Central, onde até então não havia "nenhum crime e tumulto", passava a apresentar desordens promovidas por gatunos que estariam fazendo manifestações a favor dos partidos pelos quais foram contratados. Segundo a reportagem, o chefe de polícia logo tomou providências em relação a essas manifestações, dando "ordens de serviço de policiamento na Avenida Central", para que fossem efetuadas prisões de "vários desordeiros e gatunos"[191]. E por isso a Avenida Central voltava a "ser habitualmente calma". O jornal aproveitava a ocasião para mais uma vez tecer elogios à polícia do Rio: "À noite, com a excelente medida da polícia de não consentir manifestação de arruaceiros e desocupados, a Avenida voltou à sua habitual calma (...). O policiamento, feito com calma e urbanidade, mereceu elogios".[192]

Quadro 30 – Número de textos (artigos e reportagens) publicados sobre criminalidade em 1909 e 1910*

Jornais	***N º***	***%***
Correio da Manhã	43	11,5% de um total de 371 reportagens sobre criminalidade
Gazeta de Notícias	43	7,2% de um total de 596 reportagens sobre criminalidade
Jornal do Brasil	48	6,2% de um total de 766 reportagens sobre criminalidade
Total	***134***	***7,7% de um total de 1.733 reportagens sobre criminalidade***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã.*
*As edições de março de 1910 da *Gazeta de Notícias* não estão microfilmadas. Por isso, não computamos neste quadro e na tabela 31 as edições de março do *Correio* e do *Jornal do Brasil*

Quadro 31 – Número de textos (reportagens e artigos) sobre criminalidade que fizeram referências (explícitas ou implícitas) ao suposto relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia em 1909 e 1910

Jornais	***Nº***	***%***

[191] "A eleição presidencial", *Jornal do Brasil*, 3/03/1910, 5.
[192] Idem, ibidem.

Correio da Manhã	29	67,4% de um total de 43 textos sobre criminalidade publicados em 1909 e 1910
Gazeta de Notícias	14	32,5% de um total de 43 textos sobre criminalidade publicados em 1909 e 1910
Jornal do Brasil	7 (notícias sobre o suposto relacionamento dos criminosos com políticos)	14,5% de um total de 48 reportagens sobre criminalidade publicadas em 1909 e 1910. Não houve nenhum texto que tratasse do suposto relacionamento dos políticos com a polícia.
Total	***50***	***100%***

Fontes: *Correio da Manhã, Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil.*

Tanto o enaltecimento do *Jornal do Brasil* e seus repórteres ao policiamento e ao governo no pleito de março de 1910 quanto a sua omissão sobre a questão da politicagem na organização policial durante a campanha presidencial podem ser lidos, assim, como instrumentos de ação político-partidária do impresso, ou seja, como uma forma desta folha assumir politicamente seu apoio à candidatura de Hermes da Fonseca.

Em relação ao *Correio da Manhã*, devemos nos perguntar o motivo pelo qual o jornal utilizava proporcionalmente de forma mais intensa do que a *Gazeta de Notícias* a temática criminal como instrumento político-partidário para atacar a candidatura de Hermes da Fonseca, se ambos apoiavam Rui Barbosa.

Isso pode ser explicado em parte pelo próprio passado histórico do *Correio* que ao contrário da *Gazeta de Notícias* - que ao longo de sua história foi caracterizada por ser uma folha governista- desde a sua fundação, em 1901, como já assinalamos, era um jornal de clara oposição ao governo e aos grupos políticos dominantes[193]. Assim, o *Correio da Manhã* por ter participado de forma mais intensa da campanha eleitoral de 1909 e 1910 do que os outros jornais pesquisados, iremos nos deter mais detalhadamente nos discursos deste jornal sobre a temática criminal.

Durante a campanha, os repórteres policiais do jornal buscavam acentuar a ideia de crescimento da criminalidade na cidade, através de títulos sensacionalistas como "Crime e mais crime"[194], alegando que tal expansão se devia à negligência da

[193] Freire, Américo. "Fazendo a República". *Op. cit.*, p. 121.
[194] *Correio da Manhã*, 27/01/1910, 2.

polícia "hermista" para combater os "desordeiros" e criminosos. Os jornalistas salientavam que as forças de segurança só estariam preocupadas em proteger os criminosos da cidade, para com isso receber benesses e cargos do governo, caso Hermes da Fonseca ganhasse a eleição.

O alvo central dos ataques do *Correio do Manhã* à polícia do Rio era o chefe de polícia da época, Leoni Ramos. Segundo os repórteres do jornal, o policiamento nas ruas, sob a gestão de Ramos, era péssimo pois tal chefe de polícia somente estava interessado na "politicagem reles e desenfreada", sendo por isso que os assaltos e roubos na cidade cresciam vertiginosamente em sua administração. "Hoje, os ladrões operam livremente, sem que a polícia do Sr. Leoni Ramos ligue a mínima importância"[195]. Para convencer os leitores dessa assertiva, as reportagens policiais do *Correio da Manhã* chegavam mesmo a comparar a gestão de Leoni Ramos com a do antigo chefe de polícia Alfredo Pinto, ressaltando que quando este último tinha administrado a polícia do Rio "era muito raro registrar um roubo no centro da cidade". [196]

Contudo, durante a gestão de Pinto (1906-1909)[197], os repórteres do *Correio da Manhã* diziam justamente o contrário dessa assertiva, já que naquele momento ressaltavam que o centro da cidade estava infestado de gatunos devido à falta (ou mau) policiamento, como mostra a reportagem abaixo, publicada em 1908.

> (....) Já há dias vimos pedindo providências à polícia sobre a terrível quadrilha de ladrões que campeia impunemente na zona compreendida pelas ruas Santa Luzia, Sergipe, Senador Furtado e adjacências, sem que a mesma providencie energicamente, como era de seu dever. Ainda ontem, às 21 horas da madrugada, os moradores de nada menos de seis casas da rua Santa Luzia (...) foram assaltados por audaciosos ladrões.[198]

Em um artigo do *Correio da Manhã*, um articulista em 1908 chegava mesmo a responsabilizar diretamente Alfredo Pinto pelos crimes contra a vida e propriedade cometidos pela cidade. "A cidade está infestada de vadios, malfeitores e desordeiros. Os

---

[195] "Estabelecimento assaltado na rua das Alfândegas: a polícia dorme", *Correio da Manhã*, 13/01/1910,4.
[196] Idem, ibidem.
[197] Sobre tal administração, ver: Bretas, Marcos. *Ordem na cidade. Op. cit.*, pp. 55, 56 e 69.
[198] "Falta de policiamento: seis casas assaltadas", *Correio da Manhã*, 19/07/1908, 7.

atentados contra a vida e propriedade são constantes. (...) O Dr. Alfredo não tem competência para o cargo que exerce."[199]

Daí, pode-se dizer, mais uma vez, que a temática do policiamento na cidade durante a campanha eleitoral de 1909 e 1910 foi utilizada como uma clara estratégia política do jornal para atingir a candidatura militar.

Para utilizar o tema da criminalidade e policiamento com esse fim, o jornal também contou, além dos repórteres policiais e articulistas, com o seu principal colaborador na campanha política, o advogado e redator-chefe do *Correio da Manhã* Gil Vidal, em um dos seus inúmeros artigos publicados a partir de 5 de julho de 1909.[200] Este jornalista parecia conhecer bem os assuntos criminais, policiais e políticos da época, pela forma minuciosa com que relatava essas questões. Tal conhecimento parecia ter advindo de suas próprias experiências profissionais anteriores como advogado, chefe de polícia do Paraná em 1884 e de São Paulo, deputado federal (1906-1909) e repórter policial em fins do século XIX, como chegamos a comentar no primeiro capítulo.[201]

Em uma de suas matérias sobre a politicagem na polícia, Vidal iniciava o seu texto com a seguinte frase: "A cidade está, com efeito, sem polícia". E assim continuava a dizer o autor:

> Está sem polícia, ou porque a esta falta uma direção competente, não reunindo o chefe as qualidades precisas para o bom desempenho da difícil função que lhe está cometida, ou porque, preocupada antes de tudo com a política, identificada inteiramente com as conveniências de uma agremiação partidária, empenhada na vitória na Capital da República da candidatura militar, no pleito de março, a polícia sacrifica a semelhante politicagem os interesses primordiais da ordem, da tranqüilidade pública e da sociedade.
> (...) Quem percorre as ruas da cidade, e compara o que vê hoje com o que via ontem, mormente nas ruas centrais, nos pontos mais concorridos, sente que o chefe Leoni se ocupa de tudo, menos de fazer policiar devidamente a cidade (...)
> (...) Com a proximidade das eleições, repetiram-se mais freqüentemente os assaltos, as desordens, as depredações, de que era

[199] "Com a polícia", *Correio da Manhã*, 25/06/1908, 1. Artigo assinado por Ferreira Vianna (autor desconhecido).

[200] Vale notar que, segundo Vera Lúcia Borges, Gil Vidal em sua primeira matéria acerca da disputa presidencial de 1910 apoiou a candidatura do marechal Hermes e cobrou do candidato militar elementos que confirmassem o caráter renovador do lançamento do seu nome. Porém, segundo a autora, ele obteve como resposta apenas o silêncio. Assim, Gil Vidal "interpretou esta conduta como sinal de obediência à senha do silêncio que possivelmente Hermes da Fonseca recebera dos principais políticos". Borges assinala então que este lhe pareceu ser o primeiro sinal para Gil Vidal apoiar a candidatura de Rui Barbosa. Borges, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910. Op.cit.*, p. 14.

[201] Borges, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910. Op. cit.*, p. 98.

> vítima o comércio da zona, sem que a polícia atendesse às reclamações que diariamente recebia contra essa fatos.[202]

Tal como os repórteres policiais, Vidal ressaltava com veemência que a polícia sob a gestão de Leoni Ramos, por estar tão-somente "empenhada na vitória na Capital da República da candidatura militar", não policiava devidamente a cidade. Segundo o redator, o Rio estaria "entregue aos assaltos e às desordens"[203], sobretudo "com a proximidade das eleições", apesar dos "esforços dos defensores de Leoni Ramos" para "desfazer esta impressão de carência absoluta de policiamento, que sente agora toda a população do Rio".

Vidal admitia que havia também na polícia agentes que protegiam os bandidos da cidade, não por vontade própria, mas por medo de perder os seus empregos que "lhes davam subsistência". Em suas palavras:

> Chegamos à degradação da situação de que o agente de polícia e o guarda civil são os que temem o malfeitor, e não este àqueles.
> Para o agente ou guarda civil, há indivíduos de maus instintos, empedernidos no vício, criminosos habituais (...). Não ousam tocar-lhes porque conhecem a proteção de que eles gozam e de que, com razão, se jactam arrogantemente.
> (...) Teríamos por nós o testemunho desses próprios agentes e guardas, se, coitados, lhes fosse permitido, sem risco de perder o emprego que lhes dá os meios de subsistência, dizer o que sentem, o que presenciam e o que são obrigados a fazer, em obediência a sugestões e ordens, que lhes não é lícito, sequer, discutir quanto mais contrariar.[204]

Às vésperas da eleição e no dia do pleito de 1910, o *Correio* intensificava o uso dos seus artigos e reportagens policiais para atacar a candidatura hermista. Dois dias antes da eleição, Gil Vidal publicava um longo artigo intitulado "A eleição e Nilo Peçanha", no qual dizia prever que a eleição seria marcada por tentativas ferozes dos partidários do hermismo para afastar das urnas o maior número possível de eleitores. O redator alegava que isso iria acontecer possivelmente, pois "seus chefes e cabos eleitorais bem conhecem a fraqueza da candidatura marechalista no eleitorado no Rio"[205]. Vidal dizia ainda que se a votação transcorresse normalmente, sem fraudes, a votação a Rui superaria em muito a do marechal.

---

[202] "A polícia e a politicagem", *Correio da Manhã*, 8/11/1909, 1.
[203] Idem, ibidem.
[204] "Sem polícia", Gil Vidal, *Correio da Manhã*, 7/11/1909, 3.
[205] "A eleição e o Sr. Nilo Peçanha", *Correio da Manhã*, 27/02/1910, 3.

Segundo o jornalista, os partidários de Hermes estavam preocupados com a votação no Rio de Janeiro, pois os aliados da candidatura militar temeriam o efeito moral da vitória eleitoral de Rui na Capital da República, alegando que o Rio era "o maior e mais rico dos centros populosos do Brasil, o centro principal de sua cultura"[206]. Por tal motivo, justificava Vidal, os hermistas concentrariam todo os seus esforços para que a candidatura civilista não fosse bem votada na capital.

Mas por que Vidal tinha tanto interesse em Rui Barbosa vencer na capital? Tal resposta parece ter a ver com o fato de que o redator certamente sabia que o Rio de Janeiro era o município com maior taxa de alfabetização (61%)[207], e nesse sentido um município com eleitores em potencial, já que pela Constituição da época não se permitia ao analfabeto votar. Além disso, certamente Vidal percebia que o candidato vencedor na capital ganharia muito em termos políticos, já que o Rio era o centro político do país, e como Capital da República ele era a vitrine do Brasil.

Possivelmente ao se aperceber disso, Vidal não poupava esforços em dizer que os partidários do hermismo tentavam a todo custo tirar o povo das urnas, por meio do apoio que dispensavam "aos facínoras experientes", que "a faca, punhal ou a revólver" impediam o povo de exercer o seu direito de votar. [208] Mas esse tipo de discurso que pregava a previsibilidade de cenas de violência e crime no Rio poderia ter como reação do público de Vidal e do *Correio* o não comparecimento dos eleitores às urnas no dia da votação. Possivelmente o redator teria intuído essa suposta reação de seus leitores, pois fez questão de dizer que o povo não seria passivo diante da situação de "terror e medo" que os partidários de Hermes tentavam impor-lhe. Alegava, em tom enfático, que o eleitorado iria comparecer às urnas de forma "firme e resoluta" para condenar o que o redator chamou de "caudilhismo desenfreado e sanguinário" da candidatura militar.

> (...) A grande maioria do eleitorado (...) dispõe-se a comparecer a todas as manifestações do candidato popular, como compareceu a todas as manifestações ao candidato popular, para sufragá-lo e infligir estrondosa condenação ao caudilhismo desenfreado e sanguinolento.
> (...) Firme e resoluto, o eleitorado desta capital, a primeiro de março, marchará para as seções eleitorais, das quais querem afastá-lo a faca, a punhal ou a revólver assassinos[209].

---

[206] Idem, ibidem.
[207] Carvalho, José Murilo de. "Os três povos da República". *Op.cit.*, p. 75.
[208] "A eleição e o Sr. Nilo Peçanha", *Correio da Manhã*, 27/02/1910, 3.
[209] Idem, ibidem.

No mesmo dia em que Vidal publicava esse artigo, o *Correio* veiculava um outro texto (sem assinatura) intitulado ironicamente de "A popularidade do marechal". Nele, o autor do artigo considerava que tal "popularidade" não significava o apoio voluntário do eleitorado a Hermes, muito pelo contrário; significava que ela era imposta à força, por meio da ameaça e da violência, pelo chefe de polícia Leoni Ramos.[210] Ou seja, tal chefe de polícia obrigaria o povo a ser hermista. Segundo o articulista, o público não podia expressar suas ideias e intenções partidárias livremente, já que a polícia agia como uma "espiã" do povo. Com isso, afirmava o autor, se a população tivesse "leve simpatia pelo civilismo" iria para a cadeia. No final do artigo, o articulista voltava a afirmar tal ideia: "o respeitável público não tem para onde fugir, ou se declara pelo marechal ou come enxovia".[211]

Um dia antes da eleição, o *Correio* publicava mais um artigo (sem assinatura) inflamado contra a candidatura hermista, intitulado sugestivamente de "Polícia criminosa". [212] O articulista, ao relacionar o aumento dos crimes na cidade às supostas relações de conveniências do chefe de polícia Leoni Ramos e seus subordinados com os políticos Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, buscava em tom quase que panfletário convencer os leitores de não votarem no candidato militar.

> A população inteira desta cidade tem presenciado o espetáculo degradante e torpe a que se entregaram os esbirros da polícia do Sr. Leoni Ramos, aliados a cafajestes e desordeiros da pior espécie, sendo que até delegados e agentes vivem com eles irmanados, em promiscuidade nojenta e cínica, cometendo de parceria os mais repugnantes atentados (...).
> (...) Uma centena de indivíduos, formados em grupo, acompanhados por patrulhas de cavalaria policial, conhecidíssimos da autoridade e de todo mundo, facínoras nomeados por alcunhas e com duas e três entradas na Casa de Correção, dominam por completo uma cidade de um milhão de habitantes, atentam impunemente contra a vida e a propriedade (...) sem que os detenha a polícia,empenhada ao contrário em açular a malta, em defendê-la, em ajudá-la, em proporcionar-lhe a impunidade e a fuga!
> Tal foi a degradação a que desceram nos últimos dias, o presidente da República Nilo Peçanha e o Ministro da Justiça, o Dr. Esmeraldino Bandeira!
> (...) Os delegados mazurqueiros e irresponsáveis do Sr. Leoni Ramos, e com eles os desclassificados que mais têm merecido a sua proteção, foram incumbidos de perturbar o pleito eleitoral, em que há de sair triunfante o nome de Rui Barbosa, se o povo não se acovardar diante da violência e do assassinato.

[210] "A popularidade do marechal", *Correio da Manhã*, 27/02/1910, 3.
[211] Idem, ibidem.
[212] "Polícia criminosa", *Correio da Manhã*, 28/02/1910, 1.

> O Brasil não quer o marechal Hermes da Fonseca para presidente da República devido a sua impopularidade e o seu desprestígio. O governo pretende impô-lo brutalmente pela violência, pela fraude e pelo crime: é o governo quem conspira contra a Nação.[213]

No dia da eleição, o *Correio* publicava sua primeira grande reportagem sobre o pleito de 1910, na qual no próprio título da matéria – "A eleição presidencial: o pleito de hoje. O dia de hoje: ameaça de desordens. A responsabilidade do presidente da República" – já anunciava a tônica do assunto que seria tratado no interior do texto. Tal assunto seria o de responsabilizar o presidente da República das "anunciadas desordens" que tomariam conta da cidade[214]. A matéria acusava os "agentes de confiança de Nilo Peçanha" de deixar livres os "arruaceiros conhecidos, os desordeiros de profissão, os bandidos cobertos de crimes", que em "obediência a ordens superiores" há dias antes da eleição provocavam distúrbios pela cidade.[215]

Embora a reportagem alegasse que todo o Rio seria alvo de cenas de violência e crimes, o repórter da matéria deu destaque em especial ao bairro da Saúde para tratar da questão criminal, como uma forma possivelmente de desfavorecer a candidatura militar. Como a Saúde era um bairro visto como uma área tradicional do crime, facilitaria ao jornalista associar a ideia de periculosidade da área aos chamados "assalariados dos partidários de Hermes da Fonseca", que alarmariam às vésperas da eleição a população que lá passava e trabalhava com "inúmeros tiros disparados"[216].

> Continuaram ontem a exibição das suas valentias os conhecidos desordeiros "Arthur Bombeiro", "Satyro", "Ernesto da Praia" e "Riachuelo", assalariados pelos partidários do marechal Hermes da Fonseca.
> Cerca de 4 horas da tarde, de carro desconhecido, irromperam eles no bairro da Saúde, aos gritos de "Viva a memória dos mortos".
> Inúmeros foram os tiros disparados para o ar, alarmando as classes laboriosas e os transeuntes, que trabalhavam e passavam pela perigosa zona.[217]

Assim, para o *Correio* e seus jornalistas, o pleito de 1910 foi caracterizado pela fraude, assaltos às seções eleitorais, mortes, ferimentos e sangue. Como exemplo, o jornal citou o caso de um criminoso conhecido pelo vulgo "Dentinho de ouro". Segundo o *Correio*, Dentinho trazia consigo um "retratinho do Marechal Hermes", ao ter entrado

---

[213] Idem, ibidem.
[214] "A eleição presidencial", *Correio da Manhã*, 1/03/1910, 1-2.
[215] Idem, ibidem.
[216] Idem, ibidem.
[217] Idem, ibidem.

num estabelecimento comercial, quando lá se "pôs a dar vivas ao seu partido". Dizia a folha que ninguém, entretanto, lhe tinha dado importância, o que teria revoltado Dentinho. Por isso, como um ato de protesto "sacou de um revólver e duas balas partiram".[218]

Na perspectiva do periódico, a eleição de 1910 também foi marcada pelo roubo dos livros eleitorais. Alegava que esse roubo foi comandado pelo senador Augusto de Vasconcelos, político este que era partidário do hermismo.[219] Segundo o jornal, tal político teria mandado um comissário colocar três falsos mesários para que entregassem ao carteiro – que ia fazer a entrega dos livros num prédio no centro da cidade – os livros com as atas falsas.[220]

O *Correio* fez questão de se referir a Augusto de Vasconcelos não pelo seu nome, mas sim pelo seu codinome "Dr. Rapadura", em alusão às origens rurais de sua família.[221]

> *Cafajeste de um comissário*
> O comissário Joça Miranda (...) é um baixo lacaio do senador Rapadura.
> (...) O senador Rapadura, vendo que na formação da mesa da rua 24 de Maio, não podia lá colocar um só mesário dos seus, para mais facilmente poder carregar com os livros para a fábrica de atas falsas (...) confiou a subtração dos livros ao comissário Miranda (...). [222]

Parece claro que o *Correio*, ao responsabilizar Vasconcelos como mandante do roubo dos livros eleitorais, procurava prejudicar a campanha militar. Mas o redator-chefe do jornal, Vidal, preferia não responsabilizar, ao menos diretamente, o senador Vasconcelos nesse episódio, mas sim Nilo Peçanha. O jornalista alegava que o presidente da República mantinha funcionários públicos que permitiram e autorizaram o roubo dos livros eleitorais, e que além disso "tolerou as autoridades policiais conviverem na intimidade dos facínoras e desordeiros conhecidos (...)".[223]

---

[218] "Eleição presidencial", *Correio da Manhã*, 2/03/1910, 3.
[219] Sobre esse personagem político, ver o sub-item 3.1 deste capítulo.
[220] "Eleição presidencial", *Correio da Manhã*, 2/03/1910, 3.
[221] Freire, Américo. "Augusto de Vasconcelos – O Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal". In: *O Rio de Janeiro em três perfis. Trajetórias individuais e o campo político carioca*, Textos CPDOC, n. 35, 1999.
[222] "Eleição presidencial", *Correio da Manhã*, 2/03/1910, 3.
[223] "O responsável", *Correio da Manhã*, 3/03/1910, 1.

Apesar de Rui Barbosa ter recebido número expressivo de votos na cidade do Rio, a candidatura de Hermes venceu o pleito de março de 1910 .[224] A derrota eleitoral do candidato civilista não desanimou de maneira alguma Vidal e os jornalistas policiais do *Correio da Manhã* de continuarem utilizando a temática do suposto relacionamento dos políticos e da polícia com os criminosos como estratégia política para atingir Hermes da Fonseca. Havia a expectativa de que a eleição de 1910 fosse anulada, sob alegação de que a vitória eleitoral tinha sido feita por meio de violência, crimes e fraude. De fato, a eleição teria tido evidências de irregularidades no pleito, como diz Cristina Buarque de Holanda.[225]

Em função de tal expectativa, de que a eleição fosse anulada, o *Correio* continuava a dizer que os criminosos eram auxiliados pela polícia para perpetrar inúmeros tipos de crimes pelo Rio de Janeiro, incluindo aí os de sangue. Nesses casos de crimes de morte, os bandidos eram aí classificados como animais ferozes e ao mesmo tempo como seres humanos que perpetravam seus crimes de forma pré-calculada e racional. Essa imagem do criminoso parecia ter o intuito de o jornal mostrar que os bandidos, que eram auxiliados pela polícia, eram extremamente maldosos, pois não agiam por impulso, num ato momentâneo de raiva ou ódio, mas sim premeditadamente e a sangue-frio.

> Esses tigres humanos, guiados pela sede de sangue de um malvado sem qualificação na estirpe dos mais notáveis celerados, excedendo-os a todos em malvadez, praticaram ali, friamente, hediondamente, nada menos de oito mortes, assistidas pela polícia (...) que até os auxiliou na sua sanha de extermínio.[226]

Em relação a Leoni Ramos, Vidal continuava a fazer comentários críticos à sua figura, ainda que chegasse a admitir que o antigo chefe de polícia da capital era um bom magistrado e regular advogado. Voltava a dizer assim que Leoni, durante a campanha hermista, não tinha vocação para polícia pois se envolvera em politicagens, deixando a cidade infestada de bandidos.

---

[224] Sobre a análise dos fatores da derrota eleitoral de Rui Barbosa em 1910, ver: Carvalho, Maria Alice Rezende de. " A crise e a refundação republicana em 1930". In: *República no Catete.* (org) Carvalho, Maria Alice Rezende de. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 100-101.

[225] Holanda, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 112.

[226] "Canibais! Cenas revoltantes", *Correio da Manhã*, 30/03/1910, 2.

> A polícia em suas mãos decaiu tanto que os ladrões no Rio (...) julgam-se tão seguros do êxito de suas empresas e da sua impunidade, que expedem convites atraentes a companheiros de fora daqui. Nesta coluna mesmo já publicamos um desses convites, dirigido para Buenos Aires, em que um ladrão de cá dizia a um dos ladrões de lá que não havia no momento lugar melhor para desenvolver a sua atividade do que o Rio, por quanto a polícia hermista não se preocupava senão de política, e estava toda entregue ao empenho de fazer vencedor o marechal.[227]

Nesta matéria Vidal argumentava que, durante a candidatura de Hermes, não só a polícia central – chamada pejorativamente de hermista – tinha deixado os ladrões campearem livremente pela cidade devido à politicagem na polícia, mas também "até a polícia marítima" – que segundo o autor era "instituição que funcionava até bem pouco tempo com gerais louvores" – se tinha deixado "influenciar pela incúria e pela desídia da polícia central", pois permitia que entrassem no Rio de Janeiro "passageiros perigosos".

O *Correio da Manhã* e seus jornalistas também voltavam a atacar Nilo Peçanha, alegando que os bandidos, incluindo aí os fazendeiros da zona rural do Rio de Janeiro, por terem sido os seus instrumentos políticos e de gozar da "mais completa impunidade" , cometeram os mais variados crimes durante o seu governo.

> Todos esses crimes ficaram impunes, pois Olimpio e seus sequazes, espalhando por toda a parte o terror, gozam da mais completa impunidade, tanto mais que o Sr. Nilo Peçanha deles fez seus instrumentos políticos.
> Vários crimes lhes são atribuídos, tais como o da morte de João Manoel da Silva e seu filho Francisco, trabalhadores da roça, pois Olimpio tem por costume não pagar os seus empregados, matando-os quando estes lhe exigem os salários.
> Dias depois, Olimpio mandou assassinar João Antonio, sendo o crime praticado por Vicente, que ao chegar ao arraial exclamou.
> - Quem quiser carne fresca vá buscá-la, pois acabei de matar mais um!
> O desgraçado João Antonio deixou viúva e cinco filhos, todos na maior miséria.
> (...) Olimpio narra todos esses crimes, orgulhoso de suas façanhas, e dizendo que só se sente bem quando derrama sangue humano!
> Os capangas de Olimpio andavam sempre armados (*sic*) com bons revólveres.
> O povo não tem a quem pedir garantias: o primeiro que se manifestar contra os bandidos morrerá. Se algum morador de Santana pretende retirar-se, é inclinado a que não fale muito, aliás, onde estiver ou for encontrado, será vitima da sanha dos bandidos.

[227] Vidal, Gil. "Polícia da cifraria", *Correio da Manhã*, 4/05/1910, 1.

> De todos os crimes narrados há inúmeras testemunhas. Falta apenas que apareçam autoridades resolvidas a acabar com aquela intolerável situação.
> A falperra não causaria maiores terrores do que os que perseguem os moradores de uma zona outrora pacífica, hoje convertida em arraial de terríveis e perigosíssimos sicários.[228]

O *Correio* parecia tentar mostrar que, nas áreas rurais do Rio de Janeiro do tempo de Nilo Peçanha, o coronelismo[229] fora um sistema político intrinsecamente ligado ao crime, ao destacar que os coronéis-bandidos tinham sido instrumentos políticos do antigo presidente da República. Os jornalistas da folha tinham aí o claro intuito de passar a ideia de que, no Rio de Janeiro dessa época, não havia garantias no que diz respeito ao direito da população à segurança pública, e nem mesmo o direito da mesma em protestar por esse direito. Tal tipo de discurso parecia ser uma forma encontrada pelos jornalistas do *Correio* de sensibilizar a população quanto à falta de cidadania, e dessa maneira garantir o apoio popular contra a vitória eleitoral de Hermes.

Mas vale notar que não havia nesse discurso qualquer tentativa por parte do jornal de sugerir a restauração da Monarquia. Muito pelo contrário. Gil Vidal em um de seus artigos chegou mesmo a aproximar – segundo nos informa Vera Lúcia Bogéa – Hermes da Fonseca ao descendente de D. Pedro II, como uma forma de atingir a candidatura militar. Vidal sugeria nesse mesmo artigo que Hermes da Fonseca estaria buscando restaurar a Monarquia no Brasil. Essa proximidade entre monarquistas/ monarquia e Hermes era veiculada inclusive no próprio titulo do artigo "Os monarquistas e o marechal".

> *O Brésil*, jornal do Sr. Roxoroiz, publicado em Paris, confirma o que, há pouco tempo, ocorreu aqui sobre a opinião do príncipe D. Luiz de Bragança (neto de D. Pedro II e aspirante à coroa brasileira), com relação às candidaturas presidenciais, manifestada em telegrama com que respondeu a uma consulta que sobre o assunto lhe fizeram alguns monarquistas de S. Paulo; naquele telegrama, o príncipe se declarava francamente hermista (...)
> Uns explicam essa atitude dos monarquistas, pela aplicação, ainda uma vez, do quanto pior melhor. Outros atribuem a franca adesão do neto de Pedro II ao sobrinho do destronador e banidor de seu avô à esperança de que o marechal, desiludido da República, mande buscar ao exílio o príncipe para o colocar no trono do Brasil, a que ele se julga com direito. As restaurações, quase todas, tem-se feito assim.

[228] "Uma série de crimes: uma quadrilha de facínoras", *Correio da Manhã*, 4/02/1911, 3.
[229] Para uma análise do conceito de coronelismo, ver: Carvalho, José Murilo de. " Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". Rio de Janeiro, *Dados*, vol 40,n. 2, 1997.

> Não é muito, pois, de admirar que o príncipe D. Luiz veja no marechal Hermes um Martinez Campos. (...).[230]

No que diz respeito ao jornal hermista *Jornal do Brasil*, a imagem de paz e tranquilidade no pleito de 1910 que a folha buscava passar com veemência para seu público, parecia ser uma representação imprescindível de ser produzida do ponto de vista do periódico. Afinal, a imprensa civilista contestava a vitória eleitoral de Hermes da Fonseca, ao acusar os seus partidários - e a ele próprio- de fraudarem as eleições, por meio de crimes e roubos de livros eleitorais. Tanto é assim que, para passar a ideia, diferentemente do *Correio da Manhã*, de que o pleito não fora sanguinolento e violento, construiu os textos de suas matérias de forma sóbria, sem apelo sensacionalista, vide pelos próprios títulos de suas matérias – "A eleição presidencial" [231], "Eleição presidencial. O aspecto da cidade" [232].

Apesar dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias* se posicionarem de formas distintas quanto ao pleito de 1910, todos eles pareciam considerar que tratar as temáticas da criminalidade e eleições em suas páginas, influenciariam no apoio ou não-apoio popular à vitória de Hermes da Fonseca, tal a veemência com que discutiam o assunto. Isso tudo indica que os periódicos, redatores e seus repórteres de polícia pareciam acreditar que o povo, ou pelo menos seus leitores, estavam bem atentos e interessados por temas referentes à política da segurança pública da cidade, e às questões político-eleitorais da época.

3.1. "Um pleito de sangue": Honório Pimentel, Augusto de Vasconcelos e Nilo Peçanha nas eleições municipais de 1909

"Um pleito de sangue: as eleições de ontem: três assassinatos: balbúrdia eleitoral". "As eleições municipais: cenas vergonhosas". "A eleição de ontem: o movimento nas seções: conflitos e mortes".[233] Esses foram os títulos das matérias, publicados em corpos expressivos e em negrito, sobre as eleições municipais de outubro

---

[230] "Os monarquistas e o marechal", *Correio da Manhã*, 11/01/1910,1. Vera Lúcia Borges salienta, ao se basear numa obra de Raymond Carr, que em 1874, diante da crise da primeira república em seu país, Arsênio Martinez Campos Anton (1831-1900), militar e político espanhol, era favorável ao restabelecimento dos Bourbon no trono espanhol. Carr, Raymond. *História concisa de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2004, pp. 198-200. *Apud* Borges, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral de 1910. Op.cit.*, p. 246.
[231] *Jornal do Brasil*, 3/03/1910, 5.
[232] *Jornal do Brasil*, 2/03/1910, 4.
[233] *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1; *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1; *Jornal do Brasil*, 1/11/1909, 1.

de 1909, que segundo os jornais foram marcadas por conflitos, assassinatos e diversos crimes. Esses episódios ocuparam quase as duas primeiras páginas inteiras do *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Os crimes cometidos naquele momento ocorreram em várias seções eleitorais do Rio, como as do edifício da Biblioteca Nacional e em Santa Cruz, localizada num subúrbio carioca.

Na Biblioteca Nacional, os criminosos que teriam participado dos conflitos na seção eleitoral do edifício da biblioteca eram os famosos criminosos Camisa Preta e Pula Ventana. Segundo as reportagens policiais, Camisa teria invadido o edifício da biblioteca para se apoderar de uma urna, declarando que o seu candidato, o Sr. Manoel João Malvino, iria "vencer custasse o que custasse sob pena de ir tudo pelos ares".[234] Na perspectiva de um repórter, quando Camisa Preta entrou no saguão do edifício, ele provocou "como é natural receios de ocorrências graves", haja vista que era um criminoso temido pela população[235]. Quando o presidente da mesa anunciou que iria proceder a apuração dos votos, o bandido novamente entrara numa seção eleitoral com o seu companheiro Pula Ventana. "Entrou, aproximou-se e segurou a urna". Um mesário teria protestado contra a entrada dos bandidos na seção mais de uma vez, o que teria levado Camisa a "sacar o revólver e dar muitos tiros, roubando as urnas e dando tiros a torto e a direito".[236]

Nas eleições em Santa Cruz, a imprensa também ressaltou que um criminoso chamado Honório Pimentel, candidato a intendente daquela localidade, teria matado supostamente 12 pessoas, e um adversário político chamado Ernesto de Pinho. Este último estaria debruçado em uma mesa, com a cabeça apoiada sobre uma das mãos, quando Honório atirou contra ele, matando-o. [237]

As narrativas acima, que tentavam mostrar como teriam sido alguns dos crimes ocorridos nas eleições de 1909, foram veiculadas pelos três jornais consultados de formas muito semelhantes entre si. O diferencial nos discursos produzidos dizia respeito à suposta responsabilidade ou envolvimento de determinados personagens políticos da época e da polícia nos crimes ocorridos. O *Correio da Manhã* e seus jornalistas declaravam com veemência que os responsáveis pelos crimes ocorridos eram, além dos próprios criminosos, determinados políticos e a polícia, como veremos mais adiante. Já a *Gazeta* pouco procurava acusar os políticos e a polícia como os

[234] "Um pleito de sangue", *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1.
[235] Idem, ibidem.
[236] Idem, ibidem.
[237] "Os crimes de Santa Cruz", *Gazeta de Notícias*, 10/12/1909, 1.

responsáveis por tais crimes, já que afinal possuía uma posição politicamente mais moderada durante a campanha presidencial de 1909-1910. Por fim, o *Jornal do Brasil* preferiu mais uma vez silenciar sobre a questão das influências políticas na organização policial como forma de não prejudicar a candidatura militar.

No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, já na sua primeira reportagem sobre os crimes ocorridos nas eleições municipais de 1909 começava o seu texto responsabilizando a polícia pelo que considerou de "selvageria política" havida naquele pleito, no qual o povo "não comparecia a votar, cônscio de que entre nós a eleição é apenas burla indecorosa, ou foi escorraçado das urnas pelas façanhas dos bandidos, que durante longas horas estiveram senhores da cidade" [238]. Para a reportagem, a principal responsabilidade dos "morticínios" e crimes ocorridos recaía sobre o presidente da República. Afirmava que Nilo Peçanha tinha deixado a polícia permanecer na "passividade afrontosa" diante de tais delitos.

Vale notar, segundo informa Surama Pinto, que Nilo Peçanha teria importante participação nos episódios que se desenrolariam no Conselho Municipal e que marcariam sua passagem de forma definitiva pela cadeira da Presidência. Segundo a autora, a participação do presidente nessas eleições foi mandar fechar o Conselho, sob orientação da mais importante força partidária do Distrito – PRDF –, liderado pelo influente senador Augusto de Vasconcelos, o que encontrou forte resistência de elementos civilistas ligados a Irineu Machado. Surama Pinto explica que, em termos legais, a ação do Executivo federal (de mandar fechar o Conselho) foi arbitrária, já que o Legislativo local não tinha se constituído fora do direito e tampouco o processo de sua composição havia sido concluído. O pleito havia sido renhido, porém legítimo. Com a medida, o governo entregou a administração da capital ao prefeito.[239]

A reportagem anteriormente mencionada do *Correio* não narrou os episódios ocorridos no pleito de 1909 da forma exposta por Surama Pinto, já que preferiu responsabilizar Nilo Peçanha pelos crimes havidos do que condenar sua ação arbitrária de mandar fechar o Conselho. Talvez a folha considerasse que aquela argumentação fosse uma forma mais impactante para ganhar o apoio da opinião pública em prol da

[238] "Um pleito de sangue", *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1.
[239] Pinto, Surama. *Só para iniciados. Op. cit.*, p. 173.

formação de um Conselho Municipal constituído por figuras afinadas com o civilismo, o que de fato acabou acontecendo, mas que depois abriu espaço para novos conflitos.[240]

Em todo caso, o *Correio* alegava que a falta de policiamento nas eleições de 1909 seria "politicamente a primeira fase" da eleição presidencial de 1910.

> Que vá inteira e completa para sobre os ombros do presidente da República a responsabilidade das selvagerias ontem praticadas.
> Que o persigam e aos seus delegados as sombras ensangüentadas dos que foram vítimas de sua incúria (...). Ficamos na desoladora expectativa do que será a próxima eleição presidencial, de que a eleição de ontem foi politicamente a primeira fase, e ficamos pensando quão amargos e desalentadores serão os dias que se vão seguir para esta tão infeliz República![241]

Gil Vidal em um de seus editoriais chegava mesmo a comparar as eleições sanguinolentas de 1909 com os pleitos ocorridos no Império. Segundo o ex-repórter policial, no Império os políticos usavam os capoeiras em suas campanhas para fazer vencer as eleições, mas assinalava que os pleitos da "velha história eleitoral" ficaram "muito aquém em violência, em selvageria, em fraude, em bandalheira",[242] se comparados com as eleições de 1909. Na opinião de Vidal, isso ocorria devido às "íntimas relações entre o chefe de polícia e o presidente da República":

> (...) Um enxame de desclassificados, tipos vis e desprezíveis, figuras representativas da escória social, gente de servir e ganhar, as ordens descabeladas da politicagem, amparados (...) por autoridades policiais, repartiram-se em bandos, que levaram o terror e a desordem a quase todas as seções. Em algumas delas correu sangue. Mortes e ferimentos em mais de uma se registraram, para eterna glória do Sr. Nilo Peçanha e do Leoni Ramos, sob cujo governo e a polícia, a capital do Brasil, a culta cidade do Rio de Janeiro, degradou até ao ponto de nivelar-se em selvageria.[243]

Segundo Vidal, os crimes ocorridos nas eleições municipais de 1909 seriam naturalmente impunes, uma vez que a política dominante, ou seja, "a política que dispõe dos empregos, das nomeações e promoções de promotores e juízes, a política que

---

[240] Surama Pinto informa que os discursos de Rui Barbosa e os editoriais de Gil Vidal mobilizaram a população e setores das elites políticas cariocas, ao levantarem a bandeira da autonomia política da cidade. Sobre o assunto, ver: Pinto, Surama. *Só para iniciados. Op. cit.*, p. 172.
[241] "Um pleito de sangue", *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1.
[242] "A monstruosidade de anteontem", Gil Vidal, *Correio da Manhã*, 2/11/1909, 1.
[243] Idem, ibidem.

maneja o governo atual à sua vontade, estenderá seu manto protetor sobre os criminosos".[244]

Durante tais eleições, Vidal e o *Correio* comungavam da opinião de que o criminoso mais protegido por determinados políticos influentes na época era o candidato a intendente de Santa Cruz, Honório Pimentel, um dos raros políticos da época chamado de criminoso/assassino. Este candidato a intendente era da chapa do senador Augusto de Vasconcelos, apoiada por Nilo Peçanha.

O periódico alegava que Honório era um assassino e criminoso reincidente, ao citar um dos seus delitos que teria cometido anos anteriores, ao matar um homem, depois de tê-lo agredido. Segundo o *Correio*, Honório na época teria conseguido livrar-se da cadeia por influência do chefe local de Santa Cruz, o então intendente Felipe Cardoso,[245] que durante parte do ano de 1880 exercera o estratégico cargo político de diretor do Matadouro de Santa Cruz, principal agência da municipalidade nas áreas rurais cariocas, como salientou Freire.[246]

O jornal buscava relembrar que Honório tinha sido protegido por Felipe Cardoso na ocasião em que matara um indivíduo em fins do século XIX para justamente reafirmar a ideia de que ele continuava sendo protegido por grupos políticos poderosos no Rio e pela própria polícia naquelas eleições municipais de 1909. A proteção que a polícia prestava a Honório, dizia a folha, "publicamente apontado como matador de Ernesto de Pinho (adversário político de Honório), nos últimos sucessos eleitorais de Santa Cruz, veio claramente evidenciar a espécie de capadócio que temos na Presidência da República".[247] Segundo o *Correio*, o chefe de polícia protegia Honório, pois, à ordem e conselhos de Nilo Peçanha, era "instrumento de politicagem reles do presidente abandalhado, favorecendo capangas do senador Vasconcelos", a exemplo de Honório[248].

O *Correio*, ao falar da suposta proteção que Nilo Peçanha dispensava a Honório, acusava-o de ser o "protetor e amparador dos assassinos e ladrões":

> Nilo Peçanha (...) é um despudorado padroeiro de traficâncias. De traficâncias, sim, porque o Sr. Nilo está se revelando agora... (...) É um tratante, que patrocina bandalhices e dá dinheiro ao trovador Bilac para contar-lhe os feitos. É um padroeiro de criminosos que

[244] Idem, ibidem.
[245] "Os assassinatos de Santa Cruz", *Correio da Manhã*, 22/11/1909, 1.
[246] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*, p. 175.
[247] "Proteção ao assassino", *Correio da Manhã*, 5/12/1909, 3.
[248] "Proteção ao assassino", *Correio da Manhã*, 5/12/1909, 3.

> fecha as portas da cadeia a Honório Pimentel, assassino publicamente apontado e capanga feroz do Sr. Augusto de Vasconcelos. Bem sabemos que é perdido o nosso tempo em dizer certas coisas ao Sr. Nilo. Não há como estimulá-lo ao respeito pela opinião e pela dignidade do cargo que o destino, cruel para o Brasil, lhe fez cair nas garras. Não há mesmo como fazê-lo envergonhar-se, porque de todo perdeu a vergonha. Não há como fazê-lo corar, gritando-lhe bem alto: – Presidente sem brio, protetor de assassinos e amparador de ladrões.[249]

Em relação ao senador Vasconcelos, a folha também fazia ataques veementes ao político, ao apontá-lo como chefe protetor de seus "capangas ferozes". O historiador Américo Freire[250], ao analisar a trajetória política do referido senador, que era médico, filho de um fabricante de rapadura, nascido em Campo Grande, zona rural da cidade do Rio, assinala que Vasconcelos expressava a força do localismo e da "política miúda", na maior e mais importante cidade brasileira no início do século XX.

Na República obteve o seu primeiro mandado parlamentar em outubro de 1892, elegendo-se intendente municipal pelo distrito de Campo Grande[251]. Por algumas vezes, foi alvo, como lembra Freire, de denúncias de jornais e de outros intendentes que apontavam irregularidades nas eleições em seu distrito, como a de obrigar o eleitorado de sua freguesia a votar em cédulas coloridas no candidato ao Senado Aristides Lobo "somente para fazer conhecer a sua influência local", como assinalou o intendente Pereira Lopes.

Além disso, o grupo do qual fizera parte, chamado de "Triângulo"[252], fora alvo em fins do século XIX de denúncias do jornalista José do Patrocínio, que acusou as relações ilícitas do grupo com o Matadouro de Santa Cruz.[253] Mais tarde, o matadouro se transformaria em base política de outros políticos cariocas de prestígio, como informou Américo Freire.[254] Um deles foi o próprio Honório Pimentel, que durante 18

---

[249] "Proteção ao assassino", *Correio da Manhã*, 5/12/1909, 3.
[250] Freire, Américo. "Augusto de Vasconcelos – O Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal". *Op.cit.*
[251] Idem, ibidem.
[252] Segundo Surama Pinto, Vasconcelos se projetou na política carioca ao integrar o chamado "Triângulo", grupo composto por chefias políticas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, consideradas áreas rurais da cidade. O grupo original do "Triângulo", Augusto Vasconcelos, Barroso e Felipe Cardoso Pires, era formado por médicos com enormes clientelas em suas freguesias, como nos informa Américo Freire. "Todos eles possuíram cargos públicos durante o Império. Vasconcelos e Barroso foram delegados de higiene, como vários outros políticos cariocas, e provavelmente se utilizavam de suas atividades profissionais como agentes públicos municipais de saúde para fortalecer suas bases políticas em diferentes localidades de suas respectivas freguesias". Freire, Américo. *Uma capital para a República*. *Op. cit.*, p. 175; Pinto, Surama. *Só para iniciados. Op. cit.*
[253] Freire, Américo. "Augusto de Vasconcelos – O Dr. Rapadura". *Op. cit.*
[254] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*, p. 236.

anos foi eleito sucessivamente para o Conselho Municipal carioca. No ano de 1920, Honório se elegeu deputado federal (1921/1923) e era considerado, nos meios políticos, "chefe poderoso da política do 'Triângulo'".[255]

Segundo Américo Freire, o grupo do "Triângulo" por diversas vezes definiu o resultado dos pleitos na capital, em função, dentre outros motivos, da existência de poderosos esquemas de fraude, em que o candidato apoiado pelo grupo chegava a receber, em determinadas ocasiões, a totalidade ou a quase totalidade dos votos de uma determinada freguesia.[256] Assim, o "Triângulo", como diz Freire, exerceu um rígido controle sobre o seu eleitorado, transformando-se em uma área estratégica para o controle do partilhado campo político carioca.[257] Em relação às denúncias de Patrocínio ao grupo, o principal alvo do jornalista era Augusto de Vasconcelos. [258]

Pode ser que o *Correio da Manhã* se aproveitasse desse histórico de denúncias de fraudes desferidas ao "Triângulo" e a Vasconcelos para dar suporte na campanha presidencial de 1909 e 1910 aos ataques veementes que fazia ao referido político, antigo líder do grupo. Afinal, ao se aliar às forças políticas lideradas pelo general gaúcho Pinheiro Machado, um dos políticos de maior poderio político da época, Vasconcelos teve no governo de Nilo Peçanha – assim como no de Hermes da Fonseca – o aval para suas manobras no campo político carioca.[259]

Não é à toa que o jornal civilista *Correio da Manhã* o classificava pejorativamente como o "grande eleitor do Rio", sob a alegação de que o senador pretendia dominar inteiramente a região, por meio de fraudes e fortes represálias àqueles que contrariassem seus interesses eleitorais, já que ameaçava suas vidas e a sua liberdade, como assinalou a seguinte notícia: "Quem não fosse partidário do senador Augusto de Vasconcelos era banido, posto para fora, ameaçado em sua vida e em sua liberdade"[260].

Em relação a Honório Pimentel , o *Correio* alegava que enquanto o bandido estava solto devido a proteção de Vasconcelos e Nilo Peçanha , Camisa Preta, visto pelo impresso como "menos criminoso, menos bestial, menos bandido que Honório", estava na cadeia.[261]

---

[255] Idem, ibidem, pp. 236-237.
[256] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*
[257] Idem, ibidem.
[258] Idem, ibidem.
[259] Pinto, Surama. *Só para iniciados. Op. cit.*
[260] "Um pleito de sangue", *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1.
[261] "Os assassinatos de Santa Cruz", *Correio da Manhã*, 22/11/1909, 1.

Mas embora o jornal dissesse que Honório fosse protegido por políticos poderosos, o criminoso teve sua prisão preventiva decretada. O juiz Dr. Pires e Albuquerque, que decretou a prisão, foi considerado pelo jornal como um homem íntegro, digno, que teria enfrentado com "todos os esforços a cabala do Sr. Augusto de Vasconcelos", que tentava garantir a impunidade de Honório.[262] Contudo, segundo o *Correio*, o juiz era um raro exemplo de integridade no meio judiciário, pois alegava que a politicagem na magistratura da época era dominante no meio, tal como era na polícia e na política.

Dias depois de Honório e seus comparsas terem suas prisões decretadas, eles teriam fugido. Essa suposta fuga fez com que o jornal dirigisse novos ataques a Honório, Vasconcelos, Nilo Peçanha e à polícia. Na ocasião, o jornal publicou então um extenso artigo intitulado sugestivamente de "Fugiram!".[263] Segundo o autor do texto, somente os grandes bandidos que tinham consciência do peso dos seus crimes fugiam. Nas palavras do articulista: "O facínora de Santa Cruz fugiu. É a demonstração mais evidente de que se julga criminoso". [264] O próprio autor do texto dizia que, antes da decretação de sua prisão preventiva, lutava para que Honório fosse preso, já que sabia da "proteção escandalosa dispensada ao criminoso". Em função disso, alegava que publicou testemunhos de pessoas que, "assistindo aos vergonhosos sucessos de Santa Cruz, atiraram sobre Honório a responsabilidade direta do assassinato de Ernesto de Pinho".[265]

O artigo ressaltava também que durante esse período o delegado de Santa Cruz, a serviço do senador Augusto de Vasconcelos, procurou salvar do flagrante delito Honório e os seus comparsas. Por isso, não lhes teria dado a ordem de prisão. Outro policial apontado como um dos responsáveis pela impunidade de Honório e seus comparsas foi o comissário Gomes de Mattos. Este, segundo o artigo, teria ouvido a princípio, no inquérito do caso, apenas "os amigos e correligionários de Honório, e depois, com o clamor que esse fato produziu, tomava outros depoimentos, mas com o visível emprego de favorecer os criminosos".[266]

Tal como as reportagens policiais do *Correio*, na perspectiva do articulista a polícia assim procedia pois "prestava-se aos manejos do senador Augusto de

[262] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1-2.
[263] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1-2.
[264] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1-2.
[265] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1-2.
[266] Idem, ibidem.

Vasconcelos, protegido a seu turno pelo senador Pinheiro Machado"[267]. Américo Freire comenta que Vasconcelos foi tratado pelo *Correio da Manhã* como a fonte de todos os problemas políticos da capital, já que perfilhou ao lado do "sanguinário" Pinheiro Machado. [268] Foi também considerado pelo jornal como fonte dos problemas de ordem criminal. Ao apontar a politicagem na organização policial, a folha parecia mesmo querer mostrar como a influência política de Vasconcelos e/ou Nilo Peçanha/Pinheiro Machado na polícia resvalava na criminalidade no Rio.

> Acorçoado pelo exemplo de Santa Cruz, viu-se depois como um bandido vulgar, Arthur Mulatinho, feriu um transeunte no Largo do Machado, era logo posto em liberdade e, no dia imediato, matava covardemente um cocheiro de carro, façanha que lhe valeu o linchamento por um grupo de populares indignados. A falta de garantias chegou ao ponto de ser necessária a justiça cruel da multidão encolerizada, já que a polícia se transforma, cada vez mais, em protetora de sicários.
> Esses fatos se passaram, e o governo a eles assistia impassível, como que surdo ao clamor geral da população (...) O Sr. Augusto de Vasconcelos era o absoluto mandão do Distrito Federal, e das suas conferências blandiciosas com Nilo Peçanha resultava a segurança de impunidade para a mais perigosa série de malfeitores que infestava a cidade e subúrbios, a serviço da vergonhosa política, que a todo custo o governo queria que triunfasse.[269]

O jornal e seus jornalistas assinalavam também que no momento da fuga de Honório, este teria conseguido efetuá-la devido à "enorme influência" de Augusto de Vasconcelos na polícia e na política, inclusive no palácio do Catete, junto ao presidente da República.

> (...) Calcule-se, por essa amostra, como tem sido enorme a influência do Sr. Augusto de Vasconcelos na repartição da rua do Lavradio e até no palácio do Catete.
> (...) A polícia sabe-lhes com certeza o paradeiro (de Honório e dos seus comparsas). Não lhes deita a mão porque está cheia de gente do Sr. Augusto de Vasconcelos, porque o próprio Leoni Ramos é do blandicioso senador um capanga avantajado e importante (...).[270]

Em relação a Nilo Peçanha, o jornal nem sempre o classificava como "protetor de criminosos", mas sim como um presidente que negligenciava o problema da

---

[267] Idem, ibidem.
[268] Freire, Américo. *Uma capital para a República. Op. cit.*
[269] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1.
[270] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1.

segurança pública na cidade e no país, pois estaria muito ocupado com outros assuntos. Por isso "deixava que no seu governo" não se punisse Honório Pimentel:

> O Sr. Nilo Peçanha (...) imensamente ocupado com os negócios da Leopoldina, (...) do arrendamento do porto etc., deixava que no seu governo se praticasse a monstruosa bandalhice de não se punir (...) o autor do traiçoeiro assassinato de um seu adversário político.[271]

O *Correio da Manhã* e seus jornalistas ao responsabilizarem, direta ou indiretamente, Nilo Peçanha, Augusto de Vasconcelos, Honório Pimentel e à polícia pelas ocorrências criminais no pleito de 1909, pareciam querer questionar o próprio sistema oligárquico. Tal questionamento se fazia através da associação que estabeleciam entre tal sistema e a criminalidade, uma vez que pareciam tentar mostrar como as complexas redes de relações de compromissos recíprocos[272] – que iam desde os intendentes, senadores, até o presidente da República – existentes na política oligárquica desencadeavam na impunidade e nos crimes na cidade.

Anos depois da campanha eleitoral, o jornal, embora não continuasse apontando esse personagem como um político que estava diretamente envolvido em casos de crimes, tentava mostrar que ele protegia criminosos, seus cabos eleitorais em Santa Cruz.

> O Sr. Honório patrocina a liberdade de seus eleitores. (...) No corpo de segurança, estão detidos cerca de 15 indivíduos, para prestarem declarações no inquérito. (...) Alguns desses detidos (...) são eleitores do inconsciente politiqueiro rural Honório Pimentel, que fez impetrar, no juízo da 4ª. vara, uma ordem de habeas-corpus em favor dos eleitores detidos Francisco de Freitas Guimarães, vulgo Chico Valadão, Olympio Marques, Antônio Marques (...).[273]

Se partirmos da concepção de Nunes Leal de que o coronelismo é um sistema político que se baseia nas relações de dependência existentes entre o grande proprietário rural e seus "protegidos" [274], parecia que o jornal procurava estabelecer uma relação intrínseca entre coronelismo e criminalidade em Santa Cruz, nas figuras de Honório Pimentel e seus cabos eleitorais. Parece-nos que, na perspectiva do jornal, tais relações de dependência se baseavam nos serviços eleitorais que os criminosos prestavam ao

---

[271] "Fugiram!", *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1.
[272] Carvalho, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo". *Op.cit;* Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. Op.cit.*
[273] "O monstruoso crime de Santa Cruz e as diligências policiais", *Correio da Manhã*, 27/03/1919, 3.
[274] Leal, Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. Op. cit.*

"politiqueiro rural" Honório e na proteção deste aos bandidos, o que lhes garantiria a impunidade de seus crimes e consequentemente a ampliação de suas práticas delituosas.[275]

4. Expectativas em relação às eleições e à polícia na imprensa

Ao longo deste capítulo, vimos como os jornalistas e os jornais articulavam diversos problemas políticos e eleitorais do Brasil e do Rio de Janeiro republicano com o crime. O crime e suas supostas relações com os políticos e a polícia pareciam significar para a imprensa a possibilidade de discutir a viabilidade das eleições na República.

Embora os jornalistas criticassem com veemência as eleições e a política da época, construíam naquele momento um "horizonte de expectativa" – expressão proposta por Reinhart Kosseleck[276] – de um futuro melhor, alinhado na união de esperanças, desejos e aspirações por uma República na qual houvesse a garantia ao direito do voto.

Tal aspiração era expressa através dos apelos ou cobranças que os profissionais de imprensa faziam às autoridades governamentais no cumprimento desse direito. Como dizia um jornalista nas eleições federais de 1903: "O governo tem o dever de garantir a liberdade de voto".[277] Na concepção dos jornalistas, instituir de fato um governo democrático no Brasil, através do fim da corrupção eleitoral e das relações "escusas" entre políticos, criminosos e polícia, não só garantiria no país o direito do cidadão à liberdade do voto, mas também asseguraria os direitos de propriedade e vida da população contra os ataques dos criminosos da cidade. Afinal, como já vimos, os jornalistas ressaltavam que era devido à presença e à impunidade das práticas fraudulentas nas eleições da época que a criminalidade no Rio crescia.

---

[275] Segundo Marcos Veneu, havia algumas áreas do Distrito Federal que seguiam bem de perto o modelo coronelista, entre elas as freguesias rurais de Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba, conhecidas como o "Triângulo". Veneu, Marcos Guedes. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Op. cit.*

[276] Para Reinhart Kosseleck, o "horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado". O autor define expectativa como algo que "se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto". Kosseleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC - Rio, 2006, p. 311. Para uma análise da obra de Kosseleck e estes conceitos, ver: Oliveira, Janaína Pereira de. *O futuro aberto: Jacob Burckhardt, G. W. F. Hegel e o problema da continuidade histórica*. Tese de Doutorado, PUC- RIO, História, 2006,pp. 17-44.

[277] "Bandalheira eleitoral", *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1.

Assim, o fato de os jornalistas insistirem em ressaltar que havia na capital constantes ocorrências de fraudes e violências eleitorais, não significa que eles desqualificassem as eleições como desnecessárias. Muito pelo contrário. Na concepção desses profissionais, o voto na sociedade era muito importante para a formação da democracia e da cidadania na República.

O próprio debate travado na imprensa sobre a lei eleitoral de 1903 é um exemplo, dentre outros, significativo dessa importância que os jornalistas atribuíam ao voto na sociedade. Por isso, durante as eleições federais de 1903, um jornalista policial do *Jornal do Brasil* chamava atenção que a vontade do eleitorado do Distrito federal em exercer o direito ao voto, "rodeada do que a lei consagrou, intangível e soberana", não podia mais continuar cerceada pelos políticos que dispunham de capangas.[278]

Como os profissionais de imprensa eram sujeitos que pareciam estar atentos à sociedade na qual viviam, talvez tivessem percebido que a realização de eleições cumpria papel-chave no sistema político de então. [279] Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, ao se debruçarem sobre esta questão em um texto recente, alegam que a realização de eleições:

> De um lado, (...) eram fundamentais para uma relativa, mas estratégica, circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação. De outro, (...) eram responsáveis por uma incipiente, porém pedagógica, mobilização de eleitores, o que ocorria certamente de formas muito diversas, fundamentando um aprendizado político constante pela realização sistemática dos pleitos.[280]

Além disso, ainda que o voto não fosse um direito amplo naquela sociedade, havia setores da população – incluindo aí as classes populares –, como demonstram Martha Abreu e Carolina Dantas, que valorizavam a esfera da representação política formal, o Parlamento e seus desdobramentos como um importante espaço de participação política, evidenciando que existiam expectativas em relação às eleições na Primeira República.[281]

Possivelmente os jornalistas da época estavam atentos a tais expectativas, devido à própria intensidade com que tratavam a temática eleitoral em seus textos

---

[278] "As eleições", *Jornal do Brasil*, 19/02/1903, 1.
[279] Gomes, Â ngela de Castro e Abreu, Martha. " A nova "velha" República". *Op.cit.*
[280] Idem, ibidem, p. 7.
[281] Abreu, Martha e Dantas, Carolina. "É chegada a ocasião da negrada bumbar: comemorações da Abolição e política na Primeira República". *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan./jun. 2011, p. 112.

(reportagens policiais, artigos e crônicas) sobre crimes e criminosos. Pareciam mesmo ter criado uma espécie de cultura política[282] eleitoral. Ou seja, os seus textos pareciam ser, de algum modo, canais de expressão política e de comunicação para muitos segmentos da população, tendo em vista que os níveis de alfabetização e escolarização nessa sociedade pós-escravista ainda eram significativamente baixos, e onde os canais formais de representação política, embora existentes, não davam conta de todas as demandas da população, como chama atenção Martha Abreu. [283] Mesmo assim, as eleições, os parlamentos, os partidos políticos e os variados tipos de associativismo na Primeira República eram muito numerosos e diversificados.[284] Segundo Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu: "Ligavam-se à expressão e à demanda de direitos que eram, ao mesmo tempo, civis e políticos, pois envolviam a liberdade de pensamento e sua expressão, inclusive para lutar pelos novos direitos sociais, que se tornavam mais conhecidos e desejados".[285]

Também no que se refere à segurança pública, a população expressava fortemente suas demandas para que esse direito fosse garantido, através por exemplo das reclamações via imprensa que o público fazia às forças de segurança, como demonstrou o estudo intitulado "Queixas do povo", de Eduardo Silva, já comentado no primeiro capítulo[286]. Não é à toa que os jornalistas cobravam e apelavam em parte de

---

[282] Entendemos o conceito da cultura política a partir das reflexões teóricas do historiador francês Serge Berstein. Ao se basear na teoria de Jean-François Sirinelli, o autor explica que o conceito faz referência a "um tipo de código e um conjunto de referências, formalizadas no seio de um partido ou mais largamente difundidas no seio de uma família ou de uma tradição política". Por isso, segundo o autor, é importante descobrir as visões de mundo partilhadas, as leituras comuns do passado histórico e as representações da sociedade para o futuro, além dos significados de determinado vocabulário político (cidadão, pátria etc.). Berstein assinala também que a cultura política seria um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e ao mesmo tempo coletivo, partilhado por grupos.
A historiadora Martha Abreu – ao se inspirar nas teorias desses dois historiadores franceses para entender a cultura musical no início do século XX, a partir da obra do cantor Eduardo Sebastião das Neves (1874-1919) – chama atenção que, embora o conceito de cultura política nessa perspectiva acabe sendo utilizado prioritariamente para a análise dos grandes conjuntos de ideias, como o republicanismo e o socialismo, não deixa de abrir possibilidades para se pensar nos seus desdobramentos no âmbito do combate político cotidiano, na aspiração por algum tipo de regime político e mesmo sobre normas, crenças e valores partilhados. Segundo a autora, "uma cultura política irrigaria um grupo humano com canais de expressão, que, evidentemente, variaram enormemente no tempo e espaço". Berstein, Serge. "La Culture politique". In: Rioux, Jean-Pierre e Sirinelli, Jean-François. *Par une Historie Culturelle*, Paris, Éditions du Seuil, 1997. Sirinelli, Jean-François. *Histoire dês droites*, 02, Cultures, Paris, Gallimard, 1992, pp. III-IV. Abreu, Martha. "Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: Algumas questões para a pesquisa e o ensino de História". In: Soihet, Raquel, Bicalho, Maria Fernanda, Gouvêa, Maria de Fátima. *Culturas políticas, ensaios de história cultural, história política e ensino de História.* Rio de Janeiro, Mauad, 2005, pp. 411-412.
[283] Abreu, Martha. "Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: Algumas questões para a pesquisa e o ensino de História". *Op.cit.,* p. 412.
[284] Gomes, Ângela de Castro e Abreu, Martha. "A nova "velha" República". *Op. cit.*, p. 3.
[285] Idem, ibidem, p. 4.
[286] Silva, Eduardo. *Queixas do povo. Op. cit.*

suas publicações à polícia para que controlasse e combatesse a criminalidade (98 notícias ou 42,9% de um total de 228 matérias sobre o tema policial)[287]. Um jornalista em 1919, por exemplo, apesar de ressaltar que a polícia "dormia ou fingia não ver os ladrões na Penha", pedia urgentemente, em nome da população da localidade, que o chefe de polícia fizesse um constante e severo policiamento no bairro, pois lá estaria se "transformando em um esplêndido reduto dos ladrões, assaltantes e vagabundos". No final da notícia, o repórter dizia: "Aí fica registrado o pedido, sendo de esperar que as medidas solicitadas sejam em breve atendidas"[288].

Isso nos indica que, ao mesmo tempo em que os jornalistas faziam muitas vezes veementes críticas à polícia, tinham expectativas de que essa mesma instituição fosse capaz de combater o crime. Mesmo o editorialista do *Correio da Manhã* Gil Vidal, que em plena campanha presidencial de 1909 e 1910 afirmava com insistência que a cidade estava "sem polícia", chamava atenção que a opinião pública tinha a confiança de que pudesse haver na capital uma "polícia alerta" capaz de combater a criminalidade:

> (...) Há de afinal submeter-se as justas reações da opinião, e esta é que exige se restituam ao Rio a calma, a tranqüilidade e segurança, inspiradas pela confiança de que há uma polícia alerta, atenta a resguardar a sociedade das miseráveis que constituem o exército do vício e do crime.[289]

Contudo, as expectativas criadas pelos jornalistas da época em relação à polícia não se deram sem tensões, muito pelo contrário. No noticiário criminal, eram intensas as lutas de representações sobre tais expectativas. De um lado, muitos jornalistas pareciam ter a crença de que as forças de segurança pudessem ser capazes de controlar e reprimir os negros, pobres e estrangeiros, vistos como uma ameaça permanente à propriedade e à vida do cidadão, como comentamos nos capítulos 2 e 3.[290] Por esta

---

[287] Neste item do capítulo, optamos por utilizar tanto as reportagens (e artigos de jornais) sobre temas policiais que abordavam as questões políticas/eleitorais quanto as matérias sobre os assuntos policiais concernentes aos direitos à segurança individual, propriedade e liberdade, para que possamos ter uma visão mais ampla sobre que tipo de polícia os profissionais de imprensa queriam para a cidade.
[288] "A Penha não tem policiamento", *Gazeta de Notícias*, 3/07/1919, 5.
[289] "Sem polícia", *Correio da Manhã*, 7/11/1909, 3.
[290] Os jornais, ao veicularem esse ideal de polícia, consideravam que o cidadão de uma forma geral era aquele que pagava impostos, tinha domicílio fixo, ocupação certa e que sempre era ameaçado por criminosos ou "vagabundos". No artigo intitulado "Crime, violência e sociabilidades urbanas", de Sandra Pesavento, a autora também percebe essa mesma designação de cidadão em Porto Alegre no final do século XIX, através dos jornais e documentação policial da época. Pesavento, Sandra. "Crime, violência e sociabilidades urbanas". *Op.cit.*

expectativa de polícia, muitos desses profissionais de imprensa não pareciam querer uma força policial que levasse segurança a tais setores da população, mas sim que empreendesse ações em prol do controle social repressivo sobre as camadas populares, através de medidas que negassem ou limitassem aos mesmos o que hoje chamamos de direitos civis (direitos à segurança individual, propriedade e liberdade).

Mas ao mesmo tempo em que esta expectativa era veiculada na imprensa, muitos outros jornalistas idealizavam uma polícia que pudesse ser verdadeiramente uma instituição que estamos qualificando de "republicana e cidadã". Cidadã no sentido de defender e garantir os direitos à segurança individual, propriedade, liberdade e voto. E republicana no sentido de servir ao público e respeitar os direitos tidos como constitucionais como os concernentes à liberdade, segurança individual, propriedade e voto.

Esse ideal de polícia parecia ser semelhante ao projeto de democracia forjado pelos idealizadores da *res publica*, no qual, como assinala com perspicácia Gladys Ribeiro, a "República era vista como local onde se respeitava a Constituição e se cultuava as liberdades em altar sagrado".[291]

Era em prol desse tipo ideal de polícia que muitos jornalistas cobravam ou apelavam às forças policiais da época para que defendessem e protegessem o direito de todo e qualquer cidadão[292] à segurança, como salientou um repórter do *Correio da Manhã*: "(...) cumpre ao Sr. Aurelino Leal (chefe de polícia) e aos seus auxiliares (...) um policiamento mais eficaz e enérgico, pondo a população a coberto desses audaciosos ataques, oferecendo aos habitantes da Capital da República as devidas garantias dos seus haveres e dos seus bens"[293]. Os repórteres cobravam da polícia para que protegesse e defendesse a propriedade e a vida dos cidadãos, independentemente de sua cor, condição social ou qualquer outro atributo pessoal ou coletivo. Alegavam que a Constituição garantia "aos nacionais e estrangeiros" a inviolabilidade dos direitos à propriedade, liberdade e segurança individual.[294]

Em relação às mais diversas áreas da cidade, desde as ruas mais comerciais e elegantes da urbe até os locais mais pobres, os repórteres cobravam da polícia para que garantisse a tranquilidade dos moradores ou transeuntes que aí circulavam, levando

---

[291] Ribeiro, Gladys. "Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal". *Op.cit.*, p. 116.
[292] Cidadão era visto aí como todo e qualquer indivíduo que habitava a cidade.
[293] "O Rio de Janeiro é hoje positivamente o paraíso dos ladrões", *Correio da Manhã*, 28/01/1915, 3.
[294] "A gatunagem", *Jornal do Brasil*, 10/07/1910, 13.

segurança à população. Um repórter do *Jornal do Brasil*, em 1910, ao noticiar o caso de um grupo de ladrões "audaciosos" que estariam causando "constantes sobressaltos" aos moradores de uma das ruas mais comerciais da cidade (Rezende), ressaltava:

> (...) É de acreditar que a polícia tomará enérgicas providências e daqui apelamos para o Sr. chefe de polícia para que faculte ao delegado do 12º. distrito os meios necessários para um eficaz policiamento, porquanto esse distrito, que não é pequeno, vive em quase completo abandono, não tendo os respectivos moradores a menor garantia para sua tranqüilidade.[295]

Num mesmo sentido, assinalava outro repórter do *Jornal do Brasil*, com relação ao morro da Favela:

> Urgem, pois, medidas enérgicas e estas, estamos certos, serão dadas imediatamente pelo Sr. chefe de polícia, não só para a garantia dos seus auxiliares que ali estão destacados, como também para a tranqüilidade da população ordeira do morro da Favela.[296]

Vale notar que os repórteres não só cobravam da polícia a garantia da tranquilidade para todos os cidadãos, mas também reivindicavam que as medidas policiais adotadas para combater a criminalidade na cidade não pudessem desrespeitar a lei:

> (...) Não há família que se sinta garantida, mesmo durante o dia, contra a audácia dos meliantes, que em suas sortidas audaciosas nada poupam.
> Ora, não seria de mais que a polícia local empreendesse séria campanha contra esses inimigos do trabalho, processando-os de acordo com a lei, a fim de que tenham conveniente destino.
> A grande verdade é que os moradores não podem continuar a ser desacatados e ameaçados em sua propriedade.[297]

Além disso, reivindicavam que a ação policial de combate ao crime não pudesse desrespeitar a liberdade individual do cidadão, já que tal liberdade era um direito garantido pela Constituição[298]. Por isso, os jornalistas e os jornais, ao denunciarem as prisões indiscriminadas efetivadas contra a classe trabalhadora da

---

[295] "Ladrões audaciosos", *Jornal do Brasil*, 12/02/1910, 4.
[296] "Noticiário policial", *Jornal do Brasil*, 14/02/1916, 7.
[297] "A vagabundagem aumenta", *Jornal do Brasil*, 9/11/1913, 12.
[298] "Abandonados pela justiça", *Jornal do Brasil*, 30/03/1915, 9.

época, alegavam que nenhuma pessoa podia ser presa ou detida ilegalmente, pois tal ação desrespeitava "a lei e as liberdades individuais do cidadão".[299]

> Como se entende, como se explica a polícia pegar um cidadão qualquer e condená-lo à Colônia Correcional por tempo indeterminado?
> Como se explica o caso de ser mandado para a Colônia Correcional o nacional de cor parda Américo de Souza, morador a rua D. Clara, n. 23.
> Qual o delito por ele cometido?
> Por que motivo também se acha na Colônia Correcional o estivador Álvaro Pereira, preso desde 13 de fevereiro? Qual é o delito por ele cometido?[300]

Os repórteres e alguns articulistas dos jornais chamavam atenção também que eram contrários à teoria de que "não pode haver polícia sem violência"[301], já que acreditavam que o combate à criminalidade pelas forças de segurança deveria ser feito sem violar o respeito à integridade física dos cidadãos. Mas, segundo os jornais, a polícia muitas vezes adotava determinados procedimentos que desrespeitavam tal integridade. Um deles eram os tiroteios feitos pelas forças policiais em plena rua para tentar capturar um ladrão ou qualquer outro criminoso: "a polícia começou a atirar bala contra o gatuno nacional José Joaquim da Silva, 33 anos (...) com o grave risco de um dos projéteis ir atingir qualquer transeunte".[302]

Segundo os jornais, o outro procedimento adotado pelas forças de segurança era a violência física cometida contra a classe trabalhadora, no caso aí as agressões e espancamentos.

> Não tivéssemos nós alguns juízes independentes e limpos, verdadeiras exceções nesse meio de magistrados sem pudor e sem consciência, e veríamos pisadas todas as liberdades garantidas no pacto fundamental da República. Vivemos em um país onde a ignorância petulante de um chefe de polícia mentecapto e a ousadia (...) de delegados disputam a primazia na bajulação ao ministro da Justiça e ao presidente da República. Nessa luta arrebatam de entuviada os mais sagrados direitos do cidadão (...) Os crimes mais hediondos têm sido perpetrados por essa polícia, apadrinhada pelo governo, que explora o estado patológico do Sr. Cardo de Castro (...) Aquele casarão da rua do Lavradio tem sido teatro das cenas mais

[299] "O regime de pau", *Jornal do Brasil*, 20/03/1911, 6.
[300] "Abandonados pela justiça", *Jornal do Brasil*, 30/03/1915, 9.
[301] "Abandonados pela justiça", *Jornal do Brasil*, 30/03/1915, 9.
[302] "Uma caçada na rua do Acre", *Gazeta de Notícias*, 7/11/1919, 4.

> vandálicas, desde a prisão, efetuada aos pontapés de infelizes inocentes até o esbofeteamento de cidadãos indefesos.[303]

Mas as críticas que se fazia a todas essas práticas policiais a que nos referimos eram justificadas não apenas porque as mesmas desrespeitavam a lei, a liberdade e a integridade física dos cidadãos, mas também porque não garantiam, segundo os jornais e suas reportagens, a diminuição da prática da criminalidade na cidade, muito pelo contrário. [304] Os jornalistas policiais alegavam que enquanto a polícia efetuava ações arbitrárias e violentas contra a classe trabalhadora, os ladrões que transitavam pela cidade se sentiam à vontade para cometer mais crimes, ameaçando frequentemente a propriedade e a vida do cidadão, como mostra um repórter em 1915.[305]

> Enquanto a polícia desvia-se dos fins para que foi criada, enveredada pelo caminho tortuoso da prepotência contra os humildes e desprotegidos que incorrem na sua antipatia, os amigos do alheio, de um modo assombroso, cada vez mais desenvolvem sua ação. [306]

Além dos repórteres de crimes chamarem atenção da necessidade da polícia levar segurança à população sem infringir os direitos constitucionais, destacavam que era preciso acabar com a corrupção na instituição. Por isso, cobravam aos chefes de polícia para que punissem "severamente" os seus agentes que conseguiam dinheiro de forma ilícita ao se associarem "aos mais conhecidos e audaciosos ladrões"[307]:

> (...) É de esperar que o Sr. Dr. Aurelino Leal (chefe de polícia) abandone a letargia a que se condenou e tenha um gesto de desusada energia, punindo severamente os que pretendem estabelecer um comércio dentro da polícia – qual o de negociar com a liberdade alheia.[308]

Os jornalistas também cobravam ou apelavam às forças policiais da época para que controlassem e combatessem os conflitos eleitorais na cidade, como mostra o seguinte texto publicado nas eleições municipais de 1909:

> (...) Fazemos um enérgico apelo ao Dr. Leoni, chefe de polícia do Distrito Federal, para que S. Exª. empregue todos os esforços, que

---

[303] "Polícia criminosa", *Correio da Manhã*, 10/05/1905, 1.
[304] "Noticiário policial: paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 5/07/1915, 9.
[305] "Polícia criminosa", *Correio da Manhã*, 10/05/1905, 1.
[306] "Noticiário policial: paraíso dos ladrões", *Jornal do Brasil*, 5/07/1915, 9.
[307] "Belezas policiais! A polícia e os ladrões", *Jornal do Brasil*, 27/03/1915, 8.
[308] "Os ladrões no Rio", *Jornal do Brasil*, 17/06/1915, 10.

> estão compreendidos nos deveres do seu elevado cargo, no sentido de coibir o "trop de Zele" político de alguns de seus auxiliares e a evitar, com sábias e enérgicas medidas, os conflitos que os desordeiros amigos daqueles seus auxiliares se têm comprazido ostensivamente a anunciar hoje.[309]

Os repórteres de crimes pressionavam ainda o fim da interferência da política na polícia, salientando que esta "não se deixasse levar pelas ameaças dos politiqueiros, sem escrúpulos, que têm nos desordeiros, os seus guarda-costas"[310]. Só assim parecia que, para os profissionais de imprensa, a polícia seria de fato uma instituição que estamos aqui qualificando como republicana, uma vez que se tornaria uma instituição que buscaria defender o interesse público e não interesses pessoais.

Segundo as reportagens policiais, uma das formas de se moralizar a instituição era adotar uma polícia de carreira no Rio de Janeiro. Em 1915, quando se cogitava em implementar a polícia de carreira no Rio – que acabou não acontecendo devido à interferência política –, uma reportagem dizia o que era preciso:

> (...) Agora que se cogita de organizar a polícia de carreira, que uma providência séria e moralizadora seja tomada a fim de que possamos confiar nas autoridades e vê-las unicamente como elemento de ordem, segurança e garantia.
> É preciso que as proteções escandalosas desapareçam de uma vez e protegidos e protetores se compenetrem dos seus deveres evitando fatos escandalosos (...).[311]

Os jornalistas acreditavam que, com a adoção da polícia de carreira na cidade, a polícia estaria mais atuante para garantir a segurança à população, uma vez que não perderia mais o seu tempo em bajular políticos, em troca de benesses e cargos, e nem estaria mais ameaçada pelos mesmos para fazer o que eles mandavam[312].

No que diz respeito às eleições, os profissionais de imprensa apontavam a necessidade de a polícia garantir o direito ao voto. Não havia aí, pelo menos ao que pudemos constatar, nenhuma concepção que defendesse que tal direito fosse negado ou garantido com limitações a um grupo social em específico, fato este que não necessariamente acontecia com relação aos direitos civis, como vimos anteriormente.

---

[309] "Prováveis distúrbios", *Gazeta de Notícias*, 31/10/1909, 1.
[310] "O chefe de polícia determina a abertura de um rigoroso inquérito", *Correio da Manhã*, 6/11/1915, 3.
[311] "Noticiário policial: belezas policiais: é preciso moralizar a polícia", *Jornal do Brasil*, 28/11/1915, 11.
[312] Vale notar que os jornais cariocas por vezes faziam comparações entre a polícia do Rio de Janeiro e a de São Paulo, tendendo a enaltecer a segunda, já que em São Paulo havia sido introduzida a polícia de carreira no início do século XX. Sobre os discursos da imprensa paulista sobre tal questão, ver: Bernardi, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. *Op.cit.*, pp. 28-29.

Por isso, mais do que os direitos civis, no âmbito da política formal, os jornalistas/jornais pareciam desejar uma República que defendesse o direito de voto a todo e qualquer cidadão.

Contudo, se levarmos em consideração as expectativas criadas pelos jornalistas em relação às ações policiais no que tange tanto as garantias dos direitos de voto quanto as garantias dos direitos civis a todo e qualquer cidadão, chegamos à conclusão de que era esse ideal de polícia que pareciam querer mais fortemente para a cidade. Tal fato se justifica porque essa expectativa representava no noticiário criminal 106,2% a mais de notícias daquelas que esperavam uma polícia que agisse de forma coercitiva em relação às camadas populares no plano dos direitos civis (ver o quadro abaixo).

Quadro 32 – Número de reportagens acerca das expectativas dos repórteres em relação à polícia (1900-1920)

Ideais de polícia	***Nº***	***%****
Polícia coercitiva	32	14,0%
Polícia "cidadã e republicana"	66	28,9%
Total	***98***	***42,9%***

Fontes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias.*

*Os percentuais foram determinados considerando um total de 228 reportagens que tratavam da temática policial.

Assim, pode-se dizer que as expectativas dos jornalistas e imprensa com relação à cidadania e à República das primeiras décadas do século XX não pareciam estar sendo paulatinamente frustradas. Muito pelo contrário[313]. Embora os profissionais de imprensa alegassem que os chefes políticos e a polícia da época estimulavam e protegiam a criminalidade, infringindo os princípios constitucionais de inviolabilidade dos direitos à propriedade, segurança individual, liberdade e voto, havia aí o desejo, a esperança e a expectativa por uma República que pudesse cumprir suas promessas de extensão de direitos de cidadania no que diz respeito à segurança pública e ao voto.

[313] Aqui me contraponho à tese defendida pelo historiador José Murilo de Carvalho, que assinala que depois da primeira década republicana houve paulatinamente um decréscimo nas expectativas em relação à cidadania e à República por parte das camadas excluídas do jogo político e das contra-elites. Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados. Op. cit.*

CONCLUSÃO

A pesquisa, a partir da análise de determinadas variáveis, tidas pelos jornalistas como responsáveis pelos crimes e sua expansão na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, procurou investigar como o crime e os criminosos eram representados nos principais jornais da época. Buscamos demonstrar como nas reportagens policiais eram produzidas diferentes e divergentes representações sobre o crime e os criminosos, que giravam em torno das questões relativas à pobreza, ao avanço da civilização, imigração estrangeira, raça, eleições e deficiências no policiamento.

Sem chegarem a um acordo, diferentes justificativas e explicações, com variados pesos e combinações, foram acionadas. Em relação aos problemas no policiamento, os repórteres destacavam que a negligência da polícia, o relacionamento de medo ou conveniência entre as forças de segurança e os ladrões e a impotência da polícia eram um desses motivadores do crescimento da criminalidade na cidade do período em foco.

Entre as reportagens que valorizavam os problemas decorrentes da pobreza e do meio social como impulsionadores do crime, alegava-se que os personagens criminais, chamados de "pobres" e "maltrapilhos", praticavam seus delitos devido à sua vadiagem, ao "meio social, pobre e vicioso" (vida nas ruas, desorganização familiar, más companhias), à falta de educação formal e dificuldades materiais. Grosso modo, os ladrões protagonizados nessas matérias configuravam o perfil dos pequenos meliantes – os chamados pivetes (ladrões menores), vadios, empregados domésticos e os ladrões de morro – que cometiam pequenos furtos/roubos.

Pelo critério racial e/ou social, as justificativas dos repórteres não podem ser analisadas de uma forma simples. Sem dúvida, justificavam a criminalidade sob o argumento de que os negros eram pobres ou ainda apelavam para uma pretensa "natureza" ou à raça. Como foi mostrado na tese, as concepções raciais do crime, mesmo que menos veiculadas, estavam presentes no noticiário da época. Demonstram como os jornalistas pensavam o negro e suas relações com o crime numa sociedade recém-egressa da escravidão. Nessa perspectiva, os profissionais de imprensa veiculavam representações que identificavam os negros como inferiores, indolentes, vadios e membros de uma raça primitiva, marcada por manifestações culturais/religiosas, como o samba, candomblés e feitiçaria, tidas como criminosas. Por outro lado, entretanto, no que tange ao modo como os referidos populares praticavam

seus delitos, encontramos casos em que eram retratados de forma mais complexa: se ora eram definidos pela sua inferioridade intelectual e física na "arte de roubar", ora eram apontados pela sua inteligência e habilidade física – entre outras qualidades – para as práticas delituosas. Em meio aos desafios de seu tempo, os repórteres tinham que lidar com as heranças do passado escravista, com os desafios da modernidade dos novos tempos e com a inegável presença da astúcia de muitos descendentes de escravos nos crimes que cobriam e precisavam noticiar.

Outra hipótese que levantamos parece indicar que os jornalistas daquele início do século XX estavam preocupados com a construção de uma "ética do silêncio" da cor[1] no pós-abolição e com a produção de um silenciamento sobre as mazelas do passado escravo. Produziu-se, ao menos em parte, uma espécie de "apagamento" das tensões entre defensores de uma cultura dita civilizada e europeia e uma numerosa população de origem africana presente na sociedade brasileira. A própria ausência de cor dos ladrões, verificada em grande parte das notícias consultadas, pode ser vista como um indício dessa tendência.

Vimos que os jornalistas também traçavam relações entre o avanço da civilização na modernidade e crime. Por esta perspectiva, retratavam os criminosos como personagens intelectuais, cosmopolitas e/ou internacionais, que buscavam na criminalidade uma forma de ganhar dinheiro e bens materiais numa sociedade onde se valorizava a riqueza. O aumento da imigração estrangeira também era retratado como um fator que impulsionava o aumento da criminalidade. Os jornalistas consideravam que os imigrantes já chegavam ao Rio como profissionais do crime, e cuja entrada na cidade era facilitada por diferentes motivos, como a falta de fiscalização da polícia marítima e a perseguição policial nas repúblicas platinas.

Assinalamos ainda que os repórteres e imprensa podiam representar o crime a partir das motivações políticas/eleitorais. Embora essas razões não constituíssem a maioria das publicações de nossa amostra, qualitativamente foram importantes, pois indicavam que os jornalistas policiais e a imprensa estavam bem atentos à vida política e eleitoral da época. Mostramos que isso se dava através das críticas veementes que faziam às influências políticas na polícia, à política e às práticas eleitorais fraudulentas na República, tidas como elementos que contribuíam para o aumento das práticas criminais na cidade. Os jornalistas alegavam que a polícia e os políticos estimulavam a

[1] Mattos, Hebe e Rios, Ana. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Op. cit.*

criminalidade dos cabos eleitorais/capangas de políticos e/ou dos ladrões, seja de forma direta, através da proteção e/ou dinheiro que davam aos criminosos, seja de maneira indireta, através da negligência/incompetência/impotência em lidar com o crime. Muitos jornalistas ao cobrarem da polícia a garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão à segurança pública, à liberdade individual e ao direito ao voto não pareciam estar submetidos à República dos coronéis, ainda que não fizessem uma crítica política frontal e aberta ao regime oligárquico.[2]

Ao analisarmos todas essas justificativas para os crimes/criminosos, é possível dizer que para os jornalistas policiais – e seus jornais – a criminalidade na cidade dizia respeito a muitos assuntos relativos a pobreza, raça, civilização, imigração estrangeira, problemas políticos/eleitorais e deficiências no policiamento. Não havia uma única explicação para o crime e as ações de criminosos. Da mesma forma, essas variadas representações do crime nos indicam que a criminalidade na imprensa não possuía um único significado, nem estava a serviço de um único interesse. Crime, criminosos e criminalidade formavam um campo de disputas e debates em torno das representações da cidade moderna, da nação, da cidadania e da própria República.

Por um lado, muitos jornalistas pareciam projetar uma nação que desqualificava os nacionais e suas possibilidades de se tornarem cidadãos, tanto no plano social e cultural/religioso quanto no campo dos direitos civis. Por esse viés, muitos desvalorizavam as ações criminais dos negros/nacionais e enalteciam a criminalidade estrangeira na cidade carioca, como se esta fosse a única representativa da criminalidade moderna dos novos tempos. Muitos outros veiculavam concepções estigmatizantes em relação aos criminosos pobres e negros nos diferentes campos de sua vida social (cultura/religião, trabalho, moradia) e cobravam da polícia ações de controle social repressivas contra as classes populares. Assim, grande parte dos jornalistas parecia agir e construir aí suas concepções sobre o crime de forma a servir à própria estrutura de poder, em nome da disciplina social.

Mas, por outro lado, muitos outros pareciam sonhar com uma nação que reconhecesse os direitos civis e de voto de todo e qualquer cidadão, assim como as potencialidades nacionais e da população negra. Também podiam construir concepções mais tolerantes da associação entre pobreza e crime, e associar inúmeras questões

[2] Vale notar que no estudo de Eduardo Coutinho sobre as crônicas carnavalescas na Primeira República, o autor também assinala que muitos repórteres da folia faziam suas críticas à política da época de forma não-frontal e aberta ao regime oligárquico. Coutinho, Eduardo. *Os cronistas de momo. Op. cit.*

relativas a política/eleições às práticas criminais. Logo, havia também jornalistas que pareciam agir e construir aí suas visões sobre o crime de forma a questionar a própria estrutura de poder, em prol do interesse público e dos direitos dos cidadãos.

Essas ambiguidades em torno da República, nação e direitos presentes na imprensa faziam parte de um processo tenso de disputas decorrentes de um período rico em projetos, experimentos, acomodações e tensões inerentes a um processo de construção da nação – e da nação republicana – no Brasil.[3] O próprio jornalismo é um campo de forças; um campo no qual há conflitos, concorrências e hostilidades, como diz o sociólogo Pierre Bourdieu.[4] Por isso, os jornalistas no início do século XX tentavam impor suas próprias concepções sobre o crime/criminosos, de acordo com seus interesses, posições políticas e convicções.

Vale ainda comentar que essas representações pouco ou quase nada se alteraram de uma década para outra, mesmo quando uma dada perspectiva foi mais predominante em uma década do que em outra. Sem dúvida, as duas primeiras décadas do século XX constituíram momentos cruciais e longos de discussão de projetos de construção de uma nação republicana. Mas não se pode descartar o enorme interesse que o assunto criminal despertava no grande público. Não foi à toa que as notícias policiais ganharam espaço considerável nos jornais do período. Por que afinal essas notícias, como os próprios jornalistas diziam, despertavam tanto interesse do público? Será que isso se devia apenas ao gosto dos leitores pelo sensacional?

De fato, o público parecia se interessar pelos dramas cotidianos, temas violentos e pela mescla do ficcional com a suposição de um real presumido nas publicações de crimes do período. São temáticas que repetiam, com as inflexões necessárias ao tempo de sua construção, os mitos, as figurações, as representações de uma literatura popular existente na Europa Ocidental, desde o século XVI, como assinala Marialva Barbosa.[5] Segundo a historiadora, essa literatura popular falava dos crimes violentos, das mortes suspeitas, dos enforcamentos, dos milagres, ou seja, de

---

[3] Dutra, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República. Op. cit.*, p. 60.

[4] Segundo este sociólogo, um campo, seja ele jornalístico ou não, "é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço". Campo este que é também um "campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças". "Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias." Bourdieu, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos.* Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, pp. 30 e 57.

[5] Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Op. cit.* Barbosa, Marialva. "Jornalismo popular e o sensacionalismo". *Op.cit.*

tudo que fugia à ordem, instaurando um modelo de anormalidade.[6] A anormalidade era um bom motivo para se pensar – ou sonhar – na ordem e excluir os comportamentos considerados indesejáveis e ilícitos.

Até hoje o sensacional é apreciado pelo público e temos muitos exemplos da permanência do gosto do público por casos de mortes violentas, como os de Elisa Samúdio em 2010 e de Isabela Nardoni em 2008, amplamente noticiados até há pouco tempo, tanto pelos jornais tidos como sensacionalistas quanto pelos impressos ditos "sérios" como o jornal *O Globo*. Afinal, parece haver uma curiosidade do público em querer saber como e por que os indivíduos que possuem normas de convivência social chegam a ponto de romper essas normas através dos crimes que cometem.

Mas atualmente são os jornais considerados mais populares os que se dedicam quase que exclusivamente a publicar fatos escandalosos de crimes e violência. Houve uma especialização dessa imprensa, conhecida como imprensa que "sai sangue". No início do século XX, os tempos certamente eram outros. Os jornais "populares" consultados dedicavam seu espaço não apenas às seções policiais. Ao lado das notícias de crimes e criminosos, encontramos as seções de política, economia, internacional, entretenimento etc. Isso pode indicar que os leitores do início do século não queriam apenas encontrar no jornal um espaço dedicado à produção do sensacional. Por outro lado, crimes e criminosos encontravam-se em todos os jornais e eram lidos por diferentes setores sociais e em diferentes locais da cidade. Todos pareciam mesmo estar preocupados com os novos tempos, com o crescimento urbano, com as transformações da modernidade e com o futuro da República. Não parece ser à toa que a expressão "paraíso dos ladrões" fosse repetidamente veiculada nas reportagens policiais da época.

[6] Barbosa chama atenção que Roger Chartier, ao estudar este tipo de publicação, sublinha as múltiplas reconfigurações narrativas que estes textos sofreram para se adaptar aos padrões e hábitos de leitura do público em larga escala. Chartier, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d´Ancien Régime.* Paris: Seuil, 1987; Chartier, Roger *et alli*. *Les usages de l´imprimé.* Paris: Fayard, 1996; Chartier, Roger. "Du livre au lire". In: Chartier, Roger (org.). *Pratiques de lecture.* Paris: Payot, 1993; Barbosa, Marialva. "Jornalismo popular e o sensacionalismo". *Op. cit.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Jornais

Jornal do Brasil

Correio da Manhã

Gazeta de Notícias

O Paiz

2. Livros, artigos e teses

ABREU, Martha. "Crianças negras" e "crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. In: Rizzini, I. (org).*Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República.* Rio de Janeiro: EDUSU, 2000.

_____. "Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: Algumas questões para a pesquisa e o ensino de História". In: Soihet, Raquel, Bicalho, Maria Fernanda, Gouvêa, Maria de Fátima. *Culturas políticas, ensaios de história cultural, história política e ensino de História.* Rio de Janeiro, Mauad, 2005, pp. 409-432.

_____. "Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos": Conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Revista Tempo,* n.16, 2004, pp. 143-173

ABREU, Martha e DANTAS, Carolina. "É chegada a ocasião da negrada bumbar: comemorações da Abolição e política na Primeira República". *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan./jun. 2011.

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro,1830-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ABREU, Maurício de Almeida. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, jan./abril, 1986.

ALBURQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Fernanda Moutinho. " As "cores" do pós-abolição na zona da mata mineira- Resultados de uma pesquisa recente". X Encontro Regional de História- ANPUH- RJ, *Histórias e biografias*, 2002,pp. 1-7.

ALMEIDA, Mauro. *Um crime no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, s.d., publicado em torno de 1922.

ALVES, Teresa Vitória Fernandes. *O Rio de Janeiro do " Graphico": visão de uma cidade e de uma época.* XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2007.

ANGRIMANI, Danilo Sobrinho. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa.* São Paulo: Summus, 1995.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano.* Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

AZEVEDO, André. "A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana". *Revista Rio de Janeiro*, n.10, maio – ago., 2003.

AZEVEDO, Célia. *Onda negra medo branco – o negro no imaginário das elites do século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBIE, Zelizer. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory.* Chicago and London: University of Chicago Press, 1992.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____ . *Imprensa, poder e público: Os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920.* Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

_____ . "Jornalismo popular e o sensacionalismo". In: *Verso e Reverso.* Revista de Comunicação, n. 39, jan. 2005.

_____ . *Senhores da memória.* Niterói: Tese de concurso público para Professor Titular (Jornalismo), UFF, Comunicação Social, 1993.

BARBOSA, Orestes. *Bambambã.* 2ª. ed. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993.

_____. *Na prisão.* Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1922.

BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

BARTHES, Roland. *Essais critiques.* Paris: Éditions du Seuil, 1964.

BASTOS, Aurélio Wander. "O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República". In: Lima, Olavo Brasil de. *O balanço do poder: formas de dominação e representação.* Rio de Janeiro: Luperj, 1990.

BAUDELEIRE, Charles. "O pintor e a vida moderna". In: *Sobre a modernidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa (1909-1916).* Curitiba: Dissertação de mestrado, História, Universidade Federal do Paraná, 2004.

BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder.* São Paulo: Annablume, 2000.

BERSTEIN, Serge. "La Culture politique". In: Rioux, Jean-Pierre e Sirinelli, Jean-François. *Par une Historie Culturelle*, Paris, Éditions du Seuil, 1997.

BESSE, Susan. *Crimes passionais: a campanha contra os assassinos de mulheres no Brasil, 1910-1940.* In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: Marco Zero, 1989, v. 9, n. 18, pp. 181-197.

BIASOLI, Luiz Carlos de. *Da necessidade de tipificação do crime de estelionato praticado na internet.* Brasília, monografia, UDF, 2009.

BORELLI, Andrea. *Matei por amor. As representações do masculino e do feminino nos crimes passionais.* São Paulo: Celso Bastos Editor/Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa **.** *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

_____. "A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910)". Rio de Janeiro: *Anais do I Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições*, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos.* Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

_____. "O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente". *Boletim informativo bibliográfico de ciências sociais.* Rio de Janeiro, vol. 35, 1991.

_____. "Velhacos, gatunos e assassinos", *Nossa História.* Ano 3, n. 35, 2006.

_____. *Ordem na cidade.O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BROCA, Brito. *A Vida literária no Brasil, 1900.* Rio de Janeiro: José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2004.

BULHÕES, Marcelo. " João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX". Porto Alegre, *Revista FAMECOS,* n. 32, 2007, pp. 78-84.

CABRAL, Manuel Villaverde. " O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil).São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol.18,n.51, 2003.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas.* Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Edmundo. "Sobre sociólogos, pobreza e crime". *Dados – Revista de Ciências Sociais.*Rio de Janeiro, vol. 23, n. 3, 1980.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CARR, Raymond. *História concisa de Espanha.* Lisboa: Publicações Europa-América, 2004.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século.* Rio de Janeiro: Editora da UERJ/EDUSP, 1998.

CARVALHO, Alberto de. *Causas célebres brasileiras.* Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1918.

CARVALHO, Elysio de. *A polícia carioca. A criminalidade contemporânea.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". Rio de Janeiro: *Dados,* vol. 40,n. 2, 1997.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Os três povos da República”. In: Carvalho, Maria Alice Resende (org.). *República no Catete.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “ A crise e a refundação republicana em 1930”: In: *República no Catete.* Carvalho, Maria Alice Rezende de. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CASTRO, Márcio Sampaio. *Bexiga, um bairro Afro-italiano: comunicação, cultura e Construção de Identidade étnica.* São Paulo: Dissertação de Mestrado (Escola de Comunicações e Artes), Universidade de São Paulo, 2006.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger *et alli*. *Les usages de l´imprimé.* Paris: Fayard, 1996;

CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: *Práticas da leitura*. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. “Du livre au lire”. In: Chartier, Roger (org.). *Pratiques de lecture.* Paris: Payot, 1993.

_____. *Lectures et lecteurs dans la France d´Ancien Régime.* Paris: Seuil, 1987.

_____. *Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia No Brasil.* São Paulo, Tese de Doutorado apresentada à USP, 1982.

_____ . *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Morte em família.* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Os crimes de Paixão.* Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Cristiane. *Pena de Aluguel. Escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República,* Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006.

COX, Dilermando. *Os párias da cidade maravilhosa.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

CRUZ, Henrique Dias. *Os morros cariocas no Novo Regime – notas de reportagem*, 1941.

DALL' ANGON, Jury. "História, memória e ficção: o caso Dr. Antônio". Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010.

DANTAS, Carolina. *"Café com leite": história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914).* Niterói: PPGH-UFF, 2007.

DARTMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEALTRY, Giovanna. " Margens da Belle Époque carioca pelo traço de Calixto". *ALCEU, v.9, N.18,* 2009, PP. 117-130.

DEJAVITE, F. "O poder do fait divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção". In: *Estudos de jornalismo*, Niterói, UFF.

DIAS, Adriana Albert. " A mandiga e a cultura malandra dos capoeiras (Salvador, 1910-1925. *Revista de História, 1/2,* 2009,pp. 53-68.

_____. "Os "fiéis" da navalha: Pedro Mineiro, capoeiras, marinheiros e policiais em Salvador na República Velha", *Afro-Ásia*, 32, 2005, pp. 271-303.

DIAS, Allister Andrew Teixeira. *"Dramas de sangue" na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921).* Rio de Janeiro: Fiocruz, Dissertação de Mestrado, 2010.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular.* 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, Luiz Sérgio. *Da "turma da Lira" ao cafajeste. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, História, PPGHIS-UFRJ, 2000.

_____. “Quem tem medo da capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904”, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001, pp. 163-164.

DIDIER, Carlos. *Orestes Barbosa: repórter, cronista e poeta.* Rio de Janeiro: Agir, 2005.

DORNELAS, Juliana Gomes. *Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1914).* Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1904-1914).* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1938.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade.* Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 2000.

ENGEL, Magali. “As fronteiras da 'anormalidade': psiquiatria e controle social”. In: *Histórias, Ciência e Saúde* – Manguinhos, v(3), nov. 1998-fev. 1999.

_____. “Crimes na imprensa: paixão e morte na virada do século”. *Nossa História*, 2005.

_____. “Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio”, Rio de Janeiro: *Tempo*, n. 17, pp. 53-78.

ENNE, Ana Lúcia e BALTAR, Mariana. “A construção do fluxo do imaginário sensacionalista através de uma pedagogia das sensações”. IV Encontro da Rede Alfredo de Carvalho. São Luís, maio, 2006.

ENNE, Ana Lúcia. “O sensacionalismo como processo cultural”. XVI Encontro da Compôs na UTP. Curitiba, junho, 2007.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAR, Alessandra El. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924).* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo* (1880-1924). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *O Crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERRUZI, Fernanda; Arantes, Graziele; Rocga, Simone, e Mendes, Taís. *Redução da idade penal: uma questão de debate.*Faculdade de Ciências Sociais de Presidente Prudente. Monografia, 2004.

FISCHER, Brodwyn M. *The poverty of law: Rio de Janeiro, 1930-1964.* Harvard University, Cambridge, 1999.

FREIRE, Américo. "Augusto de Vasconcelos – O Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal". In: *O Rio de Janeiro em três perfis. Trajetórias individuais e o campo político carioca*, Textos CPDOC, n. 35, 1999.

_____. *Entre a insurreição e a institucionalização. Lauro Sodré e a República carioca.* Texto CPDOC, n. 26, 1997.

_____. "Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado". *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 26, p. 121, 2009.

_____. *Uma capital para a República. Poder local e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX.* Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso.* 5ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRY & CARRARA, Sérgio. "As vicissitudes do liberalismo no Direito Penal Brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n. 2, pp. 48-54.

GALEANO, Diego. "Las conferencias sudamericanas de polícias y la problemática de los delinquentes viajantes, 1905-1920", Bohoslavsky, Ernesto Caimari, Lilá y Schettine, Cristiana (org.). *La polícia em perspectiva histórica, Argentina e Brasil (del siglo XIX a la actualidad)*, CD-Rom, Buenos Aires, 2009.

GOMES, Ângela de Castro & Abreu, Martha. "A nova "velha" República": um pouco de história e historiografia". Vol. 13, n. 26, *Revista Tempo*, jan. 2009,

GOMES, Ângela de Castro. "Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dez. de 2004, pp. 157-186.

_____. "Rebeldes literários: intelectuais e nacionalismo na Primeira República". *Revista Tempo*, (resenha), n.22, 2007.

GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio. Vielas do vício, ruas da graça.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 1996.

GRUNER, Clóvis. "Em torno à "boa ciência": debates jurídicos e a questão penitenciária na imprensa (1901-1909)". *Revista de História Regional* 8(1), 2003.

GUASTINI, Mário. *Tempos idos e vividos.* São Paulo: Editora Universitária, 1944.

GUERRA, François-Xavier. "La nación em América Hispânica: el problema de los orígenes. In: Rosanvalon (dir.). *Nación y modernidad.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.

GUILLAIS, Joelle. *Crims of passion. Dramas of private life in nineteenth century France.* London: Polity, 1990.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. " Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro". *Afro-Ásia,* 29 (30), 2003,pp. 247-269.

GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

GUIMARÃES, Valéria. "Notícias diversas: apontamentos para a história do *Fait divers* no Brasil", *Revista PJ: Br-Jornalismo brasileiro*, Ed. 07, 2006.

_____. *Paixão que mata – leitura popular no início do século XX.* Comunicação publicada nos Anais do I Simpósio Nacional de História Cultural, ANPUH, São Paulo, 2002.

_____. "Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX", *ArtCultura,* Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 227-240, 2009.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. "Notas sobre a desconstrução do "popular"". In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* LivSovik (org.); Trad. Adelaide La Guardiã Resende (*et al.*). Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARA, Tony. *Caçadores de notícias: Histórias e crônicas policiais de Londrina (1948-1970).* Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fin de siécle.* Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HOLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KALIFA, Dominique. *L' encre et lê sang: récits de crimes et societé à la Belle Époque.* Paris: Fayard, 1995.

_____. *Lês Tâcherons de l´information: petits reporters et fait divers à la "Belle Époque"*. Revue d´histoire moderne et contemporaine, 40-4, Octobre-décembre, 1993.

KING, Peter. "Newspaper reporting and attitudes to crime and justice in late-eighteenth and erly- nineteenth century London". *Continuity and change*, 22, 2007, pp. 73-112.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC - Rio, 2006,

LARA, Silvia. "Os escravos e os seus direitos". Neder, Gizlene e outro (org). *História e Direito.* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem. A história social da capoeira e do Boi-Bumbá no Pará Republicano (1888-1906).* Salvador: EDUFBA, 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEMOS, Cláudia. *Narra a violência: a cobertura policial num jornal popular dos anos 90.* XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande, 2001.

LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. "Harmonia e dissonância na imprensa carioca na primeira década do século XX", *História e História*, 2005.

LABORIE, Pierre. "Memória e opinião". In: *Cultura política, memória e historiografia.* Orgs. Cecília Azevedo (*et al.*). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

LOMBROSO, Cesare. *O homem criminoso.* Rio de Janeiro: Faculdade de Direito Estácio de Sá, 1983.

LOPES, Antônio Herculano. "Do monarquismo ao "populismo". O *Jornal do Brasil* na virada para o século XX". In: Bastos, Lúcia; Morel, Marco; Ferreira, Tânia Maria (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: Faperj, 2006, pp. 343-344.

LOPES, Herculano. "Um forrobodó da Raça e da Cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 21, n. 62, 2006.

MACHADO, Humberto. “Imprensa e identidade do pós-escravo no contexto do pós-abolição”. In: Neves, Lúcia; Morel, Marco e Ferreira, Tânia (orgs.). *História e imprensa: Representações culturais e práticas do poder.* Rio de Janeiro: Faperj, 2000.

MACIEL, Laura Antunes. “ Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado”. In: *150 anos de subúrbio carioca.* Oliveira, Márcio Pinon de, Fernandes, Nelson de Nóbrega (orgs). Almir Chaiban El-Kareh (et al). Rio de Janeiro: Faperj: Eduff, 2010.

MARSHAL, T.H. “Cidadania e classe social”. In: *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

MATHEUS, Letícia Cantarela. *Elos, temporalidades e narrativas: a experiência contemporânea do medo no jornalismo de* O Globo. Dissertação de Mestrado, Comunicação, UFF, 2006.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. : os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe & RIOS, Ana. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das Comunidades dos quilombos”: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil”. São Paulo: *Revista USP*, n. 68, dez./jan./fev. 2005 e 2006.

MATTOS, Rômulo. “Discurso sobre as favelas na imprensa do período das reformas urbanas”, Vassouras, *Revista de Mestrado em História, Dossiê Imprensa*, v.12, n. 2, p. 51-72, jul./dez., 2010.

_____. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Niterói: Tese de Doutorado, 2008.

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890.* Santa Cruz do Sul: Edunisc / ANPUH-RS, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves. “A modernidade republicana”, *Revista Tempo*, vol. 13, n. 26, jan. 2009, pp. 15-31.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MENEZES, Raimundo de. *A vida boêmia de Paula Nei.* São Paulo: Martins Editora, 1957.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Tese de Doutorado (Sociologia), 1999

MORAES, Evaristo de. *Ensaios de patologia social.* Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. "O Rio de Janeiro da Primeira República". *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro, v. 273, out./dez., 1976, p. 59.

MOREL, Marco. "Em nome da Opinião Pública: a gênese de uma nação", *Anais do Colóquio História e Imprensa.* Lúcia Maria Bastos das Neves e Marco Morel (org.), UERJ, 1998.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX: neurose.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MOTTA, Luiz. "Jornalismo e configuração narrativa da história do presente". In: *Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2005, pp. 23-49.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. "Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha". *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37, São Paulo, 1999.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

NEDER, Gilene *et alli*. *A polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930).* Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981.

NEDER, Gizlene & Naro, Nancy Priscila. "A instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil". In: *A polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930).* Série Estudos – PUC-RJ,1981.

NETO, Francisco Linhares. *Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime*. ANPUH- Fortaleza, 2009.

NETTO, Manoel Cardoso de Carvalho. *Noite oito quatro.* Rio de Janeiro: *O Cruzeiro*, 1977.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. “A Primeira República como lugar de mobilização: estratégias para a formação da pátria”. *Revista eletrônica Cadernos de História*, Ano IV, n. 2, Universidade Federal de Ouro Preto, dez., 2009.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História.* São Paulo: PUC, n. 10, dez. de 1993, pp.7-28.

OLIVEIRA, Cláudia de. “A iconografia do moderno: a representação da vida urbana”. In: *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890-1930.* Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Janaína Pereira de. *O futuro aberto: Jacob Burckhardt, G.W.F Hegel e o problema da continuidade histórica.* Tese de Doutorado, PUC-RIO, História, 2006.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. “O municipalismo e a cultura política brasileira”. In: *Achegas – Revista de Ciência Política*, n. 14, 2003.

OTTONI, Ana Vasconcelos. “ Criminosos, polícia e políticos em letras impressas: jornais cariocas, criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e fraudes eleitorais no início do século XX”. *Dia-Logos- Revista dos alunos de Pós-graduação em História da UERJ*, n.4, 2010, pp. 11-25.

_____. “ Finais trágicos nos prostíbulos: imprensa, notícias sensacionais e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro no início do século XX”. *Revista Dialogus*, Ribeirão Preto, vol 4, n. 1, 2008.

_____. *Flores do vício: imprensa e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro (1896-1925).* Rio de Janeiro, História, UFRJ/PPGHIS, 2007.

PAIVA, Ely Carneiro. *O homem do Cavalo Branco: uma história do jornalismo policial da Velha República.* Centro de Documentação D. João VI, Friburgo, Pró-Memória de Nova Friburgo, 2010.

PALTI, Elias. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado.* Buenos Aires: Siglo XIX Editores, 2007.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. *“ Escritos à margem: a presença de escritores de periferia na cena literária contemporânea.* Tese de Doutorado, PUC-RIO, 2010.

PECORELLI, Maria Clara. *Crianças “desvalidas”, criminalidade e trabalho no Rio de Janeiro dos anos 20 e 30.* Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de mestrado, 1997.

PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista.* São Paulo: Annablume, 2001.

PENNA, Lincoln de Abreu. " O Arqchivo Vermelho: uma revista de opinião". *Achegas- Revista de Ciência Política.* N. 30, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX.* Campinas, Ed. UNICAMP, 2004.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História – operários, mulheres, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX". *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXX, n. 2, 2004, pp. 27-37.

_____. "Lugares malditos: cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, São Paulo, 1999, pp. 195-216.

_____. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINTO, Bárbara Lisboa. *Ideologias e práticas dos tribunais criminais do Distrito Federal no Tratamento de "menores" (1890-1912).* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFF, 2008.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal.* Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de fôrma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Dissertação de Mestrado, História, UNICAMP, 2003.

_____. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920).* Tese de Doutorado, UNICAMP, 2009.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça sanitária. Cidadãos e judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro (1904-1914).* Niterói: Dissertação de Mestrado, História, UFF, 2008.

REIS, Vicente. *Os ladrões no Rio.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1903.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: o levante dos malês na Bahia em 1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro* (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *"Cabras" e "pés-de-chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930).* Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, História, 1987.

_____. "Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal". *Revista Tempo,* vol. 13, n. 26, Rio de Janeiro, 2009.

RIFIOTIS, Theóphilos et al. " O repórter policial e a sua imagem de violência e da ação policial". *Violência e políticas democráticos de segurança pública do XXI Congresso Latinoamericano de Sociologia.* São Paulo, 1997.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1987.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido, raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais ed., 1997.

ROCHE, Maurice. "Citizenship, social theory, and social change". In: *Theory and Society,* vol 16,n.3, 1987.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário. Memórias e confissões.* Rio de Janeiro: Record, 1977.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

ROLNIK, Raquel. "Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). In: *Estudos Afro-Asiáticos,* n.17, 1989, pp. 29-41.

RUSKIN, John. *Modern painters.* V. I I. London: Smith and Elder, 1856.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do império.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SANT' ANNA, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a casa de Correção do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, História, PPGHIS/UFRJ, 2010.

SANTANA, Débora Maria Máximo. *"Sexo frágil" e o crime no Jornal do Brasil (1891-1905).* Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, Monografia, História, 2011.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Medos e preconceitos no Paraíso.* In: XXII International Congress-LASA. Hands across the hemisphere in the millennium. Miami: LASA, 2000.

SANTOS, Marco Antonio. "Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo (1890-1920). Juiz de Fora: *Lócus: revista de História*, v. 11, 1 e 2, p. 33-50, 2005.

SCHUELER, Alessandra e Magaldi, Ana Maria. "Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa", *Tempo*, n. 26, 2009, pp. 32-55.

SCHWARCZ, Lilia. "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade". In: *História da vida privada.*Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SHELDON, Leslie Maram. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SENA, ERNESTO. *Rascunhos e perfis.* Editora Universidade de Brasília, 1983.

SERRA, Antônio. *O desvio nosso de cada dia – a representação do cotidiano num jornal popular.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: *História da vida privada no Brasil.* Nicolau Sevcenko (org.). São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1998.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maurício. "Espaço e vivência: transformações modernizadoras na Primeira República". *Saeculum – Revista de História* (11), João Pessoa, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. *Histoire dês droites,* 02, Cultures, Paris, Gallimard, 1992, pp. III-IV.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* 4ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. *Subversão pelo riso.* FGV Editora, 1998.

TIGRE, Bastos. *Reminiscências.* Brasília: Thesaurus, 1992.

TURNER, Brian. " Outline a theory of citizanship". In: Sociology, vol. 24, n.2, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. "História das mentalidades e História cultural". In: *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia.* (orgs.) Vainfas, Ronaldo e Flamarion, Ciro. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 158-162.

VALLADARES, Licia. "A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, outubro, 2000.

VELLOSO, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

VENEU, Marcos Guedes. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 1, 1987, pp. 45-72.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela.* ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. (orgs). Rio de Janeiro, 5 ed. Editora FGV, 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena. *A documentação fotojornalística na pesquisa histórica. Trajetos*, Revista de História, UFC, Fortaleza, vol. 2, n. 4, 2003.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de reportagens criminais nas décadas de 1900 e 1910 24
Quadro 2 – Número de reportagens sobre as causas da criminalidade e de sua expansão no Rio de Janeiro (1900-1920) 73
Quadro 3 – Número de reportagens (por jornal) que tratavam da temática do policiamento na cidade (1900-1920) 77
Quadro 4 – Número de notícias (por jornal) que consideravam como fator do aumento da criminalidade na cidade o mau (ou falta de) policiamento (1900-1920) 78
Quadro 5 – Número de notícias (por jornal) que consideravam como fator do aumento da criminalidade na cidade o mau (ou falta de) policiamento (1900-1920) 79
Quadro 6 – Número de notícias que consideravam os diferentes motivos do mau (ou falta de) policiamento no Rio de Janeiro (1900-1920) 81
Quadro 7 – Número de notícias (por jornal) que consideravam pobreza e meio social como fatores da criminalidade, 1900-1920 88
Quadro 8 – Número de reportagens sobre as causas da criminalidade (1900-1920) 88
Quadro 9 – Número de reportagens sobre criminalidade infantil, furtos domésticos, vadiagem e crimes nos morros (1900-1920) 90
Quadro 10 – Número de menores, empregados domésticos, vadios e criminosos do morro registrados pelos jornalistas (1900-1920) 90
Quadro 11 – Bens subtraídos pelos ladrões “menores” (1900-1920) 91
Quadro 12– Bens subtraídos pelos empregados domésticos (1900-1920) 113
Quadro 13 – Número de reportagens policiais nos morros cariocas, 1900-1920 116
Quadro 14 – Número de reportagens (por jornal) que tratavam da criminalidade dos negros (1900-1920**)** 132
Quadro 15 – Número de casos dos gatunos negros publicados nas notícias de jornais, através do registro da cor, 1900-1920 132
Quadro 16 – Número de reportagens por jornal que consideravam a raça e/ou pobreza como os fatores (ou o fator) da criminalidade dos negros (1900-1920) 135
Quadro 17 – Número de notícias (por jornal) que consideravam a civilização como fator da expansão da criminalidade no Rio de Janeiro (1900-1920) 157
Quadro 18 – Número de reportagens (por jornal) sobre criminalidade estrangeira, 1900-1920 185

Quadro 19 – Número de notícias (por jornal) que responsabilizavam os ladrões estrangeiros pela expansão da criminalidade no Rio de Janeiro, 1900-1920 186
Quadro 20 – Bens subtraídos pelos gatunos estrangeiros (1900-1920) 190
Quadro 21 – Número de gatunos estrangeiros registrados pelas reportagens policiais, 1900-1920 191
Quadro 22 – Bens subtraídos pelos ladrões argentinos e uruguaios (1900-1920) 205
Quadro 23 – Bens subtraídos pelos ladrões italianos, portugueses e espanhóis (1900-1920) 208
Quadro 24 – Número de reportagens que veiculavam imagens dos larápios negros ou mulatos e/ou nacionais, 1900-1920 213
Quadro 25 –Bens subtraídos pelos ladrões negros e/ou nacionais (1900-1920) 221
Quadro 26 – Bens subtraídos pelos ladrões estrangeiros/brancos (1900-1920) 221
Quadro 27 –Tipos de crimes perpetrados pelos valentes (1900-1920) 228
Quadro 28 – Número de reportagens (por jornal) que consideravam que o relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia constituía o fator do crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro, 1900-1920 235
Quadro 29 – Número de reportagens sobre crimes e eleições por jornal, 1903 249
Quadro 30 – Número de textos (artigos e reportagens) publicados sobre criminalidade em 1909 e 1910 271
Quadro 31 – Número de textos (reportagens e artigos) sobre criminalidade que fizeram referências (explícitas ou implícitas) ao suposto relacionamento dos políticos com os criminosos e a polícia em 1909 e 1910 271
Quadro 32 – Número de reportagens acerca das expectativas dos repórteres em relação à polícia (1900-1920) 302